



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

ALYSSON DUARTE CABRAL

**RECRUTAMENTO MILITAR EM TEMPOS DE LITÍGIO: clientelismo político e
relações de poder na província da Paraíba durante a Guerra do Paraguai
(1864-1870)**

Recife
2019

ALYSSON DUARTE CABRAL

RECRUTAMENTO MILITAR EM TEMPOS DE LITÍGIO: Clientelismo político e relações de poder na província da Paraíba durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino.

Recife
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

C117r Cabral, Alysson Duarte.

Recrutamento militar em tempos de litígio : clientelismo político e relações de poder na província da Paraíba durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) / Alysson Duarte Cabral. – 2019.

198 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.

Inclui referências e apêndice.

1. Paraíba - História. 2. Clientelismo. 3. Brasil. Guarda Nacional – Recrutamento. 4. Elites (Ciências sociais) - Paraíba. 5. Poder (Ciências sociais). 6. Paraguai, Guerra do, 1865-1870. I. Christillino, Cristiano Luís (Orientador). II. Título.

981.33 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-131)

ALYSSON DUARTE CABRAL

RECRUTAMENTO MILITAR EM TEMPOS DE LITÍGIO: Clientelismo político e relações de poder na província da Paraíba durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: 27/02/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Suzana Cavani Rosas (Membro Titular Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Serioja R. Cordeiro Mariano (Membro Titular Externo)
Universidade Federal da Paraíba

Prof^a. Dr^a Ironita A. Policarpo Machado (Membro Titular Externo)
Universidade de Passo Fundo

Carlos Alberto Cunha Miranda (Suplente Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Juliana Alves de Andrade (Suplente Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Para Vera Lúcia e Antônio, meus pais, meu alicerce.

Para Aline e Alan, meus irmãos, meus melhores amigos.

Para todos aqueles que me amam e que me dão a honra da companhia

AGRADECIMENTOS

A empreitada dos agradecimentos não é uma tarefa fácil. Ela nos faz ressurgir as lembranças guardadas no mais íntimo do inconsciente, escondidas para aparecerem a qualquer momento para nos dizer quem somos e de onde viemos; nos trazem as reminiscências das batalhas travadas ao longo dos dois anos desse curso. Por outro lado, agradecer trata-se de uma obra que deve ser trabalhada com zelo e paciência para que não cometamos um dos maiores pecados da humanidade: o da ingratidão.

Agradeço, primeiramente, à coordenação e à secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, nas pessoas de Sandra Regina e Patrícia que no cumprimento dos seus deveres burocráticos vão além do que lhes são pedidos, tratando a todos com gentileza e carinho. Sou grato também ao CNPq pela concessão da bolsa, o incentivo da mesma foi fundamental para o resultado desse trabalho.

Agradeço ao professor Cristiano Luís Christillino pela orientação do trabalho. Aliás, Cristiano não é apenas um orientador, é um grande amigo com quem nos sentimos à vontade para conversarmos sobre qualquer assunto. Desde que foi meu professor em Campina Grande durante a Graduação na UEPB em 2013 tem se mostrado um grande incentivador das minhas pesquisas. Quando fui ouvinte de uma disciplina ministrada por ele no PPGH – UFPE em 2015 me recebeu com entusiasmo e carinho. A você Cristiano, o meu muito obrigado, na certeza que não tenho só um orientador, mas um grande amigo e companheiro de lutas.

Da mesma forma, sou grato aos colegas que fizeram parte daquela turma, que era composta por oito homens, em especial ao Estevam Machado, ao Rafael Oliveira, ao David Aroucha e ao Roberto Souza, amigos que vou preservar pra vida inteira.

Agradeço aos professores que aceitaram o convite e compuseram a banca de defesa. São eles: Suzana Cavani Rosas, grande conhecedora da historiografia brasileira do século XIX com quem eu tive o privilégio de pagar disciplina no Programa, às leituras sugeridas por você Suzana muito me ajudaram nesse trabalho; a professora Serioja Cordeiro Mariano que como grande conhecedora da historiografia paraibana e com sua leitura atenta e ar sempre gentil trouxe uma contribuição importante para a estruturação desse estudo. Agradeço, igualmente a professora Ironita Machado, pela a sua gentileza e disponibilidade em compor à banca, com relatos e comparações concernentes a historiografia gaúcha a sua participação tornou-se imprescindível. Sou grato também ao professor Carlos Alberto Miranda e Juliana Andrade que completaram a banca de defesa. Miranda foi meu professor de Teoria e Historiografia no curso, com ele eu aprendi a ser uma pessoa melhor, a ser coerente nos meus atos, a ser

paciente, a ser resiliente, a ser um incentivador, enfim, a ser um guerreiro sem armas e sem machucar ninguém; a você, professor e amigo Carlos Miranda o meu muito obrigado. Agradeço, da mesma forma, a professora Socorro Abreu e Lima com quem também tive a honra de pagar disciplinas, sua experiência e ensinamentos muito nos servem de incentivos e são verdadeiras lições.

Agradeço aos professores com quem cursei disciplinas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Em especial à professora Marinalva Lima que com suas sugestões de leituras enriqueceu o nosso ofício de historiador e ao professor Gervacio Batista Aranha homem culto e humilde que me recebe sempre muito bem na UFCG. Estendo esses cumprimentos aos colegas e amigos que fiz naquele Programa, essa troca de conhecimento é muito especial.

A turma 2017 da linha Relações de Poder do Programa de História da UFPE muito me honra ter sido colega de vocês. São eles: Júlio César (conterrâneo lá de Sapé), Bianca Cruz, David de Fraga, Débora Lopes, Gabriella Chalegre, Isabella Puente e Ana Maria Litwak. Amplio os cumprimentos para os colegas e amigos que fiz nas outras linhas de pesquisa, assim como aqueles do doutorado, em especial aos meus amigos Lucian Souza (que me recebeu em seu apartamento durante as pesquisas em João Pessoa), Ari Vitoriano (com quem muitas vezes tive a oportunidade de almoçar, ocasião em que aproveitava-nos pra debatermos a respeito do cenário político do Brasil e do mundo) e Patricia Marciano (a quem muitas vezes me enviou livros que ajudaram na elaboração desse trabalho, ela sabe o quanto me foi útil, obrigado menina).

Agradeço aos colegas e amigos da turma Especialização em História da FIP. Todos vocês, sem exceção, estão guardados no fundo do meu peito. Obrigado e avante nos seus projetos.

Agradeço de maneira especial a minha amiga Carla Juliana, grande companheira desde os tempos que eu estudava pra seleção desse mestrado. Você Carla com seu jeito meigo, dócil e companheiro me ensina a ser uma pessoa cada vez melhor. Muito obrigado.

Ao meu amigo Manoel Mariano (in memoriam) que me recebeu como filho na sua casa em Recife, a ele e a sua família meu muito obrigado. Daqui para frente a cada honra e cada glória recebida na vida acadêmica lembrarei do senhor seu Manoel, da sua sanfona, do seu saudoso talento autodidata. Fostes um grande guerreiro, e na batalha da vida um guerreiro não abandona o outro na trincheira.

Agradeço aos amigos e companheiros do município de Gado Bravo que muito me incentivaram nessa empreitada, em especial ao meu amigo Márcio que com suas habilidades

técnicas muito me auxiliou na elaboração desse trabalho. Para aqueles que não acreditavam em mim não guardo mágoas, nem rancor, só lamento. Espero um dia poder utilizar o conhecimento adquirido nos bancos das universidades para auxiliar o povo sofrido, mas guerreiro gadobravenses.

Agradeço de modo especial a todos os meus familiares, não vou citar nomes para não cometer injustiças. Vocês são exemplos pra mim, verdadeiros guerreiros sem armas. Muito obrigado.

O passado é por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa. (BLOCH, 2001, p.75.)

.

RESUMO

Este trabalho analisa as estratégias políticas costuradas entre a elite local na província da Paraíba e os representantes do Governo Central (Corte) na década de 1860. Período de mudanças no panorama político imperial por ocasião da Campanha do Paraguai, ao qual demandava uma participação mais efetiva por parte daqueles que preenchiam os cargos políticos e burocráticos na Província para cumprir os ditames vindos da Corte. Essa mudança de cenário devia-se ao recrutamento militar e ao destacamento da Guarda Nacional para a guerra, embora a proteção a aliados e correligionários por parte da elite política paraibana fosse anterior a eclosão do conflito. Nesse panorama, abordamos o papel do clientelismo na Província diante das leis e dos ditames centralizadores vindos do Rio de Janeiro, tendo em vista que os fazendeiros e latifundiários (membros da elite política paraibana movimentaram-se para defender seus interesses). O poder detido pelo mandonismo local exigia dos representantes do Governo Central a adoção de estratégias e tramas para governar a Província, procedimento necessário para não desagradar os potentados em suas paróquias, municípios ou freguesias. Aproveitando-se do fato de ser alicerces do Estado imperial – com quem contava no período de eleições e rebeliões – o mandonismo paraibano procurou utilizar de barganhas para defender seus aliados quando esses foram ameaçados pelo recrutamento. Boa parte das vezes, a melhor forma de defender-se era através do preenchimento de cargos burocráticos importantes por membros ou aliados da elite política da Província. Gozando de recursos e poder essa tarefa não era difícil de alcançar, com aliados no poder as estratégias em busca de favorecimento ficavam ainda mais simples.

Palavras-chave: Mandonismo Político. Clientelismo. Recrutamento Militar. Guerra do Paraguai. Paraíba.

ABSTRACT

This paper analyzes the political strategies sewn between the local elite in the province of Paraíba and the representatives of the Central Government (Court) in the 1860s. A period of changes in the imperial political panorama during the Paraguayan Campaign, which demanded a more effective participation by those who filled the political and bureaucratic positions in the Province to comply with the dictates coming from the Court. This change of scene was due to military recruitment and the National Guard's deployment to the war, although protection of allies and co-religionists by the Paraíba political elite predated the outbreak of the conflict. In this panorama, we discuss the role of clientelism in the Province in the face of the laws and centralizing dictates coming from Rio de Janeiro, given that farmers and landowners (members of the Paraíba political elite moved to defend their interests). The power held by the local commandos demanded of the representatives of the Central Government the adoption of strategies and plots to govern the Province, a procedure necessary not to displease the potentates in their parishes, municipalities or parishes. Taking advantage of the fact that it was the foundations of the imperial state - with whom it counted in the period of elections and rebellions - the Paraíba an Mandonismo tried to use bargaining to defend its allies when these were threatened by the recruitment. For the most part, the best way to defend themselves was through the filling of important bureaucratic positions by members or allies of the political elite of the Province. Boasting resources and power this task was not difficult to achieve, with allies in power strategies for favoring were even simpler.

Key words: Political Mandonismo. Clientelism. Military Recruitment. War of Paraguay. Paraíba.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Os Voluntários da Pátria e seus uniformes, com um zuavo baiano na segunda posição da direita para a esquerda.....106
- Figura 2** - Hospitais nos campos de batalhas do Paraguai (Passo da Pátria)..... 113
- Figura 3** - Voluntários da Pátria durante a Campanha do Paraguai.....132
- Figura 4** - Fuzileiros da Guarda Nacional.....140
- Figura 5** - Uniformes dos oficiais e soldados de diferentes batalhões de Voluntários da Pátria 170
- Figura 6** - Comendador Felizardo Toscano de Brito 187

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Cone Sul no século XIX.....	25
Mapa 2 - As fronteiras paraguaias em 1811	89
Mapa 3 - As Repúblicas do Prata (1820-1870).....	90
Mapa 4 - Província do Rio Grande do Sul por volta de 1839.....	91
Mapa 5 - As regiões geográficas da Paraíba.....	121
Mapa 6 - Municípios da Paraíba (1920).....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estudantes brasileiros em Coimbra, por província, 1772 – 1773, e distribuição provincial da população, 1823.....	43
Quadro 2 - Presidentes da província da Paraíba na década de 1850.	59
Quadro 3 - Presidentes da província da Paraíba na década de 1860	60
Quadro 4 - Delitos na Paraíba no primeiro semestre de 1865.....	69
Quadro 5 - Delitos na Paraíba no início da década de 1860.....	69
Quadro 6 - Números de guardas nacionais destacado para o serviço militar por províncias (Decreto 3.383 de 21 de janeiro de 1865)	72
Quadro 7 - Batalhão n°. 10 da Guarda Nacional do município de Campina Grande, maio de 1868.....	76
Quadro 8 - Guardas nacionais nomeados nos municípios de Pilar e Pedras de Fogo em abril de 1868.....	79
Quadro 9 - Fardamentos para forças armadas da província da Paraíba conforme o Edital n°. 09.....	166

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	DA VILA A CAPITAL: A GUARDA NACIONAL E A DIFÍCIL CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA NA PARAÍBA DOS ANOS 1860	33
2.1	ELITES, MANDONISMO E CLIENTELISMO.....	35
2.2	O CALCANHAR DE AQUILES DOS REPRESENTANTES DO IMPÉRIO: A GUARDA NACIONAL NA PROVÍNCIA NA DÉCADA DE 1860.....	44
2.3	UM CARGO REVESTIDO DE PRESTÍGIO: O PAPEL MEDIADOR EXERCIDO PELOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA.....	56
2.4	MUITO ALÉM DE ACEITAR ORDENS: SUSTENTAR OS DITAMES LOCAIS.....	64
2.5	QUALIFICAÇÃO E REVISÃO EM COMANDOS SUPERIORES INTERIORANOS.....	73
2.6	ENTRE A MILÍCIA E A POLÍCIA: ACORDOS E DESACORDOS ENTRE AS DUAS INSTITUIÇÕES NA PROVÍNCIA.....	80
3.	“O CENÁRIO” POLÍTICO NA REGIÃO DO PRATA E A CRISE NO ABASTECIMENTO DO EXÉRCITO IMPERIAL NO PARAGUAI: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA	84
3.1	UM TERRITÓRIO BÉLICO: CONFLITOS NO PRATA E INTERVENCIONISMO BRASILEIRO NAS FRONTEIRAS SULISTAS.....	84
3.2	ABASTECIMENTO E ESTRATÉGIA MILITAR NA CAMPANHA DO PARAGUAI..	99
3.3	É PRECISO REFORÇAR AS FILEIRAS: DESERÇÕES, DOENÇAS E BAIXAS NO EXÉRCITO.....	109
4.	QUANDO OS ENTUSIASMOS CESSAM: OS IMPACTOS DA CAMPANHA DO PARAGUAI NA PARAÍBA	121
4.1	PROVÍNCIAS DO NORTE: O PAPEL DA IMPRENSA E O CENÁRIO POLÍTICO EM MEADOS DO SÉCULO XIX.....	122
4.2	É PRECISO DEFENDER OS ALIADOS: COMO E QUEM RECRUTAR?.....	139
4.3	A GUARDA NACIONAL E O ALISTAMENTO DE VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA PARAÍBA ANTES DA GUERRA DO PARAGUAI.....	151

4.4	O REDUTO MAIS VISADO: RELAÇÕES DOS COMANDOS DA GUARDA NACIONAL COM O GOVERNO PROVINCIAL NOS ANOS DE EFETIVO RECRUTAMENTO.....	172
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
	REFERÊNCIAS.....	190
	APÊNDICE A – FONTES COMPLEMENTARES DA PESQUISA.....	197

1 INTRODUÇÃO

“Forão immensas as difficuldades com que lutou o meu digno antecessor para o preenchimento desta força que nunca pôde fazer chegar ao seu estado completo. Não se podendo lançar mão do recrutamento, e offerecendo-se unicamente aos que se queirão alistar a parca diaria de 700 rs (com que devem tambem alimentar-se) junta aos incommodos inherentes a tão pesado serviço e a tão dura disciplina como é a militar, não será possivel talvez o preenchimento da força decretada”. Luiz Antonio da Silva Nunes – Presidente da Província da Parahyba – 1860¹. (Grifo nosso).

No dia 15 de junho de 1860, o Presidente da Província da Paraíba Luiz Antonio da Silva Nunes, fazia a exposição em relatório das atividades governamentais concernentes a sua administração pública, aos membros que compunham a Assembleia Provincial. Esse ato, mais do que uma mera praxe, consistia, na verdade, numa forma do Presidente dirigir-se aos deputados que preenchiam os cargos daquele Parlamento. Ressaltamos que as prestações de contas do Presidente não estavam restritas apenas aos parlamentares, ele também se dirigia de forma direta para a elite local. Boa parte das vezes as tramas políticas imbuídas de toda uma oratória ajudavam para trazer uma aparência de normalidade e de sucesso na administração, encobrindo todos os percalços ou atos de reprovação praticados pelo político.

Na ocasião, o mesmo lamentava a situação em que se encontrava a força pública da Paraíba no início da década de 1860. O relato de Silva Nunes, carregado de um tom melancólico traz uma preocupação que esteve presente no cenário da política na Província ao longo daqueles anos: o recrutamento de homens para compor as forças públicas. Natural de território sulista (Rio Grande do Sul), e, portanto, afeito as similaridades das tramas políticas vigentes na Paraíba, o político mostrava aos deputados da Assembleia provincial as dificuldades para adquirir à força policial necessária para garantir à tranquilidade pública.

A franqueza do Presidente escancarava outra conjuntura bastante comum na Província ao longo do Império: a proteção do mandonismo local a aliados e amigos. Esse tipo de relação não era uma exclusividade da Paraíba. Suas raízes estavam fincadas em todo território brasileiro desde a época da Colônia, onde os conchavos políticos atingiram um patamar importante dentro do cenário de redes e alianças em busca da centralização, estando o clientelismo presente em boa parte das instituições do Estado, fossem elas burocráticas, ou não.

¹ BRASIL. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba.** Apresentado a Assembléa Provincial em 15 de Junho de 1860 pelo presidente Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, n° 6. 1860, p. 10.

Esse trabalho tem a pretensão de analisar o recrutamento militar na Província nos anos 1860 (década em que eclodiu a Guerra do Paraguai), conflito que demandou um grande esforço por parte dos representantes da Corte para conseguir homens que deviam compor às fileiras que partiam rumo ao campo de batalha. É nesse período que entra em cena para defender correligionários e aliados o clientelismo engendrado nas tramas e relações políticas entre os representantes do governo do Rio de Janeiro (Corte) e a elite política (mandonismo local) da Paraíba. Gozando de influências e privilégios na Província essa elite conseguiu poder de barganha nos conchavos políticos com aqueles que eram indicados pelo Governo Central para governar a Paraíba. Mais quem formava essa elite local? Quem tinha toda essa influência para barganhar com os representantes da Corte?

Na composição dessa camada social estavam homens que desenvolviam várias atividades, desde profissionais liberais: bacharéis, jornalistas; passando por aqueles que estavam engajados na vida militar, tanto na Guarda Nacional como na Polícia; até chegar aos latifundiários (possuidores de escravos) e comerciantes de vários setores. Esses compunham com suas famílias os verdadeiros herdeiros das práticas clientelísticas que se arrastavam desde os tempos do Brasil colonial, como supracitado.

Em sua tese de doutorado, Serioja Mariano analisa as redes familiares e a inserção dos grupos dessa elite na política paraibana. Dialogando com a brasilianista Linda Lewin, ela argumenta a respeito dos laços familiares orquestrados por estes na Paraíba para manter o poder em suas mãos. Conforme Mariano:

[...] a parentela era constituída por grupos ligados por uma extensa família, não só por laços sanguíneos, mas também por membros que formavam o núcleo dos seguidores políticos da oligarquia estadual: amigos, agregados, apadrinhados. Sendo assim, essa complexa rede política entrelaçada assegura os interesses e garante a sustentação da oligarquia.²

Foi essa rede política (carregada de interesses) decisiva para os potentados locais ao longo dos anos da Guerra do Paraguai. Nesse período, impactos de diversas ordens assolaram a Província: fossem políticos, econômicos ou sociais, modificando o cenário das relações vigentes entre as elites na Paraíba, estreitando os acordos já existentes e costurando novas alianças. Dentre as várias preocupações que cercavam os chefes políticos merecem menção o recrutamento pra sanar as baixas no Exército, com o intuito de defender seus familiares e

² Lewin, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 10, apud MARIANO, Serioja R. Cordeiro. **Gente Opulenta e de Boa Linhagem**: Família, Política e Relações de Poder na Paraíba (1817-1824). Tese (Doutorado em História). Recife – PE. UFPE, 2005, pp. 24-25.

protegidos diante da perseguição dos representantes da Corte o mandonismo paraibano se movimentou na busca pelo engrossamento de conchavos que pudessem frear esse processo.

De modo geral, a Paraíba oitocentista apresentou diversas alianças e tramas políticas, e essas relações necessitam de pesquisas mais apuradas. Dada a complexidade do tema destacamos que nosso estudo não tem o intuito de abarcá-lo em todas as suas dimensões, mas ele traz uma contribuição importante no que concerne a análise do recrutamento militar atrelado as negociações políticas empreendidas pela elite da Província durante a década de 1860.³

Nosso objetivo em recuarmos no recorte temporal até o início da década tem como finalidade demonstrar que a proteção dos potentados locais perante o processo do recrutamento militar não foi uma exclusividade dos anos concernente a Guerra do Paraguai. Esse foi um fenômeno comum ao longo dos anos 1860, embora a demanda tenha conhecido contornos de grandes proporções a partir da segunda metade da década, evidenciando que a Campanha do Paraguai impactou de forma direta na movimentação dos potentados locais na defesa de seus correligionários.

A fala do Presidente (apresentada no início dessa introdução), ainda em 1860, demonstra o que estamos defendendo: os embates entre os representantes do Governo Central e a elite local se arrastavam já há alguns anos. Outro ponto que merece menção em nosso estudo é a análise das tramas políticas vigorantes no interior da Província (temática pouco abordada pela historiografia), destaque para o forte patronato vigente nos batalhões da Guarda Nacional em municípios e vilas do interior da Paraíba.

Em sua pesquisa de mestrado⁴, Juliana Dantas Rabelo ressaltou as tramas e pressões sofridas pelos presidentes da Província diante das deliberações advindas do Rio de Janeiro na época da Guerra do Paraguai. Segundo Rabelo, os presidentes tiveram suas “obrigações ameaçadas pela resistência da população livre pobre apta a ser recrutada, e pelas disputas internas alavancadas pelos grupos políticos e pelo poder privado existentes na Província da Paraíba”⁵.

Essas dificuldades deviam-se ao patrimonialismo. Conforme conceituação de Max Weber, chamamos de patrimonial a “toda denominação que originalmente orientada pela tradição, se exerce em virtude de pleno direito pessoal”.⁶ Registrado no Império ao longo de

³ É importante ressaltar que estudos relacionados a essa temática e temporalidade vêm ganhando fôlego nos últimos anos através de grupos de estudos organizados na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a orientação das professoras Serioja R. Cordeiro Mariano e Solange Pereira Rocha.

⁴RABELO, Juliana Dantas. **Relações de Poder e Recrutamento Militar da Paraíba Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa – PB. UFPB, 2017.

⁵ *Ibidem*, p. 15.

⁶ WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1991. p. 152.

sua vigência, ele não foi típico daquele período, o precede. A subida em frequência do vice-presidente de Província ao cargo de presidente na Paraíba durante a década de 1860 demonstra a força dessas relações.

Essas mudanças tinham em seu limiar a forte presença de articulações e redes políticas empreendidas por membros da elite local, e nesse cenário a Assembleia provincial desempenhava um papel de suma relevância. Por isso as palavras melancólicas presentes na exposição do presidente Silva Nunes, ele mostrava a Assembleia a real situação enfrentada pelos presidentes na província, destacando as dificuldades em conseguir recrutas para a força pública. Na fala em questão, ele referia-se a Polícia, entretanto, a situação na Guarda Nacional não era diferente, gozando de um forte poder simbólico e influências do mandonismo local, a instituição desempenhava um papel de protagonista nas tramas políticas costuradas na Paraíba.

Em relação a Guarda Nacional, defendemos que é compreensível que o 1º Comando Superior da Milícia, envolvendo os municípios da Capital (Parahyba do Norte) e Alhandra teve um estreitamento mais significativo nas relações com o Presidente da Província, até mesmo devido à proximidade geográfica com a sede do Governo provincial. Pelos dados apresentados no estudo de Rabelo notamos um enfoque maior a esse Comando Superior, mas não podemos ficar só nele. Os comandos superiores do interior tiveram um papel preponderante na manutenção de seus milicianos na terra natal, empreendendo conchavos de grande valor para defender seus interesses, chegando até mesmo a momentos de rivalidade com os representantes da Corte quando não eram prontamente atendidos.

Outro estudo que versa sobre a Guarda Nacional na Província da Paraíba é o de Lidiana Justo da Costa: *Cidadãos do Império, Alerta*, defendido como dissertação de mestrado na UFPB, sob a orientação da professora Serioja Mariano. Justo da Costa analisou a Guarda Nacional, desde o período de sua institucionalização em 1831, até a Lei que trouxe uma modificação importante para a mesma em setembro de 1850 (colocando-a sob o julgo direto das autoridades políticas do Centro). Conforme ressalta a própria autora, a investigação empreendida no estudo busca:

[...] perceber como a Guarda Nacional foi sendo organizada na província da Paraíba, observando quais os trâmites e os processos conflituosos na criação dessa milícia na província e os interesses da elite local, perpassando pela morosidade/celeridade para se criar a Guarda.⁷

⁷ COSTA, Lidiana Justo da. **Cidadãos do Império, Alerta!** A Guarda Nacional na Paraíba oitocentista (1831-1850). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa – PB. UFPB, 2013, p. 14.

Na organização dessa instituição, como ressaltado, estavam as aspirações e interesses da elite local. Pertencendo a sociedade civil, e, portanto, acessível a todo aquele que era cidadão, a Guarda Nacional adquiriu e movimentou os potentados locais por todo o império, desde o início de sua vigência. Continuamos dialogando com Costa, de acordo com ela, nos primeiros anos:

[...] viram-se os limites impostos ao exercício da cidadania e a confusão sobre o que era de fato ser um cidadão numa sociedade escravagista. No que se refere a Guarda Nacional, verificamos que nem todos os cidadãos serviram por patriotismo, mas, antes, por obrigação, ou porque estavam envolvidos numa teia marcada pelo clientelismo e pelo apadrinhamento político. Talvez o serviço prestado na Guarda lhes garantissem vantagens, ou não, o que justifica a ideia do ônus e/ou bônus. Nessa via, há de se considerar a forma como os indivíduos exerceram essa cidadania[...]. A Guarda Nacional, apesar de ter sido criada na Regência, em 1831, fez parte do arcabouço político-social elitista, e essas elites dirigentes apresentavam opiniões diversas sobre o lugar social de categorias consideradas não brancas naquela sociedade. Acreditamos que a Guarda foi utilizada como Força-padrão da Regência para manter a integridade do território nacional, visando, ao mesmo tempo, à acomodação dos considerados cidadãos do Império brasileiro. Nesse sentido, entendemos que a Guarda foi ‘fabricada’ pelo governo regencial.⁸

Conforme a primeira Carta Magna brasileira (a Constituição de 1824), em seus artigos 92º e 94º, que versam sobre a renda anual necessária pra ser cidadão e, por consequência, votante durante o Império, havia uma diferença entre aqueles que poderiam votar nos pleitos paroquiais e nos provinciais. Nas eleições paroquiais era necessária uma renda líquida anual de cem mil réis, já nas provinciais a renda duplicava para duzentos mil réis, na primeira muitos conseguiam votar, a segunda, por sua vez, era privilégios de poucos.

Servir a Guarda Nacional poderia significar vantagens, no entanto, em algumas situações a subserviência a instituição poderia trazer ônus e outras preocupações. Tudo dependia da família que estava no poder paroquial, e, por consequência, no comando da instituição. Por outro lado, ser membro da Guarda significava, em grande medida, se distinguir dos demais membros da sociedade imperial, prova disso é o fato da farda da instituição ter sido pouco vestida por negros e indígenas. Numa sociedade escravocrata, com forte continuação das camadas sociais vigentes desde o período colonial, compor o esquadrão da mesma foi um privilégio de poucos.

Apesar de ser criada em agosto de 1831, portanto, durante o período do Governo regencial, a Guarda exerceu papéis fundamentais ao longo de todo o Império. Tendo sofrido modificações ao longo de sua vigência, ela jamais deixou de servir elites e, por tabela, aos ensejos dos governantes em todas as esferas do poder. Seus interesses, na maioria das vezes,

⁸*Ibidem*, p. 60.

estavam associados, inclusive, com uma forte participação nos emaranhados das lutas político-partidárias.

Em nosso trabalho utilizamos um aporte teórico que dê permissão para debatermos essas questões, nesse aspecto seguimos o viés da Nova História Política. Focamos em uma abordagem que leva em conta “não mais a política em seu sentido tradicional, mas em nível das representações sociais e coletivas [...] bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder”⁹. Viés que deixa para trás a exaltação dos grandes atos e figuras como era característica da História Política tradicional e passa a analisar as lutas, tramas e redes partidárias.

Assim sendo, “em vez de fixar-se na pessoa do monarca, a história do político voltou-se para o Estado e a nação”¹⁰, como enfatiza Renè Rêmond. A Nova História Política nos ajuda a compreender todo o emaranhado das relações mantidas pela elite local da Paraíba com os representantes da Corte, tendo em vista que ela traz novas possibilidades de leitura das fontes, até então ignoradas pela História Política.

Em meados do século XIX, a conjuntura política do Brasil vivia ares de consolidação. As revoltas e rebeliões internas que sacudiram o Império ao longo do período da Regência teriam ficado para trás, as relações do Governo Central com as províncias atingiam uma estabilidade necessária para o atendimento de algumas determinações vindas do Rio de Janeiro. Esse cenário só era possível graças a uma política de conciliação adotada a partir do Gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão (o Marquês do Paraná). Após anos sendo ignorados pelos conservadores, o Gabinete Paraná (1853-1856), acenava para os liberais com reformas há muito reivindicadas por estes, entre essas estavam a do Judiciário e a Eleitoral, como ressalta Suzana Cavani.¹¹

Determinações como essas, da época de Paraná, deixaram rastros até mesmo após o fim do Gabinete. Buscando um maior entendimento, parte dos Conservadores e dos Liberais, criaram no início da década de 1860 a Liga Progressista. Apesar de toda a instabilidade notada durante sua vigência a Liga ofereceu bases para a sustentação política em um período crucial no contexto do Segundo Reinado: o da Campanha do Paraguai.

⁹ FALCON, Francisco. História e Poder. Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 23.

¹⁰ RÊMOND, Renè. **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 15.

¹¹ ROSAS, Suzana Cavani. **Da “Constituinte Soberana” a “Conciliação Política Sobre as Bases das Reformas”**: O Partido Liberal em Pernambuco e o Gabinete Paraná de 1853. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i170>, 2014, p. 295.

Em relação ao conflito iniciado em 1864, diplomáticos e parlamentares brasileiros acreditavam que o mesmo seria curto e não causaria prejuízos para os cofres públicos do Império.¹² Entretanto, com o passar do tempo e os desdobramentos da Campanha, a realidade mostrou-se totalmente diferente de como era enxergada meses antes. Apesar do Paraguai, tratar-se de um país com dimensões menores e ser bem menos populoso que o Brasil, que ainda lutava aliado à Argentina e ao Uruguai, o exército de López mostrou-se mais preparado. Além do mais, contavam (os paraguaios) com o conhecimento do território e outras benesses que as fileiras dos Exércitos encontram quando pelejam nessa situação. Acuado na Corte, o Governo Central recorreu as suas bases políticas nas províncias em busca de apoio para reforçar as forças armadas, em tempos de urgência como este, as relações costuradas na época de Paraná poderiam dar bons frutos.

Foi nessa perspectiva que o clientelismo precisou dar às cartas com mais precisão, uma vez que diante da situação apresentada os potentados locais buscaram a seu modo, se movimentar para não perder seu poder de influência. Richard Graham em *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX* faz menção ao clientelismo, destacando que este “constituía a trama de ligação da política no Brasil do século XIX e sustentava virtualmente todo ato político”¹³. No limiar dessa relação estavam à concessão de favores e a proteção política de aliados e amigos em troca de lealdade e de votos. Era preciso resguardar familiares, partidários e correligionários diante dos ditames vindos do Rio de Janeiro.

A rede de proteção clientelista apresentava em seus emaranhados, junções advindas desde o período colonial brasileiro. Onde o latifundiário e sua família agregavam em torno de si centenas, ou mesmo milhares, de trabalhadores livres pobres labutando em suas terras. É essa gente que merece uma atenção especial por parte de nosso estudo, pois diante do recrutamento esses viram a chance de “cobrar”, de alguma forma, os anos de lealdade oferecida ao patrão. Para Graham:

A família e a unidade doméstica constituíam os fundamentos de uma estrutura de poder socialmente articulada, e o líder local e seus seguidores trabalhavam para ampliar essa rede de dependência. Numa sociedade predominantemente rural, um grande proprietário de terras contava com a lealdade dos seus trabalhadores livres, dos sitiantes das redondezas e dos pequenos comerciantes da vila, lealdade que seria demonstrada por várias maneiras, não menos pelo apoio nas eleições¹⁴.

¹² DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra:** Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 111-113.

¹³ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 15.

¹⁴ *Ibidem*, p. 17.

Essa influência do líder local estendia-se para a Guarda Nacional, como ressaltado acima. Nos últimos anos estudos relacionando o clientelismo com a Guarda Nacional, assim como análises de tramas e conchavos políticos empreendidos nas províncias durante o período imperial vem se desenvolvendo e ganhando espaço na historiografia brasileira. Entre estes se encaixa a pesquisa de doutorado de André Fertig, *Clientelismo Político em Tempos Belicosos*, apresentado na UFRGS, no ano de 2003, sob orientação da professora Helga Picollo. Em seu estudo Fertig compartilha da noção de clientelismo formulada por Graham, procurando investigar como a política envolvia os homens que compunham a Guarda Nacional. Como instituição responsável por fundamentar e sustentar o Estado Imperial centralizado os oficiais e guardas nacionais da milícia eram protagonistas de uma relação clientelista, intermediando as redes políticas da Província com o Rio de Janeiro. Dessa forma, adquiriam força e influência para quem desejasse ser uma liderança política.¹⁵

Também no Rio Grande do Sul, vale à pena destacar à pesquisa de Jonas Moreira Vargas, *Entre a Paróquia e a Corte*, apresentada como dissertação de mestrado na UFRGS, sob a orientação da professora Helen Osório. Vargas, através da utilização do método prosopográfico analisa a elite política do Rio Grande do Sul (entre 1868-1889), em especial um grupo que compunha essa elite, aquele composto pelos conselheiros e ministros de Estado, senadores e deputados gerais e provinciais.¹⁶

O estudo de Vargas se encaixa em um período crucial do Segundo Reinado, entre o fim da Guerra do Paraguai e o início da República. Lançando mão de conceitos, como: rede social, alianças e relações pessoais o pesquisador ressalta o jogo de relações empreendidas entre à elite provincial gaúcha e seus representantes na Corte, laços esses adquiridos com as amizades nas faculdades de Direito do Império, ou através de matrimônios, esforços demandados em nome de ganhos e crescimento político. Segundo o autor:

[...] O princípio da rede social enquanto espaço por onde as alianças e as relações pessoais transformavam-se em ganhos políticos, também ajuda na compreensão de como os mediadores agiam nesta sociedade. É importante também mencionar que uma vez no topo da elite política, os indivíduos, mesmo regressando para o Rio Grande do Sul, não perdiam tais vínculos. Além disso, a Corte era o grande espaço de circulação das elites de todas as províncias e aqueles que nela ingressavam, aproveitavam todo o seu tempo para reforçar suas redes.¹⁷

¹⁵FERTIG, André Atila. **Clientelismo político em Tempos Belicosos**: A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do estado imperial centralizado (1850-1873). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010. pp. 19-20.

¹⁶ VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte**: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre – RS. UFRGS, 2006, pp. 09-40.

¹⁷*Ibidem*, p. 102.

Na província de São Pedro (Rio Grande do Sul) a elite local procurava ingressar nas redes de sociabilidades e políticas orquestradas na Corte em busca de preservar os interesses familiares nas paróquias, caso da família de Osório e dos Ribeiro de Almeida. Na província da Paraíba, as tramas seguiam por um caminho diferente, a elite paraibana buscou um maior engajamento na Assembleia provincial e nos outros cargos de comandos vigentes na burocracia do Império, como: nos comandos superiores dos batalhões da Guarda Nacional, na chefia da Polícia, com os delegados e sub-delegados nos diversos termos que compreendiam o território paraibano e, até mesmo manobrando para ocupar o cargo de Presidente da Província. No Rio Grande do Sul, a elite enxergou na Guerra do Paraguai a grande chance de tirar vantagens, não medindo esforços para auxiliar o Governo Central. Na Paraíba, o conflito causaria o efeito inverso, os empenhos empreendidos foram no sentido de dificultar o embarque de homens que iriam compor às fileiras das forças imperiais postadas no Paraguai.

Ainda no Rio Grande do Sul, merece menção o estudo de Luís Augusto E. Farinatti, intitulado, *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária*, apresentado como tese de doutorado na UFRJ. Na pesquisa, Farinatti dedica-se a analisar a composição, a lógica social e as estratégias da elite agrária da Fronteira Meridional do Império do Brasil entre 1825 e 1865, com o foco do estudo recaindo sobre o município de Alegrete. Sendo o maior da Campanha gaúcha, com a economia baseada na criação de cabeças de gado, o município de Alegrete era ocupado por grandes fazendas (as estâncias), em anos de guerras (o que era comum na região) os estancieiros manobravam verdadeiros exércitos para defender os seus interesses e de aliados, o que por consequência obtinham a lealdade ou repúdio das instâncias governamentais provinciais e centrais.¹⁸

Estabilizados naqueles arredores, os estancieiros buscaram expandir suas áreas de influências, tanto política, como militarmente. Por habitar a região de fronteira, localizada nos rincões da Província e com fazendas de gado do lado castelhano esses latifundiários conheceram certa autonomia nos primeiros anos de fixação na região, o que facilitou seus negócios e empreendimentos. A situação só iria mudar com os conflitos armados que assolaram a fronteira no período pós-independência (Campanha da Cisplatina, Guerra dos Farrapos e do Paraguai), essas guerras agitaram a conjuntura política nos arredores, chamando a atenção do Governo Central, que através de algumas medidas procurou atender os ensejos dos estancieiros, em busca de lealdade e apoio. É a partir desse momento que esses proprietários adquiriram maior espaço na política, rendendo-os títulos nobiliárquicos e espaço

¹⁸ FARINATTI, Luís Augusto E. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro – RJ. UFRJ, 2007.

nos preenchimentos de importantes cargos na burocracia estatal, inicialmente nas paróquias e freguesias da região e, depois a nível provincial e geral, como destacou Jonas Vargas.

Mapa 1 - Cone Sul no século XIX



Fonte: Territorial disputes in the Platine Region in 1864. Based on File: **Territorial disputes in the Platine region in 1864.png**

Diferentemente do cenário vivenciado no Rio Grande do Sul (onde a elite era basicamente de fronteira) estava às relações políticas empreendidas pela elite paraibana. A colonização da Paraíba se deu através de duas levas: a primeira, em fins do século XVI, na região que compreendia o Litoral, onde predominou por séculos o cultivo da lavoura açucareira. A segunda leva de ocupação do território se deu após o enfrentamento com os nativos no interior, a partir da segunda metade do século XVII, através de doações de lotes de terras avulsas (as ditas sesmarias).

Essas terras não apresentavam as mesmas características do solo da faixa litorânea (terras roxas), o que dificultava o cultivo da cana-de-açúcar. A solução para a ocupação seguiu uma nova atividade: a pecuária, o que com o passar dos anos tornou-se um fato animador, tendo em vista que a criação extensiva de gado no Cariri-Sertão serviu de ancoradouro para a zona canavieira, que recebia matérias-primas necessárias para o abastecimento dos engenhos, como: à carne, o couro entre outras.

Na composição social (de modo geral), às terras áridas pecuaristas não ocupavam muitos braços necessários para a mão de obra, tendo em vista o caráter da atividade praticada na região. Apesar do pouco número de escravos, a elite agrária do interior da Província da Paraíba vivia cercada por agregados e trabalhadores livres, o que lhes reservava privilégios e influência local.

Gozando de autoridade esses latifundiários conviveram por décadas (até por séculos), “alheios” aos ditames legais, eles próprios constituíam o poder nas cercanias, assim como ocorria nas fronteiras da Província do Rio Grande do Sul. Esse distanciamento do centro do poder burocrático começou a ser quebrado a partir da década de 1850, quando os representantes do Governo Central, estimulados pelos ditames centralizadores vindos da Corte passaram a influir nas decisões tomadas nas paróquias e freguesias do interior da Paraíba.

Essa situação agravou-se na década seguinte com a eclosão da Campanha do Paraguai, ocasião em que o recrutamento militar para compor às forças armadas atingiu e, muitas vezes foi de encontro com os interesses da elite agrária paraibana que nos idos daqueles anos exercia um forte poder clientelístico. Com familiares, parentes e amigos engajados em cargos burocráticos, inclusive na Guarda Nacional, essa elite costurou conchavos com os representantes do estado para não embarcar rumo aos campos de batalhas do conflito.

Por volta da metade do século XIX, as famílias de elites na Paraíba ocupavam os principais postos da Guarda, situação que se repetia ao longo de boa parte do Império. Analisando essa temática nas fronteiras do Rio Grande do Sul, Farinatti destaca que:

[...] os comandantes militares possuíam grande poder e reconhecimento social. Eles tinham ingerência sobre doações de terras, repartição de gado, recrutamento de combatentes, abastecimento das tropas, passagem de animais e mercadorias pela fronteira, além da política regional. Todos esses fatores tinham implicações diretas na economia pecuária e na vida social.¹⁹

Apesar de não habitar em região de fronteira, a elite paraibana soube barganhar e intermediar seus interesses com o Governo Central. Ir a Guerra não constituía grande atrativo

¹⁹*Ibidem*, 2007, p. 167.

para a maioria dos paraibanos, pois essa se desenrolava em um lugar longínquo e não traria benesses, compartilhando dessa mesma ideia, o mandonismo local se movimentou para defender às bases clientelísticas. Esgotados os primeiros vultos de patriotismo, o que se deu logo nos primeiros meses de Campanha, começaria na Paraíba uma verdadeira “peregrinação” em vão dos agentes que representavam a Corte na Província. Nesse cenário, tanto para as tropas de primeira linha (Exército) como na Guarda Nacional houve interferência da elite para dificultar no processo do recrutamento.

Em outubro de 1865, o periódico *O Publicador* trazia a correspondência endereçada pelo Ministro das Relações Exteriores José Antônio Saraiva para o presidente da província da Paraíba. Conforme ressalta o Ministro:

V. Exc. se esforçará para que as medidas do governo sejam compreendidas, e o entusiasmo da população dirigido por maneira mais conveniente não seja absolutamente amortecido. Cumprir que a população se convença de que o governo não dispensa ainda nossos sacrifícios, e quer apenas que esses sacrifícios sejam feitos se a necessidade o exigir. Desejava poder aconselhar á V. Exc. que parasse com o recrutamento, como homenagem ao patriotismo de que tem dado nossa população tantas provas em todos os pontos do imperio. Nossos corpos de linha porém se achão desfalcados, e não posso tomar a responsabilidade de aconselhar uma medida que está no desejo do governo, porém ainda não pode ser posta em execução. Entretanto **devo dizer-lhe que o governo imperial nas presentes circumstancias deseja que os seus delegados sejam os mais justos no exame das isenções legaes para os recrutados, e que considere deslustrada a autoridade, que nas circumstancias graves por que está passando o paiz, se servir do poder para desconsiderar seus adversarios, ou consentir que a paixão e os interesses politicos perturbem os negocios da guerra.**²⁰(Grifo nosso).

Naquele período estava à frente da presidência o paraibano Felizardo Toscano de Brito, membro da elite local, ele foi personagem importante nos primeiros meses do recrutamento na Província. Ocupar o principal cargo da burocracia imperial em nível provincial era para poucos e a subida de Brito a esse posto estava carregada de interesses, o principal deles: impedir o quanto pudesse o recrutamento militar e o envio de guardas nacionais para o front no Paraguai, tudo em nome do jogo do clientelismo.

A breve análise comparativa com a Província do Rio Grande do Sul demonstra que o clientelismo se desenvolveu por todas as províncias do Império (de Norte a Sul). Entretanto, não ficaremos somente nessas duas províncias. Em sua dissertação de mestrado, apresentada em 2017, na UFPE, sob orientação do professor Cristiano Christillino, *De Armas nas Mãos em Tempos de Armistício*, Roberto José S. e Silva estudou o processo de transformação por qual passou a Guarda Nacional na Província de Pernambuco logo após a Lei centralizadora que foi imposta pelo governo sobre a mesma em setembro de 1850.

²⁰ Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, 23 de outubro, 1865, p.39.

Província detentora de grande histórico rebelde (registrados na primeira metade do século XIX), Pernambuco ao longo daqueles anos causava preocupação no Rio de Janeiro, sendo a Guarda Nacional uma das principais mentoras dessas inquietações. Conforme Souza e Silva, a promulgação da Lei n° 602 de 1850 trouxe o controle efetivo da Guarda Nacional pernambucana para as mãos do Governo Imperial por meio de sua efetividade burocrática. Se por muitos anos a Guarda trouxe preocupação para os representantes do Governo Central na Província, a partir de 1850, segundo o pesquisador, a instituição foi não só necessária, mas essencial para que os ânimos revolucionários pernambucanos acalmassem, tirando da Província o rótulo de calo do Estado brasileiro, situação que se dava graças a Lei de setembro daquele ano.²¹

Analisando o caso do sapateiro e guarda nacional Antonio Adrião, recrutado forçosamente para servir a Marinha Imperial brasileira em 1855, o historiador observa que o fato de pertencer a uma instituição detentora de poder e respeito em todo o Império na época não foi suficiente para livrar o suplicante das prisões e penalidades por quais estava passando. Apesar da Constituição de 1824 e da Lei que criou a Guarda Nacional em 1831 garantir alguns direitos a Adrião eles não foram respeitados. Segundo Souza e Silva esse fato se dava devido:

Ao que parece, a lei, ou pelo menos o cumprimento dela por seus representantes e executores não fora suficiente para impedir que Adrião fosse parar atrás das grades injustamente [...]. Naqueles dias, o direito legal e o consuetudinário imbricavam-se diariamente, este, muitas vezes sobrepujando aquele, em virtude de redes clientelísticas bem estabelecidas e entrelaçadas, cujo fim maior era fazer prevalecer a vontade dos potentados políticos locais, lado esse que parece não ter sido o escolhido pelo personagem.²²

O episódio envolvendo Adrião, na província de Pernambuco, tem similaridades aos desafios enfrentados pelo pecuarista potiguar José da Nóbrega Sobrinho que habitava o Sertão da Paraíba no início da década de 1860. Todavia, o desfecho foi diferente. Mesmo com fama de tumultuador e desordeiro o pequeno pecuarista consegue ser qualificado na Guarda Nacional, gozando da proteção do potentado político local, destino que não teve o sapateiro Antonio Adrião na província vizinha que, apesar de pertencer às fileiras da Guarda, não teve seus direitos respeitados.²³

²¹ SILVA, Roberto José S. e. **De Armas nas Mãos em Tempos de Armistício: cidadãos alistados na guarda nacional da província de Pernambuco na década de 1850.** Dissertação (Mestrado em História). Recife – PE. CFCH/UFPE, 2017, pp. 12-24.

²²*Ibidem*, p. 110.

²³Arquivo Público Valdemar Bispo Duarte. Cx 059.

Esse caso nos leva a formulação de algumas hipóteses. Primeiro, porque o mandonismo político local não defendeu Antonio Adrião das acusações se ele próprio pertencia a um grupo seletivo na região que era o de fazer parte da Guarda Nacional? Alguma injustiça teria sido cometida? No caso de José Sobrinho, porque ele não sofreu penalidades e perdas de direitos, mesmo sendo apontado de desordeiro por populares na Vila onde habitava? Porque o caso foi esquecido na instância policial local, tendo o suplicante obtido privilégios nos anos vindouros, a exemplo da qualificação para a Guarda Nacional?

As respostas para esses questionamentos estão no entendimento dos caminhos entrelaçados pelas tramas e relações políticas locais nas respectivas províncias. Seguir a vontade apontada pelas famílias que compreendiam os potentados políticos nas paróquias e freguesias era sinal de lealdade, subserviência e obtenção de privilégios, caso contrário, era inevitável não sofrer às consequências do direito consuetudinário que sobrepujava as leis imperiais vigentes em boa parte e recantos do Brasil.

Na Paraíba de fins da década de 1850, já encontramos na documentação pesquisada despachos endereçados aos representantes imperiais na Província pedindo a liberação ou soltura de recrutas. Esses, boa parte das vezes, eram escritos por latifundiários ou familiares destes, alegando variados fatores e motivações para que o mesmo não pudesse servir as forças armadas, desde o histórico de boa conduta até ao fato de ser portador de deficiência ou chefe de família. Aspectos que contribuiriam a favor do recruta na hora da decisão tomada pelo representante imperial, fosse ele Presidente da Província, Chefe de Polícia ou Comandante Superior de quartéis da Guarda Nacional.

Como podemos perceber na correspondência de Saraiva (citada acima), a eclosão da Guerra do Paraguai no Sul necessitava urgentemente do recrutamento militar, devido às constantes baixas e até mesmo da falta de preparo do Exército de Primeira Linha, como ressaltado acima. Gozando de forte influência nos municípios, a elite paraibana dominava também a Assembleia provincial, o que forçava os presidentes da Paraíba a atender seus ensejos. Além disso, no sistema de governo provincial vigente na época os vice-presidentes também eram naturais da terra natal e sempre ocupava o posto de Presidente, algo desejado pelos potentados locais e bastante comum na Paraíba da década de 1860.

Esse fato explica os desdobramentos políticos ocorrido na Paraíba na década de 1860, preocupados com as deliberações vindas da Corte os latifundiários e chefes políticos locais tomaram algumas medidas para dificultar os ditames do Governo Central nos anos de efetivo recrutamento. A subida repentina dos vice-presidentes ao comando da Província esclarece

esse ponto, procurando defender seus aliados e correligionários o mandonismo paraibano buscou o aprimoramento das alianças e conchavos políticos já existentes.

Por outro lado, reconhecemos que esse processo não foi uma unanimidade, pois o mandonismo também tinha suas divergências locais. As rivalidades provinciais foram um verdadeiro fantasma para os adversários de quem estava no poder na Paraíba, tendo em vista que a represália mais comum da época era o recrutamento forçado para as forças armadas. Apesar de todo um esforço para defender os filhos da Província do recrutamento, encontramos na documentação pesquisada denúncias em torno de abusos das autoridades responsáveis pelo processo na Paraíba. Através da documentação percebemos também que esses excessos eram registrados sempre com adversários políticos dos potentados locais que cobravam caro pela “afronta”.

Ao longo dos anos a historiografia paraibana ignorou a efetiva campanha do recrutamento militar durante a Guerra do Paraguai, refiro-me aos escritos produzidos pelos historiadores do IHGP. Nomes consagrados da chamada História tradicional, a exemplo de Horácio de Almeida e Celso Mariz não esboçaram sequer um comentário sobre o tema, o que em certo caso “nega” a participação da Paraíba no conflito. Ora, a documentação pesquisada nos mostra exatamente o contrário, a Campanha militar travada no Sul na década de 1860 acirrou os ânimos e as tramas políticas na Província.

Se a temática foi ignorada pelos “grandes historiadores paraibanos” não podemos afirmar o mesmo de alguns memorialistas que abordaram-na. Entre esses merecem destaque o livro de Adauto Ramos, *A Paraíba na Guerra do Paraguai*, e a obra de Wilson Nóbrega Seixas, *Viagem Através da Província da Paraíba*, as quais utilizamos em nossos estudos. Apesar dessas obras não ter sido escritas com o rigor metodológico necessário aos historiadores, elas trazem pistas fundamentais para o auxílio de nossas pesquisas.

Para termos ideia de como essa historiografia tratou as elites políticas oitocentistas dialogamos com Serioja Mariano. Segundo ela:

[...] quando nos debruçamos na historiografia paraibana, que discute acerca da atuação dos grupos políticos no processo de formação do Estado Nacional, a província e seus representantes, praticamente são abordadas como se estivessem, naquele momento, vivendo um processo de letargia, totalmente a parte dos debates que aconteciam no centro do poder, o Rio de Janeiro. Afirmando, por exemplo, que as elites paraibanas ‘deixaram muito a desejar’ no cenário político, tendo em vista a falta de habilidade no trato das questões como centralização, descentralização ou

federalismo, o que se justifica, segundo essa historiografia, pela debilidade desses grupos que estavam no poder na década de 1830 e ao longo do século XIX.²⁴

Quando dirige a abordagem para a Assembleia provincial a historiadora observa que para a historiografia tradicional é como que a criação destas, “entre outras instituições, fosse uma coisa que seguia o curso ‘natural, automática’”.²⁵ O motivo para esse tipo de produção estava no fato dos esforços desse viés voltar-se para elucidação e glorificação de grandes personagens, figuras políticas, religiosas e mesmos militares que através de amplos feitos contribuíram para o desenvolvimento da Paraíba.

Seus discursos não estão voltados para as representações coletivas, não encarnam o espírito do povo, das movimentações sociais, das tramas políticas. Essas características, contudo, predominaram no Brasil por todo século XIX e apresentaram-se com plena efetividade entre a população paraibana no período da Guerra do Paraguai. O recrutamento militar para as forças armadas estava imbuído nesse panorama, inclusive a documentação pesquisada nos mostra que as elites da Província se engajaram de maneira preponderante em torno da questão, tanto na proteção de aliados como na perseguição a opositores locais quando havia.

Após apresentarmos nossa pesquisa, vamos tratar agora o que abordamos em cada capítulo. No primeiro, buscamos compreender o processo de centralização-descentralização política em que a Paraíba estava imbuída em meados do século XIX. Ressaltando o caráter clientelista vigorante na Província e os conchavos empreendidos pelos chefes políticos locais com os representantes do Governo Central na busca pela lealdade ao Império, processo que tinha como um dos principais cabos eleitorais a Guarda Nacional. Estas alianças constituíram o limiar do jogo político durante boa parte do período imperial. Além disso, quando estourou a Guerra do Paraguai as milícias estavam nas mãos dos potentados políticos locais. Esses últimos ainda desempenhavam um papel de relevância mesmo após a Lei 602 de setembro de 1850, que trouxe uma reformulação para a Guarda Nacional, colocando-a nas mãos do Governo imperial. Por essa razão, a instituição constituiu-se na principal mentora das estratégias do Governo Central na instância local, o que veio a se transformar no próprio sustentáculo do Império, portanto, digna de respeito e até certo ponto inviolável em suas decisões.

²⁴ MELLO, José Octávio de Arruda. História da Paraíba. 9ª edição, João Pessoa: A União, 2002, apud MARIANO, Serioja R. Cordeiro. A Pátria se Acha em Abismo: tensões e embates políticos na Província da Paraíba (1831-1833). **XXVII Simpósio Nacional de História**, ANPUH: Natal, 2013, p. 01.

²⁵ *Ibidem*, p. 02.

No segundo capítulo, analisamos a conjuntura geopolítica no Prata, onde as instabilidades fronteiriças se arrastavam por décadas. Enfatizando o papel da diplomacia brasileira nesse contexto, onde a busca pela hegemonia (principalmente no período pós-1822) atingiu um patamar importante. Além disso, destacamos o cenário em que a Guerra do Paraguai estourou nos anos 1860, mostrando as dificuldades no abastecimento das forças imperiais no território paraguaio durante o conflito. Ainda nesse capítulo, analisamos os entraves encontrados pelas forças armadas naquele cenário, destaque para o desconhecimento do território, passando pelas constantes deserções e as doenças que dizimavam os batalhões.

O terceiro e último capítulo da pesquisa, inicia-se com a discussão em torno do panorama político vivenciado pelas províncias nortistas nos anos que antecederam a Campanha do Paraguai (para que possamos situar melhor o estudo). A partir daí partimos para uma análise mais detalhada das tramas e redes políticas na Paraíba, enfatizando as vantagens e benesses que essas relações traziam para os interesses e privilégios dos potentados locais nos meses de efetivo recrutamento militar, processo que ganhou fôlego quando cessaram os ânimos dos Voluntários da Pátria. Esse também é o período que por coincidência as forças armadas necessitaram de um aumento do efetivo nas fileiras e nos acampamentos já postados no território da República inimiga, conjuntura que levou as autoridades a recorrerem a periódicos e panfletos na busca por auxílios para sanar as baixas no campo de guerra.

2 DA VILA A CAPITAL: A GUARDA NACIONAL E A DIFÍCIL CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA NA PARAÍBA DOS ANOS 1860

Estudar o processo de centralização política ao longo do Império brasileiro tem se constituído em um debate constante por nossa historiografia, afinal manter um território de dimensões longínquas como o Brasil não foi tarefa fácil para aqueles que estavam à frente do poder. A dimensão político-territorial foi uma preocupação sempre presente em torno da temática, tendo em vista que o clientelismo político, engendrado por meio de conchavos e tramas acompanhou o Império desde o seu nascimento até as últimas décadas.

Ao longo desse período o governo conviveu com ameaças de fragmentações registradas em várias partes do território. Revoltas e rebeliões de cunho político-econômico e social acirraram os ânimos e provocaram subidas e descidas de cadeiras não só na Corte, como também nos governos e postos ocupados por estes nas diversas províncias. Em tempos de crises políticas sustentar uma posição confortável torna-se um tanto quanto difícil, o caso brasileiro não foi diferente, tendo essa instabilidade, custado à própria coroa do Imperador D. Pedro I em 1831 e provocado um golpe de maioria em 1840.

Dentro destas revoltas a Campanha da Cisplatina (1825-1828) assumiu um contorno de destaque tanto no aspecto político como em torno da questão do território. A província da Cisplatina (atual Uruguai) foi anexada por D. João VI em julho de 1821 e ainda em 1828 após várias campanhas malsucedidas no Sul contra os caudilhos uruguaios (apoiados pelo governo argentino) o Brasil abriu mão da província com inúmeras perdas e nenhum ganho.²⁶

A Campanha da Cisplatina constituiu um dos principais fatores para abdicação do imperador e acendera naquela região o estopim para conflitos bélicos de cunho geopolítico posteriores que perduraram ao menos até a década 1870. Revolta como a Farroupilha (1835-1845), à Guerra contra Oribe e Rosas (início da década de 1850) e a própria Guerra do Paraguai vieram na esteira da Campanha malsucedida de fins dos anos 1820.

A Cisplatina foi também o primeiro desafio rebelde encontrado pelas forças imperiais. Diversos outros ainda vieram, principalmente no período regencial: Cabanagem na Província do Grão-Pará (1835-1840), Balaiada no Maranhão (1838-1841), Sabinada na Bahia em 1835 e a Revolta dos Farrapos (1835-1845). Embora boa parte dessas revoltas não tivesse a participação do povo como protagonista (exceção feita a Sabinada) elas trouxeram forte

²⁶A respeito do papel desempenhado pela Cisplatina na construção do Estado Imperial Brasileiro naquela região, ver: PEREIRA, Aline Pinto. **Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói – RJ: UFF, 2007.

oposição ao Governo Central, tendo em vista que a população motivada por fatores locais atendia aos ensejos das elites das províncias que se constituíam no principal sustentáculo do Império.

É importante ressaltar que a partir da década de 1840 (período em que se denomina de Segundo Reinado), o cenário político não apresentava a mesma instabilidade notada nos primeiros anos, os conchavos e as tramas do processo já tinham assumido outras particularidades e estratégias. Nesse capítulo, analisaremos o processo de centralização-descentralização do Governo Central na província nortista da Paraíba e as relações que os representantes destes imprimiram na busca pela lealdade ao Império, processo que tinha como um dos principais cabos eleitorais a Guarda Nacional. Pesquisa que se faz necessária, tendo em vista a lacuna existente na temática.

Nessa empreitada, é de fundamental importância destacar que as milícias estavam nas mãos dos potentados políticos locais. Esses últimos ainda desempenhavam um papel de relevância mesmo após a Lei 602 de setembro de 1850 que trouxe uma grande reformulação para a Guarda Nacional, colocando-a nas mãos do Governo da Corte. Por essa razão, a instituição constituiu-se na principal mentora das estratégias do Governo Central na instância local, levando as determinações vindas do Rio de Janeiro para os diversos recantos do Império.

Na Paraíba a força do mandonismo representada na figura da elite política constituiu um empecilho ao avanço centralizador, tendo em vista os interesses destes divergirem dos interesses dos últimos, principalmente a partir da década de 1830. Foi uma época marcada por desafios constantes aos representantes imperiais na província como podemos perceber na documentação. Os próprios relatórios dos presidentes de província (autoridade maior da representação central) nos trazem esses desafios, governar para a corte imperial na Paraíba exigiu habilidades e uma mediação fundamentada nos interesses locais. A Província, vista por muito tempo na historiografia como de segundo escalão, constituía, na verdade, um território sempre “vigiado” pelo alto escalão legalista, basta vermos as revoltas em que esteve envolvida desde a época colonial até a República. Entre as quais podemos citar: Revolução Pernambucana de 1817; Confederação do Equador de 1824; Revolução Praieira 1848 – 1849. Já no período da segunda metade do século XIX, a província registrou ainda motins de caráter social e popular, a exemplo do Ronco das Abelhas (ou Revolta dos Maribondos) em 1852 e a Revolta do Quebra-Quilos na década de 1870.

2.1 ELITES, MANDONISMO E CLIENTELISMO

O estudo das elites não se trata de algo novo nas pesquisas, a temática acerca da marcha das elites manteve-se em curso “nos debates relativos às hierarquias sociais, ao poder ou à representação política”.²⁷ Mas afinal, o que seria essas elites? Em nossas pesquisas fomos em busca de teóricos que pudessem definir o termo, nessa empreitada encontramos a definição do historiador francês Christophe Charle. De acordo com ele:

As elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio para determinar quais são os espaços e os mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes.²⁸

A definição de Charle, no entanto, não é unânime, a ela outras vieram a somar-se ao longo dos anos de pesquisas. Conforme o historiador Flávio M. Heinz, o termo elites é utilizado em sentido amplo e descritivo que faz referência a grupos e categorias que ocupam o topo de estruturas de autoridade e da distribuição de recursos, são no caso, as pessoas influentes, os privilegiados, os abastados que detêm posição de comando na sociedade e no meio que vivem.²⁹

Além destes somos igualmente tributários do estudo do sociólogo suíço Giovanni Busino. De acordo com ele, o termo elites tem sua amplitude e faz alusão à:

Minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual ela manifesta sua preeminência. No plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade.³⁰

Apesar de versar sobre o mesmo termo, as definições encontram diferenças e peculiaridades, tendo em vista o fato de tratar-se de sociedades ao longo do tempo e do espaço. Não obstante, elas são unânimes quando ressaltam a posição de superioridade ocupada pelas elites, seja em qual for o tempo ou em qualquer sociedade. Nosso estudo se aproxima mais do

²⁷ HEINZ, Flávio. M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 08.

²⁸ HEINZ, 2006, p. 08 *apud* CHARLE, 1994.p. 46.

²⁹ *Ibidem*, p. 07.

³⁰ HEINZ, 2006, p. 07 *apud* BUSINO, 1995. p. 04.

conceito empregado por Flavio Heinz, uma vez que analisamos o grupo social mais privilegiado da Paraíba no século XIX, os grandes proprietários de terras (aos quais também denominamos de chefes políticos, potentados ou mesmo mandonismo local).

A composição dos potentados locais na Paraíba estava formada por grandes proprietários de terras e de escravos, profissionais liberais, comerciantes entre outros. Possuidores de uma forte influência local estes agregavam ao seu redor milhares de pessoas desde a cozinheira ao dono da venda da vila, numa rede de relação clientelista que influenciava de forma direta no mundo político, essas relações eram seladas por casamentos e apadrinhamentos que ao longo dos anos se espraiavam multiplicando assim seus interesses. Característica bastante comum entre aqueles que compunham à elite imperial, as redes familiares constituíam uma das principais estratégias políticas, e tem suas raízes ainda na época da Colônia.

Em relação ao clientelismo político no Brasil do século XIX, dialogamos na vertente do brasilianista Richard Graham. Segundo ele:

Numa sociedade predominantemente rural, um grande proprietário de terras contava com a lealdade dos seus trabalhadores livres, dos sitiante das redondezas e dos pequenos comerciantes da vila, lealdade que seria demonstrada por várias maneiras, não menos pelo apoio nas eleições. Uma parcela muito maior de brasileiros do que se tem reconhecido até agora atuava nas eleições, aumentando assim os números de participantes nos atos eleitorais, que demonstravam publicamente a superioridade ‘natural’ de uns sobre os outros. Alguém que desafiasse a liderança de um potentado local tinha de arrebanhar um séquito pessoal; exibir seu poderio levava facilmente ao uso da violência direta para derrubar o principal chefe anterior.³¹

O pleito constituía um momento decisivo para o poderio local, era a ocasião em que o chefe político testava seu poder de influência. Era no pleito que os agregados eram “chamados” para honrar um favor ou um beneficiamento recebido do chefe em algum momento, para derrotar o poderio de um potentado local era preciso dispor também de uma grande influência. Não raro, no período do Império as rivalidades entre os chefes políticos foram frequentes e durante as eleições as disparidades entre ambos chegavam a ser resolvidas pela força de bandos armados: as milícias.

Muitas vezes era nas pequenas vilas e lugarejos que o resultado das eleições atingia níveis de confrontos sangrentos entre os partidários adversários. Esse fator fazia com que o pleito local atingisse um patamar de grande importância dentro da cena política imperial,

³¹ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 17.

sendo por isso mais vigiado que nas grandes cidades. Para Graham “em nível nacional, o resultado das eleições era quase inteiramente previsível, mas localmente, para alguns, tudo dependia do resultado”³². Era o não previsível das eleições locais que acirravam os ânimos dos partidários.

Estas eleições eram assistidas pelo Governo Central através de seus representantes nas províncias, municípios, vilas e lugarejos. Afinal, como supracitado, eram daí que partiam as bases que sustentavam o Império, uma eleição malsucedida quase sempre significava a perda da influência do poder central na esfera local. Processo que era quase sempre acompanhado pela substituição desses representantes na busca de uma maior coerência política e a consequente manutenção da influência do Governo da Corte na região.

O sistema eleitoral imperial estava imbricado de estratégias políticas decrescentes que partiam desde a figura do imperador até atingir o mandonismo local, nesse processo esses conchavos estavam marcados por curiosidades que para nós contemporâneos é difícil de entender. Uma das grandes estratégias consistia em deixar a oposição vencer em alguns casos, fato ratificado inclusive nas leis eleitorais.

Novamente somos tributários de Richard Graham, para ele no sistema eleitoral brasileiro:

[...] era importante garantir aos adversários que eles poderiam ganhar algumas vezes. Já que era impossível cuidar de todas as ambições de um adversário em potencial, era preciso procurar constantemente mecanismos novos e aperfeiçoados que dessem ao menos a impressão de que as eleições eram justas. Toda lei eleitoral tentava novas medidas para proteger o direito da oposição, limitar o controle governamental sobre as eleições e aumentar a representação da minoria – isto é, os perdedores. Tal esforço revelava a necessidade social de se acreditar na honestidade eleitoral.³³

De fato, o clientelismo estendia-se de Norte a Sul do Brasil. Do sul charqueador ao norte das drogas amazônicas passando pelo território dos engenhos e da agropecuária esse processo vigorou e deu as cartas não só na época do Império, a prática clientelista tem suas origens ainda na época da Colônia e em alguns recantos se estende até nossos dias. Entendemos que ele está enraizado no sistema político brasileiro e seu controle estende-se desde o alto executivo político as suas bases nas câmaras municipais.

É ainda Graham que nos dá a melhor definição para o clientelismo. Conforme explicita “este constituía a trama de ligação no Brasil do século XIX e sustentava virtualmente todo ato

³²*Ibidem.* p. 123.

³³*Ibidem.* p. 107.

político (...) significava tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem-terra.”³⁴ E ainda vamos além, foi esse clientelismo que constituiu a principal válvula de escape para o processo centralizador do Império, com suas bases remotas advindas dos primeiros tempos da Colônia e até mesmo do Portugal medieval o Governo imperial brasileiro soube utilizá-lo bem para conseguir seus objetivos. A centralização imperial passava pelas bases dos potentados políticos locais que com suas práticas clientelistas exerciam grande dominação, é esse clientelismo político da época do Império que antecede o coronelismo da Primeira República.

A respeito do coronelismo a produção historiográfica tem várias definições para o mesmo. Exemplo do conceito empregado por Décio Saes em *Coronelismo e Estado Burguês*, onde o autor define que:

O coronelismo designa um conjunto de práticas que caracterizam um modo concreto de funcionamento das instituições políticas burguesas democráticas. Mais precisamente, o coronelismo é um conjunto de práticas político-eleitorais que participam, de modo peculiar, da dupla função do Estado burguês: desorganização das classes trabalhadoras e unificação da classe dominante sob o comando hegemônico de uma das suas frações.³⁵

Ainda abordando o coronelismo temos o estudo do historiador sergipano Ibarê Dantas, que:

Considera o coronelismo como um fenômeno eminentemente republicano. Embora comece a gerar-se no Império, nas relações do patronato rural com os libertos, alimentando-se nas formas de dominação pessoal, é na República que o coronelismo se realiza com todas as suas características.³⁶

Apesar do nosso estudo não versar sobre a época do coronelismo, entendemos que o mesmo está totalmente atrelado ao clientelismo em suas práticas comuns de favorecimento, apadrinhamento e proteção, sendo o primeiro um fenômeno posterior ao segundo. Entretanto, o coronelismo no Brasil se desenvolve em um processo diferente do que foi analisado por Saes, o Estado brasileiro no século XIX não era um Estado burguês, estava sob domínio dos grandes latifundiários e tinha uma economia predominantemente rural, fator que podemos observar até meados do século XX.

Em relação ao estudo de Dantas, concordamos com o mesmo, ratificando tratar-se de uma pesquisa de grande valor para a historiografia brasileira no que consiste a temática. O mesmo afirma que o coronelismo se desenvolve com todas as suas características durante a

³⁴ GRAHAM, op cit, 1997. pp. 15-16.

³⁵ SAES, Décio. Coronelismo e Estado burguês; elementos para uma reinterpretação. *Estudios rurales latino - americanos*, 1(3): 68-93, set-dez., 1978. p. 82.

³⁶ DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação*. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, PROEX / CE-CAC / Programa Editorial, 1987. p.19.

República, assim sendo entendemos que esse processo político tem já suas raízes fincadas no Brasil de meados do século XIX, principalmente na região onde hoje fica o Nordeste e nos territórios fronteiriços do Sul. Apesar de nas duas regiões o fenômeno possuir características próprias.

Victor Nunes Leal em seu estudo clássico *Coronelismo, Enxada e Voto* (2012), pesquisou a prática do coronelismo, percebendo que ele superava até mesmo os ditames do mandonismo local. No mesmo trabalho, o autor, tece comentários sobre as milícias armadas pela elite rural, segundo ele: “antes da instituição da Guarda Nacional e até que esta se organizasse”³⁷ registrou-se a formação de milícias armadas, estas eram criadas nos municípios e contavam com a legalização do Estado, com o intuito “de castigar os culpados em crimes de polícia”³⁸.

O fato de termos escolhido o estudo de Nunes Leal para analisarmos o mandonismo local não é à toa, o autor analisa a prática tendo como principal mentor o latifundiário, que com sua terra e poder econômico arrebanhava muita gente para as fileiras de trabalho. Principalmente a partir de 1850 quando leis como a Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico negreiro para o Brasil e a Lei de Terras que dificultou o acesso a esta por parte das classes populares deram novo direcionamento às relações de trabalho no Império. Nas terras do norte o latifundiário exercia um papel preponderante, empregava a mão de obra livre garantindo o sustento da família em época de escassez e usufruía dos votos destes, o que lhes garantia um enorme poder hierárquico, além de autoridade, barganha e respeito.

Trazendo para nosso ambiente de pesquisa, ressaltamos que a população livre pobre da Paraíba ao longo do século XIX conviveu com as constantes estiagens e que muitos recorreram às fazendas dos latifundiários em busca de trabalho. Na região do litoral o trabalho nos canaviais atraía a população que descia do Cariri e do Sertão onde os postos de trabalho eram escassos pelo fato da cultura agropecuária não demandar tanta mão de obra. Mesmo assim existia o arrebanhamento de braços para labutar nas terras do interior da Província, onde os chefes políticos sertanejos atraíam sua clientela por outros meios, a exemplo do apadrinhamento e da proteção contra inimigos políticos.

Muitos desses flagelados da seca pelejavam nas milícias armadas, vigorantes desde o período colonial essas eram utilizadas pelos grandes proprietários para a proteção de seus interesses e de seus aliados. Tornando estes ainda mais respeitados, veneração que não ficava

³⁷LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 201.

³⁸ *Idem*.

apenas na localidade, espalhando-se para além de seus domínios, o que chamava a atenção dos governantes, tendo em vista que os grandes latifundiários procuravam meios para progredir em suas relações sociais e nessa empreitada, a política tornou-se um importante canal.

Analisando a formação da política imperial Ilmar Rohloff de Mattos em *O Tempo Saquarema* também ressalta a representação do Governo Central nos recantos do Império. Segundo ele: “No mais distante dos círculos, preenchido pelas ‘freguesias do Sertão’, o máximo de força era representado pelo governo da Casa, que parecia tudo poder sobre os homens e as coisas...”³⁹. A casa ao qual o autor se refere estava liderada pelos chefes políticos locais nos diversos recantos das províncias, todavia, os ditames governamentais oriundos da Corte se espalhavam pelo Império através de um órgão com várias ramificações, assim “o imperador devia reinar, governar e administrar porque sua figura sintetizava o papel do Partido”.⁴⁰ O partido ao qual Mattos faz referência era o Conservador, ou Saquarema.

Ao longo do Segundo Reinado (1840-1889) temos à vigência de dois grandes partidos. O partido Conservador representado principalmente pelos grandes proprietários de terras e escravocratas e o partido Liberal constituído por uma ala menos radical da política, embora proprietários de terras também fizessem parte de suas fileiras. Por quase todo esse período estes dois partidos disputaram entre si os principais cargos governamentais, só a partir da década de 1860 com a formação da Liga Progressista é que a hegemonia partidária começa a ser quebrada. É importante ressaltarmos que a própria Liga foi fundada por membros eminentes do partido Conservador, a exemplo de José Tomás Nabuco de Araújo Filho, João Lins Vieira Cansanção Sinimbu, José Antônio Saraiva, João Lustosa da Cunha Paranaguá e Zacarias de Góis.

Os conservadores eram simpatizantes de uma forte centralização política, e apesar dos liberais quando estiveram no comando do gabinete defender certa descentralização, esta nunca conseguiu grande autonomia. O sistema de governo centralizado, apoiado nos moldes do clientelismo alastrou-se por todo o território ganhando até mesmo ares de homogeneização:

Presidentes de províncias e chefes de legião da Guarda Nacional, bispos e juizes municipais, de paz e de órfãos; membros das relações e redatores de jornais locais; empregados das faculdades de Medicina, dos cursos jurídicos e academias e juizes de Direito; comandantes superiores da Guarda Nacional, párocos e médicos; chefes de Polícia e professores – todos esses e alguns mais, em graus variados e em situações diversas, nos níveis local, municipal, provincial ou geral, tornaram-se peças estratégicas no jogo de constituição do Estado imperial [...]⁴¹.

³⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial**. 2ª Ed. – São Paulo: Hucitec, 1990. p. 205.

⁴⁰ *Ibidem*. p. 199.

⁴¹ *Ibidem*. pp. 212-213.

As pesquisas de José Murilo de Carvalho trazem uma relevante contribuição nessa temática. Estudioso da política no Brasil imperial e na República Velha, Carvalho (1996) analisa a formação da elite política e do Estado Imperial, assim como a manutenção da unidade territorial e a centralização do poder, procurando entender como houve a conjuntura entre a monarquia, a burocracia e os grandes proprietários. Dessa forma, o Estado era construído por um grupo que ocupava o poder, resultando numa sociedade marcada pela hierarquização e exclusão. Enfim, um Estado formado pela imposição dos interesses e marcado por relações de poder entre os que compunham a elite imperial na época.

Ainda segundo Carvalho:

O Brasil dispunha, ao tornar-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias. Essa elite se reproduziu em condições muito semelhantes após a Independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-los passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias.⁴²

A formação nessas escolas de direito referida pelo autor era a Faculdade de Direito de Olinda (Recife), responsável pela formação das elites nortistas e a Faculdade de Direito de São Paulo onde se formavam os filhos das elites sulistas. É bom ressaltar que antes da instauração dessas faculdades no Brasil essa elite estudava em Coimbra onde se formou, por exemplo, José Bonifácio, o patriarca da Independência e outros tantos políticos e figuras influentes do Brasil desde a época da Colônia.

E nessa seara muitos voltavam para ocupar cargos públicos na burocracia imperial:

A importância do emprego público como oportunidade ocupacional era naturalmente maior nos centros urbanos, sobretudo nas capitais do Império e das províncias, onde, em 1872, se encontravam 10% da população, cerca de 1 milhão de pessoas. Era também aí que a busca do emprego se dava com maior vigor, sobretudo no Rio de Janeiro, onde boa parte das oportunidades no comércio era tomada por estrangeiros. Se calcularmos que cerca de um terço do funcionalismo geral estava no Rio (cerca de 15.000 pessoas), e que, segundo o Censo de 1872, a população masculina livre ocupada desta cidade era de cerca de 85.000 pessoas, veremos que o emprego público correspondia a mais de 15% do total de empregos, um número certamente muito alto.⁴³

Ainda conforme Carvalho, a estabilidade política alcançada pelo Império a partir de 1853 trazia certa segurança para esta elite burocrática,

⁴² CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de Sombras**: a política imperial. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 120.

⁴³ *Idem*.

[...] como consequência da própria estabilidade do sistema político imperial, outras características vieram reforçar os efeitos da educação e da ocupação. A estabilidade permitia a construção de longas carreiras políticas, fazendo com que a elite como um todo pudesse acumular vasta experiência de governo (...). No Brasil a circulação era geográfica e por cargos. A elite circulava pelo país e por postos no Judiciário, no Legislativo, no Executivo⁴⁴.

Essa carreira política, salvo raras exceções, não estava ameaçada. O jovem magistrado, boa parte das vezes ingressava na carreira no posto de deputado provincial e daí trilhava sua caminhada podendo chegar ao Parlamento Geral, muito embora que atingir esse posto saindo da base na Vila constituiu uma façanha para poucos.

Nesse cenário, as influências da família no meio político podiam ser preponderantes. Tendo em vista que:

Uma carreira típica para o político cuja família não possuía influência bastante para levá-lo diretamente à Câmara começava pela magistratura. Como o sistema judicial era centralizado, todos os juízes eram nomeados pelo ministro da Justiça. Logo após a formatura, o candidato à carreira política tentava conseguir uma nomeação de promotor ou juiz municipal em localidade eleitoralmente promissora ou pelo menos num município rico. Na impossibilidade de conseguir boa localização, a solução era aguardar a oportunidade de ser transferido. A oportunidade vinha em geral graças ao auxílio de amigos ou de correligionários políticos já bem colocados. As mudanças de ministérios que eram constantes constituíam ocasiões propícias para grandes remanejamentos de funcionários, inclusive magistrados, tanto para garantir resultados eleitorais favoráveis, nos casos que as mudanças fossem também de partido, como para premiar amigos pessoais e políticos, e para cooptar aliados promissores.⁴⁵

Tudo em nome de uma colocação política promissora, a subida e descida de cadeiras com estratégias como transferências, indicações e promoções fazia parte desse jogo. Para que possamos ter uma ideia dos números de bacharéis ilustramos o quadro abaixo. Nele podemos perceber o número reduzido daqueles que podiam usufruir do prestígio de estudar em Portugal, ressaltando que esse quadro representa o número de estudantes no século XVIII, com a fundação de faculdades de Direito no Brasil a partir do século XIX esse número cresceu um pouco, mas ainda podemos considerar irrelevante, se compararmos com o número de habitantes das províncias.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 121.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 122.

Quadro 1: Estudantes Brasileiros em Coimbra, por Província, 1772 – 1773, e distribuição provincial da População, 1823.

Capitania/ Província	% de Estudantes	% da População
Pará	3,70	3,13
Maranhão	8,78	2,41
Piauí	0,08	2,84
Ceará	0,40	6,40
Rio Grande do Norte	0,08	2,01
Paraíba	1,21	3,64
Pernambuco	11,52	11,73
Alagoas	0,08	3,20
Sergipe	0,24	3,13
Bahia	25,93	15,44
Espírito Santo	0,24	2,13
Rio de Janeiro	26,81	10,70
Minas Gerais	13,61	15,11
São Paulo	3,70	9,21
Santa Catarina	0,00	1,69
Rio Grande do Sul	1,53	5,07
Mato Grosso	0,40	0,85
Goiás	1,21	1,31
Cisplatina	0,48	?
Total	100,00	100,00
	(N = 1.242)	(N= 2.813.351)

Fonte: CARVALHO; J. M. **A construção da ordem**. Elite Política imperial: **Teatro de sombras**. A política imperial. Civilização Brasileira - Rio de Janeiro, 2008, p.73.

Apesar disso, podemos observar que algumas províncias se sobressaíam por ter um número maior de estudantes, entre estas estavam o Rio de Janeiro, a Bahia, São Paulo. Nas províncias do Norte, além da Bahia, Pernambuco também se destacava. Apesar de uma pequena porcentagem, apenas 1,21%, a Paraíba está à frente de boa parte das províncias da região. Quando comparamos a porcentagem populacional ela fica atrás apenas da Bahia, de Pernambuco e do Ceará, províncias que compunham o alto escalão na política imperial. Com uma cifra de 3,64%, a Paraíba gozava no início do século XIX com um número considerável de estudantes em Coimbra, à frente de muitas províncias imperiais.

Membros das famílias que compunham o mandonismo político paraibano, os estudantes da Província retornavam para preencher cargos burocráticos na terra natal. O poder de influência dessas famílias multiplicava-se quando obtinham matrimônios entre eles, ou com filhas de políticos de outras províncias, espalhando ainda mais o legado político. Foram os membros da elite política da Paraíba e suas relações com políticos de outras províncias os principais responsáveis no sucesso das estratégias para dificultar o envio de recrutas da

Província para os batalhões imperiais que travaram combates na Campanha do Paraguai na década de 1860.

2.2 O CALCANHAR DE AQUILES DOS REPRESENTANTES DO IMPÉRIO: A GUARDA NACIONAL NA PROVÍNCIA NA DÉCADA DE 1860

Após a abdicação do imperador Pedro I em 07 de abril de 1831 e a consequente vacância no cargo do poder moderador mudanças significativas ocorreram no cenário político do Governo Central. O que trouxe grande instabilidade e incertezas para a política brasileira a menos de uma década da proclamação da independência, diante desse quadro algumas medidas foram tomadas para sustentar a pátria pela Regência que assumira o poder. Naquele cenário conturbado, como se não bastasse, o Exército de primeira Linha perdeu a credibilidade.

Conforme ressalta o historiador Flavio Henrique Dias Saldanha:

[...] deve-se levar em conta o menosprezo imputado ao Exército de Linha pelos homens que subiram ao poder logo após o 7 de abril. [...] o nacionalismo exacerbado dos primeiros tempos da Regência, a insubordinação da tropa e a presença de uma ampla maioria de oficiais portugueses, a fomentar a lusofobia de todos aqueles que os entreviam como uma ameaça à soberania da nação brasileira transformaram-se em elementos norteadores de um estado de quase negligência que recaiu sobre a tropa de linha na sua participação virtual na organização institucional do país.⁴⁶

É exatamente nesse contexto que nasce em agosto de 1831, inspirada no modelo francês, a Guarda Nacional imperial. Logo em seu primeiro artigo à lei que criou a mesma trazia suas atribuições e finalidades:

As guardas nacionais são criadas para defender a Constituição, a Liberdade, Independência e Integridade do Império; para manter a obediência às Leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranqüilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas.⁴⁷

No ano seguinte, através de um decreto promulgado em outubro de 1832, a lei original passou por reformulação, provocando mudanças, sobretudo, no quesito dos cidadãos ingressantes. Esses tiveram à idade mínima reduzida de 21 para 18 anos de idade. Segundo Saldanha:

Para os cidadãos eleitores e os filhos de famílias das cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife e Maranhão, desde que tivessem como renda líquida anual duzentos mil réis por bem de raiz, indústria, comércio ou emprego. O mesmo critério

⁴⁶ SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **Os oficiais do povo: a guarda nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831 –1850.** – Annablume; Fapesp, 2006, p. 37.

⁴⁷ Coleção das Leis do Império do Brasil. **Lei de 18 de agosto de 1831.**

equivalia para os demais cidadãos votantes e filhos de famílias dos municípios do Império, desde que tivessem cem mil réis de renda anual ⁴⁸.

Pioneira nos estudos sobre a milícia no Brasil a historiadora Jeanne Berrance de Castro ressalta a obrigatoriedade do serviço na Guarda Nacional. Conforme a mesma, na instituição o ofício era obrigatório, intransferível e pessoal, onde poucos indivíduos conseguiam ser dispensados do serviço ativo, dada as exigências para a dispensa. Na verdade, só conseguiam ficar na reserva aqueles favorecidos pelo clientelismo, ou membros de famílias influentes: autoridades administrativas, membros do judiciário, clérigos entre outros. Além disso, na milícia os postos hierárquicos consistiam numa forma de assegurar a ordem dentro da instituição. Segundo Castro:

A maior originalidade da legislação da Guarda Nacional estava no sistema eletivo para os postos de oficiais, através do escrutínio individual e secreto, com maioria absoluta de votos para os postos mais elevados. As eleições processavam-se em cada paróquia e curato, com os guarda nacionais desarmados e sob a presidência do juiz de paz. A indicação para os postos mais elevados era feita pelo Governo ou pelo Presidente da Província. A eleição era válida por 4 anos, podendo haver reeleição. Contudo, para os postos de nomeação, eles serviriam enquanto aprovesse ao Governo. Em 1832, foi alterado o prazo de duração de serviço, passando o alistamento a ter validade permanente. O reconhecimento da eleição fazia-se diante dos batalhões reunidos, quando cada oficial, ao ser reconhecido, prestava juramento de fidelidade ao Imperador e de obediência a Constituição e às Leis do Império. ⁴⁹

Ao longo do século XIX a Guarda Nacional passou por outras reformulações, tendo em vista que a corporação acompanhava o cenário político do Império. A milícia também tinha sua importância no que diz respeito à influência centrada nas figuras dos comandantes e oficiais, estes com seu poder conseguiam barganhar posições importantes na sociedade brasileira do século XIX. É bem verdade, que comparada à magistratura e aos altos cargos imperiais os integrantes da milícia ocuparam por muito tempo na Paraíba (e no Império em geral), uma posição de menor prestígio, todavia, os conchavos políticos que ela engendrava eram inegáveis naquele cenário. Na impossibilidade de todos os filhos de uma família de elite atingir cargos políticos, muitos recorriam às forças armadas e, num momento onde o Exército de primeira linha não gozava de prestígio esses filhos acabaram indo para a Guarda Nacional, onde não raras vezes ocuparam posição importante.

Estudando o processo de centralização política na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a partir de 1850, o historiador André Fertig ressalta a instrumentalização política da Guarda Nacional na articulação entre poder local e central. Segundo ele, a milícia contribuiu da seguinte maneira:

⁴⁸ *Ibidem*. pp. 36-37.

⁴⁹ CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 25.

Concebendo a Guarda Nacional como instituição que permitia, principalmente aos oficiais e guardas nacionais, serem protagonistas de uma relação clientelista, através da qual, em troca da concessão de favores – como concessão de dispensas ou isenções do serviço ativo, ou alguma promoção de posto –os oficiais da milícia recebiam, como recompensa, apoio político, formando uma clientela leal de subordinados e adquirindo força e influência elementos indispensáveis para quem desejava ser uma liderança política.⁵⁰

A organização da Guarda empreendida pela lei de 19 de setembro de 1850 reforçou o papel clientelístico da mesma, tendo em vista que ela subordinava os Comandantes Superiores dos quartéis aos Presidentes de Província e ao Ministro da Justiça. Numa relação de conchavos e trocas de favores, sustentando assim a lealdade ao Governo Central, processo esse que vigorou ao longo de boa parte do Segundo Reinado, atingindo em cheio os interesses do mandonismo local, criando laços e intrigas entre os poderosos. Detentores de uma grande influência por arregimentar e proteger ao seu redor centenas ou milhares de pessoas através do sistema de apadrinhamento esses homens era possuidores de léguas e mais léguas de terras o que facilitava seus objetivos políticos nos termos, vilas e arredores.

Mesmo antes da Lei centralizadora de 1850 a relação entre Guarda Nacional e a presidência da Província era amistosa, apesar de não ser toleradas atitudes desrespeitosas e indisciplinas. Argumentando sobre o trabalho de auxílio à Polícia provincial exercido pela Guarda nos recrutamentos, Justo da Costa afirma que:

No dia 22 de agosto de 1840, uma circular do governo provincial da Paraíba especificou como deveria ser feito o recrutamento militar. [...]. Foi ordenado que a Guarda, juntamente com a força policial, deveria atender à junta recrutadora quando convocada para capturar pessoas recrutáveis. Ficou determinado também que os empregados do recrutamento exigissem dos comandantes da Guarda Nacional os nomes de milicianos que foram alistados indevidamente, dos que não estivessem fardados e dos que costumavam ser negligentes com o serviço. Esses, segundo a circular, deveriam ser imediatamente encaminhados para o Exército.⁵¹

Práticas como essas almejavam um maior controle da Guarda por parte do presidente da Província, conhecer de perto os homens que preenchiam suas fileiras era algo fundamental para a troca de favores e privilégios existentes entre as duas instâncias. As punições referidas na circular analisada pela pesquisadora acima também faziam parte dessa estratégia, afinal, era essencial conhecer a quem poderia ser punido. Deslizes e desrespeito às leis vigentes, tanto do Império como da Guarda Nacional constituíam algo bastante comum, a questão era quem sofria às punições cabíveis. Membros e correligionários dos potentados políticos locais que fossem aliados do poder raramente sofreriam punições, essas ficavam para seus adversários.

⁵⁰ FERTIG, op cit, 2003, p. 20.

⁵¹ COSTA, op cit, 2013, p. 139.

Em 1860, o Presidente da Paraíba Luiz Antônio da Silva Nunes percorreu a Província pra conhecer de perto seu povo e os desafios que assolavam o território ao qual governava. A viagem do Presidente foi registrada em um periódico semanário e governista da época, denominado de *O Imparcial*. Através de recortes do que foi publicado nesse periódico Wilson Seixas escreveu a obra *Viagem Através da Província da Paraíba*, onde trata de temáticas ligadas a Guarda Nacional, aos fardamentos das forças públicas e das tramas políticas costuradas província adentro. Rico em detalhes, seu livro é leitura obrigatória para aqueles que se dedicam a estudar as relações políticas na Paraíba da segunda metade do século XIX.

Em sua viagem, o Presidente recebeu muitas honrarias e recepções marcantes. Vejamos como Seixas descreve a passagem do mesmo pela vila do Pilar:

A câmara municipal uniformizada recebeu a S. Exa. a porta do paço, onde ficou hospedado. A recepção foi magnífica. Havia um desejo, certa ansiedade de se aproximarem todos a S. Exa. que as regras da etiqueta foram esquecidas, o que deu lugar a ficarem todos cobertos de pesado pó. Nos atos mais sérios sempre aparece um leviano que fez quebrar a seriedade aos outros; foi o que sucedeu. **Um dos oficiais da guarda nacional procurou saber do ajudante de ordens quem era S. Exa., no que foi satisfeito, e dirigindo-se ao sr. presidente fez-lhe o cumprimento do estilo assim: - V. Exa. está boa? O sr. Silva Nunes de porte grave e que guarda sempre muita seriedade, foi indiferente a esse qui pro quo do tal sr. capitão; mas os que estavam próximos aproveitaram-se dessa circunstância para darem sua risadinha, guardadas as devidas conveniências. Não satisfeito ainda, o tal capitão foi oferecer a S. Exa. para fazer-lhe sentinela durante a noite! [...].**⁵² (Grifo nosso).

Esse ato enganoso praticado pelo oficial da Guarda Nacional não se tratou apenas de algo cômico, ele demonstra, sobretudo, a falta de preparo de alguns homens que compunham às fileiras da instituição, situação que se agravava ainda mais nos batalhões interioranos. Galgando o ingresso na mesma através dos efeitos das relações políticas orquestradas pelas elites locais, e não por meio de méritos próprios, muitos membros da Guarda, boa parte das vezes, desconheciam como deveriam seguir com gestos e pompas de honrarias oferecidas a uma autoridade política como o presidente provincial. Apesar da recepção magnífica, a visita de Silva Nunes ficaria “manchada” com a atitude do dito guarda.

Todavia, o comportamento da instituição na vila de Patos foi ainda pior. Conforme Seixas: “A guarda nacional não deu sinal de vida; faltando a oficialidade ao cumprimento de seus deveres, e iludindo, portanto, a lei de sua criação”.⁵³ Nesse caso, o não comparecimento da Guarda Nacional escancara ou a desorganização da mesma – já que não teve condições de se reunir diante da visita do Presidente, ou a ausência de interesses em receber com honras a

⁵² SEIXAS, Wilson Nóbrega. *Viagem Através da Província da Paraíba*. João Pessoa: a União Cia. Editora, 1985, pp. 65-66.

⁵³ *Ibidem*, p. 95.

chegada da maior autoridade do Governo Central a nível provincial – levando-nos a imaginar que a Guarda Nacional de Patos, naquele momento, estava sob domínio de opositores do Presidente.

Por outro lado, quando deixava a cidade de Mamanguape em direção a Capital, Silva Nunes foi bem recebido. É ainda Seixas que descreve:

[...] pelas 3 horas e meia da madrugada, deixou o sr. Silva Nunes a cidade de Mamanguape em direção ao engenho Gargaú, propriedade do sr. comendador Joaquim Gomes da Silveira, comandante superior dos municípios da capital e Alhandra, onde chegou o mesmo exmo. sr., às 8 horas e um quarto da manhã, depois de vencer a distância de dez léguas, recebendo do sr. comendador Silveira, que hospedou magnificamente a S. Exa.; ótimo e condigno tratamento.⁵⁴

O tratamento digno e respeitoso oferecido ao mesmo devia-se ao fato do Comendador Silveira ter sido um grande aliado dos presidentes da Província ao longo daqueles anos. Os batalhões sob o seu comando foram os dos mais favorecidos e privilegiados diante das disciplinas que eram impostas a instituição, inclusive no período da Guerra do Paraguai, quando muitos de seus membros conseguiram dispensa do recrutamento. Quando o Presidente se aproximava da Capital:

[...] foi içada a bandeira imperial, muitas pessoas a pé corriam a estrada a verem passar o digno presidente da província, foguetes subiam aos ares desde a ponte do Sanhauá até a frente do palácio, onde estava reunida a música da guarda nacional, que tocou o hino nacional ao appear-se S. Exa., que foi cumprimentado por muitos cidadãos e funcionários, que se haviam reunido em palácio para receberem ao Exmo. Sr. Dr. Silva Nunes, que no goso de vigorosa saúde se recolhia ao seio de sua saudosa família.⁵⁵

Vista e descrita pelos seus correligionários como uma viagem para conhecer de perto a Província, Silva Nunes tirou muitas lições do interior da Paraíba. Chamou a atenção do mesmo o patrimonialismo vigente nas vilas e freguesias, onde os chefes políticos locais preenchiam os cargos burocráticos do Estado dificultando os ditames vindos da Corte (assim como abordou o Presidente na fala que abriu a introdução desse trabalho). Panorama que resplandecia com força sobre a Guarda Nacional, instituição que gozava de prestígio na época imperial, vindo a constituir-se na principal “válvula de escape” para as elites locais chegar ao poder e defender seus interesses. Situação que não se modificou mesmo com a Lei de 1850, que almejava tirar, ou ao menos diminuir, o poder dos potentados locais sobre a instituição.

O art. 4º da Lei 602 destacava que: “A organização da Guarda Nacional será permanente; todavia o Governo, quando julgar conveniente, a poderá suspender ou dissolver em determinados lugares”.⁵⁶ Subordinação ao qual é reforçada no art. 6º, conforme ressalta o

⁵⁴*Ibidem*, p. 103.

⁵⁵*Ibidem*, p. 104.

⁵⁶ **Coleção das Leis do Brasil de 1850**. Tomo Xi Parte 1. Rio de Janeiro. Typographia Nacional.

mesmo: “A Guarda será subordinada ao Ministro da Justiça, e aos Presidentes de Província. Quando se reunir qualquer Força em lugar onde não esteja o Ministro, ou Presidente, ficará à disposição da Autoridade Policial mais graduada”.⁵⁷ Todos esses trâmites traziam aspectos partidários para a milícia.

Esse caráter partidário e político adquirido pela Guarda a partir de 1850 encontra-se presente nas diversas falas de políticos da época. Onde se denuncia principalmente a predominância conservadora que a milícia engendrava, no ano de 1855, por exemplo, Joaquim Nabuco confienciava a Paes Barreto esta preocupação:

[...] quanto à Guarda Nacional é preciso organizá-la de modo que ela seja força pública, e não força de um partido. Repugna que parte dos brasileiros seja destinada para oficiais, e a outra só para soldados. Convém, pois, contemplar as influências legítimas de ambos os lados, contanto que tenham merecimento e não sejam hostis à ordem pública [...].⁵⁸

O compromisso com a Lei de 1850 seguido pela milícia foi atacado por muitos liberais que viam na instituição uma das formas dos conservadores cristalizarem o domínio político do sistema. Nesse cenário, uma voz contundente na escala política do Centro foi a do alagoano Tavares Bastos:

[...] Generalíssimo da polícia, o ministro da justiça o ficou sendo também da guarda nacional. São duos exércitos que marcham ao signal do comando. A conquista é infallivel; eis-ahi as camaras unânimes desde de 1850. Tornou-se a guarda nacional nova ordem honorífica com que allicia-se o parvo, com que se pervete o povo, e degrada-se o espírito público, e acima disto, supplicio do operário e do lavrador, occasião e meio de vinganças políticas, arma em summa do despotismo. A tranqüilidade do povo, a segurança individual, a regularidade do trabalho, os mais caros interesses exigem melhor organização dessa parte do nosso governo [...].⁵⁹

No entanto, não era apenas de laços partidários que a política brasileira vivia no século XIX, as relações sociais falavam mais alto que os partidos em muitas ocasiões. O político de aldeia para que pudesse obter maior visibilidade perante os representantes da Corte e imprimir uma carreira vitoriosa tinha como estratégia a multiplicação dos laços, casando seus filhos e sobrinhos com elites de outras províncias, esses matrimônios foram um fenômeno registrado por todo o Império, não se tratando assim de uma exclusividade da Paraíba.

Entretanto, a estratégia do matrimônio não era a única, pois nem todo mundo conseguia arranjar bom partido para os filhos. É nesse aspecto que à formação dos descendentes nas Faculdades de Direito assume um patamar importante, onde o diploma atrelado às relações sociais e familiares quase sempre significava a garantia de ingresso no serviço público e por consequência na política. Como destacado anteriormente, a magistratura significava quase

⁵⁷ *Idem.*

⁵⁸ Arquivo da Biblioteca Nacional. **Correspondência de Joaquim Nabuco para Paes Barreto**. 1855, p. 51.

⁵⁹ Arquivo da Biblioteca Nacional. **Discurso de Tavares Bastos**. 1857, p. 68.

sempre a garantia de mais espaço dentro do mundo do jogo político, essa estratégia devia-se as sociabilidades e amizades obtidas ao longo dos anos de estudos com filhos de elites de diversas partes do Império.

Ressaltamos que nosso estudo não pretende esmiuçar a trajetória das famílias de elites paraibanas nas décadas oitocentistas, todavia, a análise do mandonismo político local levará sempre em consideração o papel desempenhado por estes no processo de centralização do Império. Nessa empreitada, os Comandantes Superiores da Guarda Nacional tiveram sua importância na busca da lealdade dos potentados na Província, da Capital Parahyba do Norte ao Sertão do Piancó.

Assim como foi dito acima, à milícia vista como uma instituição de considerável respeito tinha como objetivo principal três funções. Cabia a mesma: defender a integridade do Império, auxiliar o Exército na defesa das fronteiras e conservar a ordem social interna. Os primeiros anos de vigência da Guarda Nacional foram anos de instabilidade e essa ao menos até a reforma da década de 1850 tinha caráter de policiamento e de mantenedora da ordem, conforme os interesses do poder central.

Nos anos que se seguiram a reforma verificou-se uma reviravolta no limiar da instituição, a partir daquele momento a Guarda assumiu um caráter cada vez mais político em boa parte das províncias. Coube a mesma a manutenção da ordem social vigente, uma vez que seus altos postos eram compreendidos por proprietários rurais e comerciantes detentores de privilégios e interesses que precisavam ser mantidos. Para os restantes dos cidadãos o ingresso na milícia tinha outro propósito, segundo Fertig:

Já para o restante dos cidadãos integrados na milícia, pobres em sua maioria, a instituição representava, num certo sentido, um instrumento de inclusão social. (...) para o homem livre pobre, fazer parte dos qualificados na milícia poderia viabilizar sua inserção numa rede clientelista, obtendo a proteção de algum oficial que, em troca de obediência e lealdade, poderia retribuir concedendo lhe favores, como um emprego ou cargo.⁶⁰

A concessão de empregos e cargos constituiu fatores de disputas por privilégios e alcançar esses feitos não era fácil. Atingir o patamar de votante e conseqüentemente de cidadão não era para todos, divididos entre os eleitores da paróquia e eleitores da província esses precisavam comprovar rendas diferentes para atingir tal feito. Assim como supracitado, no caso dos eleitores da paróquia essa renda mínima era de 100 mil réis, para eleitores de província 200 mil réis, só com essa renda mínima comprovada o indivíduo passaria no Conselho de Qualificação para a Guarda Nacional.

⁶⁰ FERTIG, op cit, 2003, p. 133.

Em meados da década de 1860 a corrida para atingir o patamar de votantes em algumas paróquias da Paraíba mostra a importância de engajar-se na milícia. Esse foi o caso de José da Nóbrega Sobrinho, natural do município de Mossoró na província vizinha do Rio Grande do Norte não se sabe quando ele aportou por ali, sabemos apenas que ele se encontrava na freguesia de Pombal em fevereiro de 1864. Proprietário de algumas cabeças de gado ele recorre ao Comandante Superior interino do quartel daquela freguesia, o Tenente Coronel Chefe d'Estado-maior Candido José de Assis na busca pela aprovação, o Tenente Coronel era aliado da família Dantas, fortes representantes do mandonismo local. No jogo político da época acontecia que em muitos quartéis espalhados pelo Império o Comandante Superior quase sempre era também o Presidente do Conselho de Qualificação e Revisão, provavelmente, nesse caso não era diferente, isso explica o fato de José recorrer ao mesmo. Não sabemos qual foi à resposta do Coronel para o pequeno pecuarista, todavia, é certo que conseguiu ser qualificado, pois seu nome aparece na lista dos guardas daquele quartel no ano seguinte.⁶¹

O nome de Nóbrega Sobrinho foi escolhido por ser um caso típico de favorecimento através de cargos na milícia. Em uma vasta documentação sobre o termo de Pombal, datado de novembro de 1863 descobrimos cartas do sub-delegado Francisco Cordeiro de Melo para o Chefe de Polícia da Província onde consta o nome do pecuarista como “desordeiro e homem de pouca confiança” por “perturbar a ordem naquelas redondezas”. Entre outros casos que ele estava sendo acusado pesava o fato de ser participante de bandos de homens armados que roubavam cavalos em Pombal, Catolé do Rocha, Patos e outras cercanias.⁶²

Além desse caso, consta na fichado mesmo a acusação de incitar a população da Vila contra as ordens do sub-delegado: “acompanhado sempre de meia dúzia de melliantes vago pellas noites e madrugadas na taberna e nos locais de mas famas onde em estado de embriaguez diffama a mim e as leis do Império sem nada a temmer”⁶³. E continúa Cordeiro de Melo “sintto de que gozza da proteção de poderosos locais já que é um eximmo frequentador das propriedades e aposentos da família Dantas, rogo ao Exc. Sr. providencias ao caso”⁶⁴.

⁶¹ Arquivo Público Valdemar Bispo Duarte. Cx 059.

⁶² Arquivo Público Valdemar Bispo Duarte. **Carta do Subdelegado de Pombal ao chefe de polícia na capital Parahyba do Norte**. 21 de maio de 1863.

⁶³ Arquivo Público Valdemar Bispo Duarte. 07 de julho de 1863.

⁶⁴ *Idem*.

Esses casos envolvendo o pecuarista potiguar que fixava residência no Sertão paraibano em meados do século XIX são típicos das relações sociais e práticas clientelistas dentro do sistema eleitoral, onde a ordem vigente era o amparo aos aliados, correligionários e protegidos políticos. Analisando a vida pregressa de José da Nóbrega Sobrinho com essa carga de acusações que pesava contra si podíamos pensar que a desejada qualificação para a Guarda Nacional não seria alcançada, tendo em vista faltar com respeito aos ditames e as leis do Império. No entanto, esses casos nem sempre se confirmava, e a expressão utilizada por José Murilo de Carvalho “*aos amigos tudo, aos inimigos a letra fria da lei*”, cunhada para explicar esse jogo político merece menção aqui.

A fama de má conduta do pecuarista foi compensada pela proteção da família Dantas. De hoste Conservador eles andavam insatisfeitos por aqueles anos, em boa parte pelos ditames adotados pelos presidentes da Província, medidas estas que tinham um tom mais liberal e que por consequência iam de encontro a alguns ditames defendidos pelos sertanejos. O início da década de 1860 ficou marcado na historiografia pela intensificação no recrutamento militar, principalmente a partir de 1864, dada a emergência de forças que a Guerra do Paraguai demandava. Nessa perspectiva, a elite latifundiária sertaneja desempenhou um papel de considerável relevância, assunto que abordaremos nos próximos capítulos.

Nesse cenário, a presidência da Província no início de 1865 estava entregue ao maranhense Sinval Odorico de Moura, e é na exposição pela qual ele passa o comando da Paraíba para as mãos de Felizardo Toscano de Britto que descobrimos o principal fator do potiguar ter sido agraciado pela qualificação na Guarda. O Coronel João Dantas d’Oliveira andava desagradando o Presidente dificultando a remessa de guardas nacionais para o campo de batalha no Sul como ficou destacado pelo decreto nº. 3.383 de 21 de janeiro daquele ano. Pela distância que separava Pombal e pela presteza que a primeira remessa exigia para o embarque os corpos do Comando Superior de Pombal acabaram ficando isento do recrutamento:

Foram dispensados d’essa primeira distribuição todos os corpos do comando superior de Pombal, em atenção a urgência, que havia de effectuar a remessa do dito contingente, o que foi approved pelo governo. **Reconhecendo, porem, pouco depois a impossibilidade de obter com a desejavel presteza o numero de praças exigido d’aquelles outros corpos, procedi a uma segunda distribuição por estes, no proposito de alterar proporcionalmente a que se achava feita.**⁶⁵(Grifo nosso).

⁶⁵ BRASIL. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba.** Em que o Exm. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura passou a administração da província da Parahyba ao Exm. Sr. Dr. Felizardo Toscano, de Brito. 1865, p. 12.

É nessa segunda distribuição de corpos que podemos perceber a insatisfação do presidente Odorico de Moura com os altos comandos do quartel de Pombal. Nessa fala percebemos a dificuldade em obter força militar no Sertão:

Sinto, entretanto dizer que nenhum resultado me foi possível obter de semelhante providencia, visto como até a data, em que fiz entrega da administração, um só Guarda não recebi do sertão, apesar das repetidas ordens, que para ali expedi. Tão reprovado procedimento, pelo qual não pôde deixar de ser considerado como principal responsável o Tenente Coronel Chefe de Estado-maior, Candido José de Assis, na qualidade do commandante superior interino, **aggravado pela maneira inconveniente e desrespeitosa, por que este official se há dirigido ultimamente à Presidencia sobre o serviço da Guarda Nacional, levou-me em data de 6 do corrente mez determinar-lhe que viesse à minha presença para recolher-se à prisão por oito dias na fortaleza de Cabedelo, o que ainda não fez.** Por Decretos de 4 de Novembro e 24 de Dezembro do anno passado, forão suspensos do exercício dos respectivos postos o Commandante Superior da Guarda Nacional de Pombal, Coronel João Dantas d'Oliveira [...].⁶⁶(Grifo nosso).

Diante dos fatos apresentados percebe-se todo o enquadramento e estratégias engendradas no limiar dos conchavos políticos na Província. Apesar de sofrer revés com as ameaças do sub-delegado da Vila o pecuarista José da Nóbrega Sobrinho contava com a proteção do mandatário local para angariar posição de destaque na sociedade pombalense da época.

Guardando as devidas proporções o caso de Nóbrega Sobrinho, que circulava entre a elite governante e a comunidade da Vila pode ser comparado às observações feitas por Giovanni Levi sobre as redes de relações sociais, assim como o peso das alianças nessas relações. Temática abordada por Levi em *A Herança Imaterial*, obra prima da micro-história italiana, onde o mesmo analisa a trajetória de Chiesa (um padre exorcista) na aldeia de Santena no Piemonte italiano. De acordo com o autor:

Giulio Cesare Chiesa era uma espécie de pequeno líder, de funcionário de aldeia, em cansativa atividade de mediação entre o estado e a comunidade, entre os diversos feudatários e entre os camponeses e os senhores. Sua riqueza advinha das redes de relações que possuía. O dinheiro era investido não em terras, mas no problema, ainda indefinido, de manter e aumentar um prestígio [...].⁶⁷

O pecuarista desempenhava a função de pequeno líder. Pequeno, mas suas atividades não eram insignificantes, exercia também um papel de mediador entre os habitantes pobres da vila de Pombal e os representantes da burocracia imperial comprovado no momento que ele

⁶⁶ BRASIL. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba.** Em que o Exm. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura passou a administração da província da Parahyba ao Exm. Sr. Dr. Felizardo Toscano, de Brito. 1865, p. 12.

⁶⁷ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Prefácio de Jacques Revel; tradução Cynthia Marques de Oliveira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 195.

incita a população contra os ditames do Governo, quando estes não satisfaziam seus objetivos, ou quando os mesmos se voltavam contra os seus direitos.

O caso apresentado acima também nos faz pensar em dois fatos de relevância acerca das relações sociais e políticas. Primeiro, a luta que o pecuarista fazendeiro travou para tornar-se votante naquela paróquia, o que nos faz desvendar algumas características acerca dos pleitos eleitorais da época. A primeira Constituição brasileira outorgada em 1824 e a historiografia tradicional não trazem os indivíduos populares como detentores de tamanha relevância social, o caso de José mostra que isso nem sempre acontecia, conforme a lei trazia.

Pesquisando sobre a formação das elites gaúchas no século XIX, Jonas Moreira Vargas nos traz a história do “turbulento” Antonio, que gozava de certo prestígio nas coxilhas do Rio Grande do Sul por ter ligação com chefes políticos locais e por ser amigo das classes populares, o que nos mostra que o caso do potiguar não se trata de um episódio isolado. José Murilo de Carvalho destaca que uma das maneiras para a diferenciação de determinados indivíduos dentro das comunidades era “a sua ligação com o poder estatal, onde muitas vezes esses faziam a ponte entre as duas esferas”.⁶⁸

O segundo fator a ser destacado é a forma de como chegava o poder do Governo Central no Sertão. Como se dava essa recepção por parte do mandonismo local? Será que não havia contestações aos ditames e aos representantes enviados pelo governo centralizador? São questionamentos que não podem ficar de fora nessa análise de relação entre as duas esferas do poder. Mais uma vez é Fertig que nos dá suporte na explicação, segundo ele:

A organização da Guarda Nacional era realizada a partir dos municípios. A base fundamental da qual partia a organização da milícia era o Comando Superior, que poderia abarcar um ou mais municípios. Desde a lei de 19 de setembro de 1850, ficava extinto o posto de coronel chefe de Legião. A nova legislação, em seu artigo 41, previa que a Guarda Nacional seria organizada através da instalação, pelo governo imperial, de Comandos Superiores nas localidades em que o poder imperial achasse necessário, desde que não houvesse mais de um em cada município. A autoridade máxima de cada comando caberia ao comandante superior, que teria a graduação de coronel. Essa autoridade máxima ao nível local deveria ser nomeada diretamente pelo governo imperial, como definia o artigo 51, da mesma lei de 1850.⁶⁹

Mesmo com todo esse processo de integração e centralização adotado a partir daquele ano o poder local não perdeu força, e muitas vezes os ditames centrais eram “rechaçados”, ou tidos sem importância em detrimento dos interesses locais como podemos notar nas atitudes dos chefes de Estado maior da Guarda Nacional do Sertão da Paraíba. Nas paróquias

⁶⁸ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, n. 18, 1996.

⁶⁹ FERTIG. op cit , 2010, p. 21.

sertanistas a milícia foi um verdadeiro calcanhar de Aquiles para os representantes do Império, desde os sub-delegados das freguesias até chegar ao presidente da Província.

O mandonismo local impondo seus interesses sobre a milícia pode ser verificado também nas províncias vizinhas. Para exemplificarmos encontramos no jornal potiguar *O Guarda Nacional*, em sua edição de 03 de novembro de 1860, fortes críticas e denúncias sobre o despotismo praticado pela instituição na Villa do Ceará-Mirim, onde além dos oficiais da milícia pesava denúncias sobre o delegado da Paróquia:

[...] é fundado neste princípio de justiça, e igualdade, que o guarda nacional denuncia ao Exm. Sr. Presidente e ao Sr. Dr. Chefe de Polícia o despotismo, que está exercendo no districto do Poço da Villa de Ceará-Mirim o Delegado de Polícia Manoel Leopoldo juntamente com alguns oficiais da Guarda Nacional contra diversos cidadãos que inspirados nos sentimentos nobres de liberdade, repellirão as chapas de mandões, escarnecerão desses indivíduos, que dispopularisadas querem tudo pela força de seus caprichos; e violências; prisões arbitrarias se fazem; e o pobre que tem dignidade vê violentada sua liberdade, cercear-se seu pobre asilo e arrastar-se às prisões públicas, indagação o crime que commetterão; respondem; são indagações da polícia, são denuncias secretas.⁷⁰ (Grifo nosso).

Ressaltamos que apesar do nosso foco de análise ser a Paraíba, o caso mencionado acima no Rio Grande do Norte está ligado ao recrutamento que naquela década teve a sua demanda acentuada em todas as províncias. Foi nesse cenário que os representantes do poder central mediram suas influências locais e utilizaram da força quando sua autoridade não era suficiente. Nesse sentido, nosso estudo serve de base para análise da temática no interior de outras províncias. Tendo em vista o fato das pesquisas existentes privilegiarem os grandes centros. Nessa perspectiva, destacamos que um cargo se sobressaia por seu papel, entre muitos que faziam parte no processo de mediação entre o Governo Central, no Rio de Janeiro e as milhares de paróquias espalhadas pelo imenso território imperial: o de Presidente de Província. É a respeito desse posto que focalizamos nosso estudo a partir de agora.

2.3 UM CARGO REVESTIDO DE PRESTÍGIO: O PAPEL MEDIADOR EXERCIDO PELOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA

O arranjo institucional do Império brasileiro revestia-se de vários cargos, muitos deles desempenhados a nível provincial e nas esferas administrativas menores, como nos municípios, vilas e Paróquias. No século XIX, o município imperial se constituía numa

⁷⁰Arquivo da Hemeroteca Digital. *O Guarda Nacional*. Vol I, Sabbado 3 de novembro de 1860. n° 03, p. 56.

unidade com grandes extensões de terras onde se alojava várias vilas, povoados e aldeias. No âmbito administrativo os cargos exercidos por autoridades e representantes do Governo Central não constituíam os mesmos que hoje, sendo o período oitocentista uma época em que na máquina pública brasileira os postos eram quase uma exclusividade das elites locais, principalmente nas esferas menores.

Dessa forma, vários postos se sobrepunham uns aos outros: responsável pela área policial, o Chefe de Polícia (indicação direta do Presidente de província e do Ministro da Justiça), davam as ordens para os delegados e sub-delegados, os primeiros exerciam seus cargos em jurisdições maiores e mais povoadas, os segundos nas jurisdições menores. Além destes tinham aqueles que regiam a administração da Guarda Nacional, onde cada quartel dispunha de um Comandante Superior, assim como o Chefe de Polícia esses comandantes a partir de 1850 passaram a ser indicações do Presidente de província e do Ministro da Justiça que, por sua vez, indicavam também os oficiais que deveriam preencher postos importantes na instituição.

Nos primeiros anos da década de 1830, durante o período regencial e dentro do contexto das reformas liberais, foi aprovado o Código de Processo Criminal, que ampliava as atribuições do juizado de paz, cargo com grande importância na esfera administrativa local. A respeito desse posto, Miriam Dolhnikoff ressalta que:

Os juízes tornaram-se homens poderosos, que usavam o cargo para defender seus interesses privados. Em vez de aplacar as tensões locais, o juizado de paz acabou servindo para acirrá-las, na medida em que foi utilizado como instrumento na disputa pelo poder dentro da localidade. [...]. O juiz de paz seria um problema não apenas para o governo central mas também para a política local. As facções rivais disputavam acirradamente o controle sobre o magistrado eleito e a derrotada passava a sofrer a perseguição do novo juiz. Com fama tanto de incompetentes quanto de corruptos, além de responsáveis pela intensificação dos confrontos entre as facções locais, os juízes de paz se tornaram objeto da crítica acerba de muitos membros da elite imperial, que começaram a questionar a amplitude do seu poder.⁷¹

Por esses fatores, a partir de 1837, no período denominado de Revisão Conservadora o Governo Central buscou diminuir as atribuições dos juízes de paz, nesse contexto, é criado os cargos de delegados e subdelegados revogando algumas determinações do Código de 1832. Conforme Dolhnikoff:

A reforma do Código de Processo Criminal criaria os delegados responsáveis pelo inquérito policial e era esta polícia judiciária que a Interpretação retirava do âmbito da legislação provincial, acabando assim com a figura dos prefeitos e esvaziando as atribuições dos juízes de paz. A polícia administrativa, que continuava sendo objeto

⁷¹DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005, pp, 126-127.

de legislação provincial, respondia pela manutenção da ordem, proteção do patrimônio, etc.⁷²

Apesar das reformas imprimidas pelos conservadores, que procuraram minar a autonomia das províncias, a figura do presidente provincial constituía o cargo mais alto na representação do Governo Central, já que a nomeação deste era de competência do imperador, uma vez empossado cabia ao presidente zelar pelos interesses do governo do Rio de Janeiro na província. Entretanto, esses não vinham governar para impor por completo os interesses e ordens oriundas da Corte, era preciso ceder as aspirações do mandonismo local quando estes se vissem prejudicados. Segundo Miriam Dolhnikoff:

Assim a intervenção do presidente no processo eleitoral não podia obedecer apenas aos interesses do governo geral. As disputas entre as facções da elite provincial levavam cada uma delas a buscar a aliança com o presidente para vencer seus opositores. Se isso garantia a influência do representante do governo central, por outro lado condicionava essa influência à negociação em torno de um acordo que interessasse a ambas as partes. Portanto, não se pode falar em manipulação unilateral das eleições pelo governo central através do presidente. Este era obrigado a estabelecer com os grupos dominantes na província alianças e negociações.⁷³

Tratava-se de um alto cargo no executivo desempenhado em boa parte das vezes por políticos que já gozavam de certo prestígio nas relações sociais e políticas dentro do cenário político do Governo Central. Isso explica-se pelo fato desses presidentes terem sido em boa parte deputados gerais, presidentes de outras províncias ou ocupantes de cargos importantes no sistema burocrático e institucional imperial. Continuamos dialogando com Dolhnikoff, a mesma traz as principais atribuições exercidas pelo Presidente, muitas dessas funções seguiam o disposto no Ato Adicional de 1834 que trouxe reformas para a constituição:

Segundo o Ato de 1834, ao presidente da província competia convocar a Assembléia Provincial para reunir-se no prazo marcado para suas sessões; convocá-la extraordinariamente; prorrogar ou adiar a sessão anual, a seu critério; expedir ordens, instruções e regulamentos adequados à boa execução das leis provinciais; além de sancionar as leis aprovadas pela Assembléia.⁷⁴

Para exercer o posto, o político quase sempre era oriundo de outra província, medida que evitava o presidente criar laços mais próximos com os políticos locais, afim que pudesse ser garantida a lealdade. Essa ainda era reforçada através de um processo de rotatividade que perdurou por todo o período da vigência do cargo. Apesar desse cuidado da origem do presidente ser exógena, essa não era uma prática seguida como regra, visto que algumas administrações eram realizadas por agentes nascidos na própria província. Outra questão que

⁷²*Ibidem*. p. 138.

⁷³*Ibidem*, p. 110.

⁷⁴*Ibidem*, p. 101.

merece ressalva é a rotatividade, já que alguns presidentes passaram muito mais tempo no comando de algumas províncias do que o habitual que era de alguns meses.

Para exemplificarmos essa situação citamos o caso de Honório Hermeto Carneiro Leão (o Marquês de Paraná), um dos políticos mais influentes do Império. Ele governou a província do Rio de Janeiro no período de dezembro de 1841 a março de 1843 e a província de Pernambuco de julho de 1849 a maio de 1850. Apesar de muitos críticos não considerarem a vigência do governo do mesmo na província nortista como um período longo, ressaltamos que se tratou de uma administração de considerável duração, tendo em vista a instabilidade vivida pela mesma por conta da Revolução Praieira.

Na Paraíba registramos na década de 1840 umas das mais longas estadias em presidências de províncias na história do Império: o governo do militar baiano Frederico Carneiro de Campos (dezembro de 1844 a março de 1848). Além de governar a Paraíba Carneiro de Campos foi também presidente da Província do Mato Grosso e deputado geral pelo Rio de Janeiro, a história ainda lhe reservaria um papel de destaque no Império. Outro governo com acentuado período de vigência foi o do paraense Ambrósio Leitão da Cunha - o Barão de Mamoré – junho de 1858 a abril de 1860. As décadas de 1850 e 1860, no entanto, foram anos difíceis para os presidentes, tendo em vista o fato dos mesmos ficarem à frente dos cargos por poucos meses, como mostra os quadros (02 e 03) a seguir:

Quadro 2: Presidentes da Província da Paraíba na década de 1850.

Presidentes (década de 1850)	Início do Mandato	Fim do Mandato	Província de origem
José Vicente de Amorim Bezerra	23 de janeiro de 1850	30 de janeiro de 1850	----
Agostinho da Silva Neves	30 de janeiro de 1850	3 de abril de 1851	Pernambuco
Frederico de Almeida e Albuquerque	4 de abril de 1851	8 de maio de 1851	Paraíba
Francisco Antônio de Almeida e Albuquerque	8 de maio de 1851	3 de julho de 1851	Paraíba
Antônio Coelho de Sá e Albuquerque	3 de julho de 1851	29 de abril de 1853	Pernambuco
Flávio Clementino da Silva Freire, Barão de Mamanguape	29 de abril de 1853	7 de outubro de 1853	Paraíba
Frederico de Almeida e Albuquerque	7 de outubro de 1853	22 de outubro de 1853	Paraíba
João Capistrano Bandeira de Melo	22 de outubro de 1853	7 de maio de 1854	Ceará
Flávio Clementino da Silva Freire, Barão de Mamanguape	7 de maio de 1854	23 de outubro de 1854	Paraíba
Francisco Xavier Paes Barreto	23 de outubro de 1854	16 de abril de 1855	Pernambuco
Flávio Clementino da Silva Freire, Barão de Mamanguape	16 de abril de 1855	26 de novembro de 1855	Paraíba
Antônio da Costa Pinto e Silva	26 de novembro de 1855	9 de abril de 1857	Rio de Janeiro
Manuel Clementino Carneiro da Cunha	9 de abril de 1857	9 de dezembro de 1857	Paraíba
Henrique de Beaupaire Rohan	9 de dezembro de 1857	94 de junho de 1858 de abril de 1869	Rio de Janeiro

Fonte: Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraíba/<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

Quadro 3: Presidentes da Província da Paraíba na década de 1860

Presidentes (décadas de 1860)	Início do Mandato	Fim do Mandato	Província de origem
Ambrósio Leitão da Cunha, Barão de Mamoré	4 de junho de 1858	13 de abril de 1860	Pará
Manuel Clementino Carneiro da Cunha	14 de abril de 1860	17 de abril de 1860	Paraíba
Luís Antônio da Silva Nunes	17 de abril de 1860	17 de março de 1861	Rio Grande do Sul
Flávio Clementino da Silva Freire, Barão de Mamanguape	17 de março de 1861	18 de maio de 1861	Paraíba
Francisco de Araújo Lima	18 de maio de 1861	17 de fevereiro de 1864	----
Felizardo Toscano de Brito	17 de fevereiro de 1864	18 de maio de 1864	Paraíba
Sinval Odorico de Moura	18 de maio de 1864	22 de julho de 1865	Maranhão
Felizardo Toscano de Brito	22 de julho de 1865	3 de agosto de 1866	Paraíba
João José Inocêncio Poggi	3 de agosto de 1866	4 de novembro de 1866	Pernambuco
Américo Brasiliense de Almeida Melo	4 de novembro de 1866	22 de abril de 1867	São Paulo
José Teixeira de Vasconcelos, Barão de Marauá	22 de abril de 1867	1º de novembro de 1867	Paraíba
Inocêncio Seráfico de Assis Carvalho	1º de novembro de 1867	29 de julho de 1868	----
Francisco Pinto Pessoa	29 de julho de 1868	16 de agosto de 1868	Paraíba
Teodoro Machado Freire Pereira da Silva	16 de agosto de 1868	9 de abril de 1869	Pernambuco
Francisco Pinto Pessoa	9 de abril de 1869	16 de abril de 1869	Paraíba
Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, Barão do Abiaí	16 de abril de 1869	11 de junho de 1869	Paraíba
Venâncio José de Oliveira Lisboa, Visconde de São Venâncio	11 de junho de 1869	24 de outubro de 1870	Rio de Janeiro

Fonte: Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraíba/<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

Analisar a atuação do presidente de província nos faz pensar no papel exercido pelo seu substituto: o vice-presidente. Esse, ao contrário do que se poderia imaginar desempenhava um papel de suma importância, ainda para Miriam Dolhnikoff:

[...] A falta de quaisquer vínculos com a província presidida, abandonavam-na de bom grado, deixando-a aos cuidados do vice-presidente. O vice-presidente acabaria naturalmente por assumir uma grande importância no jogo político provincial, pois era a ele que cabia governar a província durante a maior parte do tempo. [...] Ao contrário do presidente, os vices eram homens da província, vinculados aos interesses do grupo que ali detinha a hegemonia política e econômica. A cada nova legislatura eram escolhidos, pelos deputados provinciais, seis dentre eles que deveriam exercer o cargo de vice-presidente. O presidente enviava essa lista ao

ministro dos Negócios do Império, que por sua vez determinava a ordem a ser cumprida em caso de sucessão no cargo.⁷⁵

Observando os quadros percebemos uma predominância de presidentes que nasceram na Paraíba em detrimento daqueles oriundos de outras províncias, esses tratavam-se exatamente dos vice-presidentes que subiam ao cargo, tendo em vista que eles tinham facilidades em negociar com o mandonismo local. Uma vez que a instabilidade vivida no cenário político geral também era observada na província, a década de 1860 constituiu tempos difíceis no que diz respeito ao equilíbrio da política imperial. Nesse contexto, os presidentes de origens exógenas por certo encontraram dificuldades para governar em um cenário em que era exigido mais do que habilidades administrativas por parte dos representantes do Governo imperial.

Nessa perspectiva, é importante citarmos a carreira política do líder do partido Liberal na Paraíba: Felizardo Toscano de Brito, grande mediador no contexto político na Província da década de 1860. Por volta, daqueles anos houve uma aproximação em nível geral entre os conservadores moderados e os liberais, tudo em nome de deixar as desavenças de lado em prol de uma estabilidade política e da soma de forças para atuar no conflito contra a República paraguaia.

Neste contexto, marcado por exacerbação da luta política foi instituída em nível geral a Liga Progressista, “migração de conservadores moderados em direção às hostes liberais, era uma coalizão partida dos escalões superiores dos dois partidos”.⁷⁶ Essa aproximação, ou ao menos tentativa de aproximação, deu-se durante a gestão do Gabinete Olinda (maio de 1865 a julho de 1866), segundo Wilma Costa o próprio “Olinda procurava caracterizá-lo como apartidário até mesmo como condição para sua total imersão nas medidas da guerra”.⁷⁷ Foi durante a gestão do Marquês de Olinda, cujo limite de vida do partido pode ser verificado acima, que o conflito travado contra o Paraguai ganhou novos contornos, desnudava-se novos desafios estratégicos, afinal, a proposta passaria da defensiva para ofensiva.

Naquele cenário de conjuntura política mediadora, Toscano de Brito constituiu na Paraíba uma peça de suma importância. Conforme ressalta Deusdedit Leitão ao falar da figura do político:

Foi durante a sua atuação como Chefe do Partido Liberal que se operou na Paraíba a conciliação entre elementos desse Partido e os conservadores moderados o que ensejou a organização da chamada “liga” que antecedeu a formação do Partido

⁷⁵*Ibidem*, p. 103.

⁷⁶COSTA, Wilma Peres. **A Espada de Dâmocles**: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do império: Campinas, SP. Editora Hucitec, 1996, p.222.

⁷⁷*Ibidem*, p.222.

Progressista. Graças a esse acordo conseguiu eleger a unanimidade liberal para a Assembleia Provincial e a Câmara Geral em 1864 e em 1868.⁷⁸

Partimos do princípio que o presidente de província com todas suas atribuições e ocupações, antes de ser um representante do Governo Central, era, sobretudo, uma figura pública que exercia o papel de mediador entre essa esfera de governo e o mandonismo local, de sua atuação na província dependia seu próprio sucesso na vida política. Nesses conchavos bem forjados de trocas de interesses e favores entre os mesmos e as elites políticas dependia também a própria sustentação do modelo imperial de governo, em tempos de incertezas e indefinições no campo político as relações bem tramadas poderiam fazer a diferença nessa rede de relacionamentos. O historiador espanhol José Maria Imizcoz Beunza traz uma importante contribuição a respeito do papel desempenhado pelo mediador, conforme ressalta “una buena parte de sus miembros y de sus relaciones se mueven em territórios muy diversos e en que, para sus negócios, carreras e trayectorias, se comunicam entre ellos mediante cartas”.⁷⁹

Exercer a tarefa de mediador entre as duas esferas do governo levava o presidente a não desagradar por completo às elites locais, o que poderia colocar em risco sua própria governança frente ao governo da Província. Dessa forma, a Assembleia Provincial exercia um papel de grande autonomia já que se tratava da única casa colegiada, o que provocou a indignação de alguns políticos. Em *O Pacto Imperial*, Dolhnikoff cita a indignação de Tavares Bastos que reivindicava a criação de outra casa que exercesse papel semelhante ao do senado nas províncias:

É a divisão do poder legislativo em dois ramos indispensável à sua dignidade, não raras vezes comprometida pelos inevitáveis excessos e atos irrefletidos de uma assembleia única. Muitos dos habituais conflitos entre o presidente e a assembleia evitará a segunda câmara. É sem dúvida melhor e mais regular que os projetos de lei sejam corrigidos ou repelidos por outra câmara, representante igualmente do povo, do que pelo órgão do poder executivo⁸⁰.

Em momentos de pleitos eleitorais a Assembleia poderia exigir que o presidente tomasse algumas medidas que viessem favorecer os parlamentares provinciais na busca por apoio aos seus cabos eleitorais nas paróquias, onde eram eleitos juízes de paz e vereadores. Os pleitos eleitorais exigiam então dedicação e empenho por parte dos deputados provinciais.

⁷⁸ LEITÃO, Deusdedit. **Bacharéis paraibanos pela Faculdade de Olinda (1832-1853)**. João Pessoa: A União, 1978, p. 28.

⁷⁹ IMIZCOZ, José María. Actores, redes, processos: reflexiones para una história más global. **Revista da Faculdade de Letras – História**, Porto, III série, v. 5, pp. 115-140, 2004. Tradução: “Boa parte de seus membros e suas relações se movem em territórios muito diversos e nos quais, para seus negócios, carreiras e trajetórias, eles se comunicam entre si por meio de cartas”. p. 136.

⁸⁰ BASTOS, *apud* DOLHNIKOFF, 2005.,p. 105.

Como podemos notar no relatório apresentado a Assembleia provincial da Paraíba em junho de 1860, pelo presidente Luiz Antônio da Silva Nunes:

Pela lei n.º. 18 de 27 de setembro do anno passado foi designado o dia 3 de maio para a reunião da assembléa. Tendo porém o meu digno antecessor recebido a noticia de que o seu pedido de exoneração fôra benignamente deferido por S.M. o Imperador, e esperando que eu chegasse a província pouco antes da epocha da convocação, resolveu adial-a para o dia 1.º. de agosto, por não lhe parecer razoavel passar-me a administração com o onus de abrir a assembléa no fim de 15 dias. Entretanto, desde os primeiros dias, forão-me ocorrendo as difficuldades, que sobrevierão desse adiamento, mas, receioso de reformar um acto do meu digno antecessor, demorei algum tempo a minha decisão a esse respeito, até que, convencido de que seria talvez impossivel a reunião dos representantes da província em princípios de setembro, resolvi a 2 de maio convocar-a para o dia de hoje, restringindo assim o prazo fixado pelo digno ex- presidente. **Conheceis todos quaes as difficuldades a que me refiro. No dia 7 de setembro próximo futuro terá lugar a eleição de juizes de paz e vereadores. Se a destes é de pouca importância, não acontece assim como a dos primeiros, que no processo eleitoral de preencher importantíssimas funções. Mais ou menos interessados nella, os membros da assembléa, ou as abandonarão para reunirem-se aqui; ou terião de deixar esta casa para correrem ao campo eleitoral. Pareceu-me que não era muito conveniente collocar-vos em tão embaraçosa situação entre deveres tão importantes [...]**⁸¹. (Grifo nosso).

São em relatos como esses que podemos perceber a real dimensão dos pleitos eleitorais locais, esses tinham uma importância tão destacada que se sobrepunha a eleição para deputado provincial. Outro aspecto a ser destacado na fala do presidente é o respeito entre os dirigentes executivos, uma vez, que Silva Nunes receava reformar o ato disposto por seu antecessor. Como supracitado, uma boa parte desses presidentes se conhecia de outras atuações como as deputações gerais e os ministérios, o receio do presidente pode ser advindo também, do temor de uma possível insatisfação que a suspensão da medida poderia desencadear entre os potentados locais.

Nesse aspecto, citamos também as relações mantidas entre o Presidente da Província e o Comandante Superior da Guarda Nacional. A milícia constituía um dos principais fatores de integração do Império, e na Paraíba o papel desempenhado pela mesma nesse processo não foi diferente, nos diversos recantos da província os representantes do Governo Central recorreram a Guarda para o atendimento dos seus interesses. Fruto disso é o fato de encontrarmos referência e respeito à mesma em todos os relatórios dos presidentes. Entretanto, nem tudo eram flores e o caso de Pombal relatado anteriormente demonstra insatisfações e insubordinações por parte daqueles que compunham a mesma, dificultando assim a lealdade ao Governo da Corte.

⁸¹ BRASIL. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba**. Apresentado a Assembléa Provincial pelo presidente da parahyba de 1860 pelo presidente Dr. Luiz Antônio da Silva Nunes. Parahyba: Tipographia de José Rodrigues da Costa. Rua Direita N. 6, 1860, p. 03.

2.4 MUITO ALÉM DE ACEITAR ORDENS: SUSTENTAR OS DITAMES LOCAIS

Nesse sub-capítulo, abordaremos a situação da Guarda Nacional da Província na década de 1860, destacando sua organização, a relação com os poderosos locais e as atuações no controle da ordem interna nos anos que antecederam o decreto de destacamento para a Guerra do Paraguai. Nesse sentido, analisamos as diversas referências feitas à Guarda pelos presidentes em seus relatórios e exposições, bem como das correspondências trocadas entre esses e os comandos superiores dos diversos batalhões.

Como ressaltado acima, a reforma de 1850 trouxe como consequência a subordinação da milícia aos representantes da Corte, a concretização dessas reformas seguiu os interesses do Governo Central em seu processo constante na busca pela centralização e lealdade política. Todavia, essa concretização não era algo simples e de fácil efetivação, tendo em vista a dimensão da territorialidade do Império, havendo casos em que o poder político não conseguia abarcar todas as paróquias e comarcas, ao menos com a força e cobertura política desejada pelos representantes saquaremas. Argumentando sobre essa fragilidade do sistema, José Murilo de Carvalho denomina esse processo de macrocefalia (o estado com o cérebro gigante e com os membros atrofiados). Segundo ele:

Além da divisão interna, outra característica da burocracia imperial contribuía para reduzir seu poder de controle e de direção da sociedade. Trata-se da distribuição dos funcionários pelos vários níveis de poder – central, provincial e local. Essa distribuição acompanhava a própria estrutura do aparato estatal e revelava, ao mesmo tempo, aspectos da natureza do Estado. As reformas de 1840-1841 levaram a exagerada centralização política e administrativa, que faria um de seus autores dizer mais tarde das administrações imperiais que ‘têm cabeças enormes, quase não têm braços e pernas’, ou ainda: ‘são corpos cuja circulação não chega às suas extremidades’. A consequência dessa estrutura centralizada era o acúmulo de funcionários e atividades administrativas no nível do governo central, sua reduzida presença no nível provincial e quase ausência no nível local ⁸².

A divisão interna referida por Carvalho refere-se aos conflitos e contradições que vigoravam entre as elites e potentados locais. Assim como sempre acontece no mundo da política os braços do poder imperial não dava para abarcar, nem atender os interesses de todos que o almejavam, provocando disputas entre esses, querelas estas que iam além do bipartidarismo Saquaremas (Conservadores) e Luzias (Liberais). Apesar de a classe burocrática ser composta por aqueles que estavam ligados aos fazendeiros e latifundiários, esses também tinham suas rixas e diferenças, brigas por territórios, por mão-de-obra, por influência e pela clientela local provocavam divisões no mandonismo. Em tempos de

⁸² CARVALHO. op cit, 2008, p. 152.

centralização, essas rixas significaram uma pedra no calcanhar dos defensores e membros do sistema de governo.

Na verdade, por volta de meados do século XIX, mesmo com todos os esforços empreendidos pelo Governo Central o Império demonstrava a ausência de pulsos firmes, principalmente, na relação com alguns setores e classes, incluídos aqui os proprietários rurais. Essa falta de sintonia pôde ser verificada, por exemplo, na morosidade encontrada pela lei que proibiu o tráfico negreiro para o Brasil aprovada no parlamento em 1850, mais que desde 1831 dividia e acirrava debates na esfera central do governo. Outra tentativa malsucedida que podemos citar aqui é a tentativa de taxar a terra trazida pela Lei de Terras de 1850, não aprovada no parlamento. Segundo Carvalho:

A Lei das Terras [...] mostrou a incapacidade do governo central em aprovar ou implementar medidas contrárias aos interesses dos proprietários na ausência de pressões extraordinárias, como sejam a ameaça externa ou a pressão do Poder Moderador. Mas mostrou também a falta de unidade da classe proprietária. Fora de situações excepcionais, como as que se verificavam nas rebeliões de escravos ou de camponeses livres, quando se colocava em questão de maneira radical a propriedade tanto do escravo como da terra, os interesses de uns setores da classe não coincidiam com os de outros. E como a estrutura centralizada do estado exigia predominância nacional para que certas políticas fossem adotadas, raramente setores que eram economicamente mais fortes mas numericamente inferiores conseguiam impor-se, chegando-se sempre a arranjos acomodatórios de natureza conservadora.⁸³

Como podemos observar na fala do autor, o poder estatal mostrava muitas vezes sua ineficiência e chegava às vilas e paróquias interioranas com pouca força e fazendo com que o mesmo fosse desafiado pelo patrimonialismo dos potentados locais que não simpatizavam com os representantes dos primeiros. Somada a isso, a morosidade e a burocracia do sistema dificultavam os interesses governistas. Presidentes de províncias, delegados, subdelegados, comandantes superiores de quartéis da Guarda Nacional, chefes de polícia, juízes de paz entre outros, cada um em suas respectivas funções enfrentaram dificuldades no cumprimento de suas tarefas.

Nesse aspecto a Guarda Nacional na Paraíba constituiu uma preocupação constante por parte do Governo Provincial, os diversos batalhões que formavam a mesma apresentavam no início da década de 1860 várias deficiências na aparelhagem e na organização, destaque para a falta de armamentos, munições e fardamentos. Além disso, as distâncias dos quartéis e companhias localizadas no Sertão da província dificultavam o contato com o centro administrativo localizado na Capital.

⁸³*Ibidem*, p. 350.

Dessa forma, a milícia ficava quase sempre nas mãos dos potentados locais para que pudessem atender seus objetivos, tendo em vista que esses poderosos tinham seus próprios interesses, aos quais muitas vezes divergiam dos planos do governo. Esse processo de utilização do aparato administrativo público para atender fins particulares é o que chamamos de patrimonialismo, esse desempenhou um papel de grande significado na administração do Império. Nessa perspectiva, somos tributários do sociólogo colombiano Fernando Uricoechea, conforme o autor:

A necessidade de recorrer a formas patrimoniais de governo local dependia, em grande medida, dos imensos obstáculos que a ereção de uma burocracia estatal enfrentava, obstáculos esses resultantes das condições pecuniárias calamitosas da Corte. Ouvia-se frequentemente a queixa de que o estado simplesmente não podia pagar seus funcionários.⁸⁴

Apesar das formas patrimoniais de governo, nos relatórios dos presidentes de províncias percebemos o esforço destes em manter a lealdade dos quartéis da Guarda Nacional, através dos Conselhos de Qualificação e Revisão. Pois era de suma importância para os objetivos da administração da Corte obter sucesso em seus conchavos políticos. De acordo com Lei 602 de 1850:

A qualificação dos Guarda Nacionais e a sua classificação em listas do serviço ativo e da reserva serão feitas em cada Paróquia, ou Capela, ou no distrito de cada Companhia ou Corpo, como determinarem os Regulamentos, por um Conselho de Qualificação, com um recurso suspensivo para um Conselho de Revista, e deste, sem suspensão para o Governo na Corte, e para os Presidentes nas Províncias.⁸⁵

Era o estreitamento da dominação política da Corte sobre a milícia que marcara o cotidiano da mesma a partir daquele ano, embora esse domínio nem sempre fosse garantir a ausência de controle dos potentados locais sobre a mesma. Na Paraíba, no início da década de 1860 a milícia estava distribuída em sete comandos superiores, que são – o da Capital, que compreendendo os municípios da Capital e de Alhandra com 04 batalhões de infantaria, 01 de artilharia do serviço ativo, e 01 da reserva. O de Mamanguape, abrangendo o município da Cidade do mesmo nome, Pilar e Pedras de Fogo, com 04 batalhões de infantaria do serviço ativo, e duas companhias de reserva.

Além desses o de Campina Grande, que compreendia os municípios da vila do mesmo nome, e Ingá com 02 batalhões de infantaria do serviço ativo, uma companhia, e uma seção da companhia da reserva. O de Independência, que envolvia os municípios da vila do mesmo

⁸⁴ URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial: A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1978, p. 154.

⁸⁵ Coleção das Leis do Império do Brasil. **Lei de 19 de setembro de 1850**.

nome, Bananeiras e Cuité com 04 batalhões de infantaria do serviço ativo, uma companhia e uma secção de companhia da reserva. O do município de Areia, que compreendia além do mesmo, os municípios de Alagoa-Nova com 03 batalhões de infantaria, 01 esquadrão de cavalaria do serviço ativo, e 02 secções, sendo 01 de batalhão e outra da companhia da reserva.

Na região do Cariri, podemos citar o de São João, incluindo os municípios da vila do mesmo nome, e Cabaceiras com 02 batalhões de infantaria do serviço ativo, e 01 companhia da reserva. No Sertão, o de Pombal, que compreendia os municípios da cidade do mesmo nome, Patos, Catolé do Rocha, Teixeira, cidade de Sousa e Piancó com 05 batalhões de infantaria do serviço ativo, 02 companhias e 02 secções de companhia da reserva.

No relatório apresentado em outubro de 1863, pelo presidente Francisco d'Araújo de Lima na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial percebemos a fragilidade da milícia. Conforme o mesmo:

Esta força sem fardamento, armamento e disciplina, com poucas exceções, achase em estado de desorganização e incapaz de prestar serviço regular; todavia presta-se de boa vontade aos reclamos da autoridade todas as vezes que as urgências do serviço público o exigem.⁸⁶

Com os cargos e postos da burocracia imperial nas mãos dos potentados locais (a exemplo dos comandantes e oficiais da Guarda Nacional), a milícia nas cidades e vilas interioranas atendia mais os ditames destes do que as ordens que vinham da Capital da Província. E mesmo com todas as divergências que poderiam existir entre as duas esferas de poder (central e local), era importante para o governo do Rio de Janeiro trazer os chefes locais para dentro da aparelhagem estatal, os anos que se seguiram a 1850 foram de conchavos e estratégias políticas, tudo em nome da centralização.

Abordando sobre a temática, Fertig faz ressalvas a esse poder detido pelas elites locais. Conforme ressalta:

[...] era importante fazer nomeações para os principais cargos da milícia de pessoas que também estivessem em consonância com o quadro político local, buscando agradar os chefes políticos locais. Se fosse possível entrar em acordo com as elites locais de diferentes tendências políticas, melhor ainda seria, pois dessa maneira a Guarda Nacional estaria cumprindo plenamente a sua função de articuladora dos poderes central e local, contribuindo assim para a construção do Estado nacional no Brasil do século XIX.⁸⁷

Nessa perspectiva, a Guarda, principalmente em época de eleições serviria de “espoleta de todos os partidos”, para utilizarmos um termo do próprio Fertig. Na verdade,

⁸⁶ BRASIL. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba**. Apresentado a Assembleia Provincial pelo Exm. Sr. Dr. Francisco D'Araujo Lima. Na abertura da sessão ordinária de 1863. Parahyba: Impresso na Typografia Parahybana - Rua da Baixa. n° 35. p. 16.

⁸⁷ FERTIG, op cit, 2010, p. 32.

como dito anteriormente, a milícia assumia cada vez mais um papel de destaque dentro do cenário político, contribuindo de forma sistemática para a concretização da centralização política.

Nos idos dos anos 1860 os conchavos políticos estreitaram as relações, tanto no Império como em nível de Província, esse estreitamento acentuou-se a partir de 1864 com a eclosão da Guerra do Paraguai nas fronteiras do Prata. É nesse momento que muitas desavenças políticas são deixadas de lado em prol da soma de forças para combater o inimigo em comum. Conforme Wilma Costa “o poder central do Império estava fragilizado em 1864, pois os liberais lutavam entre si, o que gerava mudanças de gabinetes, e o clima era de tensão no Rio de Janeiro [...]”⁸⁸. Foi neste clima, envolvendo diversas tensões no interior da elite política imperial que o Paraguai de López invadiu o Brasil, encontrando a pátria imperial despreparada para o conflito, como podemos perceber nesse relato do Ministério da Guerra: “[...] a guerra nos veio surpreender quando ainda tínhamos alguns batalhões incompletos, mal armados e disseminados por nosso vasto território...”⁸⁹.

É nesse contexto que as práticas clientelísticas começam a dar as cartas na Paraíba. Na província as tramas entre os potentados e os representantes da corte atingiram níveis de suma importância, tendo em vista que a elite local conseguiu frear o quanto pôde o envio de tropas formadas por guardas nacionais para o Paraguai. Analisando os relatórios de presidentes da Província dessa época percebemos a preocupação com a ordem interna, garantida muitas vezes pelos homens da milícia.

No trecho a seguir, retirado do relatório provincial em julho de 1865, o Presidente Sinval Odorico de Moura ressalta que:

É a segurança de pessoa e de propriedade, que maior atenção deve merecer da parte d’ aquelles, a quem é confiada a administração pública, porque cada vez que estas forem atacadas se põe em perigo a manutenção e o respeito às leis, que nos regem; e, perdido esse respeito e dado o primeiro passo na carreira do crime, a ordem e tranqüilidade pública são também ameaçadas em seus fundamentos.⁹⁰
(Grifo nosso).

Esse trecho leva-nos a pensar outra questão importante, tendo em vista que partiu do próprio Presidente, nele podemos notar, sobretudo, o quanto o mandonismo local ditava as regras na província naqueles anos. O envio de homens para o conflito poderia, e deveria ser

⁸⁸ COSTA, op cit. 1996, p.222.

⁸⁹ **Gabinete do ministério da Guerra.** João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro, 1867.

⁹⁰ BRASIL. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba.** Em que o Exm. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura passou a administração para o Exm. Sr. Dr. Felisardo Toscano de Britto. 1865, p. 04.

feito, afinal “as províncias medirão sua importância pelo número de homens que enviar ao conflito”, mais jamais o território e a população local poderiam ficar desguarnecidos.

O Presidente ressalta ainda a emergência da administração pública em coibir os constantes crimes e delitos que vinham em ascensão na Província no primeiro semestre de 1865. Os quadros a seguir mostram os delitos cometidos na Província no primeiro semestre daquele ano e nos três primeiros anos da década.

Quadro 4 - Delitos na Paraíba no primeiro semestre de 1865.

Primeiro semestre de 1865	
De homicídio	29
De tentativa de homicídio	12
De ferimentos	26
De furto	5
De roubo	2
De estelionato	3
De estupro	1
De resistência	3
De reduzir à escravidão	5
De damno	5
De fuga de presos	10
De rapto	1
De injurias	1
De infanticídio	1
De falsidade	1
Quebra de termo de bem viver	1
De moeda falsa	1
De perjúrio	1
Desertores	23
TOTAL	131

Fonte: BRASIL. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba**. Em que o Exm. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura passou a administração para o Exm. Sr. Dr. Felizardo Toscano de Britto. 1865. p. 07.

Quadro 5 - Delitos na Paraíba no início da década de 1860.

	1861	1862	1863
Homicídios	16	22	12
Tentativas de homicídios	5	7	5
Ferimentos	16	8	3
Resistências	-	1	3
Roubos	3	10	4
Fugas de presos	7	8	8
Injurias	-	1	1
Moeda falsa	-	1	-
Ameaça	-	1	-
TOTAL	47	59	56

Fonte: BRASIL. **Exposição com que o Exm. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura passou a administração da província da Parahyba** ao Exm. Sr. Dr. Felizardo Toscano de Britto. 1865. p. 05.

O relato de Odorico de Moura traz alguns aspectos que vão além de sua fala propriamente dita, é importante destacar que ela foi dirigida a Assembleia Provincial e os seus superiores como forma de justificar o insucesso e o baixo número de guardas enviados para

os campos de batalha no Sul. Analisando os relatórios dos presidentes de anos anteriores e adotando uma metodologia comparativa (década de 1850) percebemos que os números de crimes na década posterior se equivalem ou são menores, mostrando que apesar do Presidente demonstrar o aumento da criminalidade através de algumas cifras este percentual não era um tanto quanto significativo.

Na divulgação do aumento da criminalidade o Governo Provincial contava com o auxílio da imprensa impressa, sendo o periódico *O Publicador* um grande aliado nesse sentido. Em outubro de 1865, o jornal trazia o ofício do presidente Felizardo Toscano de Brito, dirigindo-se ao Chefe de Polícia ele argumentava sobre a prisão de criminosos na Paraíba. Vejamos:

Accusando a recepção do seu officio de hontem, sob n. 1040, em que me participa a deligencia que mandou fazer o sub-delegado do Bodocongó para a prisão do criminoso Ignacio José Guimarães no lugar Serra de Ignacio Pereira, e bem assim o assassinato de Joaquim Leitão Cavalcante Lins no termo de Patos, praticado por Felix José Mendes da Silva, que foi preso em flagrante, cumpre-me recommendar a V. S. as necessarias deligencias para punição dos autores de taes attentados.⁹¹

A vila de Bodocongó (atual Boqueirão), na região do Cariri paraibano, parece ter registrado vários delitos ao longo da década de 1860, tendo em vista os esforços demandados pelas autoridades da Província para garantir a ordem na mesma. Em 06 de junho de 1868, *O Publicador* trazia o expediente do governo referente ao dia 03 do corrente, nele se encontrava o ofício endereçado pelo presidente Inocêncio Seraphico de Assis Carvalho para o Chefe de Polícia, o teor do documento seria exatamente o reforço da segurança na Vila. Conforme o Presidente:

Haja Vme. de expedir suas ordens no sentido de ser transferido quanto antes de Campina-Grande para a villa de Bodocongó, o Capitão José Severino da Silva Calafange, assumindo elle na mesma villa o commando do respectivo destacamento. Deu-se sciencia ao dito capitão e communicou-se ao commandante superior respectivo.⁹² (Grifo nosso).

O caso requeria atenção, tanto assim que no dia 15 do mesmo mês o Chefe de Polícia respondia ao Presidente:

Respondo ao officio n. 439 que Vme. dirigo em data de 5 do méz proximo passado acerca do Capitão José Severino da Silveira Calafange, dizendo-lhe que esse official acaba de ser removido para a villa de Bodocongó, não porque contra elle tenha informado o delegado de Campina-Grande, **mas sim por serem seus serviços muito necessarios na dita villa;** e que a não ser assim, elle de certo continuaria na commissão em que se achava n'aquelle outro lugar.⁹³ (Grifo nosso).

⁹¹ Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, 10 de outubro de 1865, p. 55.

⁹² Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, 06 de junho de 1868, p. 66.

⁹³ Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, 20 de junho de 1868, p. 25.

Com falas desse tipo, publicadas em *O Publicador*, os representantes do Governo Central na Paraíba se defenderam das investidas dos ditames vindos do Rio de Janeiro e dos ataques da pouca oposição política empreendida por alguns membros da elite na Província. Em junho de 1866, o presidente Felizardo Toscano de Brito demonstra preocupação em um ofício endereçado ao Chefe de polícia, dessa vez ele se referia a um crime de estupro praticado no termo de Mamanguape, onde uma menor de 07 anos teria sido estuprada: “[...] exijo que V. S. me informe do resultado do processo que se instaurou contra esse criminoso, que segundo consta do dito officio já se acha preso”.⁹⁴

Nos quadros acima o que mais chama a atenção é o fato dos poucos registros de crimes e delitos. Em um território da dimensão da Província da Paraíba sabemos que se praticavam muito mais do que isso, por certo não eram computados na chefatura de polícia. Mesmo assim utilizamos essas cifras para justificar uma redução na quantidade de delitos em comparação aos que foram registrados no ano de 1865. Todavia, esses dados não são assustadores a ponto da retirada de homens da Guarda deixar a mesma desguarnecida, apesar do efetivo policial ser um pouco reduzido em algumas vilas e freguesias, a milícia nem sempre era recrutada para o auxílio da ordem interna. Esses números são mais uma forma de justificar a permanência da Guarda Nacional na província em prol de conchavos políticos do que uma garantia para assegurar a ordem interna e a segurança individual.

No ano seguinte as buscas pelo apoio do mandonismo local na constante empreitada pelo envio de homens que compunham as fileiras da Guarda Nacional continuam, sempre com o tom de quem tentava realizar a tarefa com mais afinco esmero. Em novembro de 1866, o vice-presidente Commendador João José Innocencio Poggi relata a situação vivida na Província e as dificuldades em conseguir praças da milícia:

Recebendo, porém, ultimamente novas ordens do Governo, de conformidade com os decretos n.º 3, 708 e 3, 714 de 29 de setembro e 6 de outubro do corrente anno, que exigem mais alguma força para refazer as que se achão em operação, acabo de dar neste sentido as necessarias providencias, fazendo a conveniente distribuição das praças com que demais devem concorrer para semelhante fim os diversos corpos da Guarda Nacional da Província, a cujos Commandantes Superiores me tenho dirigido, convidando por seu intermedio os officiaes que voluntariamente se quizerem prestar a fazer parte do referido contingente. Fica, entretanto, ao cuidado e zelo de V. Exc. activar o fiel cumprimento de taes ordens.⁹⁵ (Grifo nosso).

⁹⁴ Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, 06 de junho de 1866, p. 75.

⁹⁵ BRASIL. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba**. Em que o Exm. Sr. Commendador João José Innocencio Poggi, 2º Vice-presidente, passou a administração para o Exm. Sr. Dr. Americo Brasiliense de Almeida Mello. Em 05 de novembro de 1866. Parahyba do Norte. Typographya Liberal Paraibana, Rua Direita n.º. 45. 1867, p. 05.

A distribuição de praças consistia numa determinada quantidade de homens que se apresentavam para o serviço de honra a pátria, tarefa da mais gloriosa para um cidadão brasileiro naqueles anos de intenso combate. A consulta aos comandantes superiores obedecia aos ditames do clientelismo vigente. Na Paraíba as facções políticas tiveram um comprometimento de suma relevância na proteção de seus aliados, destaque para o alto Sertão, onde os comandos da milícia mostraram-se resistente a lutar numa guerra que aparentemente nenhuma vantagem os trazia.

Quadro 6: Números de guardas nacionais destacado para o serviço militar por províncias (Decreto 3.383 de 21 de janeiro de 1865)

PROVÍNCIAS	
Côrte	300
Rio de Janeiro	1.384
Bahia	2.440
Pernambuco	2.424
Maranhão	1.060
Sergipe	2.440
Piuhy	1.160
Parahyba	624
Ceará	1.060
Rio Grande do Norte	624
Alagôas	484
Espirito Santo	208
Pará	1.040
Amazonas	230
Paraná	416
Goyaz	490
Santa Catarina	208
TOTAL	14.796

Fonte: **Anais do Parlamento Brasileiro** – Câmara dos Deputados (Diversas sessões).

Entretanto, toda regra tem exceção, e aqui cabe mencionarmos o trabalho desempenhado por um filho da Província que marcou seu nome na Guerra do Paraguai. Se referindo ao Tenente Coronel Dr. Luiz Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão o presidente da Província afirma: “[...] cumpre-me aqui consignar um voto de agradecimento e louvor ao distinto Tenente Coronel Dr. Luiz Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão,

pelo patriotismo, com que se ofereceu para seos serviços no teatro da guerra”⁹⁶. Albuquerque Maranhão consiste em um dos poucos Comandantes Superiores da Guarda Nacional que não mediu esforços para ajudar os presidentes provinciais em conseguir seus objetivos. Natural da vila de Cruz do Espírito Santo, ele ocupava o posto no quartel da Guarda de Mamanguape quando estourou o conflito no Sul.

Em suma, a Lei que trouxe reformas para a Guarda Nacional em setembro de 1850, fruto de toda uma política de estratégias dos conservadores não atingiu os potentados locais em todos os pontos do imenso território imperial. A lei regressista por mais que objetivasse e tenha tentado atingir o proprietário de terras e de escravos no seu recanto de influência e onde os mesmos arrebanhavam muitas vezes milhares de votantes não chegava com tanta força, uma vez que esses potentados tinham as próprias estratégias clientelísticas bem como suas formas de conseguir votos.

Após esse ano, diante das medidas políticas para colocar e acentuar a dominação da milícia sobre o julgo da máquina estatal centralizadora o mandonismo local viu suas práticas de dominação ameaçada, por outro lado, resistindo muitas vezes esses significaram também ameaças para o Governo da Corte. Foi nesse cenário que a centralização chegou ao interior da província da Paraíba, onde mesmo com todos os esforços empreendidos pelo Governo imperial não foi bem recepcionado por esses potentados. Entendemos que a situação vivenciada na Paraíba não era exclusiva da província, e dê sustentáculo e modelo para análises políticas de outras províncias nortistas onde o estado imperial encontrou dificuldades para governar.

2.5 QUALIFICAÇÃO E REVISÃO EM COMANDOS SUPERIORES INTERIORANOS

Estudar os comandos superiores do interior é discutir, sobretudo, a situação vivenciada por esses quartéis nos dias que antecediam aos conselhos de qualificação e revisão da Guarda Nacional. Para André Fertig, a palavra qualificação é sugestiva para a análise histórica, indicando o teor do processo, tendo em vista que ser qualificado para a milícia trazia junto uma forte carga simbólica e de respeitabilidade social.⁹⁷

⁹⁶ BRASIL. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba**. Em que o Exm. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura passou a administração para o Exm. Sr. Dr. Felizardo Toscano de Britto. 1865, p. 12.

⁹⁷ FERTIG, op cit, 2010, p. 31.

Na verdade, o tumulto em torno dos processos de qualificação tratava-se de uma constante na Paraíba da década de 1860. Na exposição em que Francisco de Araújo Lima passou a administração da Província para Felizardo Toscano de Brito em 17 de fevereiro de 1864, o presidente ressalta que:

Em vista das participações até aqui recebidas, parece que poucas são as freguezias, em que este anno se tem procedido a qualificação de votantes, em consequencia de duvidas, que se derão a respeito das convicções, que a lei recommenda para a formação das juntas. Tenho entretanto designado novos dias para todas aquelas freguezias, de onde me ha chegado a noticia de semelhante falta.⁹⁸ (Grifo nosso).

No mês seguinte (21 de março), o despacho do Governo provincial dava destaque às qualificações realizadas nas vilas e freguesias. Dessa vez, o presidente Toscano de Brito dirigia-se a Câmara municipal do Teixeira:

Não se tendo ainda organizado a junta revisora da qualificação de votantes da freguezia da Villa do Teixeira, na ultima dominga de fevereiro proximo findo, por duvidas que a respeito se derão, segundo acaba de participar a esta presidencia o respectivo juiz de paz, cumpre que a camara municipal da mencionada Villa expeça novas ordens, no sentido de ter lugar a formação da dita junta na 3ª. dominga de maio vindouro, procedendo-se para isso á convocação dos eleitores e suplentes eleitos para a nova legislatura, que já forão approvados, como se communicou á mesma camara. ⁹⁹ (Grifo nosso).

Constantemente esses processos enfrentavam indefinições e anulações, o exemplo de Teixeira não é o único. Em abril de 1864, no município de Mamanguape a situação não era diferente, em officio enviado ao juiz municipal do referido termo o Presidente observa que:

Tendo sido, em data de hontem, annullada a qualificação de votantes, que este anno se fez na freguezia de S. Pedro e S. Paulo dessa cidade, e designado o dia 19 de Junho vindouro para organização da junta que deve proceder á nova qualificação, o communico a V.m., recommendando-lhe a reunião extraordinaria do respectivo conselho municipal de recurso depois de concluidos os trabalhos da referida junta, e guardando o intersticio. ¹⁰⁰ (Grifo nosso).

Essas situações desenrolavam-se por conta do caráter clientelista presente nas paróquias e freguesias, conjuntura que se estendia para a Guarda Nacional. Tendo em vista que “desde a organização da milícia, através das qualificações, já é possível percebermos que a Guarda Nacional estava impregnada pela prática clientelista”.¹⁰¹ Os “alvoroços” sempre comuns nesses momentos eram motivados por algumas circunstâncias que tinham uma série

⁹⁸ BRASIL. **Relatório do Presidente de Província da Parahyba.** Em que o Ex. Sr. Dr. Francisco de Araújo Lima passou a administração da província para o Ex. Sr. Dr. Felizardo Toscano de Brito. Parahyba do Norte, 17 de fevereiro de 1864, p. 05.

⁹⁹ Arquivo Público Valdemar Bispo Duarte. **Correspondência do Presidente da Província.** Cx 058.

¹⁰⁰ *Idem.*

¹⁰¹ FERTIG, op cit, 2010, p. 31.

de interesses por trás, conseguir ficar na reserva da milícia significava mais tempo para cuidar das atividades e afazeres, além de não correr o risco de ser destacado para o campo de batalha, privilégios adquiridos boa parte das vezes por aqueles membros de famílias mais abastadas. Por outro lado, ser qualificado e poder engajar-se na milícia para um cidadão comum, significava gozar de certo prestígio social e receber o reconhecimento de alguns oficiais locais, podendo até mesmo galgar postos mais altos dentro da instituição.

Ainda conforme Fertig:

Segundo a linguagem da época, utilizada pelos oficiais encarregados do recrutamento e qualificação, os que eram excluídos da Guarda Nacional mereciam rótulos pejorativos, sendo denominados de vadios, turbulentos, vagabundos e vistos como pessoas que, por diversas razões, representavam uma ameaça à ordem social.¹⁰²

No interior da Paraíba em meados do século XIX, antes mesmo da emergência e do apogeu da cultura algodoeira que trouxe riquezas para aquelas terras a principal atividade era a agropecuária. Realizada na região desde os tempos coloniais, boa parte das vezes, praticada de forma extensiva, a pecuária bovina exigia grandes extensões de terras. Conforme ressaltou Celso Furtado:

[...] a pecuária desempenhou certo papel de estabilizador das atividades econômicas em seu conjunto. Nas fases de depressão da atividade econômica principal, a pecuária podia absorver a mão-de-obra livre e a capacidade empresarial sobranes [...], no Brasil açucareiro o hinterland pecuário se apresentava como uma fronteira móvel a conquistar. A abertura de fazendas de gado constitui, assim, de alguma forma, um processo de colonização de povoamento [...] a abertura de uma fazenda não exigia mais que algumas cabeças de gado [...].¹⁰³

É importante ressaltarmos o caráter expansionista que a pecuária demandava, porque o conseqüente alastramento da mesma, através de centenas e até mesmo milhares de hectares de terras significava também a expansão do poder clientelista. Poder este que muitas vezes atravessavam os limites de municípios e comarcas aumentando os números de agregados e reforçando o paternalismo que a figura do fazendeiro sempre trazia junto de si.

Esse resumido contexto econômico e social desenvolvido aqui tem seu propósito. Nesse sub-capítulo, analisamos o conselho de qualificação e revisão realizado no 10º. quartel da Guarda Nacional, localizado no município de Campina Grande em maio de 1868 e a nomeação de guardas nacionais para os municípios de Pilar e Pedras de Fogo em abril daquele ano.

¹⁰² *Ibidem*, p. 145.

¹⁰³ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 96.

Através da documentação pesquisada, percebemos em Campina Grande mudanças efetuadas pelo Comandante Superior do batalhão, Raimundo Egídio de Almeida, sem sombras de dúvidas essas modificações tinham caráter de favorecimento e motivação política naqueles anos tão perturbados como foi registrado nas fileiras da milícia na província, perturbação esta motivada, em boa parte, pelo fato da mesma não conseguir atender a quantidade solicitada pelo decreto 3.383 de janeiro de 1865. Conforme o Comandante relata:

[...] por essa proposta tenho a honra de levar a presença do Ex. Sr. presidente da província da Parahyba Doutor Innocêncio Seraphico de Assis Carvalho contendo os nomes dos cidadãos que devem ser nomeados e promovidos por sua aptidão e boas qualidades nos postos vagos na primeira, terceira, quarta, quinta, sexta e sétima companhias do Batalhão n.º. 10 na forma da lei n.º. 602 de 19 de setembro de 1850 que deu nova organização a Guarda Nacional.¹⁰⁴

O quadro a seguir traz os nomes, as patentes e as respectivas companhias que os oficiais deveriam ocupar:

Quadro 7 - Batalhão n.º. 10 da Guarda Nacional do Município de Campina Grande, maio de 1868.

Oficial	Posto	Companhia
Manoel Fellipe Santiago	Alferes	1.º. Companhia
Manoel Serafim dos Santos	Alferes	3.º. Companhia
Joaquim Ribeiro de Faria	Tenente	4.º. Companhia
José Dias da Costa	Alferes	5.º. Companhia
Frederico Augusto Neiva	Alferes	6.º. Companhia
Justiniano Cavalcanti de Albuquerque Bello	Alferes	6.º. Companhia
Francelmo de Lima	Alferes	6.º. Companhia
José Ferreira da Costa	Alferes	7.º. Companhia

Fonte: Arquivo Público Valdemar Bispo Duarte. Cx 059.

Por volta de 1868 ainda perdurava na província o impasse no envio de guardas nacionais para o Paraguai, o caso não encontrou solução mesmo com todas as estratégias políticas e constantes campanhas imprimidas pelos representantes do Governo imperial. Preocupados com o contexto da província naquele período, a guerra no Sul pouco significava para o mandonismo local na Paraíba. Todavia, como ressaltado acima, esse fato estava longe de ser razão para sustentar a Guarda na província. O engajamento sem muito sucesso dos

¹⁰⁴ Arquivo Histórico Valdemar Bispo Duarte. Cx 059.

delegados (colocamos delegados aqui não como o representante da polícia em si, mas como todos aqueles que faziam parte do aparato burocrático do Governo da Corte) na Província pode ser observado no relatório de Innocencio Seraphico de Assis Carvalho:

Desde que assumi a administração dessa Província dediquei-me mui particularmente ao serviço da guerra, e com preferência à outro qualquer. Compreendi que **nas tristes conjuncturas, em que se achava o paiz, e que infelizmente ainda não cessaram, toda a attenção dos Presidentes de Província devia convergir principalmente para o alistamento de novos contingentes, que fossem engrossar as nossas forças. Era um serviço arduo, penoso, e fatigante, cumpre confessar, mas eu não podia, nem devia como brasileiro e Delegado do Governo Imperial esquecer-me d'elle. Mao grado as difficuldades, com que tive de lutar, provenientes, já das idéias derramadas pela opposição, e já do desanimo e mesmo repugnancia, que certas camadas da população votavão ao serviço da guerra [...].**¹⁰⁵ (Grifo nosso).

O presidente menciona o principal empecilho encontrado para a obtenção com sucesso do envio de guardas nacionais. Para Assis Carvalho, além do patronato, a má vontade de alguns oficiais contribuía nessa tarefa arduosa:

Inutilmente poderia eu recorrer a guarda nacional, cujos batalhões ainda não preencheram os contingentes que lhes foram marcados. Com quanto a suspensão do recrutamento não se estenda aos guardas nacionaes designados, considero todavia improficuo o recurso para semelhante medida. A má vontade de alguns officiaes, o patronato de outros e a indisculpavel desídia de muitos são sérios embaraços para o bom exito d'aquella medida.¹⁰⁶ (Grifo nosso).

O conselho referido acima no município de Campina Grande concerne ao mesmo período relatado pelo presidente ao seu sucessor (o primeiro semestre de 1868), em nossa pesquisa não encontramos quem eram e a que famílias pertenciam os guardas que solicitaram mudanças de postos. Entretanto, a efetivação dessas mudanças sugere-nos que as mesmas estavam sendo realizadas num período de arrocho e pressão sobre a milícia, levando-nos a imaginar que elas tinham motivações eminentemente clientelistas.

Nas vezes em que os guardas nacionais vinham de origem humilde, o clientelismo funcionava como barganha para obter fidelidade e proteção, benefícios estes que se estendiam a toda família do miliciano numa rede de relação social e política de finalidades recíprocas. Em tempos belicosos, como foi a segunda metade da década de 1860, essas relações estreitaram-se, ir ao campo de batalha poderia ser vantajoso para alguns, mas para os praças e

¹⁰⁵ BRASIL. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba.** Em que o Ex. Sr. Dr. Innocencio Seraphico de Assis Carvalho passou a administração para o 2º vice-presidente Padre Francisco Pinto Pessoa, em 29 de julho de 1868. Parahyba, Typ. dos herdeiros de J. R. da Costa, rua Direita, n. 20. 1868, pp. 4-5.

¹⁰⁶ *Idem*

oficiais de menores escalas da Guarda Nacional paraibana não significava nenhum privilégio, pelo contrário, poderia sair caro demais.

Ir ao campo de batalha significava o afastamento da família, dos negócios, do cultivo da terra (principal atividade realizada no campo durante o Império). Além de outros fatores, o que por certo não era nada desejado para um habitante de uma província tão longínqua do centro do Governo imperial e das províncias fronteiriças com o Paraguai.

Seguimos essa linha de raciocínio em nosso argumento, procurando entender porque alguns homens que ocupavam o alto escalão na milícia viam vantagens pessoais em participar e engajar-se na campanha para a maior participação da Guarda no conflito. Destaque para os milicianos do Rio Grande do Sul que não mediram esforços no auxílio ao Império naquela empreitada, embora o envolvimento gaúcho tenha sido motivado por outros fatores como veremos no capítulo 02. Todavia, o estudo nas províncias nortistas ao que concerne ao envio de tropas da Guarda Nacional para o conflito ainda precisa ser aprofundado, sem dúvidas por localizar-se em uma região distante de onde ocorria a guerra contribuiu para que quisessem se afastar do conflito. Porém, esse não é o único fator, tendo em vista que a província da Bahia se engajou na campanha com uma grande quantidade de homens.

Como supracitado, o grande fator para que a milícia paraibana resistisse de ir ao Paraguai foi mesmo à possibilidade que os conchavos políticos tinham para barrar tal processo. Mesmo que outros fatores fossem utilizados para explicar tal falta de êxito, estratégia utilizada principalmente pelos presidentes de província. A segurança de propriedades individuais, a mão-de-obra e outros argumentos serviam para esconder a verdadeira dificuldade em enviar homens da província para o Sul.

Dessa forma é que entendemos a rotatividade ocorrida no décimo batalhão de Campina Grande em meados de 1868, estratégia que não foi exclusiva do mesmo. Caso similar ocorreu no 2º. batalhão da Guarda Nacional que compreende os termos de Pilar e Pedras de Fogo em abril daquele mesmo ano, quando “mudanças necessárias forão realizadas afim de garantir a lealdade e a fidelidade entre seus homens”.¹⁰⁷ O quadro a seguir compreende os nomes dos oficiais nomeados naquele ano:

¹⁰⁷**Proposta para officiaes do batalhão da Guarda Nacional n.º. 2 dos municípios de Pilar e Pedras de Fogo.** Organizada em 02 de abril de 1868. José de Brito Ferreira, Juiz de Paz.

Quadro 8. Guardas nacionais nomeados nos municípios em Pilar e Pedras de Fogo em abril de 1868.

Nome do oficial	Posto	Observação
Alberto de Brito Ferreira	Tenente	A qualificação do G.N. referido tem preceitos legais
Aldair de Brito Ferreira	Tenente	Idem
Justiniano Rodrigues de Paula	Tenente	Idem
Umbiratam Farias de Gouvêa	Alferes	Idem
Teófilo Rodrigues Medeiros	Alferes	Idem

Fonte: **Proposta para oficiais do batalhão da Guarda Nacional n.º 2 dos municípios de Pilar e Pedras de Fogo.** Organizada em 02 de abril de 1868. José de Brito Ferreira, Juiz de Paz.

Localizado na região açucareira o batalhão que compreendia os dois municípios enfrentava pressões nos idos daqueles anos, uma vez que os batalhões concernentes ao Cariri-Sertão continuavam cada vez mais resistentes diante do destacamento para o Paraguai. Os batalhões da Capital, de Mamanguape, de Independência e de Pilar-Pedras de Fogo foram os que “mais contribuíram com êxito e patriotismo”.

Esse fato lava-nos a imaginar que a proximidade com os representantes da Corte (em especial com o presidente da Província) facilitava as redes e relações entre estes e o mandonismo local, o que até certo ponto promovia mais acertos entre ambas as partes. Por outro lado, esses gestos de patriotismo e fidelidade ao Império foram demonstrados apenas em alguns períodos, não se tratando de uma unanimidade. O que nos leva a concluir que o discurso de patriotismo aderido pelos membros que ocupavam os cargos mais importantes na Província tratava-se, na verdade, de um gesto de praxe e mera formalidade.

Nesse conselho de qualificação algo nos chama atenção, o sobrenome Brito Ferreira, do Juiz de paz, que coincide com o mesmo sobrenome dos dois primeiros oficiais indicados para nomeação. Nesses conselhos os mesmos desempenhavam uma função preponderante, conforme Saldanha o alistamento processava-se em cada distrito mediante um conselho de Qualificação, esse era formado pelos juizes de paz que eram eleitos e ainda pelos seis eleitores mais votados do respectivo distrito.¹⁰⁸

Miriam Dolhnikoff quando ressalta a importância do poder local, faz ressalvas aos amplos poderes detidos pelos juizes de paz. Esses foram muito criticados a partir da revisão

¹⁰⁸ SALDANHA. op cit, 2006, p. 35.

conservadora empreendida pelos saquaremas e iniciada no final da década de 1830, pois os poderes dados pelos liberais a esses juízes atrapalhavam a administração do Governo central e até mesmo causava rixas entre as elites locais nas vilas e paróquias.¹⁰⁹

Localizados no interior da província, boa parte dos comandos da Guarda Nacional da Paraíba apresentaram resistências as ordens e ditames vindos do Rio de Janeiro (especialmente ao decreto n.º 3.383 de janeiro de 1865). Não restam dúvidas que as elites locais se esforçaram em estreitar as alianças com os representantes da Corte afim de que esse empenho fosse concretizado, e nessa empreitada os presidentes de província, os comandantes superiores de milícia e os juízes de paz constituíam figuras cruciais.

Analisamos aqui dois batalhões da Guarda Nacional: o de Campina Grande, na divisa entre o Agreste e o Cariri e o de Pilar-Pedra de Fogo já na faixa litorânea. É bem verdade, que o primeiro adotou maiores estratégias contra essas ordens, todavia, o segundo também não ficou atrás como podemos notar no pedido do magistrado para beneficiar os próprios familiares. Toda tática era adotada para livrar-se do serviço enfadonho e dos campos de batalhas, já que está no serviço ativo da milícia naqueles tempos significava quase certo participar do conflito.

2.6 ENTRE A MILÍCIA E A POLÍCIA: ACORDOS E DESACORDOS ENTRE AS DUAS INSTITUIÇÕES NA PROVÍNCIA

Em meados do século XIX, a Província da Paraíba convivia com ares da mais pura tranquilidade. Segundo as autoridades os poucos crimes que ocorriam não eram suficientes para alarmar a população nem seus governantes. Conforme o presidente relatava em 1860: “A Província continua em perfeita paz e tranquilidade, não havendo o menor receio de que possa ser alterada”.¹¹⁰ Esse era o quadro representativo da Paraíba nos idos daqueles anos, chama-nos atenção o fato do presidente Odorico de Moura clamar em 1865 por segurança na mesma, essa fala de Silva Nunes em junho de 1860 reforça nossa hipótese que aqueles clamores tinham motivações políticas, como supracitado.

Apesar disso, a Guarda Nacional desempenhava em conjunto com a Polícia a segurança, tendo em vista que esta constituía uma das atribuições da mesma. Sendo a Guarda solicitada sempre que o efetivo policial se encontrava em número reduzido ou quando por

¹⁰⁹ DOLHNIKOFF. op cit, 2005, p. 127.

¹¹⁰ BRASIL. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba**. Em que o Exmo. Sr. Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes presta conta a Assembleia Legislativa Provincial. Parahyba do Norte, 15 de junho de 1860, p. 04.

algum motivo não poderia atender algumas ocorrências. Só para exemplificar assim se procedeu em abril de 1868, na cidade de Itabaiana, quando Manoel Francisco Correia “solteiro e vadio, sendo este possuidor da fama de ser perigoso e de ter roubado seis cavalos e cinco novilhas” andava atormentando e tirando o sono das autoridades policiais da pequena cidade, o subdelegado em exercício, José Ramalho Peixoto solicitou “o apoio e o serviço da Guarda Nacional para a efetuação da prisão do dito cujo”.¹¹¹

Ao lado da milícia, a polícia paraibana constitui-se em “fantasma” do recrutamento para a primeira linha. De tal modo se deu o caso no termo de Pedra de Fogo em 06 de junho de 1869. Na ocasião, o subdelegado Antônio Lucas de Souza em correspondência com o presidente da província Silvino Elvidio Carneiro da Cunha informava a prisão e o recrutamento de dois desordeiros naquela Vila: “por uma escolta composta de paisanos serão apresentados a V. Ex. Emiliano Ferreira da Nóbrega e Firmino Gomes Monteiro da Silva, capturado por esta Delegacia com destino ao recrutamento por não ter isenção alguma, além de turbulento e de maus costumes, pois vive de há muito amasiado”.

Em seu trabalho sobre a milícia no Rio Grande do Sul, Fertig também analisou as relações entre a milícia e a polícia. Segundo ele:

[...] devemos observar que, em muitas situações, Guarda Nacional e Polícia atuavam e harmonia. A própria Polícia era encarregada de auxiliar a organização da milícia, pois delegados e subdelegados muitas vezes eram membros dos Conselhos de Qualificação e Revisão, bem como cabia aos inspetores de quartelão a confecção de listas dos homens que poderiam ser passíveis de qualificação. Também a Guarda Nacional, ao atuar na defesa da ordem interna em auxílio ao Corpo Policial, agia em consonância com os objetivos da Polícia.¹¹²

O destacamento de guardas para a prisão de criminosos foi uma prática continuamente solicitada, uma vez que desempenhar outras tarefas exigia toda uma tramitação. Como resguarda o artigo 40 do Decreto n.º. 1354 de 06 de abril de 1854, editado quatro anos após a lei que reformulou a milícia este trazia que:

[...] não é permitido às autoridades civis chamar quaisquer praças e empregá-las em serviço sem requisição aos respectivos commandantes, salvo para prisão dos criminosos ficando, porém na rigorosa obrigação de o participarem imediatamente aos ditos comandantes.¹¹³

Estudando a Guarda Nacional em Minas Gerais, Maria Auxiliadora Faria também ressaltou o papel do policiamento que a mesma detinha, tendo em vista que o Corpo Policial sofria de carências em boa parte do território que compreendia a província. Segundo a autora:

¹¹¹Arquivo Público Valdemar Bispo Duarte. Cx 059.

¹¹²*Ibidem*, p. 76.

¹¹³Coleção das Leis do Império do Brasil. **Lei de 06 de abril de 1854.**

As tarefas mais comumente desempenhadas pelo serviço ativo da Guarda nos municípios são as de policiamento, guarnição de cadeias e condução de presos, uma vez que a força policial é sempre insuficiente. Ao contrário dos que prestam serviço de destacamento, não recebem, os praças que atuam no policiamento local, nenhum soldo.¹¹⁴

O auxílio da Guarda ao Corpo Policial, portanto, não foi exclusividade da Paraíba, tendo sido a principal função desempenhada pela Guarda em todas as províncias do Império. Entretanto, apesar delas, em certo sentido, terem as mesmas atribuições quase sempre estavam envolvidas em conflitos e disputas, principalmente quando a motivação era a clientela que as duas arregimentava. Assim se deu em Mamanguape, em outubro de 1869, na ocasião, o delegado e primeiro sargento em exercício Francisco Fulgêncio Gonsalves de Andrade se correspondia com o presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa, dando explicações sobre atitudes e medidas tomadas contra as arbitrariedades cometidas por um oficial da Guarda Nacional daquele município, Vitorino José dos Santos Albuquerque. Segundo o delegado o Alferes Vitorino estava facilitando a saída de armas e munições do batalhão para outros termos e municípios, equipamentos que inclusive iam parar nas mãos de pessoas “erradas”:

Ilmo. E Exmo. Sr. Acuzando o recebimento de correspondência de V. Ex. de 19 do corrente venho informar a V. Ex. que tenho todo o cuidado para que não saia para fora deste termo pólvora, armamento ou munição, assim como providenciei que não passe para elle pessoa, ou pessoas dessa gangue de facínoras, empregando o mesmo cuidado a respeito de não ser alterada a ordem pública e segurança individual.¹¹⁵

Nessa fala, percebemos a rixa existente entre as duas instituições, todavia, a acusação em desfavor do alferes tinha motivação política e, sobretudo clientelista. O município de Mamanguape constituía-se no decorrer do Império a principal região produtora de cana-de-açúcar no Leste-Norte da província, plantação que demandava grande oferta de mão de obra.

Descendente de latifundiários locais, Santos Albuquerque protegia alguns agregados e “trabalhadores de ganho” do termo de Mamanguape e arredores. Esses, por sua vez, habitavam a mesma rua da delegacia da cidade e como consta, já haviam prestado serviços para o delegado Francisco Fulgêncio na época que este comandava o Corpo policial da dita cidade. Já que na mesma correspondência consta referências a esses trabalhadores que “de homens honrados e prestativos tornaram se facínoras e fora da lei”.¹¹⁶

¹¹⁴ FARIA, Maria A. **A Guarda Nacional em Minas Gerais (1831-1873)**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba – PR: UFPR, 1977, p. 75.

¹¹⁵ Arquivo Histórico Valdemar Bispo Duarte. **Correspondência do delegado em exercício no termo de Mamanguape**. Francisco Fulgêncio Gonsalves de Andrade para o Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, Parahyba do Norte, outubro de 1869.

¹¹⁶ *Idem*.

Dando uma demonstração clara que o motivo que provocava a ira do delegado não era, na verdade, a má conduta do oficial da milícia e sim o fato deste ter arrebanhado por motivo desconhecido trabalhadores de ganho para trabalhar na sua lavoura. Trabalhadores estes que outrora labutara ao lado do representante da polícia em algumas atividades, estes não tinham nada de facínoras, o adjetivo desqualificador servia para reforçar o argumento do mesmo diante do presidente da Província. No final da década de 1860, período este marcado por forte recrutamento militar, a Paraíba vivia “tenebrosa” de ficar sem braços para a lavoura.

Esse fato ocorrido em Mamanguape não constitui algo isolado nas disputas clientelísticas entre as duas instituições. Igualmente, na Província de São Pedro do Rio Grande Do Sul, Fertig observou os conchavos e rixas que vigorava sobre a mesma, como em Rio Pardo em agosto de 1860 quando os recrutamentos contribuíram para desentendimentos e prisões, mostrando que as querelas se tratavam de algo mais comum do que se imagina. Vejamos:

[...] e portanto tendo sido aquele Coronel preso em flagrante delito e vocalmente por mim em nome das primeiras autoridades da Província, nos termos dos Artigos 114 do Regulamento n. 120 de 31 de janeiro de 1842, e 179 parágrafo da Constituição do Império, em razão de me haver desacatado em público, agredindo-me inopinadamente (sic) com os maiores insultos, injúrias e ameaças, e tentando-me ofender-me fisicamente o que de certo praticaria se não fosse impedido pelo Cidadão Bernardo Gomes Souto, na porta da loja do qual me achara sentado a conversar quando fui agredido pelo referido Coronel unicamente pelo fato de haver recrutado um seu agregado, sem isenção alguma alegar para ser dispensado do recrutamento e me constar andar intitulado escravo para não servir a Nação, [...] E como aquele fato criminoso não deva ficar impune, e consta me que esta noite mesmo o dito Coronel pretende evadir-se para a sua Fazenda do Distrito de Cruz Alta, vou rogar a Vossa Senhoria que a bem da justiça [...] se digne mandar fazer efetiva aquela ordem de prisão dada em flagrante delito [...].¹¹⁷

Em suma, as disputas clientelistas que vigoraram por todo o Império, encontravam-se presentes, da mesma forma, nas duas instituições responsáveis por garantir à ordem e a segurança na Paraíba. No século XIX, as dimensões territoriais do Brasil obrigavam a aqueles que governavam a construção de conchavos e redes políticas através dos partidos e das relações sociais para sustentar a lealdade ao Governo Central e a própria integridade do Império. Apesar disso, ocorreram querelas por toda parte quando os interesses de uns sobrepujam aos de outros, na Guarda Nacional e Corpo Policial não fôra diferente.

¹¹⁷ FERTIG, op cit , 2010, pp. 81-82.

3 “O CENÁRIO” POLÍTICO NA REGIÃO DO PRATA E A CRISE NO ABASTECIMENTO DO EXÉRCITO IMPERIAL NO PARAGUAI: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

“O presidente da República do Paraguay, contra todas as regras de direito internacional, mandou apresar o vapor brasileiro Marquez de Olinda, que, á sombra da paz, se dirigia para Mato-grosso, e levava o presidente nomeado para essa provincia, o qual, assim como outros brasileiros, ainda hoje se acha preso. As tropas paraguayas invadirão depois por um modo inaudito a mesma provincia de Mato-Grosso”.¹¹⁸ (Grifo nosso).

O trecho acima, datado de 06 de maio de 1865, durante a presidência no Parlamento Geral de Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), faz referência ao aprisionamento do vapor brasileiro, Marquês de Olinda. Capturado no Rio Paraguai em 12 de novembro de 1864, quando da ocasião, o mesmo levava o Coronel Frederico Carneiro de Campos, nomeado para a presidência da província do Mato grosso. A prisão do navio e de seus tripulantes constituiu o estopim de um conflito de seis anos, cujas causas já se arrastavam há décadas e que tinha tomado rumos mais instigantes, atingindo em cheio a integridade do Império.

Nesse capítulo, abordaremos a situação geopolítica no Prata, onde as instabilidades diplomáticas e fronteiriças - realidade que se arrastava por décadas - levou a Guerra do Paraguai. Analisando o papel da diplomacia brasileira nesse contexto, onde a busca pela hegemonia (principalmente no período pós-1822) atingiu um patamar de suma importância. Além disso, destacamos as dificuldades de abastecimento das forças imperiais no território paraguaio durante a Guerra nos anos 1860, onde consideramos os diversos empecilhos encontrados, destaque para o desconhecimento do território, passando pelas constantes deserções e as doenças que dizimavam os batalhões.

3.1 UM TERRITÓRIO BÉLICO: CONFLITOS NO PRATA E INTERVENCIONISMO BRASILEIRO NAS FRONTEIRAS SULISTAS

A região ao longo da bacia do Prata - zona que envolve três grandes rios: Paraná, Uruguai e Paraguai – já apresentava conflitos e motins desde o segundo quartel do século XVIII. O fato de ser uma faixa de terras localizada nas franjas dos dois impérios ibéricos na América do Sul constituía o fator principal dessas escaramuças. São esses desacordos

¹¹⁸**Anais do Parlamento Nacional.** Sessão Imperial da Abertura da 3ª sessão da 12ª Legislatura da Assembléa Geral Legislativa em 6 de maio de 1865. Presidência do Sr. Visconde de Abaeté. Falla. p. 07.

fundamentais para que possamos entender melhor as causas que motivaram a Guerra do Paraguai. Nesse sub-capítulo, abordaremos a situação geopolítica no Prata, onde as instabilidades políticas e fronteiriças eram uma constante e constituía um fator que se arrastavam por décadas e até mesmo por séculos.

Conforme ressalta Monteiro e Cardim, graças a essas disputas, durante mais de um século esse espaço aparentemente periférico das duas monarquias ibéricas desfrutou de uma inusitada centralidade na grade política luso-espanhola. Essas querelas ocorriam desde a Guerra de Sucessão da Espanha, mas também em 1735-36, em 1750, em 1756, em 1762-63 e em 1777-1778.

Como poderemos observar a seguir, o século XVIII foi de intensas negociações naquela região da América. Na verdade, se formos regredir mais no tempo vamos encontrar desentendimentos entre as duas potências européias ainda em pleno XVII. Conflitos aos quais viriam desembocar na destruição da Colônia do Sacramento na década de 1770:

Desde meados de 1776 que se preparava uma ofensiva espanhola visando tomar a ilha de Santa Catarina e destruir definitivamente a Colônia de Sacramento [...]. A 20 de Fevereiro de 1777 as forças navais luso-brasílicas, perante a superioridade inimiga, abandonaram as proximidades da Ilha de Santa Catarina, assinando-se as capitulações pouco depois. Em junho de 1777 a Colônia do Sacramento seria tomada e a sua cidadela definitivamente destruída. Em Outubro de 1777 o Tratado de Santo Ildefonso consagraria o fim da Colônia do Sacramento, embora Portugal mantivesse o Rio Grande e recuperasse Santa Catarina. Passara o tempo da Colônia do Sacramento. Mas o comércio da prata iria prosperar.¹¹⁹

Na bacia platina o comércio e a livre navegação constituíam o principal interesse. Todavia, comercializar naqueles arredores não era uma tarefa fácil. Tendo em vista que os conflitos diplomáticos foi um fator que veio se alastrando até tomar rumos mais efetivos no primeiro quartel do século XIX, quando as antigas colônias hispânicas começaram a passar pelo processo de independência, situação que tumultuou mais ainda a região. Vivendo dias de instabilidades advindas da própria conjuntura política que tomavam novos rumos esses territórios recém-independentes divergiam da situação vivida pelo Reino Unido do Brasil que passava por “dias tranquilos e de estabilidade política”.

O caso que melhor exemplifica essa situação de instabilidade é o do Estado Oriental do Uruguai, invadido por D. João VI em 1816 e anexado ao Brasil em 1821. A tentativa do príncipe regente em fixar a fronteira meridional na margem esquerda do Prata encontrou

¹¹⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro. A centralidade da periferia. Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806). **História, histórias**. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013, pp. 21-22.

grandes reveses diplomáticos, comerciais e militares do outro lado. Uma vez que os uruguaios, apesar de ter um exército pequeno, contavam com o apoio de caudilhos argentinos, principalmente aqueles que habitavam as províncias de Entre-Rios e Corrientes, união advinda desde a época da Liga Federal.

Denominado no Brasil de Província da Cisplatina, o território da Banda Oriental representou as primeiras escaramuças enfrentadas no Sul nos tempos do Império. Na ocasião em que o Brasil finalmente consegue sua independência em 1822, a Cisplatina veio constituir-se num assunto de relevante preocupação entre a classe política brasileira, responsável em ditar os rumos do território recém-independente.

Para que possamos entender melhor o contexto bélico por qual passou o Cone Sul nas décadas que precederam a Guerra do Paraguai faremos uma breve análise dos conflitos registrados na região. Buscando na historiografia as razões que levaram a eclosão da Campanha militar da década de 1860. Nessa empreitada, é importante destacar que a região do antigo Vice-reino do Prata, possessão espanhola até o primeiro quartel do século XIX, tratava-se de uma zona de fluxo comercial bastante movimentada desde o século XVI, quando o porto de Buenos Aires (Capital do Reino) servia de ancoradouro para a exportação da prata de Potosí. Esgotado o minério no século XVIII, o porto seguiu com sua importância.

Aos poucos, outro porto foi tomando importante contorno na região: o de Montevidéu, localizado na Banda Oriental (atual Uruguai). Através dele era possível acessar os principais rios da Bacia Platina, o que o tornava estratégico, não só para os proprietários e comerciantes espanhóis, como para os portugueses que negociavam naqueles arredores, inclusive do lado português, atual Rio Grande do Sul. Entre os principais produtos negociados através de Montevidéu estavam àqueles ligados ao gado vacum e seu derivados, como o charque e o couro.

Em sua obra, *O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*, Moniz Bandeira ressalta que:

[...] a navegação através do Rio da Prata e seus afluentes já era vital para os portugueses, cujos interesses se tornaram mais complexos, à medida que, ao longo da primeira metade do século XVIII, a ocupação do oeste e a mineração do ouro estenderam as fronteiras do Brasil e impulsionaram a formação do seu mercado interno. O gado cimarrón (selvagem) proliferava, em quase toda a zona da Bacia do Prata, e os luso-brasileiros exploravam as chamadas vacarias do mar, predatoriamente, desenvolvendo a indústria e o comércio do couro e da carne de

charque, dois produtos que, pela sua crescente importância econômica, eles pretendiam monopolizar¹²⁰.

Esse comércio e incursões dos brasileiros na região não agradavam nem um pouco os comerciantes castelhanos. Independente o Vice-Reino do Prata sentiu-se a ausência de uma liderança política que pudesse unir todo o território em torno de um único país, o antigo vice-reino esfacelou-se em repúblicas e províncias independentes: Buenos Aires, Confederação Argentina, Paraguai e a Banda Oriental. Todos tendo em comum o castelhano, mas separados por rivalidades políticas internas dos caudilhos (chefes políticos da região). Diferentemente do Brasil que mesmo sofrendo o perigo da desagregação, a partir de 1822 concentrou nas mãos de um único soberano todo o território da antiga colônia portuguesa, no Prata o cenário divergia. Todavia, pensarmos que o Brasil ficou de fora dessas disputas constitui um grande engano, dispondo dessa vizinhança incômoda o Império não ficaria de fora dessa arena chegando mesmo a exercer um papel de protagonista no Rio da Prata.

Entre os fatores que levaram o Império a intervir na região estava (o já citado) negócio comercial dos brasileiros, a quem interessavam a estabilidade política nos arredores. Nesse cenário as intrigas iniciaram ainda na época da Colônia quando em 1816 “os portugueses penetraram com forças na Banda Oriental sob o pretexto de manter a autoridade de Fernando VII, rei da Espanha”¹²¹. Na verdade, essa era apenas uma desculpa para a invasão. Diferentemente dos Estados Unidos que só começou a se expandir após a independência, o expansionismo brasileiro no Cone Sul teve seu pontapé ainda na época da Colônia.

A situação agravou-se ainda mais a partir de 1822, quando o Brasil declara sua independência perante a Portugal. Sem o julgo das metrópoles ibéricas, brasileiros e argentinos lançaram-se sobre o Uruguai em busca de controlar as riquezas e os pontos estratégicos da região, atendendo assim os interesses de seus súditos no Estado Oriental. Com constantes desavenças e sem conseguir entender-se diplomaticamente os dois países foram as armas: a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Depois de três anos sem vitória para nenhum dos lados foi reconhecido à independência do Estado Oriental, todavia, os conflitos na região ainda perdurariam por quase todo século XIX.

Além da proteção de seus súditos que habitavam o Uruguai o governo brasileiro almejava o controle sobre o porto de Montevideú. Além de ser o principal porto para o

¹²⁰ BANDEIRA, Luíz Alberto Muniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança.** – 3ª Ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 39.

¹²¹ POMER, Leon. **Os Conflitos da Bacia do Prata.** Tradução: Luiz Roberto Seabra Malta. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 21.

escoamento do charque e outros gêneros exportados na região, através de Montevideu, cruzando os rios Uruguai, Paraguai e Paraná, era possível acessar pontos mais distantes como a República paraguaia e o Chaco boliviano, territórios detentores de riquezas, mas isolados do comércio marítimo.

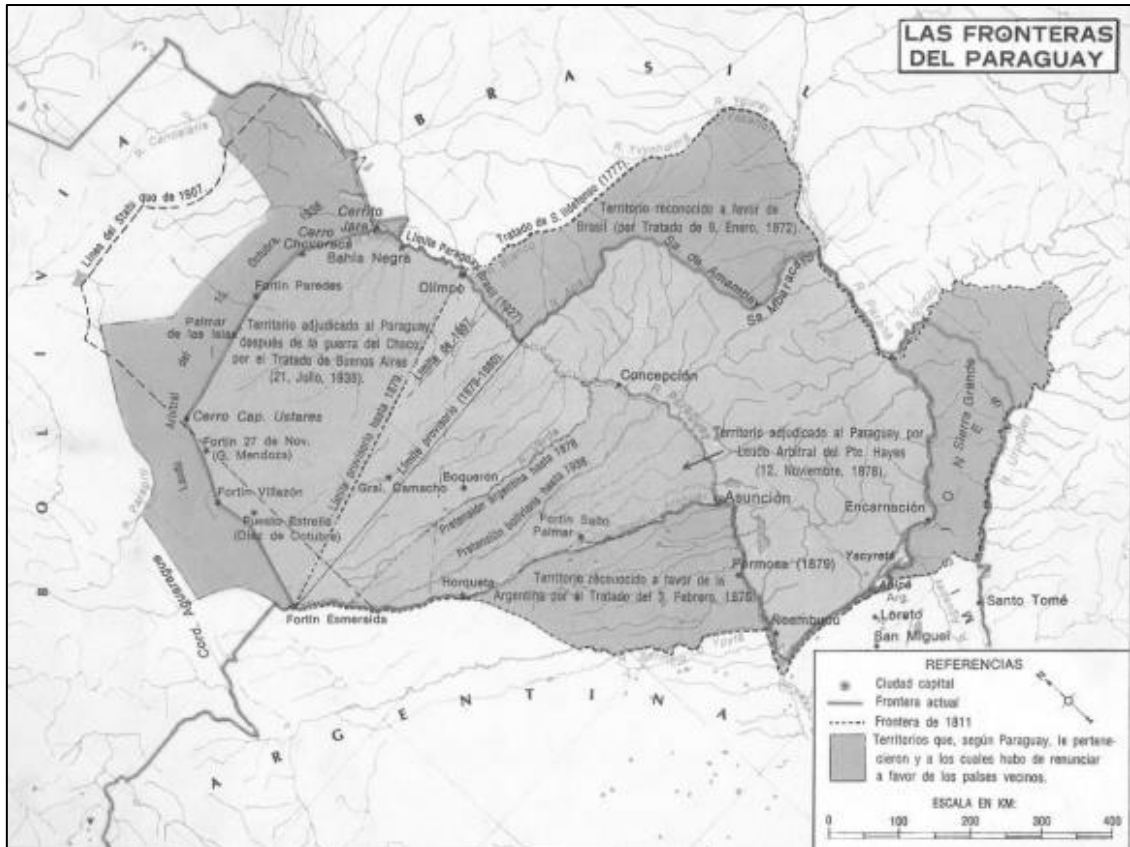
Ao mesmo tempo, há léguas de distâncias dali uma República desenvolvia-se: o Paraguai. Encolhido como um crustáceo numa concha a antiga província platense começa a aparecer com mais veemência a partir dos anos 1840. Em junho de 1849, seu presidente Carlos Antônio López decide que:

[...] é o momento de ocupar o território de Misiones, disputado com a Argentina, e enviou um exército sob o comando de seu filho Francisco Solano, que, além disso, estava autorizado a promover uma revolução na província de Corrientes.¹²²

A ambição por novos territórios chegara ao governante paraguaio e ela viria em boa parte impulsionada pela busca de uma saída para o mar, tendo em vista que a principal riqueza guarani, o erva-mate, precisava do auxílio financeiro do mercado externo para expandir-se. Buscando também espaço e prestígio entre as diplomacias platenses Francisco Sólano López, que gozava de cargos importantes no governo do seu pai, procurou arbitrar e apaziguar alguns conflitos na região, como a guerra entre a Confederação Argentina e Buenos Aires, além de apoiar caudilhos revolucionários uruguaios do partido Blanco. Todavia, essa procura pelo apaziguamento confundia-se com algumas atitudes beligerantes de López, que almejava, na verdade, o protagonismo que trouxesse o Paraguai para o cenário de disputas do Cone Sul.

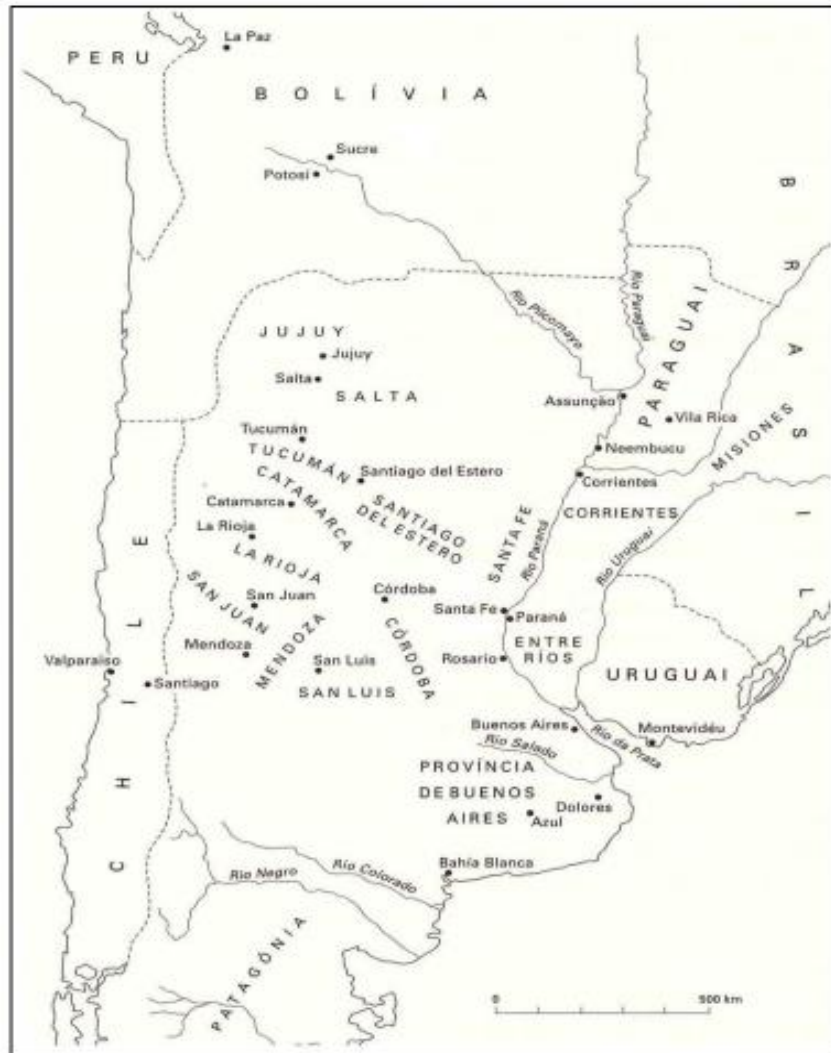
¹²² POMER. op cit. 1979, p. 40.

Mapa 2 - As fronteiras paraguaias em 1811



Fonte: http://www.eeh2014.anpuhrs.org.br/resources/anais/30/1405446765_ARQUIVO_Francisco_BarretoArtigo_AnpuhRs.pdf

Mapa 3 - As Repúblicas do Prata (1820-1870)



Fonte: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/MUNIZ-MUNIZ_SP04-Anais-do-II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-América-Latina1.pdf

Mapa 4 - Província do Rio Grande do Sul por volta de 1839



Fonte: <https://www.brasil-turismo.com/rio-grande-sul/historia/mapa-provincia.htm>

Com a chegada de novos personagens o histórico dos embates comerciais e diplomáticos registrados na região não cessou, pelo contrário, multiplicou-se. Após várias escaramuças ao longo da década de 1850, Bernardo Berro é eleito presidente do Uruguai em 1860. No poder ele “tomou uma série de medidas, visando a abater a hegemonia do Brasil”.¹²³ Entre essas medidas estavam o imposto sobre o gado que cruzava a fronteira a pé entre a Província do Rio Grande do Sul e o Uruguai, a não renovação do Tratado de Comércio e Navegação com o Império expirado em outubro de 1861, e a garantia de que os peões empregados nas estâncias dos Gaúchos do outro lado da fronteira não fossem escravos.¹²⁴

Após anos de negociações sem sucesso, em 1864 a situação saiu de vez dos eixos. Com o fim do mandato de Berro, Atanásio Aguirre, membro extremado da facção dos brancos assume o poder no Uruguai, o que causou enormes preocupações no Rio de Janeiro. Temendo

¹²³ BANDEIRA. op. cit, 1998, p. 109.

¹²⁴ *Idem.*

represálias, os estancieiros gaúchos recorreram aos governantes do Império para auxiliá-los nos conflitos. Naquele momento apoiar a Província do Rio Grande do Sul na empreitada foi uma questão de honra, tendo em vista que as circunstâncias poderiam levar a um desgaste da autoridade do Brasil.¹²⁵

Na Corte, o senado estava sob a liderança do Partido Progressista, tendo a frente Zacarias de Goes e Vasconcelos. Sem muita cerimônia foi enviado a Montevideú uma missão extraordinária, sob o comando do conselheiro José Antônio Saraiva, o acompanhava uma poderosa esquadra comandada pelo almirante Tamandaré. Essa missão tinha o pretexto “de exigir ‘reparação aos agravos’ supostamente sofridos por súditos brasileiros e, caso não obtivesse, ordenar a execução de represálias”.¹²⁶ Na verdade, essa era uma forma de justificar a invasão do Uruguai, há décadas pretendida pela “ganância” expansionista do Império.

Por outro lado, a República paraguaia também tentava nos idos daqueles anos exercer um papel de protagonista nas causas diplomáticas do Cone Sul. Na intervenção brasileira no Uruguai não foi diferente, Solano López que assumira o poder em 1862, com a morte do pai, procurou arbitrar no conflito. Conforme Bandeira:

López preparava-se, obviamente, para intervir na questão do Uruguai e instalar o confronto com o Brasil. Apenas buscava o pretexto e o modo pelo qual poderia inserir-se nos acontecimentos. [...]. Comprometido, como estava, com o governo blanco, nenhum país, de certo, aceitaria sua mediação e o Brasil, cujo objetivo, além do mais, era realmente, intervir na guerra civil, não a admitiu. [...]. Vários e complexos fatores, objetivos e subjetivos, entrancaram-se e concorreram para que então os dois países colidissem. Um dos objetivos do Império do Brasil, após abater o governo Blanco, seria, ao que tudo indicava, apropriar-se da área mais rica dos ervaais do Paraguai, mediante a fixação da linha de fronteira no Rio Apa, e afastar do mercado ‘alguns especuladores’, entre os Estados da Bacia do Prata, que aumentavam suas plantações [...].¹²⁷

Com manobras desse tipo, o Paraguai afrontava um dos principais objetivos do Império brasileiro na região: a hegemonia política necessária para a consolidação diplomática e comercial. O histórico bélico que perdurava por séculos agora estava carregado de complexidade e os fatores que se apresentavam chegavam a contornos dramáticos naquelas fronteiras. As alianças diplomáticas desgastadas não seriam capazes de evitar o conflito.

Os primeiros quatro anos da década de 1860 foram de várias mudanças na conjuntura política e diplomática da região. Com uma sanha conquistadora e com pouca habilidade diplomática Solano López empurrava o Paraguai para um conflito armado sem precedentes no Cone Sul, uma vez que quando os nós se desataram o Paraguai havia perdido seus aliados

¹²⁵*Ibidem*, p. 116.

¹²⁶ BANDEIRA, op cit, 1998, p. 117.

¹²⁷*Ibidem*, pp. 122-124.

na região, ficando isolado politicamente. Com seus interesses comerciais indo de encontro com os do Brasil, com as divergências políticas que López tinha com o governo Argentino de Bartolomeu Mitre, com o Uruguai dos Blancos (outrora aliado) invadido pelos dois países mais poderosos da região, não restou muito a ser feito para os guaranis. Não puderam contar, nem mesmo com as províncias argentinas dissidentes: Entre – Rios e Corrientes, pois as reviravoltas diplomáticas de poucos meses minaram essa possibilidade. O restante foi mera formalidade, o enfrentamento de tropas aliadas com as paraguaias tornou-se inevitável.

Em estudo revisionista sobre a Guerra do Paraguai, Francisco Doratiotto destaca o caráter invasor de Solano López nos primeiros meses de Campanha. Conforme o mesmo: “Envolvido por uma guerra inesperada, o Império do Brasil foi surpreendido com o Exército despreparado a ponto de, seis meses depois de iniciada a luta, não ter conseguido tomar a ofensiva”.¹²⁸

Fatores de diversas ordens travavam as estratégias militares imperiais: primeiro, a invasão paraguaia se deu inicialmente na Província de Mato Grosso, território desprovido de força militar preparada para expulsar os invasores, cuja localização geográfica não favorecia o deslocamento rápido de tropas oriundas da Corte ou do Rio Grande do Sul. Segundo, o oficialato de López não atacou à Província sem antes dispor de um estudo minucioso da região, o que favoreceu no deslocamento e nos ataques. Terceiro, a invasão no oeste do território, distante dos grandes ajuntamentos militares imperiais levou o oficialato brasileiro a estudar a melhor forma de locomoção das tropas para a região do Prata, o que demandava tempo e altos custos. E, por último, o Brasil não dispunha naquele momento de um Exército preparado, nos variados aspectos, para defender-se à altura.

Como vimos, diferentemente do cenário verificado em outras regiões do Império brasileiro, onde os acordos e esforços concentravam-se em torno da centralização política, tendo na Monarquia seu principal sustentáculo, a realidade no Sul seguia por outros caminhos, e esses ideais estavam presentes nos emaranhados dos conflitos. Conforme ressalta Bandeira:

Em todos esses conflitos, ressalvadas as especificidades de cada um, o federalismo serviu como expressão política para as reivindicações protecionistas das economias locais, do artesanato e das indústrias domésticas, ameaçadas pela expansão internacional do capitalismo. Em linhas gerais, ele significou o anseio de autonomia das províncias, empenhadas em fazer suas próprias leis, de acordo com suas conveniências, ou seja, representou a resistência das estruturas pré-capitalistas, preservadas pelo isolamento colonial em que se manteve o Vice-Reino do Rio da Prata [...].¹²⁹

¹²⁸ DORATIOTTO, op cit. 2002, p. 97.

¹²⁹ BANDEIRA, op cit ,1998, p. 57.

Em plena década de 1820 – passados, portanto, poucos anos da Independência – o poder do Governo Central é abalado pelo verdadeiro campo bélico que virou as fronteiras sulistas por ocasião das pretensões da Republica da Argentina de não reconhecer a anexação da Banda Oriental ao território do Brasil. Após três anos de combates contra os argentinos as circunstâncias tornaram-se insustentáveis, reforçando os apelos para que o governo de ambas as nações reconhecesse a independência do território Oriental:

Entabolei negociações de paz com o Governo da Republica de Buenos Ayres, estabelecendo bases para uma convenção justa e decorosa., como exigem a honra nacional e a dignidade de Meu Imperial Throno. Se esta Republica não acquiescer às proposições mui liberaes e generosas, que attesta má face do mundo a boa fé e a moderação do Governo Imperial, ainda que meu Imperial coração muito se penalise, é mister continuar a guerra, e continual-a com duplicada força: tal é Minha Immutavel Resolução.¹³⁰ (Grifo nosso).

A fala do imperador D. Pedro I, em maio de 1828, nos revela o ar melancólico com que se estabeleciam as negociações de paz com a Argentina. Apesar do poder Moderador se congratular e agradecer o apoio obtido no Parlamento dando o entendimento que os dois poderes viviam em dias de harmonia:

Eu conto que acharei na Assembléa Geral a mais firme e leal cooperação, afim de poder desempenhar a honra e a gloria nacional, que neste caso se achariam comprometidas. Passando aos negocios interiores, eu me congratulo com esta Assembléa pela ordem e tranqüilidade, que reina em todas as Provincias do Imperio, o que me prova mui sobejamente que o Regimen Monarchico e Constitucional cada vez mais se vai consolidando.¹³¹ (Grifo nosso).

Sabemos da precária popularidade do Imperador diante do Legislativo na época, a perca da Província iria lhe trazer ainda mais desconforto, processo que culminaria na sua abdicação em 1831. Na verdade, todos aqueles conflitos só foram resolvidos graças à interferência da Gra-Bretanha no processo “ao propor uma Convenção de Paz, em 1828”. Depois de constantes embates políticos e diplomáticos a então Província da Cisplatina finalmente conheceria sua independência tornando-se o Estado Oriental do Uruguai e tendo como primeiro presidente Fructuoso Rivera.

A respeito da Guerra da Cisplatina e de sua importância na formação do Estado Imperial brasileiro a historiadora Aline Pinto Pereira destaca que a constante presença inglesa na região não deve ser estranhada. O esforço no intermédio para resolver o conteúdo entre Brasil e Argentina naquele processo tinha interesses em conquistar benefícios próprios,

¹³⁰**Anais do Parlamento.** Falla do Imperador na Sessão Imperial da Abertura da Assembléa Geral Legislativa em 3 de Maio de 1828. p. 08.

¹³¹**Anais do Parlamento.** Falla do Imperador na Sessão Imperial da Abertura da Assembléa Geral Legislativa em 3 de Maio de 1828. p. 08.

aproveitando-se do conflito. Ainda conforme a autora, a Inglaterra saiu vencedora na Campanha da Cisplatina exercendo o papel de interventora do processo de paz o que lhe rendeu a livre navegação no Rio da Prata.¹³²

Como supracitado, aquela campanha representou o primeiro grande desafio externo do Império brasileiro que se agravaria nas décadas posteriores. Antes mesmo da Guerra do Paraguai, o Brasil teria que enfrentar vários conflitos bélicos naqueles territórios, inclusive internos (a exemplo da Farroupilha) que sacudiu as bases imperiais nas coxilhas do Sul. A Guerra dos Farrapos também faz parte de todo o contexto beligerante que vigorava em torno daquelas fronteiras na primeira metade do século XIX. De caráter separatista, a mesma contou também com a participação de caudilhos castelhanos que estiveram envolvidos na Cisplatina e apoiaram naquela contenda os companheiros beligerantes da Província de São Pedro contra a Coroa. A respeito dessa temática, Cristiano Christillino ressalta que a “Farroupilha foi o único movimento do período regencial que efetivou a criação de um estado independente. Esse processo é fundamental para análise da relação política da elite sul rio-grandense, guerreira e de fronteira, com a Coroa”.¹³³

Nesse contexto, a centralização política daquela província constituiu um verdadeiro desafio para o Governo Central, provocando grandes e consideráveis modificações no plano político do Império, motivando, inclusive, o golpe da Maioridade em julho de 1840. Não podemos separar a Farroupilha dos embates políticos e diplomáticos que sacudiram a região nos idos daqueles anos. Além de ter motivações geopolíticas, a Revolta também tinha ligação direta com todos os conflitos já citados e, principalmente com as guerras posteriores, tendo a Guerra dos Farrapos e seu desenrolar nas décadas de 1830-40 forte respaldo na Campanha do Paraguai dos anos 1860.

Ainda segundo Christillino:

No plano político, a Revolução Farroupilha esteve fundamentada em questões específicas e em projetos alternativos à centralização do poder nas mãos da Regência [...]. A fronteira com os domínios espanhóis e, mais tarde, com as repúblicas da Argentina e do Uruguai era dinâmica e permitia ou mesmo exigia a integração entre os estancieiros dos dois lados da linha divisória. A articulação com os caudilhos do país vizinho e a inserção em suas redes de relações sociais eram essenciais para assegurar a afirmação de propriedade das estâncias dos sul-rio-grandenses no Uruguai. Os chefes milicianos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul estavam plenamente integrados às redes de relações dos caudilhos argentinos e, principalmente, uruguaios. Esses vínculos são imprescindíveis à análise da Revolução Farroupilha, cujas lideranças se valeram da instabilidade política no Prata, para buscarem apoio à guerra civil. As ligações com os chefes platinos também mostram que os interesses particulares desses caudilhos tiveram um peso

¹³² PEREIRA, op cit, 2007.

¹³³ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880)**. Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ: UFF, 2010, p. 42.

significativo na eclosão da Revolução Farroupilha, pois, possivelmente, estivessem à frente das questões ideológicas.¹³⁴

Tanto a Farroupilha, como a Cisplatina, são guerras que ao longo do século XIX mostraram que os interesses locais sempre se sobrepunham as pretensões do Governo Central, tanto no aspecto político, como no econômico. Grande produtor de charque, o Rio Grande do Sul foi considerado uma região estratégica e um território bastante “traíçoeiro” para o fortalecimento do Império, nesse cenário as ligações com os chefes milicianos platinos precisam ser levadas em consideração.

No entanto, o rompimento da República Oriental do Uruguai com o Império deixou a província de São Pedro em situação bastante complexa naquele contexto. Entre os fatores que motivavam essa complexidade estavam exatamente às estâncias dos gaúchos localizadas em terras orientais, o que traria no mínimo um desconforto para todos que de alguma forma estavam envolvidos nesse processo. A situação não era cômoda nem para o governo republicano uruguaio que temia uma nova investida brasileira sobre seu território, nem para os representantes do Império na Província que frequentemente dirigiam-se a Corte pedindo providências. Afinal, manter um estado monárquico vizinho a uma República não era tarefa fácil, muito menos para os estancieiros milicianos que viam seus interesses comerciais ameaçados diante daquele contexto.

Conforme ressalta Paniagua (et al):

A privatização das terras da República Oriental do Uruguai nas décadas de 30 e 40 do séc. XIX foi substancial. Em 1850, a propriedade de sul-rio-grandenses estava assim configurada: 342 léguas adjacentes entre a lagoa Mirim e o Chuí pertenciam a 35 propriedades sul-rio-grandenses. Na fronteira de Bagé, nos departamentos de Treinta e Tres e Cerro Largo, eram 154 estancieiros. Na fronteira de Quaraí e Missões, eram 238 proprietários possuidores de 1.782 léguas quadradas. Essas propriedades representavam 1/3 ou 30% do território uruguaio de posse de sul-rio-grandenses. Esse processo de privatização, no entanto sofreu os rescaldos da ‘guerra grande’, pois ocorreram conflitos de ‘baixa intensidade’, isto é, ‘choques’ entre alguns proprietários sul-rio-grandenses e o estado Uruguaio, representado por Oribe, aliado de Juan Manoel Rosas.¹³⁵

Enfim, para um melhor embasamento da análise dos embates e conflitos históricos na região – motivados em boa parte, pelos interesses dos estancieiros - faremos um breve registro das visões dos diversos estudiosos da temática. Para Joaquim Nabuco esse processo de “intervenção não foi nunca uma política originariamente brasileira; teve sua concepção entre os partidos e os estadistas do Uruguai”, esses sempre solicitavam a neutralidade do governo

¹³⁴ *Ibidem*, pp. 43-44.

¹³⁵ PANIAGUA, Edson Romário Monteiro (et al). A Geopolítica e a Política Externa do Império Brasileiro na Região Platina no Século XIX (1844 – 1864). **Estudos Históricos** – CDHRPyB- Año VII - Diciembre 2015 - nº 15 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay. p. 06.

imperial na empreitada para depois “voltarem-se contra nós”.¹³⁶ Por outro lado, Nelson Werneck Sodré ressalta que a política exterior brasileira “foi arrastada às competições platinas”, processo que era consequência de condições históricas, geográficas e econômicas “cuja resultante devia ser, sem sombra de dúvida, a guerra”.¹³⁷

Conforme José Honório Rodrigues “a política de intervenção armada ou diplomática foi um instrumento da política do equilíbrio”, com o intuito de “preservar nossas fronteiras, a vida e a propriedade – especialmente o gado – de nossos patrícios”.¹³⁸ Luiz Alberto Moniz Bandeira tem uma visão diferente para a política intervencionista do Império, um olhar voltado para o lado da ambição e do sonho brasileiro de ser uma grande potência: “no curso da década de 1850, [o Império do Brasil] impôs aos países daquela região um sistema de alianças e de acordos, que visavam não ao equilíbrio de forças, mas à consolidação de sua hegemonia, em substituição à de França e Grã-Bretanha”.¹³⁹

Amado Luiz Cervo rejeita a tese expansionista, segundo ressalta “não era um desígnio político nem necessidade econômica, social ou cultural do Brasil no século XIX, alegando que a política platina do Império foi “contínua e racional”, guiada por “objetivos próprios”, aos quais subordinavam-se os métodos e os meios”, ainda que “conduzida nos moldes do imperialismo”.¹⁴⁰ Francisco Doratiotto igualmente defende o intervencionismo como uma política racional, com o intuito de garantir a livre navegação nos rios Paraná e Paraguai, dessa forma fazia-se necessário preservar as independências do Paraguai e do Uruguai, “vistos como ‘Estados tampões’ entre Brasil e Argentina”, assegurando assim a “continuidade de sua situação como mais forte pólo de poder regional”. Nesse cenário, o Prata era “o espaço geopolítico vital para o Estado Monárquico”.¹⁴¹

Neste contexto, Wilma Peres Costa identificou na singularidade do Rio Grande do Sul a “correia de transmissão” dos conflitos uruguaios para dentro do Império e, portanto, a principal motivação para as intervenções no Prata, “para que a caudilhagem platina não contaminasse a campanha rio-grandense”¹⁴². Enxergando o processo intervencionista por um

¹³⁶NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. 5 Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. Vol 1, p. 491.

¹³⁷SODRÉ, Werneck Nelson. **Panorama do Segundo Império**. São Paulo: Nacional, p. 205.

¹³⁸RODRIGUES, José Honório. **Uma História Diplomática do Brasil (1531-1987)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 63.

¹³⁹BANDEIRA, op cit. 1998, p. 57.

¹⁴⁰CERVO, Amado Luiz. A conquista e o exército da soberania (1822-1889). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p. 109, 147-148.

¹⁴¹DORATIOTTO, Francisco. Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 236.

¹⁴²COSTA, op cit, 1996, pp. 89-91.

viés mais econômico o professor e diplomata Paulo Roberto de Almeida fala em uma “diplomacia utilitária” ajustando “preocupações legítimas com defesa do território e segurança militar”, “interesses econômicos dos fazendeiros gaúchos”, e noções geopolíticas da “elite política brasileira, que buscava afastar a influência nefasta da França e da Grã-Bretanha nos negócios platinos”.¹⁴³

O certo é que todos esses conflitos perdurando por décadas – e até mesmo por séculos se considerarmos as escaramuças dos setecentos – trouxeram experiências de sobra para o povo platino, seja qual fosse o lado que habitavam, seja na Argentina ou no Estado Oriental, na Província de São Pedro ou nas terras de López (Paraguai). Experiências que foram exploradas nas guerras dos anos 1850 e 1860 (Guerra Oribe e Rosas e Campanha do Paraguai, respectivamente).

A Guerra do Paraguai traz uma redução desse período intervencionista do Império Brasileiro no Prata, cenário que acompanhou praticamente todo o século XIX. As pretensões da Coroa em anexar territórios naquela região não se concretizaram em sua complexidade, entretanto, não se pode negar que o Brasil alcançou a hegemonia diplomática e política necessária naqueles arredores. Conforme ressaltou Cesar de Oliveira Lima Barrio:

A Guerra do Paraguai marca o fim de uma era em que o paradigma intervencionista predominou na política externa brasileira. É verdade que a ocupação militar do Paraguai terminou apenas em 1876, após um período de grandes tensões com a Argentina, mas a fase de concepção do intervencionismo encerrou-se em 1865 (se não mais cedo). De 1865 a 1876, a política imperial para o Prata foi essencialmente reativa: reativa às necessidades da guerra e às necessidades de uma paz que pudesse ser aceitável para o Brasil – sempre segundo os parâmetros da política externa elaborada no período anterior.¹⁴⁴

É importante ressaltar que o Brasil gozava de posição privilegiada no cenário da América do Sul. Afinal contava com:

[...] um território de cerca de oito milhões km quadrados, uma população da ordem de 10 a 11 milhões de habitantes, ou seja, de cinco a mais de dez vezes superior à de qualquer outro país da América do Sul, e um aparelho de Estado capaz de empreender, internacionalmente, uma ação autônoma, tanto diplomática quanto militar, o Império do Brasil, assegurada sua tranquilidade interna, pôde então exprimir-se como grande potência, em face da Bacia do Prata. E, no curso da década de 1850, impôs aos países daquela região um sistema de alianças e de acordos, que visavam não ao equilíbrio de forças, mas à consolidação de sua hegemonia [...].¹⁴⁵

¹⁴³ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil**: as relações econômicas internacionais no Império. São Paulo; Senas; Brasília: Funag, 2001, p. 198.

¹⁴⁴BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. **O Intervencionismo do Império Brasileiro no Rio da Prata**: da Ação Contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança. Tese (Doutorado em História). Brasília, DF: UNB, 2011, p. 17.

¹⁴⁵BANDEIRA. op cit.1998, pp. 103-104.

Há quem diga que toda essa política foi agressora. Fosse ou não, essas campanhas intervencionistas imprimidas pelo Império no Sul do Brasil demandaram, além de habilidade política, custos econômicos e outros meios para fomentar essas escaramuças rotineiras e quase que contínuas. Entre esses meios estavam os apelos por homens e víveres para compor e sustentar (respectivamente) as fileiras nos campos de batalhas, campanha empreendida através do recrutamento em todo o território imperial.

3.2 ABASTECIMENTO E ESTRATÉGIA MILITAR NA CAMPANHA DO PARAGUAI

Sustentar tropas militares em campos de batalha não é uma tarefa fácil para aqueles que compõem um oficialato. Na Guerra do Paraguai não foi diferente, os empecilhos somaram-se constantemente ao longo daqueles anos e estiveram presentes a cada ordem do dia expedida. Nesse sub-capítulo, objetivamos destacar as dificuldades no abastecimento e as estratégias encontradas pelas forças armadas naquele cenário de guerra, para que possamos apontar a real dimensão do dia-a-dia nos campos de batalhas, desde a recorrência a negros escravos no Brasil ao recrutamento forçado na Argentina. O estudo desses aspectos não é considerado uma novidade pela historiografia. Apesar das abordagens recentes sobre essa temática, na Campanha do Paraguai (em particular), apresentar uma lacuna de considerável relevância, razão pela qual trazemos aqui nossa contribuição.

Dessa forma somos tributários de Braz Batista Vas. O autor destaca que:

Na antiguidade, chineses, gregos e romanos desenvolveram técnicas e práticas buscando melhorar o desempenho em guerras e conflitos, eventos limitados pela distância, pelo deslocamento, pela alimentação e pelo municiamento das forças. Na antiga Grécia, em Roma e no Império Bizantino havia militares com título de *Logistikas*, responsáveis por garantir recursos e suprimentos para e durante a guerra.¹⁴⁶

Aqui não vamos utilizar o termo logística, e sim abastecimento. Entendemos como tal, toda a preparação imprimida e posta em prática pelo oficialato brasileiro na Campanha do Paraguai nos idos daqueles anos. Incluindo o carregamento de tropas, animais e víveres, as estratégias para atravessar os rios e lagos, tanto no momento da invasão da terra de López como quando da ocasião em que já pisavam na terra do inimigo.

Ressaltamos igualmente as dificuldades encontradas pelas tropas brasileiras nas florestas e bosques paraguaios, as estratégias pra derrubar grandes fortalezas e renhidos

¹⁴⁶ VAS, Braz Batista. **O final de uma guerra e suas questões logísticas:** o conde D'Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870). Franca: [s.n.], 2011, p. 62.

combates como em Tuiuti e em Humaitá. Enfim, iremos analisar o conjunto de saberes e fazeres relacionados às “estratégias e a administração militar” orquestrados na época do conflito.

Considerado um dos grandes estudiosos do assunto, tendo escrito uma obra revisionista do conflito *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai* Francisco Doratiotto nos possibilita uma análise mais aprofundada da Campanha em diversos aspectos. Conforme o autor:

[...] caso do Império do Brasil, a Guerra do Paraguai representou o apogeu do poder do Estado Monárquico. Demonstra-o a capacidade de organizar um exército moderno, em lugar da pequena força mal armada de 16.000 homens existentes em 1864, e uma nova Marinha, capacitada a combater em ambiente fluvial. Apesar da oposição interna à guerra e das pressões externas contrárias ao lado aliado, o Estado Monárquico sobrepujou-as e conseguiu sustentar a guerra em teatro de operações longe do território brasileiro, quer dizer, distante de bases logísticas seguras, e em ambiente humano e geográfico hostil.¹⁴⁷

Travadas num território desconhecido, em um contexto de absoluto despreparo por parte do Exército imperial de primeira Linha, as primeiras batalhas no Paraguai trouxeram preocupações para o alto escalão do oficialato e para os governantes do Brasil. Foram tempos difíceis e de grandes conchavos na conjuntura política tanto na Corte como por todas as províncias em busca da garantia do sucesso nos campos de batalhas. O relato do autor acima refere-se aos anos a partir de 1867, período em que as forças brasileiras postas em campo já encontravam dias melhores e levavam vantagens sobre as trincheiras e fortalezas guaranis, mais os primeiros anos de combates tinham colocado a prova o exército despreparado.

As necessidades dos Estados controlarem e melhorarem suas performances militares em meados do século XIX alcançava o que podemos denominar de “economia de guerra”. Para João Pinto da Costa Leite (João Lumbrales) naquele momento histórico os armamentos e equipamentos empregados e largamente consumidos são cada vez mais avultados e custosos. O alargamento do teatro dos conflitos e o desenvolvimento econômico dos estados, a preocupação de se bastarem a si próprios em meios militares e meios fundamentais de subsistência, tornam maior e mais ativa a participação da economia nacional na satisfação das necessidades militares dos beligerantes e mais largo, por isso mesmo, o campo de ataque que os adversários mutuamente se oferecem.¹⁴⁸

O início da Guerra do Paraguai foi um momento em que o Exército brasileiro apresentou inúmeras deficiências e carências em vários aspectos. Onde as necessidades estruturais da infantaria e outras forças terrestres brasileiras eram inúmeras, naquele contexto

¹⁴⁷ DORATIOTTO, op cit. 2002, p. 66.

¹⁴⁸ LEITE, João Pinto da Costa. **Economia de guerra**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1943.

alguns componentes utilizados no cotidiano bélico proporcionaram um impacto decisivo nas estratégias do conflito, destaque para o papel desempenhado pela atuação da engenharia. Segundo Lyra Tavares “a engenharia, que iria se tornar um componente permanente do Exército de linha, começou sua história, basicamente, em 1855, quando foi criado o batalhão de engenheiros e pontoneiros”.¹⁴⁹

Ainda conforme Tavares esses componentes trouxeram uma contribuição valiosa para as fileiras. Tendo em vista que o avanço de tropas foi favorecido pelo mapeamento do território, pela construção de estradas, pontes, trincheiras, fortificações, dentre outras colaborações (embarque e desembarque de materiais e tropas, organização dos acampamentos e reconhecimentos). Um dos feitos de destaque da engenharia foi à construção da estrada do Chaco, que viabilizou uma série de ações que ficaram conhecidas como Dezembrada, ocorridas no fim de 1868, com as batalhas de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura.

As dezenas de rios que povoavam o território insalubre os quais até então acreditavam se tratar de obstáculos intransponíveis para a passagem dos carregamentos pesados e de homens constituíram impedimentos batidos pouco a pouco pela engenharia do Exército. Para o chefe da comissão de engenheiros na Campanha do Paraguai, o tenente-coronel José Carlos de Carvalho (o Barão de Bendegó) a utilização de pontões de borracha utilizados nas travessias dos rios era uma grande estratégia.

Assim ocorreu na passagem do rio Mocoretá:

Os meios de que dispúnhamos constavam apenas de três pontões de goma elástica, quatro chalanas, construídas de propósito, e duas canoas, que foram compradas no Mandisobi. Aqueles pontões prestaram-se maravilhosamente ao seu fim, e, se tivéssemos pelo menos mais seis, teríamos efetuado a passagem em dois dias, em lugar de quatro. Entretanto, a travessia de 14.000 homens, com grande bagagem, nove baterias e mais duzentas viaturas, sobre um rio, como o Mocoretá, que nessa mesma ocasião tinha 50 braças de largura e duas de profundidade, e em tão curto espaço de tempo é um fato novo nesses países.¹⁵⁰

O relato de Carlos de Carvalho, descrevendo o feito glorioso não é o único que encontramos sobre a efetuação das estratégias de guerras efetuadas no Paraguai. É fundamental ressaltarmos que em meio a tantas decisões que teriam de serem tomadas em pouco tempo estavam algumas que prolongaram a guerra devido à falta de organização ou de decisões que deveriam ter sido tomadas. Dionísio Cerqueira lamenta o descuido com que foram tratados os cavalos do Exército imperial ainda nos primeiros meses de guerra, momento em que ainda não tinha ocorrido a invasão do país inimigo. Conforme ressalta:

¹⁴⁹TAVARES, Lyra. **Vilagran Cabrita e a engenharia de seu tempo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, pp. 56–57.

¹⁵⁰ Tenente-coronel Carlos de Carvalho *apud* TAVARES, p. 75.

Nos quatro meses que passamos até a invasão do Paraguai, poderia o general, que fora um dos grandes chefes da nossa famosa cavalaria, ter feito a remonta dos corpos desta arma e engordado a cavalaria com forragem, que se obteria facilmente. Nada se fez, entretanto, e fomos transpor o Paraná com a maior parte da cavalaria, a pé.¹⁵¹

Ele também nos traz relatos de como se apresentava alguns componentes do abastecimento nos primeiros meses da Campanha do Paraguai. Para o ex-combatente, no Passo da Pátria, onde tinha depósitos e hospitais, havia também casas de comércio. As mesmas casas também eram encontradas no acampamento argentino de Tuiuti, e na retaguarda da divisão Argolo, no Potreiro Pires. O grosso do exército, por outro lado, ficava a direita do quartel-general brasileiro, alinhado em uma longa rua que se estendia pelas coxilhas afora. E acrescenta que cada barraca era um bazar, onde se viam as mais variadas mercancias: a exemplo, de “esporas, fitas, perfumarias, vestidos, bombachas, alpercatas de *gringo*, rendas, ponches, merinaques, chapéus de pluma, rebenques, espelhos, calças, espartilhos, punhais, charutos de Havana, sardinhas de Nantes”¹⁵² entre outros.

Em relação à alimentação, preocupação sempre primordial em qualquer campanha militar, o soldado brasileiro no Paraguai sentiu de perto a escassez de víveres. Levando os camaradas (soldados a serviço particular dos oficiais) a procurar o que parecesse com alimento. Entre esses estava um tipo de capim viçoso, ao qual foi apelidado pelos soldados de Caruru. Foi este capim que por longos meses matou a fome canina dos combatentes, todavia, provocou um forte mal-estar levando ao intumescimento do estômago e tirando muitos homens de combate por fraqueza. Além da má alimentação, as marchas constantes, as noites sem sono, os sobressaltos e tensões reinantes cansavam os soldados e impediam o Exército de efetuar algumas manobras.¹⁵³

Para que possamos entender as diversas manobras efetuadas pelo exército imperial naquela guerra trouxemos também alguns relatos de militares que compunham as forças ao lado das fileiras brasileiras. Segundo Francisco Doratiotto, o Exército argentino possuía 2993 soldados na infantaria e 2858 na cavalaria, contando a artilharia com o número de 540 homens e seus canhões eram obsoletos, tendo sido, em sua maioria, fabricados em fins do século XVIII. Inexistiam corpos de engenharia e de apoio às forças em combate e entre os chefes e

¹⁵¹ CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscência da campanha do Paraguai**. 4ª Ed. - Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1980, p. 104.

¹⁵² *Ibidem*, pp. 174- 175.

¹⁵³ DOURADO, Maria Teresa Garritano. **A História esquecida do Paraguai: fome, doenças e penalidades**. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo – SP: USP, 2010, p. 31.

oficiais havia rivalidades, antigas e recentes, originadas do processo político do qual o Exército fazia parte.¹⁵⁴

Seguindo uma estratégia similar ao que ocorria no Brasil, o recrutamento militar para a composição de forças apresentava no país de Mitre (Argentina) sinais de grande violência, o soldado que atuava naquelas fileiras muitas vezes chegava sem vontade de lutar pelas condições pelo que era tratado. O discurso de Nicasio Oroño, deputado pela província de Santa Fé, denuncia essa situação em meados de 1864, quando a guerra ainda não tinha estourado em sua plenitude:

Es sabido, señor, cómo se consiguen soldados entre nosotros. Se burlan de sus casas a pobres civiles, cuyo crimen es haber nacido en la humilde condición de gaúcho (peón), para llevarlos a servir sin sueldo, desnudos, y muchas veces sin la alimentación necesaria, y cuando lo gran escapar de la prisión - porque para ellos el campamento es la prisión - y son presos recibe en azotes las horas que tu vieron de liberación.¹⁵⁵

Outra situação análoga ao que ocorria no império brasileiro foi à previsão ilusória e equivocada ocorrida entre os governantes argentinos de uma guerra curta, onde o inimigo não apresentaria maiores dificuldades. No Brasil, muitos parlamentares e homens ligados ao alto escalão das forças armadas também previam essa brevidade, o que se mostrou tratar-se de pleno equívoco, situação que obrigou uma verdadeira campanha desesperadora na busca por reforços.

Continuamos dialogando com Doratiotto para que tenhamos um melhor retrato dessa situação. Segundo ele:

[...] o chanceler Elizalde se deixou levar pelo otimismo irrealista. Acreditava que, graças à aliança argentino-brasileira, a guerra duraria entre três ou quatro meses. Não previa a falta de recursos humanos e supunha que o Exército argentino teria, em junho de 1865, um efetivo de 25 mil homens. Contudo, o governo de Mitre enfrentou, durante toda a guerra, enorme dificuldade em obter que cada província enviasse sua cota de voluntários para compor o Exército no teatro de luta. Havia resistência generalizada, por parte da população, a seguir para a guerra, a ponto de os ‘voluntários’ de Córdoba serem enviados, em julho de 1865, atados uns aos outros para não fugirem. Em La Rioja, os homens que poderiam ser alistados se esconderam nas serras, enquanto os ‘voluntários’ de Salta se sublevaram ao chegar a Rosário. Os contingentes convocados para irem à guerra se sublevavam durante a marcha, dando vivas ao Paraguai e gritando que não queriam lutar em união com os portenhos.¹⁵⁶

¹⁵⁴DORATIOTTO, op cit, 1998, p. 139.

¹⁵⁵MARCO, Miguel Angel de. **La Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Planeta, 1995. (p.71-72). Tradução: “É sabido, senhor, como se conseguem soldados entre nós. Arrebatam-se de suas casas a pobres civis, cujo crime é ter nascido na humilde condição de gaúcho (peão), para levá-los a servir sem soldo, nus, e muitas vezes sem a alimentação necessária, e quando conseguem escapar da prisão – porque para eles o acampamento é a prisão – e são presos recebem em açoites as horas que tiveram de liberdade.”

¹⁵⁶*Ibidem*, p. 142.

As disputas entre os variados territórios na região platina advindos desde a época colonial ainda apresentavam várias querelas em plena década de 1860, onde algumas províncias da Argentina tinham suas próprias rivalidades, inclusive diplomáticas. No cenário político argentino os voluntários interioranos não quiseram lutar ao lado dos portenhos de Buenos Aires, rixas que não eram típicas apenas entre eles.

O Brasil, após mais de trezentos anos de escravidão, chegava à segunda metade do século XIX com um grande número de mão de obra escravocrata em algumas províncias. Foram os negros (escravos) do Brasil, “peças” fundamentais nas estratégias do Exército imperial na Campanha do Paraguai. Ao longo das décadas a historiografia da Guerra deixou consideráveis lacunas em torno da participação dos negros no conflito. No entanto, o engajamento de escravos nas fileiras de primeira linha constituiu algo bastante comum. Alicerçando-se de forma hierárquica a sociedade brasileira – onde, inclusive a igreja defendia a escravidão – trouxe para a época da Guerra do Paraguai uma diferenciação social ainda muito marcante.

Ao mesmo tempo predominava no cenário imperial da época outras temáticas que tiravam o sono dos parlamentares, como o cenário político e da mão de obra que sofria certa instabilidade desde a lei Eusébio de Queirós em 1850. Situação que gerava muitas vezes debates mais acalorados em várias rodas de conversas espalhadas pelo Império, levando sempre o Parlamento a opinar e decidir sobre a temática, circunstâncias que sem sombra de dúvidas chegavam às forças armadas custeadas nos arredores do chaco platino.

É inegável que os postos de dominância dessas forças estavam entregues nas mãos dos mais afortunados e, sobretudo dos brancos, ficando os negros em posição sempre de desvantagem. Para que possamos exemplificar melhor essa situação tomamos como referência o relato de Cerqueira, descrito em detalhes a respeito de um batalhão de voluntários baianos formado apenas por negros:

Havia entre os voluntários um corpo, de uniforme estranho: - largas bombachas vermelhas presas por polainas que chegavam à curva da perna, jaqueta azul, aberta, com bordados de trança amarela, guarda-peito do mesmo pano, o pescoço limpo sem colarinho nem gravata e um *fez* na cabeça. Eram todos negros e chamavam-se – *Zuavos baianos*. Os oficiais também eram negros. Passados poucos dias, foi dissolvido a as praças distribuídas por outros batalhões. Muitos passaram a serventes dos hospitais. O General Osório teria podido tirar grande partido daquela gente forte e brava; mas o não fez, por não se lembrar talvez, naquele momento, do heroísmo e altos feitos com que os imortais terços de Henrique Dias, o heróico capitão negro, ilustraram a história pátria.¹⁵⁷

¹⁵⁷ CERQUEIRA, op cit. 1980, p. 104.

O batalhão de negros nortistas recrutados na Bahia (os denominados zuavos) que chamou a atenção do seu conterrâneo foi uma entre tantas as legiões de negros que chegavam ao conflito e não eram aproveitados como deveriam. No caso relatado, o caminho desses guerreiros foi seguir para o hospital de sangue onde serviram como serventes (ajudantes). Por outro lado, outros seguiram caminhos traiçoeiros, a exemplo de servir como “bucha de canhão” ou foram obrigados a lutar acorrentados nas renhidas batalhas.

A respeito do recrutamento de negros para as forças armadas brasileiras nessa época, o brasilianista Peter M. Beattie ressalta que o principal propósito dessa questão estava no fato do Exército ser o lugar para onde os agentes do Governo enviavam os detidos, os inconformistas, os vadios, os suspeitos. Por essa razão, é possível afirmar que o recrutamento permaneceu como algo forçado ao longo de todo o período imperial. Esse processo, porém, esbarrava na proteção clientelística dos potentados políticos e nos interesses privados locais, aqueles que tinham o privilégio de gozar desse amparo dificilmente sofreriam os ditames e mandos governamentais.¹⁵⁸

Como destaca André Amaral de Toral, em artigo sobre a participação dos negros na Campanha do Paraguai, essas medidas pareciam “ser menos racial e mais de exclusão social”¹⁵⁹. É importante ressaltarmos também que essa exclusão não atingia apenas os negros, estendia-se também para o nortista, basta observarmos o dito popular que circulava entre as fileiras sulistas durante os anos de operações na Campanha: “Mandai, Mãe de Deus, mais alguns dias de *Minuano* para acabar com tudo que é baiano”.¹⁶⁰

Citando o próprio Cerqueira, Amaral de Toral argumenta que:

Dentro do próprio exército em campanha reproduziam-se aspectos da sociedade que o engendrou. Soldados pobres trabalhavam para os oficiais como criados. A Ordem do Dia para 24 de maio de 1866, dia da batalha de *Tuiuti*, deixava bem claro que todos os integrantes dos batalhões deveriam estar a postos, ‘mesmo os bagageiros e camaradas dos senhores oficiais’.¹⁶¹

Apesar da utilização de negros nos batalhões não ser algo específico do exército imperial, tendo em vista o fato de a escravidão também ser uma realidade no Paraguai e soldados negros, ex-escravos ou não, tendo lutado “em pelo menos três dos quatro exércitos dos países envolvidos”¹⁶², era nas fileiras de Osório, Caxias e Polidoro que esta característica

¹⁵⁸ BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil (1864-1945)**. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 26.

¹⁵⁹ TORAL, André Amaral de. **A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai**. Estudos Avançados 9 (24), 1995, p. 293.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p.72.

¹⁶¹ CERQUEIRA, 1979 *apud* TORAL. 1995, p. 294.

¹⁶² *Idem*.

se tornava mais presente. A imprensa paraguaia na época da guerra denominou o exército brasileiro como um exército formado essencialmente por negros, onde o próprio “imperador é definido como um *gran macaco* representado sempre com uma longa cauda, Caxias um descomunal sapo preto que se locomovia montado numa tartaruga”.¹⁶³

Do lado aliado, sabemos que foi bastante efetiva a participação dos negros no conflito, os Corpos formados pelos Zuavos baianos e o Batalhão uruguaio Florida são os maiores exemplos. No Império, o recrutamento para as fileiras dava-se, em boa parte das vezes através da “compra de substitutos”, ou seja, a compra de escravos para lutarem em nome de seus proprietários, tornou-se prática recorrente.

Figura 1 - Os Voluntários da Pátria e seus uniformes, com um zuavo baiano na segunda posição da direita para a esquerda



Fonte: <https://tormentopabulum.wordpress.com/2015/09/13/zuavo-baiano/>

Estudando a formação do exército brasileiro o historiador Ricardo Salles ressalta o quanto foi tamanha, repentina e árdua a tarefa do recrutamento. Esse foi responsável por escaramuças e brigas políticas notáveis, inclusive no alto escalão ministerial em 1868. No

¹⁶³*Ibidem*, p.288.

contexto provincial e local a população se rebelou contra os representantes do Império que desempenhava funções e prepostos no alistamento e recrutamento. Segundo Salles, esses representantes “ia caçar o caboclo no Amazonas e no Pará, o tabaréu nordestino na caatinga, o matuto na sua tapera, o caiçara no litoral, enfim brancos, mulatos e negros que, depois de reunidos e contados eram despachados em magotes”.¹⁶⁴

Nessa perspectiva, é fundamental salientarmos que na nação vizinha (Paraguai) a situação foi ainda mais crítica. Segundo a socióloga Milda Rivarola, estudiosa da temática, “as autoridades paraguaias, que convocaram os proprietários de escravos para doações voluntárias, ofereciam uma indenização, mais ninguém se permitia reclamá-la”.¹⁶⁵

Ainda conforme Rivarola o recrutamento sistemático de escravos no Paraguai “iniciava-se em setembro de 1865, apenas um ano depois do início da guerra, para preencher as baixas de feridos e de epidemias que assolaram o exército. Destacamentos formados por ex-escravos vindos do interior foram vistos em Assunção em meados de 1866”¹⁶⁶. Meses mais tarde “em setembro de 1866 outro grupo de escravos é alistado para preencher as graves baixas sofridas pelo exército paraguaio nas batalhas de Estero Bellaco e Tuyuti (02 e 24 de maio de 1866). Estes seriam os últimos no território paraguaio.”¹⁶⁷

Apesar do “famoso” Terço de Henrique Dias marcar com “glórias” a história e a honra da pátria, a História tradicional brasileira sempre tratou com certo desprezo a participação dos negros em combates, mostrando que essa prática de arrancá-los das senzalas para as fileiras bélicas não foi exclusiva da época da Campanha do Paraguai. Exemplo a ser citado é o caso da Revolução Farroupilha travada na província do Rio Grande do Sul anos antes, onde os negros lutaram ao lado das forças rebeldes.

Conforme ressalta o historiador Spencer Leitman (1997), apesar da omissão por grande parte da historiografia tradicional, os negros tiveram uma participação de relevância junto às forças rebeldes republicanas que pelejaram contra o Império. Engajados em corpos que teriam sido compostos durante a Revolução Farroupilha, de um terço a metade do exército republicano, esses foram integrados ao exército farrapo em duas divisões: a cavalaria e a

¹⁶⁴SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 102.

¹⁶⁵RIVAROLA, Milda. **La polémica francesa sobre la guerra grande**. Eliseo Reclus: la guerra del Paraguay/Laurent-Cochelet: correspondencia consular. Asunción, Editorial Historica. 1988, p. 133. (Tradução nossa).

¹⁶⁶*Ibidem*, p. 132.

¹⁶⁷*Ibidem*, pp. 132-133.

infantaria, criadas, respectivamente, em 12/09/1836 e 31/08/1838, sendo batizada “Corpos de Lanceiros Negros”.¹⁶⁸

Estes estavam compostos por negros livres e escravos libertos pela República com a promessa de libertação ao fim da Revolução. Contudo, os negros já haviam desempenhado papel fundamental antes mesmo da criação destes corpos, como na tomada de Porto Alegre, em setembro de 1835 e a de Pelotas, que ruiu em abril de 1836. Negros, na condição de libertos e alforriados, assim como aqueles que fugiram de estâncias no Uruguai, colaboraram na causa farroupilha não apenas como soldados.

Foram tropeiros, mensageiros, campeiros e fabricantes de pólvora.¹⁶⁹ Apesar, da efetiva participação dos negros na revolta, mais uma vez fica evidente o papel secundário desempenhado por boa parte deles. Todavia, fica aqui o registro de milhares que foram dizimados na Batalha de Porongos (Ponche Verde), demonstrando que muitos deles estavam postados em campo de batalha naquela madrugada.

A respeito da heróica Batalha de Porongos, Cristian Jobi Salaini afirma que:

O ‘Massacre de Porongos’, conhecido também como ‘Surpresa’, ‘Batalha’, ou ‘traição’ de Porongos ocorreu nos momentos finais da Revolução Farroupilha, quando seria assinado o tratado de paz entre republicanos e imperiais conhecido como Tratado de Ponche Verde. A morte de parte de um dos corpos de lanceiros negros ocorreu na madrugada de 14/11/1844, no Cerro de Porongos, então município de Piratini, atualmente pertencente à cidade de Pinheiro Machado.¹⁷⁰

A escaramuça de Porongos sobressai-se na historiografia pela discussão em torno de que se tratou, ou não, de uma traição por parte dos republicanos aos lanceiros negros. Nosso objetivo em citar esse episódio tem como finalidade mostrar que a participação dos negros em campanhas ou guerras – seja do lado governista, fosse ao lado de revoltosos – não se trata de um fato inovador em nossa História.

Desde os bandeirantes (que de brancos não tinham nada) passando por Henrique Dias e a própria Revolução Pernambucana, chegando a Revolta dos Malês na Bahia na década de 1830 que os negros constituem elementos primordiais para os comandantes brasileiros em campos de batalhas. Portanto, a Guerra do Paraguai não foi à primeira, nem muito menos a última guerra a registrar os negros em suas fileiras, apesar da falta de reconhecimento eles

¹⁶⁸LEITMAN, Spencer. Negros Farrapos: Hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX. In: DACANAL, José Hildebrando (org). **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1997.

¹⁶⁹ *Idem*.

¹⁷⁰SALAINI, Cristian Jobi. **Nossos Heróis não Morreram**: um estudo antropológico sobre formas de “ser negro” e de “ser gaúcho” no estado do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Porto Alegre – RS: UFRGS, 2006, p. 37.

protagonizaram importantes levantes no Brasil até mesmo já na época da República. Basta recordarmos do levante negro liderado pelo líder João Cândido na Baía da Guanabara no Rio de Janeiro em 1910, denominado de Revolta da Chibata ou Levante dos Marinheiros.

3.3 É PRECISO REFORÇAR AS FILEIRAS: DESERÇÕES, DOENÇAS E BAIXAS NO EXÉRCITO

Ainda em 1864, quando discorria as primeiras manobras bélicas em torno do conflito, acreditava-se que a guerra seria curta. Sendo conseqüentemente desnecessário o empreendimento de reforços que estivessem na reserva, ou mesmo uma investida maior na busca por recrutas para preencher possíveis baixas, ou para engrossar as fileiras com um maior número de homens. Todavia, o desenrolar da guerra mostrou outros caminhos, não só a força postada nos acampamentos era desnecessária, como a busca por reforços precisaria ser empreendida com urgência.

Nesse sub-capítulo analisamos alguns fatores que levaram a essa conjuntura, a exemplo das constantes deserções no Exército brasileiro postado no Paraguai, situação que cresceu rapidamente e tomou ares de insustentabilidade. O cenário mostrou-se ainda mais complicado quando as epidemias nos acampamentos passaram a dizimar os batalhões provocando imensas baixas ao longo da segunda metade dos anos 1860.

Nos primeiros anos da década, precisamente em abril, de 1864, o Governo imperial reforçou o “efetivo do exército para 22 mil homens. A Câmara dos Deputados aprovou a proposta, mas, em fins de 1864, o Brasil dispunha de uns 18 mil soldados profissionais espalhados pelo país”.¹⁷¹ Essa cifra tratava-se de um número bastante pequeno, dado a extensão do território imperial.

De acordo com Doratiotto:

Também não se tomou medida defensiva séria no território mais vulnerável do Império, o Mato Grosso, embora em 1863 o próprio ministro da Guerra afirmasse que era necessário conservar uma força do Exército nessa província, pois seria ‘imprevidência’ enviá-la quando ‘circunstâncias inesperadas’ o exigissem. Ocorreu, porém, a imprevidência, a ponto de, em meados de 1864, a província, habitada por aproximadamente 75 mil pessoas, encontrar-se no momento de maior fraqueza militar, ao dispor de apenas 875 efetivos do Exército, quando seu número deveria ser de 3879, e a Guarda Nacional não alcançar 3 mil homens.¹⁷²

¹⁷¹DORATIOTTO, op cit. 2002, p. 98.

¹⁷²*Idem.*

Localizada nos rincões do Oeste, a Província do Mato Grosso há décadas era considerada território estratégico para uma possível invasão estrangeira advinda de alguma nação do Prata. O motivo seria os constantes embates políticos e negociações diplomáticas que assolavam os acordos entre o Império brasileiro e os governos das republicas vizinhas. Não podemos negar que a situação do Mato Grosso necessitava urgentemente de atenção por parte do Parlamento imperial que, no entanto, negligenciou toda essa conjuntura, tentando supri-la tomando medidas paliativas. De acordo com Doratiotto, desde 1862, grande quantidade de armas, munições e outros artigos bélicos foram enviados aquele território, todavia, a região sofria sem as tropas necessárias para utilizá-las.

Todos esses impasses emperravam e dificultariam uma defesa em caso de ataque. Ainda conforme Doratiotto:

Para defender a província eram insuficientes aqueles 875 soldados, dispersos por cinco distritos militares, e os seis pequenos vapores da Marinha imperial, dos quais apenas um dispunha de dois canhões. Esses navios não poderiam ser considerados de guerra, e serviam, sim, de transportes. Nesse contexto, a única e precária defesa de que dispunha o Mato Grosso, em caso de ataque paraguaio, era o forte Coimbra, construído na época colonial e estrategicamente localizado às margens do rio Paraguai, na fronteira com o país guarani.¹⁷³

Como se não bastasse todas essas dificuldades de defesa, Mato Grosso contava ainda com a vizinhança incômoda dos paraguaios de Solano López que a partir daquela década passou a estudar a possibilidade de invadir o Império para garantir a livre navegação através do rio Paraguai. Considerada por alguns historiadores como uma potência militar, os guaranis contavam com um exército numeroso e mais bem armado do que o brasileiro. Além disso, “do lado paraguaio, a invasão de Mato Grosso foi bem preparada, precedida do levantamento de informações por espiões”.¹⁷⁴

Preparada com toda uma estratégia essa invasão a Província arregimentou um grande contingente bélico e militar. Dentro daquele cenário, vencer e expulsar as tropas invasoras tornava-se uma tarefa nada fácil, e que não se resolveria da noite para o dia e nem mesmo em um prazo de tempo curto. Para termos ideia das características das tropas invasoras:

Nos dias 22 e 24 de dezembro saíram, respectivamente, de Assunção e de Concepción, duas expedições militares para invadir Mato Grosso. A primeira, fluvial, era formada por cinco barcos a vapor e cinco outras embarcações menores, contando com 4200 homens – mil deles de cavalaria – comandados pelo coronel Francisco Isidoro Resquín, e seguiu o trajeto Concepción-Bella Vista-Nioaque-Miranda-Coxim. Antes da partida da expedição fluvial, Solano López leu para os soldados uma proclamação em que afirmava terem sido estéreis seus esforços para

¹⁷³DORATIOTTO, op cit. 1998, pp. 98-99.

¹⁷⁴*Ibidem*, p. 99.

manter a paz e que o Brasil provocava a guerra, devendo o Paraguai aceitá-la em nome da honra nacional e “dos mais caos direitos”.¹⁷⁵

A fala de López, mencionado por Doratiotto, trazia indefinições e incoerências em toda sua plenitude, “equivocando-se” inclusive nos fatos cronológicos das invasões de fronteiras. Tendo em vista que o Paraguai foi o primeiro a invadir o Império e não o contrário como o governante guarani se pronunciou e inculcou nas cabeças dos seus velhos e bons soldados. Cometendo com essa mentira “atitudes e erros que o maior dos generais jamais perdoaria”¹⁷⁶.

Figura que marcou época a frente de alguns batalhões paraguaios o general Resquin mereceu algumas linhas nas reminiscências de Dionísio Cerqueira. Ele ressalta os rastros deixados pelo general guarani, que além de invadir Mato Grosso invadiu a Província de Corrientes no lado argentino. Descrevendo as dificuldades encontradas pelo exército aliado, Cerqueira ressalta que o mesmo teria deixado muito atrás o rio Santa Luzia e se aproximado do Paraná, a situação do exército melhorara consideravelmente, pela facilidade das comunicações. Margeando o grande rio, a pequena distância, fazia-se, facilmente, o abastecimento de víveres e de tudo que o exército precisava, quando: “[...] passamos para a vanguarda dos aliados. Estávamos em fins de novembro e havia quase um mês que o território da província de Corrientes ficara limpos de inimigo”.¹⁷⁷

Os inimigos relatados pelo o autor correspondem aos homens de Resquín que evacuaram o território rumo ao Paraguai conduzindo mais de 100 mil cabeças de gado vacum e cavalar e algumas centenas de carretas carregadas de despojos das estâncias e povoados correntinos. Recolhendo-se ao seu território tranquilamente, cruzando, sem ser incomodados, o rio nas proximidades do Passo da Pátria.¹⁷⁸

Os anos que se seguiram foram de campanhas constantes na busca por recrutas, e os apelos em torno de reforços para o Exército brasileiro tornaram-se cada vez mais comum. Guarnecer as fileiras frente a uma nação mais bem armada e preparada lutando no seu próprio território tornou-se uma questão cada vez mais urgente. Além disso, outros fatores, “inesperados” até aquele momento foram se apresentando e solucioná-los não era tarefa da mais simples.

Entre esses imprevistos estavam às doenças contagiosas e as deserções que ao lado das baixas registradas em campos de batalhas causavam clareiras e mais clareiras nas fileiras do

¹⁷⁵*Ibidem*, pp. 99-100.

¹⁷⁶ CERQUEIRA, op cit, 1980, p. 65.

¹⁷⁷ CERQUEIRA, op cit. 1980, p. 100.

¹⁷⁸*Idem*.

Exército. A Guerra do Paraguai, além de grandes estragos bélicos, trouxe consigo o terror do contágio. Segundo Maria Teresa Dourado:

[...] a presença de enfermidades nos campos de batalhas foi também o produto das extremas condições de vida, das exposições de soldados e civis ao clima, da falta de medicamentos; que causou desnutrição e, portanto, propensão a doenças, assim como outras carências que se impuseram durante a guerra. A aparição de pestes tampouco pode atribuir-se à casualidade. A escassa alimentação, os milhares de cadáveres insepultos, as más condições higiênicas, a enorme quantidade de bactérias que assolavam o acampamento e campos de batalha contribuíram para a imensa mortandade que existiram durante a campanha. A longa lista de motivos para a expansão de enfermidades e pestes deve juntar-se ao grave dano do sistema ecológico e ao equilíbrio natural que se efetuou com a presença de grande quantidade de pessoas que se deslocavam incessantemente pelos pântanos, pelas matas e bosques, penetrando no habitat natural dos agentes transmissores de doenças.¹⁷⁹

Medicamentos escassos e até com denúncias que eram falsificados, somadas a péssima higiene, juntamente com outras poucas disponibilidades que o ferido encontrava para seu tratamento foi uma causa recorrente no cotidiano do conflito. Para termos uma ideia dessa situação ressaltamos que parte dos soldados feridos e doentes era deixada, em convalescença, em várias localidades portuárias ou em enfermarias localizadas próximo aos acampamentos. Além das questões sanitárias, sempre presentes na mobilização e até mesmo na desmobilização, é possível deduzir quando se lê a documentação disponível, que as unidades, desde o início da guerra, não tinham a sua disposição barracas adequadas e suficientes e nos navios espaços que lhes permitissem uma qualidade de vida saudável.¹⁸⁰

¹⁷⁹DOURADO, Maria Teresa Garritano. História Social da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades. Albuquerque: **revista de História**, Campo Grande, MS, v. 3 n. 6 p. 129-150, jul./dez. 201. pp. 129-130.

¹⁸⁰ PRATA, S.J. As condições sanitárias e higiênicas durante a Guerra do Paraguai. IN: NASCIMENTO, D. R.; CARVALHO, D. M. (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 61.

Figura 2 - Hospitais nos campos de batalhas do Paraguai (Passo da Pátria)



Fonte: Livro - **A Campanha do Paraguai** – De Corrientes a Curupaiti

Os primeiros anos de guerra parecem ter surpreendido as forças armadas brasileiras, apesar de em suas fileiras contar com veteranos de batalhas remanescentes das revoltas que assolaram o Cone Sul. A partir de 1867, quando o então Marquês de Caxias assumiu o comando das tropas a situação aliviou um pouco com a adoção de medidas que acentuaram os melhoramentos no hospital, na higiene, na alimentação e no vestuário. Mesmo assim a mortandade continuou.

A morte por afogamentos, suicídios, doenças venéreas, pneumonia, lepra, raios, varíola, sarampo, impaludismo, diarreia, disenteria, tifo, cólera, sífilis, beribéri, tuberculose, insolação e febres malignas foram rapidamente disseminadas durante a guerra devido ao deslocamento de soldados. Além de migrações de populações refugiadas e aos estupros da população feminina, ocasionaram uma mortandade nunca vista antes em campos de batalha e “causavam mais mortes que a metralha paraguaia”.¹⁸¹

O cenário contagioso atingiu patamar cada vez mais intenso “os doentes eram levados aos hospitais em carretas cobertas de couro, deitados sobre pelego de carneiros”.¹⁸² Ainda segundo Dourado “os doentes ‘bexigentos’ cresciam em número, tanto pelo frio como pela

¹⁸¹*Ibidem*, p. 46.

¹⁸²*Ibidem*, p. 138.

disseminação de outras doenças como o sarampo, que foi importado pelas forças vindas da Corte”.¹⁸³

Nesse contexto, onde epidemias como a da varíola e da cólera iam de forma avassaladora dizimando os soldados, sem que os mesmos sequer pudessem apresentar uma reação, a adoção de estratégias como a vacinação tornou-se essencial. No diário do baiano Manoel Carneiro da Rocha, escrito sobre a guerra, encontramos verdadeiros tesouros para a historiografia. Escritos estes que tratam a respeito da vacinação para quem partia rumo a Campanha:

Quartel General do Commando em Chefe do Exercito em operações, acampamento junto a Lagoa Brava, em 9 de janeiro de 1866. Ordem do Dia N.116. O Exmo. Sr. General Commandante em Chefe, manda louvar e agradecer o relevante serviço que prestou ao Exercito, o Sr. Major Manoel Ignácio da Silva, commandante do 1º. Corpo Provisório de Cavallaria da Guarda Nacional, o qual mostrou tal interesse e solicitude pela saúde e conservação de seus comandados que, por sua expontanea deligencia alcançou o púzva ccinico, com que não só vaccinou grande número de seus praças, que ainda o precisavão, como o que nas mesmas circunstancias se achavão em todos os outros corpos de Cavallaria e d’alguns de Infantaria, sendo a elle somente devida a semente de que dispomos para a vaccinação dos poucos praças dos corpos ultimamente chegados, que precisão ainda do mesmo preservativo. O mesmo Exmo. Sr. General, informado do interesse humanitário e zelo com que se tem desenvolvido o Sr. 2º. Cirurgião Dr. Firmino José Dona, não só no serviço de Infantaria a seu cargo, como na vaccinação dos praças do exercito ainda não garantidas por este preservativo, da peste de varíola, manda igualmente louval-o por tão importante serviço. Innocencio Velloso Pederneiras, Tenente-Coronel.¹⁸⁴

Não era empreitada simples para um exército em formação. Pelo contrário, era um momento em que até mesmo aqueles que tinham mais experiências por anos à frente do serviço sentiam-se surpreendidos com tamanha fúria advinda de um dos maiores inimigos das fileiras imperiais naquele momento: o “fantasma” das doenças contagiosas. Para completar, no Brasil, a campanha de vacinação era agravada pela falta de recursos, as mesmas saíam caro porque eram importadas da Europa. A dificuldade de transportes para províncias vizinhas distantes e o fato de a vacina não garantir a completa imunização despertaram um alto índice de desconfiança por parte da população, que não acreditava nela, o que produziu estratégias para fugir das autoridades do governo.¹⁸⁵

Os ambientes nauseabundos mereceram a atenção de Cerqueira, para ele a higiene do acampamento de Tuiuti não se recomendara muito, as coisas eram feitas demasiado à La gaúcha. Onde os urubus e caranchos se encarregavam da limpeza, devorando os restos mortais

¹⁸³*Idem.*

¹⁸⁴ROCHA, M. C. **Diário da campanha naval do Paraguai, 1866**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999, p. 90.

¹⁸⁵*Idem.*

e os que ficavam da matança de animais, expostos ao sol e à chuva o que incomodava muito com o cheiro nauseabundos trazidos pelo sopro do vento.¹⁸⁶

Das reminiscências do combatente baiano também podemos retirar depoimentos completos a respeito daqueles dias sombrios nos acampamentos do Exército. Conforme relembra:

A cólera-morbus ceifava vidas aos montões em Curuzu, onde estava o 2º. Corpo do Exército, comandado pelo preclaro Conde de Porto Alegre. O Bormann organizou ali e manteve com os próprios recursos e muita abnegação e caridade uma enfermaria de colérico. O governo imperial galardoou seus nobilíssimos serviços com uma medalha de ouro, que o bravo oficial traz no peito com justo orgulho. A peste terrível irrompeu súbita e cruel nos nossos reais de Tuiuti.¹⁸⁷

Algumas medidas tomadas não surtiam efeito, nem minimizavam aquela mortandade, uma vez que os galpões, cobertos de palha, que o general mandou construir no Potreiro Pires, diariamente se enchiam e diariamente se esvaziavam nos cemitérios. E o fantasma da morte atingia a todos sem resignação, já que “os enfermos pouco resistiam, houve muitos casos fulminantes. Uma tarde o Dezesseis entrou em forma para o exercício, um soldado da sétima caiu de borco. Pensaram numa síncope. Era a cólera. Antes de anoitecer estava morto”.¹⁸⁸

A morte chegava e, além disso, trazia ares de melancolia para junto dos batalhões, os quais avizinhavam-se de:

Medonhos cadáveres! Um dia entrei numa enfermaria próxima do batalhão. Havia um montão deles arrumados em andaina nas tarimbas. Tinham a pele enrugada e os olhos fundos. Estavam azulados, escaveirados como se tivessem morrido de fome. Uns mexiam-se, outros não tinham a algidez da morte; eram cadáveres quentes. Os músculos do peito e dos braços contraíam-se como se aqueles mortos ainda vivessem. Vi um braço encolhido distender-se e a mão bater em cheio na face do camarada deitado ao lado, que pela primeira vez ficava impassível. E o terrível flagelo dos exércitos matava às cegas e cada vez mais. Médicos aconselharam o álcool como profilático. Os barracões do comércio encheram-se de vinhos e síceras de todas as marcas e qualidades, cada qual mais falsificado e mais danoso.¹⁸⁹

Habitar nos arredores dos acampamentos diante de uma situação dessas exigia a adoção de algumas medidas que viessem favorecer a vida dos combatentes que temiam mais o flagelo do que um ataque surpresa do inimigo na escuridão da madrugada. Um dos relatos mais impressionante de Dionísio Cerqueira é no tocante a água disponível para consumo das tropas apeada naqueles arraiais. Segundo ele: “Continuava-se a beber águas das cacimbas

¹⁸⁶ CERQUEIRA. op cit. 2002, p. 176.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 183.

¹⁸⁸ *Idem*.

¹⁸⁹ *Ibidem*, pp. 183-184.

rasas, cavadas no areial; água poluída pela vizinhança de cadáveres, amarelenta e grossa. Dir-se-ia ter laivos de pus.”¹⁹⁰

Além de Dionísio Cerqueira e Manoel Carneiro da Rocha outros memorialistas deixaram nos relatos de época impressões dos dias de campanha. Nessa perspectiva, uma obra que se destaca é *A Retirada da Laguna* de Alfredo d’Escragnolle Taunay (o Visconde de Taunay)¹⁹¹. Sociólogo, historiador, militar entre outros, Taunay foi sem dúvidas uma das mentes intelectuais mais brilhantes a acompanhar de perto a Guerra do Paraguai. Ele lutou no conflito e fez parte da Coluna que marchou pelo norte rumo à nação inimiga adentrando o território da província de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul).

Na obra, o autor destaca a série de provações que a expedição brasileira teve de suportar no território ao sul da província de Mato Grosso, “desde Laguna, a tres léguas e meia do rio Apa, fronteira do Paraguay, até ao rio Aquidauana no território brasileiro”¹⁹². Trajeto concernente a quase quarenta léguas percorridas a muito custo e inúmeras perdas. As investidas imperiais contra os guaranis naquela parte do território compuseram-se diante de uma grande escassez de recursos, tendo em vista o fato dos olhares do governo está voltado para o grosso do Exército que estava mais ao sul.

Assim como Cerqueira, Taunay também nos traz relatos sobre as epidemias que assolavam o Exército em Mato Grosso nos idos daqueles anos. Conforme relata:

[...] os contingentes accessorios com que se havia contado para engrossar o corpo de exercito durante as suas marchas pelas provincias de S. Paulo e Minas, falharam em grande parte ou vieram a desaparecer por effeito de cruel epidemia de varíola e pelas deserções que motivou. A marcha foi lenta; a demora dependia de muitas causas, e principalmente da difficuldade de fornecimento de viveres.¹⁹³

Nas palavras do Visconde percebemos o isolamento com que as forças brasileiras tiveram de conviver naquela marcha sem fim e que necessitava sempre de reforços. Vejamos:

Só no mez de Julho (a sahida da capital dera-se em Abril) pôde a expedição ficar organizada em Uberaba sobre o Paraná superior, em uma brigada mais ou menos regular, graças à junção de muitos corpos que o coronel José Antônio da Fonseca Galvão trouxera de Ouro Preto. Não parecendo essa força ainda sufficiente, o comandante em chefe Manoel Pedro Drago dirigiu-a para a capital de Mato-Grosso para ahi completá-la. Nesse intuito subira para nordeste até às margens do rio Parahyba, quando despachos ministeriaes ahi o alcançaram, levando-lhe ordem formal de marchar direito aos districto de Miranda, occupado então pelo inimigo.¹⁹⁴

¹⁹⁰*Ibidem*, p. 184.

¹⁹¹TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. **A retirada da Laguna**. Tradução de Salvador de Mendonça - Rio de Janeiro. Typographia Americana. Rua dos ourives. 1874.

¹⁹²*Idem*.

¹⁹³*Ibidem*, pp. 11-12.

¹⁹⁴*Ibidem*, p. 12.

Em sua dissertação de mestrado, *Uma Guerra Sangrenta, Epidêmica e Doente*, Janyne Barbosa também chamou a atenção para o cotidiano das enfermarias e hospitais na Guerra do Paraguai, abarcando o exercício da prática médica e a luta pela sobrevivência desempenhada por civis, militares e enfermos. Segundo ela, comum no Brasil da época, as epidemias se alastraram pelos campos de batalha durante o conflito, a cólera, por exemplo, dizimou os batalhões em larga escala, provocando temor e grande preocupação entre às fileiras:

O avanço das epidemias, não poupou ninguém. Com o início da Guerra do Paraguai a febre amarela, cólera, varíola, entre outras enfermidades preocuparam as autoridades e principalmente os médicos, acadêmicos e enfermeiros que prestavam seus serviços no *front*, que se encontrava com hospitais lotados, com o isolamento das tropas, ausência de medicamentos e vacinas, e com a alimentação regrada. A cólera matou em larga muitas pessoas. Ao atingir as tropas em 1867, o mal do Ganges forçou o Corpo de Saúde do exército a agir rápido e se reorganizar para crises daquele patamar.¹⁹⁵

Desse modo, a reorganização do Exército pareceu ser algo urgente, tendo em vista que o fantasma epidemiológico encontrava um campo de batalha despreparado e afeito a tais reveses. Os diversos relatos sobre a Campanha do Paraguai sejam no Passo da Pátria ou em Cochim, em Tuiuti ou Miranda, em Curuzu ou no rio Apa traz consigo a realidade e escancara as dificuldades encontradas pelas diversas divisões que formavam o Exército brasileiro. Entre as medidas emergenciais adotadas estavam à adoção de leis para reforçar as fileiras das forças armadas postadas no Paraguai, exemplo disso foi à determinação dos dois decretos em janeiro de 1865.

Além das epidemias que atacavam o Exército fundeado nas margens dos grandes rios, outro fator que constantemente desencadeava preocupações entre aqueles que organizavam as forças era as deserções, motivadas por uma guerra que parecia não terminar e pelas dificuldades encontradas ao longo daquelas marchas difíceis. Conforme ressalta Maria Teresa Dourado “ainda não houve guerra em toda a história da humanidade sem deserções e na Guerra do Paraguai não foi diferente, muitas vezes alcançando proporções alarmantes em todos os aparatos militares que compunham a Tríplice Aliança”.¹⁹⁶

Obviamente, essas deserções obrigavam o Governo imperial a buscar novos caminhos e encontrar alternativas para driblar essa situação. Em sua pesquisa Dourado nos traz o relato do padre Gay, testemunha ocular da invasão do Paraguai que conta os lamentos e o desespero dos soldados nos campos de batalha:

¹⁹⁵BARBOSA, Janyne Paula P. Leite. **Uma Guerra Sangrenta, Epidêmica e Doente**: espaços de cura e cotidiano médico na Guerra do Paraguai (1864-1870). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa – PB. UFPB, 2018, p. 31.

¹⁹⁶ DOURADO, op cit. 2010, p. 155.

Os padecimentos tornavam as sentinelas menos ativas e menos vigilantes e o instinto da conservação da vida os impelia a desertarem se lhes proporcionasse ocasião oportuna. Um soldado que conseguiu poder desertar na tarde do dia 15 de setembro se apresentou no Corpo de Guarda Nacional ao Tenente-Coronel Bento Martins, a quem contou os sofrimentos de seus patrícios dentro da vila, concluindo por lhe declarar que naquela noite às 8 horas eles iam efetuar a sua fuga embarcados, etc.¹⁹⁷

No Império do Brasil, o Decreto que aborda as penas a serem impostas aos oficiais do Exército e da Armada por deserção é o de n.º 1, estabelecido na época de Regência, precisamente em maio de 1835. O Decreto estabelece algumas sanções, entretanto, não há artigos que prescrevam à pena de morte:

A Regência em nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo tem sancionado e manda que se execute a seguinte resolução da Assembléia Geral Legislativa: Artigo 1.º. Os Officiaes de Patente, e do Exercito e da Armada (exceto os reformados desempregados) que, sem ordem ou licença, se ausentarem de seu quartel, corpo ou guarnição por tempo de um mez, ou excederem a licença por tempo de dous mezes; ou que, estando de licença, não se recolherem della quando assim lhes for ordenado, serão punidos pela maneira seguinte: § 1.º. os que commetterem a deserção simples serão expulsos do serviço. § 2.º. se a deserção for praticada em tempo de guerra, terão apenas de dous annos de prisão, além de expulsão do serviço.¹⁹⁸

Em fevereiro de 1868, no auge da guerra, outros decretos foram publicados com a intenção de reforçar os castigos e coibir as constantes deserções. A exemplo dessas penalidades a que estavam sujeitas os praças que formavam o Batalhão Naval o Decreto n.º 4110 prescreve que:

Usando a autorização dada pelo § 3.º. do artigo 8.º. da Lei n.º. 4523 de 28 de setembro do anno passado, Hei por bem decretar o seguinte: as praças de pret do Batalhão Naval, que desertarem em tempo de guerra, serão punidas, sendo inferiores, de conformidade com o artigo 50 dos de guerra da Armada, e sendo soldados, segundo a 4.ª. parte do artigo 54, ficando todas sujeitas ao art. 37, se a deserção for para o inimigo, pirata ou rebelde. Fica assim alterado o artigo 27 do decreto n.º. 4067 de novembro de 1852.¹⁹⁹

Francisco Doratiotto também trouxe contribuições a respeito das deserções e das dificuldades em conseguir recrutas para o conflito. E ressalta que após um início de entusiasmo a questão em torno do alistamento de voluntários caiu drasticamente, pois “quando o conflito se tornou uma luta de posições, em 1866, ouviram-se importantes vozes a criticar sua duração”²⁰⁰. Como tratado no primeiro capítulo, à solução foi recorrer a Guarda Nacional, o que também não foi suficiente.

¹⁹⁷ GAY, 1980, p. 130, *apud* DOURADO, 2010, p. 158.

¹⁹⁸ BRASIL. Decreto n.º 1, de 26 de maio de 1835.

¹⁹⁹ BRASIL. Decreto n.º 4110, de 29 de fevereiro de 1868.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 264.

É exatamente nesse contexto que se “corre aos matos” em busca de recrutas, tendo em vista que a desocupação paraguaia das regiões invadidas no Sul provocou a “ausência” de espírito patriótico entre os brasileiros. Do mesmo modo, é nesse cenário que se aconselha recorrer aos escravos. Foram medidas as quais trouxeram repercussão em todas as esferas políticas do Império, desde a Corte até as paróquias, a guerra reforçava as divergências no alto escalão político local onde os conchavos raras vezes foram harmoniosos nos idos daqueles anos.

Diante desses embaraços o recurso foi à adoção de tais procedimentos, que trouxeram, sobretudo,

Como conseqüência, o Gabinete Zacarias viu-se obrigado, para compor as tropas, a estabelecer o recrutamento, e para isso recomendava a libertação de escravos. Repetiram-se, então, desistências ao recrutamento por todas as províncias, e a impopularidade da guerra obrigou o governo, nas palavras de Cotegipe, a ‘uma espécie de caçada’, visando alistar cidadãos que fossem para a frente de luta. Para fugir ao recrutamento, muitos homens declararam-se adeptos do Partido Liberal, passando a ser protegidos pelos chefes políticos locais, ou, ainda, refugiaram-se nos bosques e florestas, despovoando os campos, principalmente ao norte do país. Mais tarde, Junqueira, o ministro da Guerra, afirmou que muitos jovens, para não serem enviados ao Paraguai, casaram-se com mulheres que tinham o dobro de sua idade. Tal quadro, admitiu em 1870 o titular da Pasta da Guerra, fez com que muitos membros dos Voluntários da Pátria tivessem sido, na verdade, obrigados a se alistar.²⁰¹

Todavia, essa situação foi registrada igualmente em outras partes do Império. O temor de ir ao Paraguai alastrou-se de Norte a Sul levando vilas e freguesias a ficarem desertas, novamente somos tributários de Doratiotto. Segundo ele:

Em novembro de 1866. Osório comunicou a João Lustosa Paranaçuá, presidente do gabinete liberal que governava o Brasil, a dificuldade em se obter novos soldados no Rio Grande do Sul, província tradicionalmente supridora de recursos humanos e materiais para as ações militares no Prata. Havia demora na organização de novas tropas, escreveu Osório, porque muitos se esconderam nas matas, enquanto outros se refugiaram no Uruguai. Poucos meses depois de iniciada a guerra, São José do Rio Preto, minúscula vila paulista, foi abandonada por todos os habitantes, que fugiram para as matas, de modo a evitar o recrutamento; na localidade ficou apenas o subdelegado, que desempenhava a função de recrutador. Em São Paulo, 168 dos 1615 convocados, em 1865, para irem à guerra pagaram 600\$000 réis por pessoa para escaparem do serviço militar. No ano seguinte, o presidente dessa província enviou ofícios a juizes em que propunha sugerirem, aos fazendeiros e a outros cidadãos ricos, a libertação de escravos para serem enviados, como soldados, ao Paraguai²⁰².

Os relatos de memorialistas, autoridades políticas e de combatentes que militaram na Campanha do Paraguai escancaram uma preocupação ao qual parecia cotidianamente está presente nas ordens do dia dos oficiais: a emergência de reforços para militar nos campos de

²⁰¹ DORATIOTTO, op cit. 2002, p.265.

²⁰² *Idem*.

batalha. Do mesmo modo, o relato de Doratiotto deixa claro que a prática do recrutamento forçado não era exclusiva de poucas províncias, ela expandiu-se de forma generalizada por todas as paróquias e freguesias imperiais, atingindo todos aqueles que estavam aptos ao recrutamento.

Dessa forma, os representantes do Governo imperial não mediram esforços para a concretização das obrigações que lhe cabiam. Desde a área central da Corte, passando pelas várzeas cafeeiras do Paraíba, até chegar aos pampas e as regiões fronteiriças gaúchas. Com destino ao norte passando pelas cidades litorâneas, rasgando o interior árido do Sertão do São Francisco até atingir o solo úmido amazônico a caçada foi implacável e repentina, principalmente a partir de 1865 quando a guerra tomou novos rumos nas fronteiras do Sul.

Em suma, região onde registrava-se constantes desacordos diplomáticos, o Cone Sul chegou em meados do século XIX com embaraços e dezenas de conflitos. Advinda dos setecentos, essa situação não se resolveu com o processo de independência registrado nas primeiras décadas do século. Pelo contrário, longe do julgo luso-espanhol os territórios recém-independentes passaram a reivindicar seus interesses de acordo com suas necessidades.

Nessa empreitada, territórios como o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai (onde está enraizado o estopim da Campanha dos anos 1860) desenvolveram-se cada um a seu modo: o primeiro por alguns anos pertenceu ao Império brasileiro, período em que foi denominado de província da Cisplatina; o segundo conheceu uma certa estabilidade durante os governos de Francisco Solano Lopez e do seu pai Carlos Antonio Lopez (1844-1870). Equilíbrio que foi encerrado com a Campanha do Paraguai, conflito motivado pelas constantes desavenças diplomáticas registradas ao longo de mais de um século na região.

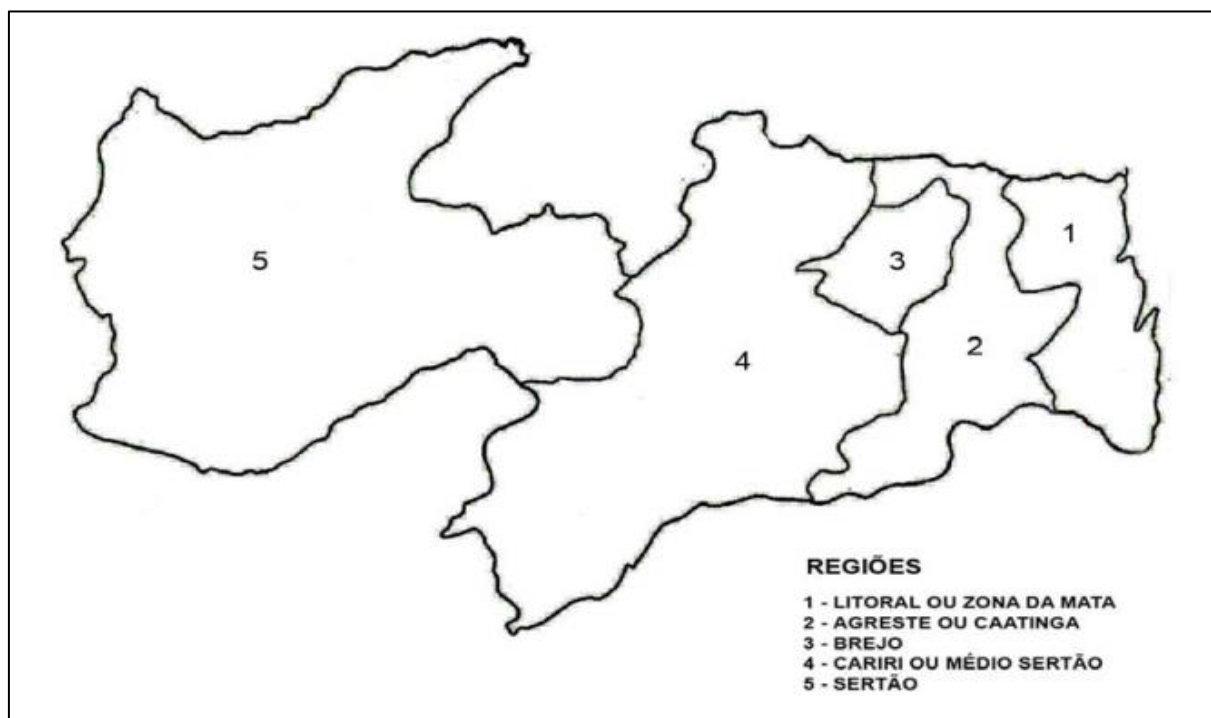
O Império brasileiro, por outro lado, conheceu a partir da década de 1820, um período em que predominou a busca pela hegemonia política e diplomática no Cone Sul. Nesse contexto, os interesses políticos registrados na região conheceram conchavos de diversas ordens, principalmente entre os caudilhos uruguaios e gaúchos que ao longo de boa parte do século XIX mantiveram relações comerciais e sociais na fronteira. Essa situação começou a mudar a partir da década de 1870, quando na esteira da Guerra do Paraguai o cenário político e diplomático no Cone Sul passaria a tomar novos ares.

4 QUANDO OS ENTUSIASMOS CESSAM: OS IMPACTOS DA CAMPANHA DO PARAGUAI NA PARAÍBA

“Triste foi uma parte do recrutamento entre nós, onde predominou a perseguição política. Muitos se alistaram levados pelo entusiasmo patrióticos, mas uma outra parte foi ‘voluntário da corda’. Eram arrancados à força dos seus lares e chegavam à Capital paraibana (Parahyba, na época) acorrentados. A imprensa denunciava esta atrocidade: ‘Basta trabalhar em Engenho de algum conservador ou ter nelle sua residência, para ser immediatamente remetido a essa Capital o pobre guarda, a fim de fazer parte do destacamento’. E mais: ‘O povo que assiste ao deprimimento espatáculo aflitivo presenciou esta capital, com a entrada do destacamento policial ao mando do Alferes Paes Barreto, que trouxe do Pilar cerca de 30 Guardas Nacionais para o destacamento de Guerra, todos de Gargalheiras ao pescoço [...]’.²⁰³ (Grifo nosso).

O trecho acima foi retirado do livro *A Paraíba na Guerra do Paraguai*, de Adauto Ramos, um dos poucos paraibanos a escrever uma obra a respeito dos impactos do conflito na Província. Obra riquíssima em detalhes, apesar de apresentar traços característicos de escritos memorialistas, tendo em vista o fato do escritor não ser historiador de formação, o que, obviamente, não tira o brilho de seu livro.

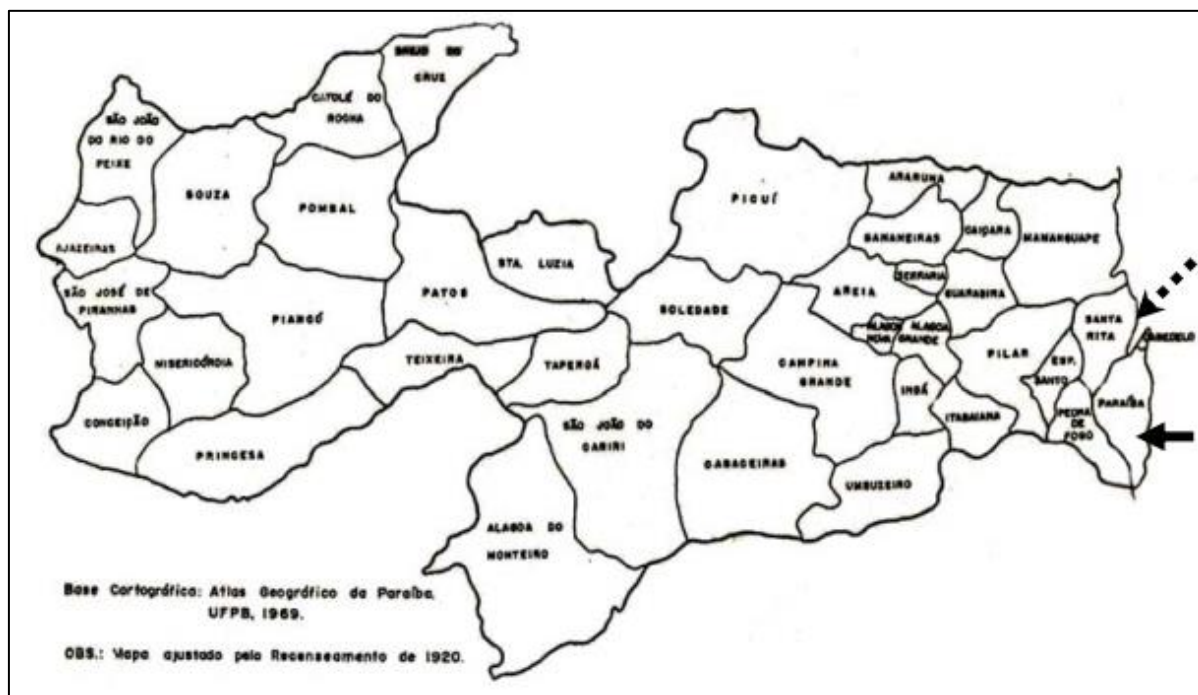
Mapa 5 - As Regiões geográficas da Paraíba



Fonte: Ferreira (1982)

Mapa 6 - Municípios da Paraíba (1920)

²⁰³ RAMOS, Adauto. *A Paraíba na Guerra do Paraguai*. Paraíba: Sal da Terra Editora – 2010, pp. 08-09.



Fonte: Ferreira (1982)

Nesse capítulo, iniciamos a discussão em torno do cenário político vivenciado pelas províncias nortistas nos anos que antecederam a Campanha do Paraguai (para que possamos situar melhor a pesquisa). A partir daí, partimos para uma análise das tramas políticas na Paraíba, destacando o recrutamento militar quando cessaram os ânimos dos voluntários da pátria. Período que por coincidência as forças armadas necessitaram de um aumento do efetivo nas fileiras e nos acampamentos já postados no território da República inimiga. Necessidade que se dava pelas constantes deserções pelas quais essas forças passavam, além das epidemias, doenças e baixas registradas a cada ordem do dia expedida no Paraguai.

4.1 PROVÍNCIAS DO NORTE: O PAPEL DA IMPRENSA E O CENÁRIO POLÍTICO EM MEADOS DO SÉCULO XIX

No panorama político imperial as províncias nortistas ao longo do século XIX constituíram território de constante preocupação para os governantes da Corte. Por esse motivo demandavam maior atenção por parte destes, tendo em vista que as insurreições e rebeliões registradas na região desde fins do período colonial já davam a real dimensão do quanto às províncias traziam um histórico rebelde. Nessa perspectiva, as maiores estratégias na empreitada para a conciliação eram exatamente a utilização da imprensa para informar os feitos do governo e convencer os correligionários dos ditames tomados. Além disso,

destacamos os conchavos políticos orquestrados, principalmente, a partir do período do regresso conservador e do Segundo Reinado, na busca por uma maior estabilidade na política imperial.

Apesar disso, a Revolta dos Praieiros em Pernambuco ainda trouxe preocupações para a Coroa em fins da década de 1840, acirrando os ânimos na Província. Conforme ressalta esse periódico:

Não é só o VOLCÃO, esse intrépido defensor das liberdades publicas, quem ha de ter a distincta honra de aniquilar a *influencia legitima*, que quer jogar a sua ultima carta. Um novo atleta, o PROLETARIO, ainda que fraco, não recuara um só passo na estrada, que vai trilhar: baterá com todas as forças não só a olygarchia odiosa e despresivel da nossa provincia, como a facção devastadôra, que do *areal* passou-se a camara vitalícia, e nesse respeitável Areopago pretende acastelar-se. A corôa e a nação terão mais este escriptor da classe do povo, a quem tractão os *fidalgos* da terra por *canalha*, e esse, com a coragem pernambucana, defenderá a causa nacional. O seu ultimo cartuxo será gasto em defesa do Sr. Pedro II e da constituição política do Império.²⁰⁴ (Grifos do jornal).

Essa passagem do jornal político *O Proletariado* resume bem a situação vivida na província nos anos que antecederam a Revolta. Pelo nome já identificamos que o periódico não seguia os mesmos ditames do Governo provincial, tecendo duras críticas as elites políticas pernambucanas e colocando-se ao lado do Governo Central. O que é extremamente curioso, tendo em vista o fato daqueles que compunham o Partido da Praia seguirem os ditames liberais e voltar-se contra os conservadores, principalmente aqueles oriundos da família Cavalcanti, grandes latifundiários e comerciantes locais. Foram tempos difíceis na esfera centralizadora, cessada as rebeliões advindas da época da Regência, Pernambuco se levantava em armas novamente, levando as ideias revoltosas para as províncias vizinhas como Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas e testando o poder do imperador.

Outro periódico, o jornal político *O Praieiro*, pertencente ao partido da Praia, retrata o clima de hostilidade vivido na província nos idos de 1840. Onde tece duras críticas a Francisco do Rego Barros (então Barão da Boa Vista), acusando os opositores políticos de perseguição, de má reputação e de assassinos. Vejamos:

Não queremos tyrannisar o pensamento d'algue[m]; reparem bem nossos adversários que em matéria de política admittimos toda a tolerancia, porque Ella é uma prova do estado de civilisação, e de moralidade; mas queremos opinar d' este, ou d' aquelle modo sem que temamos o ferro homicida, queremos fallar contra o systema, e politica do Barão de Boa-Vista sem receio de que os Alexandres, e Valentins invadão nossas casas, facção n'ellas perfidas emboscadas, e pretendão arrancar-nos a vida. **Esses homens, a quem uma pêra serve de honra, esses homens, que seguem não um sisthema, não uma política, mas a um homem sem prestigio, e sem reputação [...].**²⁰⁵ (Grifo nosso).

²⁰⁴ Hemeroteca Digital. **O proletariado**. Recife, 18 de agosto de 1847, p. 48.

²⁰⁵ Hemeroteca Digital. **O praieiro**. Recife, 03 de novembro de 1845, p. 42.

E complementa ressaltando a dignidade e a retidão dos políticos que compunham as fileiras do Partido da Praia e sua constante defesa da liberdade e do bem-estar da população. Obtidos com muita honra e união dos praieiros:

[...] a maioria da Província dirá – **a Praia não se vale dos empregos, que occupa, para prevaricar, e roubar os dinheiros da Nação; a Praia não se vale das posições, em que se acha, para vingar-se de seos inimigos, para maltratar a população, para procurar somente o bem-estar de seos chefes, e de seos influentes; a Praia finalmente não sanciona o principio terrível do roubo, e do assassinato!** Podem ter erros alguns de nossos correligionários, e amigos, podem, por considerações, que cumpre não discutir, haver um ou outro membro d’esse grande partido nacional menos contente, e satisfeito; mas quanto ao fim à que todos nos propomos, quanto aos meios que devemos empregar para obter este fim, existe na Praia a maior união, e dignidade. Unidade no pensamento, e unidade na acção taes são os princípios, que a Praia consagra como indispensáveis para sustentar sua política.²⁰⁶ (Grifo nosso).

Todo esse cenário culminou na destituição, pelo Imperador, do presidente da província, o fluminense Antônio Pinto Chichorro da Gama, do partido Liberal. Ao longo de quatro longos anos (período bastante extenso para manutenção no cargo) o presidente teria combatido os membros da elite local, bem como suas arbitrariedades e abusos. Em seu lugar foi empossado o ex-regente Pedro de Araújo Lima (então Visconde de Olinda), membro da família Cavalcanti, ligado aos elementos mais poderosos da lavoura açucareira e conseqüentemente um Conservador nato, por essa razão Olinda não agradou nem um pouco o Partido da Praia de hostes liberais. Essa substituição de um presidente aliado e amigo dos praieiros por outro de ideologias tão divergentes, atrelado a crise econômica que assolava Pernambuco teria desembocado na Revolta eclodida na cidade de Olinda em novembro de 1848, tendo como líderes figuras políticas atreladas ao partido Liberal e membros das forças armadas.

Analisando a participação de agentes pertencentes às camadas populares na Insurreição Praieira, Marcus Carvalho ressalta que funcionários que não pertenciam à elite política local foram denunciados no inquérito em que apurou a rebelião. Diversos fatores teriam motivado essa participação, nessa perspectiva “a obediência ao patronato político tinha limites”²⁰⁷ e “os grupos subalternos tinham interesses a defender”.²⁰⁸ Mesmo assim a influência desempenhada pelo mandonismo local não era de toda ignorada, e nem prontamente

²⁰⁶*Idem.*

²⁰⁷ CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 209-238 – 2003, p. 211.

²⁰⁸*Ibidem*, p. 210.

abandonada, o clientelismo vigorante na Praieira assumira papel de grande destaque, assim como em outras rebeliões registradas no Império durante esse período.

O próprio Carvalho destaca que “de uma forma genérica, a presença dos grupos subalternos naqueles episódios poderia ser explicada dentro dos moldes permitidos pelos laços de dependência pessoal vigentes em uma sociedade escravista”²⁰⁹. Esses laços, todavia, constituíram a principal estratégia política empreendida ao longo de todo o período imperial. A situação vivenciada em Pernambuco (apesar das similaridades locais) não era diferente das demais províncias do Norte. As tramas clientelistas estavam sempre presentes em todas as decisões tomadas pelos políticos, sejam representantes do Governo da Corte, fossem membros dos potentados locais, forjando e favorecendo os aliados e protegidos que por alguma razão gozava de tal privilégio.

Pesquisando a adesão dos praieiros pernambucanos a política desenvolvida pelo Governo Geral, Suzana Cavani Rosas enfatiza que essa depois de muita resistência se deu durante o Gabinete da Conciliação (do Marquês de Paraná). Ainda segundo a autora alguns fatores teriam levados os dissidentes de 1848 a ceder à pressão vinda da Corte, como:

[...] sua decisão de concorrer às eleições e de abandonar a luta pela constituinte. A rigor, a constituinte foi excluída do estatuto da Sociedade Liberal Pernambucana somente em 1859, mas, desde a reforma eleitoral de 1855, ficou esquecida nas discussões oposicionistas. E a abstenção eleitoral só voltou a ser articulada pelos praieiros no início da década de 1870. Assim, o principal ato do gabinete da conciliação a aproximá-lo dessa facção liberal foi a Lei dos Círculos, enquanto uma de suas maiores vitórias políticas consistiu em trazer a oposição de Pernambuco de volta à disputa eleitoral, como há muito tempo não se via.²¹⁰

Apesar da Lei dos Círculos, nota-se a partir da Praieira o enfraquecimento de grupos dissidentes locais, (sendo a Praieira a última grande rebelião do Império). A partir de 1850 a centralização política assume contornos cada vez mais fortes e os conchavos para obtenção de algum privilégio local se daria de outras formas como foi ressaltado no primeiro capítulo. Como destaca Roberto José Souza e Silva “a década de 1850 foi um período de ‘calmaria’ que passou a Província de Pernambuco”²¹¹, devido, sobretudo, ao “processo de organização da Guarda Nacional sob o comando de Presidentes de Província”.²¹²

Essa bonança ressaltada pelo pesquisador não era exclusiva daquela província. Do norte do Espírito Santo as embocaduras do rio Amazonas, o ambiente político-administrativo parecia dar ares de tranquilidade, aqueles tempos de outrora, de rebeldias e insatisfações teria

²⁰⁹*Ibidem*, p. 218.

²¹⁰ROSAS, op.cit, 2014, p. 315.

²¹¹SILVA, op cit , 2017, p. 15.

²¹²*Idem*.

ficado para traz. Cabanagem, Sabinada, Praieira e todas as outras permaneciam vivas apenas no espírito e na memória dos seus cidadãos e compatriotas. Mas, os tempos de rebeldias no Norte teriam dado experiências e sabedoria aos seus filhos nos campos de batalhas, assim como as rebeliões do Sul deram as mesmas benesses ao povo que habitavam àquelas fronteiras.

Dentro do cenário político até mesmo as constantes rixas entre Conservadores e Liberais eram esquecidas, ou ao menos deixadas de lado em prol da estabilidade das províncias e da garantia de vivencia de dias melhores e mais promissores. Como destaca esse periódico paraense de janeiro de 1859:

As desgraças de 1835 tinham matado os partidos políticos na Província. [...] não foi por illusão que votamos no sr. dr. Leitão: elle nunca occultou seos sentimentos políticos [...]. Mas, porque estava elle comnosco, que sem duvida alguma éramos liberaes? Estava, porque não era a política o que dividia então os partidos. Estava comnosco pela mesma razão, porque outros saquaremas tornavam-se liberaes no Pará. Apareceo *O Observador*, empenhado em resuscitar defunctos que já fediam. Combatemos-lhe a tentativa. Mas tanto inculcou-se de saquarema, e tanto atirou nos os titulos de Luzias (que para o fim servia mais que o de Liberaes); e **tanto procurou traduzir em Luziismo desfarçado o que era em nós adopção da política Paraná, que por fim aceitamos a discriminação política [...]**.²¹³(Grifo nosso).

As desgraças de 1835 referidas pelo jornal tratava-se da Cabanagem (Revolta liderada por latifundiários locais contra a Regência). Como podemos observar o mesmo ressaltava que a política não dividia os partidos na Província e tece críticas a outro jornal paraense “*O Observador*”, por lembrar fatos e desavenças passadas ocorridas entre os dois partidos e que poderiam atrapalhar aquele clima de harmonia.

Outro fato curioso que observamos no relato do mesmo é a denominação de “*política Paraná*”, uma alusão a (Honório Hermeto Carneiro Leão), Marquês do Paraná, que se esforçava para costurar tramas políticas em torno da Conciliação, como ressaltado por Cavani. É em trechos como esses trazidos pelo jornal que percebemos o quanto custava a tranquilidade política em nível local, rechaçando-se qualquer tentativa ou preleção que viessem tumultuar aquele ambiente. Temerosos de outra revolta similar a Cabanagem os paraenses saberiam bem zelar pela pacificidade.

Situação análoga na política pode ser notada na província do Piauí. Em meados dos anos 1850 o periódico *O Conciliador Piauiense*, resalta a emergência da sustentação da monarquia frente aos embates políticos que ocorriam no Parlamento Geral, atentando para a importância da tranquilidade e da concórdia para o progresso e amadurecimento da nação. Ressalva o jornal que:

²¹³ Hemeroteca Digital. **Diario do commercio**. Belém, 04 de janeiro de 1859, p. 56.

He mister haver um partido exclusivo que sustente a monarchia – Então quer a Monarchia do Brazil, quer a maioria da Nação brasileira – quer o gabinete actual – que seja a política concórdia – ou da conciliação; se o poder executivo, segundo mesmo as theorias constitucionaes reside verdadeiramente nos Ministros, que respondem pelas operações do governo, porque a pessoa do Monarcha he inviolavel, e sagrada.²¹⁴ (Grifo nosso).

Quando da publicação dessa fala o andamento dos interesses do Império era comandado pelo Gabinete Conservador, tendo a frente da presidência justamente o pernambucano Pedro de Araújo Lima (na ocasião já Marquês de Olinda), que havia chegado ao cargo há cerca de mais de um mês, em maio de 1857. Pelo discurso presente no jornal piauiense percebemos certa desconfiança pelo Gabinete que acabara de assumir o posto, mesmo com o clima de conciliação adotado no Parlamento a partir de Honório Carneiro Leão, em 1853.

Diante desse panorama é interessante ressaltar que apesar do respeito e prestígio gozado por Araújo Lima entre seus pares na Corte, bem como entre muitos políticos que ocupavam cargos importantes pelas várias províncias, percebemos um clima de insatisfação no Piauí. Essa insatisfação notada na fala trazida pelo jornal escancara nas entrelinhas a dominação Liberal pela qual passava a província citada no final daquela década, ideologia política com que o periódico congratulava. Cenário que ficou claro quando lemos a ressalva que o mesmo traz para o presidente da província: “Este acto de alta política. E de severa lealdade trará como consequência infalível que o prezidente de província se unão ao mesmo pensamento, e obedeção a tão poderosa vontade [...]”.²¹⁵

Os esforços demandados em nome do apaziguamento no Piauí trouxeram consequências na década posterior. Quando os conchavos políticos da elite na província foram empreendidos e reforçados na busca pelo sucesso no recrutamento militar, intensificado a partir de 1865, por ocasião da Guerra do Paraguai, mobilização que contou também com o apoio da imprensa provinciana.

Johny Santana de Araújo ressaltou essas mobilizações. De acordo com ela, no decorrer do conflito de fins de 1864 a início de 1870, por toda Teresina, nas ruas e casas, ocorriam outros combates. O da mídia que lançava seu apelo através das ideias, por meio de discussões de temas referentes à guerra, apresentados com frequência ao público pelos jornais, que ampliava o alcance das velhas e novas mensagens. Tais mensagens, muitas vezes misturadas

²¹⁴ Hemeroteca Digital. **O conciliador piauiense**. Teresina, ano I, domingo de julho de 1857. n° 10, p. 36.

²¹⁵ Hemeroteca Digital. **O conciliador piauiense**. Teresina, ano I, domingo de julho de 1857. n° 10, p. 23.

às notícias vindas de todos os lugares do país e da linha de frente da guerra, quer fossem verdadeiras ou boatos, geravam um turbilhão de imagens exaltadoras da nação brasileira²¹⁶.

Esse também era o caso do Ceará, onde os embates políticos em torno de uma maior conciliação e consolidações colheram os frutos nos anos 1860. Em sua pesquisa, analisando o impacto da Guerra do Paraguai sobre a província e as medidas tomadas em torno do recrutamento, Maria Regina de Souza ressalta que:

Para essa empreitada as autoridades do Ceará, em seus deveres enquanto patriotas, incumbiram-se de repassar de maneira simplificada as notícias da guerra organizando comícios, passeatas e reuniões públicas com o intuito de esclarecer as vantagens que se adquiria ao participar dos combates voluntariamente. Não raro, nessas aglomerações públicas, recitavam-se poemas e cantavam-se hinos que se transformavam em verdadeiras aclamações patrióticas, mexendo com anseios daqueles que os ouviam.²¹⁷

Imbuído na esteira do Gabinete da Conciliação, os primeiros anos da década de 1860 já vinham registrando aproximações entre os membros do partido Conservador e do partido Liberal, essa aproximação efetivou-se com a criação da Liga Progressista nos idos daqueles anos. Apesar dos percalços encontrados e da histórica rivalidade ideológica presente nos dois partidos a Liga significava um avanço no cenário político que tentavam superar as divergências ao menos no plano central.

A imprensa nortista também deu destaque aos conchavos políticos empreendidos na Corte naquele cenário. Dessa vez alguns periódicos assumiram um tom de reprovação dessa aproximação, tecendo comentários que se posicionavam claramente contra a cruzada ligueira manobrada no Rio de Janeiro. Um jornal que não gostou nada dessa aproximação foi o baiano “*O Patriota*” que com expressões e palavras de descontentamento atacava o parlamento imperial. Vejamos:

Não serão os Olindas, os Nabucos e Saraivas, cabos tenentes das saturnaes de agosto de 1864, chefes da cruzada ligueira, cujos inquisitoriaes directorios amotinaram as pacificas provincias da Bahia, Sergipe, Alagôas e Pernambuco, regando com o sangue dos seus filhos o solo da patria por todo o norte, emfim, e sul do império, onde não achava echo a politica de luz phantastica e de apparente progresso que acabavam de inaugurar.²¹⁸ (Grifo nosso).

²¹⁶ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do império:** a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai (1865-1866). Tese (Doutorado em História Social). Niterói, RJ: UFF, 2009.

²¹⁷SOUZA, Maria Santos de. **Impactos da Guerra do Paraguai" na Província do Ceará (1865-1870).** Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza - CE: UFCE, 2007, p. 13.

²¹⁸ Hemeroteca Digital. **O Patriota**. Salvador, 23 de junho de 1865. 7ª série n. 3, p. 26.

A expressão “*cabos tenentes das saturnaes*” trata-se de uma alusão a Saturnália (festival típico da Antiga Roma dedicado ao Deus Saturno no mês de dezembro do calendário Juliano, o banquete público e os sacrifícios a Saturno consistia numa verdadeira derrubada as normas sociais romanas). A comparação ao que ocorria no Parlamento brasileiro com esse festival estava – no entendimento do periódico – na quebra de regras e ditames ocorridos naquela casa legislativa com as manobras eleitorais que de certa forma diminuiria o poder e os ideais conservadores.

O Patriota traz ressalvas a respeito desse enfraquecimento. E acrescenta que:

Os homens da eschola dos que hoje governam este desgraçado paiz disseram, o anno passado, na camara dos deputados: - que o partido conservador morreu. Seria uma bem cruel verdade, não ha duvida; se fosse preciso justificar esta frase de um renegado officioso, ou de um partidario exaltado. Sim; **o Partido Conservador morreu porque não existe hoje sinão dous partidos liberaes**: o partido dominante que quer arrojara a si as forças de liberal, propriamente dito, que toma posições no campo da batalha e que ha de arrebatara a presa dos bastardos da situação, visto como o Partido Conservador, pela sua apathia e nimia credulidade, se vai pouco a pouco suicidando.²¹⁹ (Grifo nosso).

A citação das passagens do periódico aqui relatado nos traz a ideia de como o jornal baiano apoiava a ala mais conservadora da província. Partimos do princípio de que a imprensa (em qualquer época ou sociedade) representa a ideologia de uma determinada classe, grupo ou pessoa, trazendo e adotando uma determinada posição frente aos acontecimentos. Dessa forma, esse posicionamento trata-se mais de um ataque ideológico, em detrimento ao que realmente ocorria.

Em meio a esse cenário os esforços em buscas de recrutas para honrar a pátria no Paraguai já estavam a todo vapor na década de 1860. Principalmente com a aprovação de dois decretos em janeiro de 1865: o Decreto 3.371 do dia 07 (determinando a formação de Voluntários da Pátria) e o Decreto 3.383 do dia 21 do corrente que destacava a Guarda Nacional para a guerra.

A Província da Paraíba constituiu um verdadeiro calcanhar de Aquiles para os representantes da Corte que tentavam atender as exigências remetidas do Rio de Janeiro para a capital Parahyba do Norte. Entre os vários fatores que contribuíram para esses impasses estavam às alianças políticas costuradas na Província, situação ao qual vigorava desde meados de 1850 quando o Partido Liberal ganhou espaço. Essas tramas políticas foram fundamentais para a sustentação dos homens em idade ativa na terra natal, situação que não se dava por acaso, tinha suas motivações e objetivos, fatores que serão abordados a seguir.

²¹⁹ Hemeroteca Digital. **O Patriota**. Salvador, 23 de junho de 1865. 7ª série n. 3, p. 25.

A respeito dos embates políticos travados na Paraíba no período da Guerra do Paraguai, Juliana Dantas Rabelo ressalta que “em meados de 1864, a Paraíba contava com importantes peças do partido liberal progressista a frente do poder na Província”.²²⁰ Compunha as fileiras do partido liberal um chefe político que gozava de grande influência entre os potentados: Felizardo Toscano de Brito. Respeitado entre boa parte dos políticos da Província, ele foi figura crucial durante o período do recrutamento para a Guerra do Paraguai, onde os conchavos costurados na esteira do clientelismo levaram o mandonismo local a recorrer ao mesmo em busca de proteção.

Entretanto, esse jogo político, constituía-se numa trama de mão dupla, com interesses tanto de parte dos representantes da Corte, como dos potentados locais com forte influência no Parlamento provincial. Analisando a atuação dos deputados provinciais no cenário político da Paraíba em meados do século XIX, Myraí Araújo Segal destaca que:

[...] era fundamental para as elites políticas provinciais ter sob seu domínio as municipalidades, não apenas para reforçar seu poder no território da província, mas também para ter uma maior representatividade e autoridade diante do Governo Central.²²¹

Ressaltamos que apesar de não trazer a abordagem do cenário político de todas as províncias do Norte – citando apenas algumas para exemplificar – a situação política dessas províncias apresentava aspectos similares. Uma vez que os esforços do Governo Central em busca de uma maior estabilidade política faziam parte do cotidiano das agendas dos parlamentares e do próprio Imperador. O conflito contra a República paraguaia demandava custos e estratégias como essas, as quais deveriam ser tomadas com vigor e urgência.

Após apresentarmos o panorama dos conchavos e da vivência política nas províncias nortistas, lembrando os esforços empreendidos conjuntamente para a efetivação dessas alianças, partimos agora para a análise dos conchavos políticos na Paraíba, principalmente após os decretos do início de 1865. Entendemos que não dá para estudarmos o recrutamento para uma guerra sem considerar o cenário em que o mesmo se desenrolou, razão para qual essa análise precisou ser ressaltada.

Antes, porém, destacamos que a situação vivenciada pelas províncias do Norte não era típica apenas dessa região do Império. As províncias sulistas também conviveram com os conchavos políticos conciliadores e ligadores, numa busca constante por interesses gerais, com destaque para a campanha do Paraguai. Conjuntura similar também pode ser notada em

²²⁰ RABELO, op. cit, 2017, p. 56.

²²¹ SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços de Autonomia e Negociação: A Atuação dos Deputados Provinciais Paraibanos no Cenário Político Imperial (1855-1875)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa – PB: UFPB, 2017, p. 134.

esfera geral (nível da Corte), onde os esforços se somavam na corrida por melhores entendimentos que pudessem trazer frutos e benesses para o Império num período tão conturbado. Tendo em vista o fato de os empenhos empreendidos coletivamente trazer mais entusiasmo e estabilidade para as forças armadas em campo de batalha, além de reforçar as redes políticas desgastadas em tempos de outrora.

Nessa perspectiva, o Decreto n.º. 3.371 de janeiro de 1865 que criava o Corpo de Voluntários da Pátria encontrou inicialmente entusiasmo entre os compatriotas paraibanos. Naquele período a Província estava sob a presidência de Sinval Odorico de Moura, 30º presidente ao ocupar o posto. Ao saber da promulgação do decreto ele se movimentou para cumprir os ditames que vinham do Governo Central, como podemos perceber nesse discurso: “Eia paraibanos! Ide tomar os vossos postos. O Governo Imperial, apresentando-vos o decreto que submete às vossas vistas dá um público testemunho da ânsia com que vos procura e do muito que envida para não ser desatendido”.²²²

A respeito dessa situação Ramos ressalta que:

O sentimento patriótico fez com que muitas pessoas fizessem doações para a campanha. Funcionários públicos autorizavam que subtraísse certa quantia dos seus ordenados para tal fim. O Vigário da Santa Casa de Misericórdia, Padre Francisco das Chagas de Souza, promoveu uma subscrição para às despesas da guerra contra o Paraguai, obtendo a importância de 800\$000.²²³

Entretanto, vale destacar que esses entusiasmos iniciais cessariam e os meses seguintes iriam registrar uma nítida resistência no alistamento militar para a guerra. É a partir do momento dessa resistência que se acentua o recrutamento forçado, antes praticado só em algumas circunstâncias como em desobediência à ordem interna, perturbação moral ou perseguição política. Essa corrida em busca dos voluntários (que muitas vezes de voluntários não tinham nada) arregimentou e exigiu uma dedicação quase que exclusiva por parte dos representantes do Governo Central em toda a Província.

Ao mesmo tempo o recrutamento de forma voluntária trazia ainda uma grande preocupação para as fileiras postadas no Paraguai, faltava às forças imperiais experiência na rotina dos campos de batalhas. Segundo Acyr Vaz Guimarães:

A força expedicionária brasileira, pelos diferentes grupamentos de que se compunha, exigia um trabalho árduo de comando. Os soldados eram, na maioria, voluntários, não tendo, portanto, a formação exigida para uma disciplina militar rígida e, tampouco, os imprescindíveis conhecimentos da arte guerreira que, na época, apesar de simples, exigia do soldado, além da bravura, para o adequado desempenho nos campos de batalha, ainda o manejo correto das armas de então. Além disso, exigia-se que o soldado conhecesse os animais com os quais lidava (o

²²²RAMOS, op cit, 2010, p. 08.

²²³*Ibidem*, p. 09.

cavalo, o boi manso, o mular), eis que os transportes eram feitos em cargueiros e carretas.²²⁴

O recrutamento militar na Paraíba, assim como em todo o Império atingia de forma direta os alicerces do clientelismo, característica bastante comum na política da época, cujas bases estavam assentadas na dominação dos potentados regionais e locais. As influências regionais da política encontravam similaridades na organização do Exército, tendo em vista a ligação que vigorava entre as duas esferas.

Através de uma análise comparativa entre o Império brasileiro e os Estados Unidos na década de 1860, Vítor Izecksohn ressalta a resistência ao recrutamento para a formação do Exército que pelejaram na Guerra do Paraguai e na Guerra Civil Americana, respectivamente. Segundo ele, verifica-se nos dois países um alto grau de semelhança entre as atitudes no “que concerne ao enfrentamento do problema da escassez de soldados, durante as crises do recrutamento que ocorreram em períodos importantes de cada uma dessas duas guerras”.²²⁵

Figura 3 - Voluntários da Pátria durante a Campanha do Paraguai



Fonte: Salles, Ricardo. **Guerra do Paraguai: memórias & imagens**. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003.

²²⁴GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Seiscentas léguas a pé**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed, 1999, p. 104.

²²⁵IZECKSOHN, Vítor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 27, 2001, pp. 84-109.

Assim como ressaltado nos capítulos anteriores, a constante pressão na busca por reforços no Brasil se deu a partir de 1865, período em que cessaram os entusiasmos iniciais dos voluntários da pátria, obrigando o governo a adotar estratégias mais rígidas. Ainda comparando o recrutamento nos dois países, Izecksohn ressalta que:

As tradições militares brasileira e norte-americana divergiram substancialmente desde o período colonial, divergências essas ampliadas após as independências. No entanto, foi através das guerras contra a Confederação (1861-65) e o Paraguai (1864-70) que os Estados Unidos e o Brasil consolidaram, definitivamente, as respectivas unidades nacionais. Parte importante de ambos os processos passou pelo estabelecimento de exércitos nacionais permanentes, que seriam independentes das influências regionais. A consolidação, mesmo que temporária, dessas instituições afetou a operação dos sistemas de clientela, que tinham sido importantes nas organizações militares dos dois países no período anterior.²²⁶

Conflitos como a Guerra Civil Americana e a Campanha do Paraguai exigiam do poder Central pulso forte para intervir em áreas dominadas pelas autoridades locais, afetando de forma direta o sistema clientelista que já vigorava há décadas. Izecksohn afirma que “a mobilização para a guerra é sempre uma questão delicada. Ela implica um aumento de intervenção governamental e a invasão das prerrogativas locais a partir de autoridades distantes”.²²⁷

Com o passar dos meses a situação ia se agravando ainda mais, o que levaria o governo a tomar alguma decisão diante desse cenário problemático por qual o Império passava. Novidade no Brasil, esse fenômeno tinha sido comum entre as nações europeias. Continuamos dialogando com Izecksohn:

Muitos desses problemas tinham sido comuns às nações da Europa ocidental, mas nos cenários em questão eles eram agravados, porque nesses países o exército nacional não tinha sido essencial para o processo de construção do Estado. Por volta de 1860, nenhuma dessas sociedades contava com um exército nacional de grande porte, dependendo da cooperação de milícias organizadas nas localidades, para a manutenção da ordem e a defesa do território. Consequentemente, essa intervenção se dava contra o pano de fundo de lideranças locais que tradicionalmente controlaram o processo de extração de recrutas. Muitas dessas lideranças resistiram à possibilidade de que o poder central viesse a exercer um monopólio legítimo dos meios de coerção.²²⁸

O poder Central em suas nuances lançou estratégias quando “a questão central do recrutamento foi a da transferência de forças locais para o *front* e sua submissão à autoridade de um exército centralizado”²²⁹. Essa prática do recrutamento não foi tipicamente brasileira e se arrastava desde a última década do século XVIII, período da Revolução Haitiana (1791-

²²⁶*Idem.*

²²⁷*Ibidem*, p. 86.

²²⁸*Idem.*

²²⁹*Idem.*

1804). Quando da ocasião Toussaint Louverture conseguiu arregimentar cerca de 100.000 combatentes ao longo dos 13 anos de guerra contra a metrópole francesa, transformando-se “em um exemplo de revolução anticolonialista bem sucedida”, contribuindo assim para a emancipação das colônias espanholas e do próprio Brasil.²³⁰

Foi com o recrutamento que o exército colonial formado por negros angariou vitórias na guerra, levando:

A Revolução haitiana a se transformar no maior movimento negro de rebeldia contra a exploração e a dominação colonial das Américas. O caso do Haiti se torna singular, único a todo o continente. O país foi a primeira colônia latino-americana a conseguir a independência e abolição da escravidão sendo que todo processo de revolução e libertação foi conduzido pelos próprios escravos, estes conseguiram, além de realizar a libertação de seu país, realizar também, a própria libertação.²³¹

Apesar de ser uma revolta de cunho social, a Revolução Haitiana entrou para a historiografia como uma guerra que contou com forte contingente de voluntários. Contudo, diferentemente do que ocorreu na Guerra Civil Americana e, particularmente na Guerra do Paraguai o alistamento na Revolução do Caribe era totalmente voluntário, não havendo recorrência ao recrutamento forçado.

Tanto no Brasil como nos Estados Unidos os processos do recrutamento “demandaram alterações intensas, ainda que temporárias, nos procedimentos ligados ao funcionamento das organizações militares”²³². Os caminhos das forças locais em cada um dos países seguiram passos diferentes para a transferência do comando central. Conforme destaca Izecksohn:

Nos Estados Unidos, essa transferência envolveu o controle do comando e do recrutamento das milícias estaduais pelo presidente da República, interferindo com práticas consideradas como basilares pela tradição política liberal daquele país. No Brasil, ela passou pela transferência dos corpos Guarda Nacional para o teatro de guerra, levando a uma alteração profunda no papel daquela instituição.²³³

A alteração mencionada pelo o autor se refere à Lei 602 de setembro de 1850, que arrouchou a vigilância sobre a Guarda Nacional, colocando-a sobre o comando dos presidentes de Província e conseqüentemente sob custódia do Governo Central, temática abordada no primeiro capítulo. Estudando as forças armadas baianas entre 1790-1850 o historiador canadense Hendrik Kraay analisa o Exército profissional e as milícias na cidade de Salvador,

²³⁰SOARES, Ana Loryn; SILVA, Elton Batista da. **A Revolução Do Haiti: Um Estudo De Caso (1791-1804)**. Ameríndia, ano 1, vol 1/2006.

²³¹*Ibidem*, p. 4

²³²*Idem*.

²³³*Idem*.

destacando as recorrentes conexões entre a política local e as questões nacionais nessas décadas de turbulência.²³⁴

Os impactos dos projetos emancipacionistas e autonomistas atingiam grande parte do público quando eram publicados em panfletos, mesmo com o alto grau de analfabetismo, como supracitado. É importante ressaltar que nas ocasiões em que demandava participação popular nas fileiras essas se davam através do intermédio de alguns grupos, sempre liderados pelo mandonismo local. No entanto, essa característica não era exclusiva do Brasil que aos poucos ia atingindo patamar de nação, assim como ocorreu na independência da América ibérica os periódicos e panfletos revolucionários continuaram desempenhando um papel primordial nas décadas subsequentes.

Obviamente, em algumas partes do Brasil a conquista e o conseqüente convencimento da população atingiram patamares mais elaborados, destaque para as regiões de fronteiras, a exemplo do “Rio da Prata, onde o choque de interesses foi mais visível”²³⁵. Esses choques levaram a uma indefinição de grandes proporções na Bacia Platina dando origem a uma verdadeira guerra civil ao qual repercutiu de forma direta na região sul do Brasil.

Situação que ainda no ano de 1810 chamou a atenção do jornalista e diplomata Hipólito da Costa:

A guerra civil, que nós sempre tememos na América Hespanhola, está effectivamente começada. A expedição, que sahio de Buenos Ayres contra o partido de Linieres, succedeo em prendello, e reduzio Cordova à obediencia da capital: este vencimento abre inteiramente a comunicação, entre Buenos Ayres, e a costa do Peru; he mui natural de suppor. Que as tropas mandadas a esta expedição, quando se recolherem, passem a attacar o territorio de Monte Video, cujo Governador se mantem na resolução de não obececer ao Governo de Buenos-Ayres. Esta operação trará a guerra para juncto das fronteiras do Brazil, por esta parte.²³⁶

As palavras ressaltadas pelo jornalista também nos ajudam a compreender um pouco da instabilidade política e diplomática registrada no Cone Sul, onde conflitos internos e externos eram sempre uma constante. Crescendo e constituindo-se naqueles arredores a população das províncias sulistas do Império já traziam engendradas características típicas do contexto bélico da região, onde a formação de milícias e a preparação para o manejo de armas

²³⁴ KRAAY, Hendrik. **Política racial, estado e forças armadas na época da independência**: Bahia, 1790 1850. São Paulo: Hucitec Editora, 2011, 417 p.

²³⁵ TOMÉ, Frederico Castilho. **Vamos à Guerra! As Representações da Guerra da Cisplatina na Imprensa do Rio De Janeiro (1825-1828)**. Doutorado do Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC/UnB.

²³⁶ COSTA apud TOMÉ. CB, nº V, de 11/1810, p. 564.

estavam sempre presentes. A expressão de Costa ressaltando que “*esta operação trará a guerra para juncto das fronteiras do Brazil*” é bastante esclarecedora nesse sentido.

Em todas as rebeliões registradas na época do Império os manuscritos estiveram presentes no convencimento da população, seja em forma de panfletos ou publicados em periódicos. Chegada ao Brasil em 1808, a imprensa escrita começa a tomar formas a partir dos anos 1830. Abordando as tendências do jornalismo no Rio Grande do Sul daquela época o sociólogo Francisco Rüdiger resalta que: “Não se constitui exagero afirmar que a imprensa foi o bastidor intelectual da Revolução Farroupilha. Nas páginas dos jornais se gestaram as ideias que radicalizaram o processo político e levaram ao movimento.”²³⁷

De acordo com Nelson Werneck Sodré (1999) a política era o principal fator motivacional para o surgimento e periodicidade dos jornais. A Revolução Farroupilha, na perspectiva de Sodré, surgiu nesse cenário e utilizava as publicações de panfletos em jornais para divulgar seus ideais, passando os revolucionários a comprar os jornais de seus fundadores, afim de obterem maior sucesso nessas divulgações. Ainda conforme o autor, o departamento mais importante da imprensa naquela época esteve ligado aos movimentos que surgiam e, em cada província, com as suas características, os periódicos revelaram resistência ao conservadorismo, denunciando aspectos das lutas políticas, marcando sua influência através de pregações, ideias e mobilizações de opiniões.²³⁸

Construído através de secções intituladas de manifestos, divulgando opiniões do governo e de articulistas convidados, comunicados, notícias, atas, correspondências, entre outros, os jornais trouxeram e deram grande respaldo para a Revolução. A título de exemplo, vamos citar o jornal *O Povo*, que em seu texto de abertura em 1º de setembro de 1838 traz em seu cabeçalho a denominação de “Prospecto”, apresentando a guerra como um aspecto positivo e necessário:

Quando se trata dos destinos da Patria, qualquer meio licito é santo, qualquer arma impunhada pelo valeroso que se oferece victima consagrada, he abençoada de Deos, que somente concede a palma da Victoria aos que insurgem firmemente resolvidos a obtel-a”.²³⁹

A partir desse fragmento do jornal percebemos a guerra como uma justificativa plausível, apesar de acarretar mortes e outros infortúnios. O amor pelo território local estava inserido na cultura daquele povo e esse apreço era notado nas atitudes, tudo em nome de uma ideologia. A respeito dessas atitudes Kathryn Woodward resalta que cada cultura possui

²³⁷ RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 1993, p. 15.

²³⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4 ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

²³⁹ Hemeroteca Digital. **O Povo**. Porto Alegre, 1838, ed 1. p. 1.

classificações de mundo e, a partir disso, são atribuídos sentidos e construídos significados diante das situações, fatores perceptíveis no trecho de abertura do jornal.²⁴⁰

Como podemos ver, análises de periódicos, apoiando, ou refutando os ditames governistas (seja provincial ou central), foi algo bastante comum em meados do século XIX. Na província da Paraíba, merece destaque o periódico *O Publicador*, propriedade do tipógrafo José Rodrigues da Costa. Em sua dissertação de mestrado, *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)*, Thayná Peixoto dissertou a respeito da trajetória de vida do mesmo, enquanto um importante produtor e difusor da cultura escrita na capital da Província: Parahyba do Norte. Na pesquisa, a autora atenta para as noções de culturas políticas e redes de sociabilidade, procedimento necessário para a identificação das relações sociais estabelecidas por Rodrigues da Costa, afinidades que foram responsáveis pela enorme difusão e sucesso obtido pelo periódico escrito na tipografia do Beco da Misericórdia.

241

Peixoto traçou os caminhos percorridos por José Rodrigues da Costa e sua família, de origem humilde, o tipógrafo procurou se relacionar com membros de famílias influentes na Província. Relações que passavam direto pelos laços de compadrio, a exemplo de tomar para ser padrinho de seus filhos pessoas que compunham à elite paraibana: guardas nacionais, proprietários de terras e funcionários de cargos burocráticos do Estado. Os padrinhos da filha Julia, por exemplo, eram os senhores José de Azevedo Maya e Dona Emília Margarida de Oliveira, em relação aos mesmos:

[...] foi possível localizar que o senhor José de Azevedo Maya era proprietário de uma loja de fazendas (tecidos, vestimenta) na Rua das Convertidas, em que aparecem inúmeros anúncios de seu estabelecimento comercial no jornal de seu compadre.²⁴²

Esses laços de compadrio se espriavam ainda mais com as multiplicações da rede social, comerciantes como o senhor Azevedo Maya tinha parentesco com o Barão de Marau, que foi vice-presidente provincial, assumindo o comando da mesma em 1867. A escolha por padrinhos influentes se repetiu quando da ocasião da filha mais nova de José Rodrigues da Costa: Joanna, nascida em abril de 1866. Tendo ficado órfão de pai muito cedo, apenas com

²⁴⁰WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 1º 15d. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 41.

²⁴¹ PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa – PB. UFPB, 2017, pp. 13-27.

²⁴²*Ibidem*, p. 46.

sete meses, a mãe de Joanna se cercou de pessoas próximas para batizar a filha, tomando como padrinho o Doutor Antonio da Cruz Cordeiro. Segundo Peixoto:

[...] a escolha do médico enquanto padrinho da jovem órfã de pai, Joanna, fora uma estratégia social inteligente por parte da mãe Joanna Maria do Rosário, já que havia ficado viúva há apenas um mês, e com uma criança ainda de colo, optou por um homem com distinção social e próximo á família.²⁴³

Em seu estudo, a pesquisadora ainda dá destaque aos nomes dos padrinhos dos sete filhos do casal José Rodrigues da Costa e Dona Joanna Maria do Rosário. Como nossa pesquisa não tem o intuito de analisar a vida da família não vamos enumerá-los, nos interessa apenas enfatizar que em todos os batizados os filhos do casal tiveram padrinhos influentes, o que demonstra o peso e a importância de seu periódico na Província. Costurando laços com membros das elites locais, inclusive com políticos, que se utilizavam das publicações dos jornais para convencer seus súditos e seguidores, basta observarmos que *O Publicador* trazia diariamente os expedientes burocráticos dos órgãos reguladores do governo provincial.

Não resta dúvida da importância de panfletos e outros manuscritos na função do convencimento da população para se engajar nas forças armadas que partiam para os campos de batalha. Estes foram utilizados pelo Estado e também por forças rebeldes no intuito de obterem sucesso para reforçar as fileiras, com grande influência em suas regiões de domínio, os chefes políticos não mediram esforços em manobrar o povo para atender interesses particulares. Assim como nos momentos das eleições, o clientelismo político dava as cartas nos períodos de guerras e rebeliões.

No entanto, esse fenômeno também encontrava divergência, nem sempre engrossar as fileiras era de total interesse desses chefes políticos. Com presença constante nas principais decisões tomadas na Província o mandonismo local na Paraíba não aceitou de bom grado o convencimento populacional e a iminente transferência de forças oriundas da Província para comporem as fileiras que migravam rumo a Bacia Platina (região onde os conflitos belicosos haviam se acentuado ao longo da década de 1860). E nesse cenário o papel da imprensa – entre eles do periódico *O Publicador* – tiveram uma grande importância, ao denunciar as arbitrariedades de inspetores de quartelões, de subdelegados, delegados e chefes de polícia envolvidos nos recrutamentos forçados dos filhos da Província, principalmente no período correspondente a Guerra do Paraguai.

²⁴³*Ibidem*, p. 47.

4.2 É PRECISO DEFENDER OS ALIADOS: COMO E QUEM RECRUTAR?

O recrutamento militar para as forças armadas não se trata de algo exclusivo do período imperial brasileiro, ao longo da história registra-se esse procedimento em território sou nações que se encontravam em campanhas militares, inclusive, nas duas grandes guerras do século XX (Primeira e Segunda Guerra Mundial). Entretanto, lançar mão do recrutamento nem sempre era fácil, tendo em vista o fato de esse processo afetar as bases políticas e sociais vigentes onde foi posto em prática.

Durante boa parte do século XIX, principalmente após o processo de independência em 1822, período em que o Brasil precisou tomar as rédeas de um Estado autônomo e forte, com a necessidade de manter uma estabilidade política e territorial o país enfrentaria vários reveses, de rebeliões internas a guerras externas. O clima de instabilidade e incertezas levaria o estamento governamental a tomar decisões e baixar decretos que sacudiria às bases políticas imperiais nas diversas esferas administrativas, da Corte até a mais distante Paróquia. Entre as mais variadas determinações tomadas na capital do Império estavam àquelas ligadas ao recrutamento militar para as forças armadas, que ganhavam mais fôlego na medida em que as campanhas militares tomavam contornos decisivos. Nesse subcapítulo, analisamos a situação do recrutamento militar na Paraíba no período da Guerra do Paraguai, ressaltando, no entanto, que o recrutamento para defender a pátria estava previsto na Carta Magna de 1824, que destacava quem recrutar e como as autoridades governamentais deveriam prosseguir nesse processo.

É bom lembrar que ao findar a década de 1820 o Império brasileiro estava envolvido na disputa pela Cisplatina, balançando a instabilidade do seu território nos arredores do Cone Sul, tendo seus últimos desdobramentos no ano de 1828 a Campanha deixaria um grande marco de fracasso e inoperância sob o Exército imperial. As consequências da guerra nas fronteiras do Sul atingiriam também, de forma negativa, o cenário político, inclusive com a abdicação do imperador em nome do filho em 1831.

Os anos seguintes trouxeram ainda mais instabilidade. O trono vazio na Corte (em razão do herdeiro ter apenas cinco anos de idade) e as incertezas ocasionadas pela falta de uma figura central no poder constituíram os principais motivos para as constantes inflamações das elites regionais por toda parte do Império. Aos poucos as revoltas foram se somando uma a uma, ameaçando a integridade do território, passados apenas cerca de 10 anos da proclamação da independência a fragmentação era iminente e uma posição deveria ser tomada

em medida de urgência. Para atender os ensejos dessas elites a Regência que governava o Brasil adotou algumas medidas que favorecesse os potentados locais, destaque para uma maior autonomia provincial e mais liberdades para os chefes políticos que compunham as esferas políticas nas paróquias.

Outra importante determinação tomada no período regencial foi à criação da Guarda Nacional em agosto de 1831. Auxiliar o Exército nas rebeliões internas e nas guerras externas estava entre as atribuições da Guarda, no entanto, a criação da instituição demonstra também o que estamos defendendo: caindo em descrédito na Campanha da Cisplatina o Exército brasileiro precisaria de uma segunda força que pudesse o auxiliar quando fosse preciso. Além disso, por não gozar de prestígio e espaço dentro do cenário político da época, o Exército poderia oferecer perigo aos governantes, caso se bandeasse para o lado dos revoltosos nas diversas rebeliões que se sucediam do Norte ao Sul do Império. Criando a Guarda Nacional, ao qual seria gerida pelos chefes políticos locais o alto escalão do Estado brasileiro instituía também uma milícia armada para defender seus interesse e privilégios quando necessitassem.

Figura 4: Fuzileiros da Guarda Nacional



Fonte: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/guarda_nac.html

Em meio a esse clima de instabilidade o recrutamento militar foi algo constante. A década de 1840 traria a maioridade do imperador e uma estabilidade maior para o Império, todavia, as rebeliões não cessariam por completo, voltando à tona com força nas províncias

de Pernambuco e Paraíba em fins da década. A Revolta Praieira (ou da Praia) como foi denominada foi apaziguada graças a habilidades e conchavos políticos empreendidos entre a elite regional das províncias que se levantaram em armas e o Governo Central, mas os próximos anos reservariam campanhas militares ainda mais longas e densas.

Ao longo da década de 1850 o Império brasileiro se embrenharia em conflitos que pareciam não ter fim com as repúblicas platinas, ensanguentando as coxilhas, testando as diplomacias e a força militar dos países vizinhos. As guerras no Cone Sul tinham como principais motivações as instabilidades políticas entre os territórios que compunham o antigo Vice-Reino da Prata, onde logo após a independência nas primeiras décadas do século XIX reinava intrigas e discórdias, esses impasses impactavam de forma direta nas relações diplomáticas e comerciais desses países com o Brasil.

Logo nos primeiros anos da década seguinte o panorama na região chegou a contornos de dramaticidade. Por muitos anos preenchendo um papel de Estado tampão (dividido entre argentinos e brasileiros) na América do Sul, o Estado Oriental do Uruguai constituiu o principal estopim das desavenças registradas naquele período. Motivados pela situação política e econômica na região os desacordos chamaram a atenção do governante paraguaio que já há alguns anos almejava uma saída para o mar visando o escoamento da erva mate, principal riqueza da República.

Diante de tamanha instabilidade política na região, Solano López percebeu a oportunidade para pôr em prática seu plano audacioso. A sanha conquistadora do governante levou-o a amadurecer a ideia e ao adentrar a década de 1860 ele tomou posicionamentos mais concretos, inclusive se opondo a invasão do Uruguai, onde quis arbitrar e interferir nos conflitos da região, posição que foi mal vista e mal interpretada pelas duas potências locais (Brasil e Argentina). No ano de 1864, López invade uma parte do território brasileiro, o lado Oeste da Província de Mato Grosso (antiga província do Itatim, pertencente aos espanhóis até 1817), poucos dias depois se dá a invasão de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde através do rio Uruguai os paraguaios comandados pelo Coronel Antônio Estigarríbia conseguem adentrar na Província por meio do Cabo de São Borja, marchando logo em seguida sobre Itaqui e Uruguaiana. É o estopim para a Guerra do Paraguai (1864-1870), último grande conflito bélico na região.

O cenário apresentado acima demonstra o quanto era necessário manter um Exército de prontidão no Brasil, cessadas as revoltas internas era hora de provar a hegemonia política no Cone Sul. Manter um Exército forte, equipado e preparado para entrar em campo a qualquer momento não era fácil para um país recém independente como era o caso do Brasil, por isso

ao estourar a Campanha do Paraguai à força de Primeira Linha imperial estava desfalcada e mal armada. Com o passar dos meses e o prolongamento do conflito a situação complicou-se ainda mais, as constantes baixas ocasionadas por ferimentos e doenças nos campos de batalhas preocuparam a classe política do Império, a saída foi apelar para o Corpo de Voluntários da Pátria. Todavia, os ensejos para se tornar voluntário logo perderiam força e o remédio foi uma intensificação sem precedentes no recrutamento militar para a composição das forças de Primeira Linha.

A constituição de 1824 trazia em seu capítulo 08º as prescrições em torno da força militar imperial. Conforme ressaltava no art. 145: “Todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos”.²⁴⁴ Sendo assim, o recrutamento estava previsto na constituição e pôr o mesmo em prática era uma obrigação das autoridades, cumpri-lo cabia a todos os brasileiros. Contudo, como ressaltado no segundo capítulo, angariar braços para suprir às baixas nas fileiras não era uma tarefa fácil para os representantes do Governo imperial, o processo do recrutamento sofreu resistências em todo o Brasil.

A aversão ao recrutamento militar, no entanto, não foi típica do período imperial, muito menos dos anos da Guerra do Paraguai, essa era uma situação que vinha de longa data. O Brasil herdava essa resistência do povo português, ao longo dos séculos por diversas vezes as forças armadas lusas sofreram com as negativas do seu povo em fazer parte das mesmas. Analisando a temática em Portugal do final do século XVIII, o pesquisador Fernando Dores Costa ressalta que:

No ano de 1796, a mobilização extraordinária de forças combatentes é urgente e a tarefa de recrutá-las vai ser entregue ao intendente geral de Polícia. Ao fazer essa atribuição, o próprio governo reconhece e consagra a falência do regime de recrutamento baseado na rede de ordenanças.²⁴⁵

Assim como a Guarda Nacional imperial as ordenanças portuguesas “constituíam um dos suportes fundamentais da estruturação das relações de poder a nível local”.²⁴⁶ No Brasil do século XIX o recrutamento era atribuição do Corpo Policial, todavia, quando as forças armadas necessitavam de um maior efetivo a Guarda Nacional era solicitada para prestar auxílio. Portanto, tratava-se de um esquema oposto ao que era registrado em Portugal no século anterior, considerando que as redes de ordenanças referidas por Costa consistiam numa

²⁴⁴ BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Carta de Lei de 25 de março de 1824.

²⁴⁵ COSTA, Fernando Dores. Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação. **Análise Social**, vol, XXX (130), 1995, pp. 121-155.

²⁴⁶ *Idem*

milícia armada com características e atribuições similares a Guarda Nacional imperial. Em Portugal, por muitos anos, o recrutamento coube as ordenanças, quando estas se mostraram ineficiente a Polícia assumiu a responsabilidade.

Ainda conforme Dores Costa:

O alvará de 24 de fevereiro de 1764 define regras gerais da acção de recrutamento: destina as áreas de levantamento de forças de cada regimento, condição básica de repartição equilibrada do ônus, e delimita as isenções, tentando precaver a extensão abusiva de um reconhecimento da utilidade económica e social de certas actividades. Esta é, uma das dimensões fundamentais do problema do recrutamento. Há privilégios inerentes à qualidade (ou seja, à preeminência social) dos indivíduos e que recaem também sobre os seus subordinados. Outros têm a sua justificação na referida utilidade económica da actividade desenvolvida. Contudo, nem o recrutamento pode ser avaliado pela lei, nem as ordenanças pelas tarefas que lhes estão conferidas.²⁴⁷

Recrutar com bases em regras não foi uma exclusividade da segunda metade do século XVIII. Isenções e privilégios com fundamentos socioeconômicos atravessaram os tempos em estados e nações onde vigoraram o processo, características que resplandeciam também nas atividades e obrigações das autoridades que compunham as milícias armadas. Analisando a cidadania e o recrutamento militar no Brasil imperial Regina Helena de Faria destaca que:

Na letra de lei, o recrutamento, isto é, o alistamento forçado para as tropas profissionais, seria o recurso utilizado quando o número dos alistados voluntariamente não alcançasse a demanda decretada pelo Governo. Na prática, como o serviço militar no Exército e na Marinha era repudiado e temido, o recrutamento era a forma corriqueira de suprir de homens essas duas forças armadas, sendo executado de maneira arbitrária, penalizando os pobres livres e libertos.²⁴⁸

Os limites e as garantias de cidadania concedida pela Constituição de 1824 encontram-se no Título VIII dessa Carta, que trata “Das Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Cívicos e Políticos dos Cidadãos Brasileiros”. O Art. 179 ressalta trinta e cinco disposições, visando garantir a inviolabilidade dos direitos cívicos e políticos dos cidadãos brasileiros, tendo por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade. Trata ainda de questões ligadas a liberdade de pensamento e de credo, da residência ser o asilo inviolável do cidadão, do direito de ninguém poder ser preso sem culpa formada, exceto em flagrante delito.²⁴⁹ Todavia, a alínea 10 desse artigo deixa brechas para as arbitrariedades do recrutamento militar. A mesma preceitua que:

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 122.

²⁴⁸ FARIA, Regina Helena Martins de. Cidadania e recrutamento militar no Brasil império. XXIX Simpósio de História Nacional, contra os preconceitos: **História e Democracia**, p. 06.

²⁴⁹ BRASIL. **Constituição de 1824**. Art. 179.

O que fica disposto acerca da prisão antes da culpa formada não compreende as Ordenanças Militares, estabelecidas como necessárias à disciplina e recrutamento do Exército, nem os casos que não são puramente criminais, e em que a lei determina todavia a prisão de alguma pessoa, por desobedecer aos mandados da justiça, ou não cumprir alguma obrigação dentro de determinado prazo.²⁵⁰

As prisões para as Ordenanças Militares foram uma constante nos anos de efetivas campanhas no Império, fossem elas internas ou externas. Durante a década de 1860 esse processo alcançou altos índices, devido a Campanha do Paraguai, como supracitado. Conforme as determinações das Instruções de 10 de julho de 1822, que regulamentavam o alistamento nas tropas regulares no Brasil estavam sujeito à prestação do serviço militar todos os homens livres e solteiros com idade entre 18 e 35 anos. O processo do recrutamento deveria ser realizado “sem detrimento das Artes, e Navegação, Commercio, e Agricultura, fontes da prosperidade publica”, devendo compreender apenas os “indivíduos, que por nenhuma publica ocupação, ou legal industria, viveiros de criminosa occiosidade, só lhes servem de impedimento”.²⁵¹

É importante ressaltar, que embora as Instruções determinassem que todos os homens livres e casados, com idade entre 18 e 35 anos, estivessem aptos ao serviço nas forças armadas, elas também resguardavam, em alguns pontos, as estruturas familiares, assim como a produção, protegendo o universo do trabalho livre. Do ponto de vista da estrutura familiar ficavam isentos os filhos únicos de viúvas, desde que fossem encarregados da subsistência das mesmas; os irmãos mais velhos de órfãos, desde que fossem os responsáveis por sua criação, educação e subsistência; os filhos únicos de lavradores e, no caso destes ter mais filhos, eles tinham o direito de escolher um para auxiliá-lo na agricultura, o qual ficava isento do recrutamento; e os homens casados de comportamento condizente com sua situação.²⁵²

No que diz respeito aos níveis de estruturas de produção e economia, nas Instruções encontram-se isentos os feitores e administradores de fazendas com mais de seis escravos, pescadores, marinheiros, canteiros, grumetes, carapinas, caixeiros das casas de comércio—grosso trato, três indivíduos; de segunda ordem, dois e nas de pequena ordem, um — arraes efetivos de embarcações que conduziam mantimentos e outros gêneros e para concluir, estudantes aplicados em seus estudos.²⁵³

²⁵⁰*Idem.*

²⁵¹ BRASIL. **Ministério da Guerra.** Instrução de 10 de julho de 1822.

²⁵²*Idem.*

²⁵³BRASIL. **Ministério da Guerra.** Instrução de 10 de julho de 1822.

Ao longo de todo o século XIX encontramos nos periódicos da Paraíba pedidos dos familiares, acompanhados dos despachos do Governo Provincial. Esses contêm em seu teor aspectos ligados ao recrutamento militar nos diversos recantos do território paraibano, a exemplo, de pedidos de dispensas por variados motivos, uns atendidos pelo Estado, outros não. Nos anos da Guerra do Paraguai essas solicitações aumentavam, o risco iminente de serem enviados para o front no Cone Sul reforçavam os pedidos enviados aos representantes do Governo. Os motivos alegados para esses pedidos são variados, desde ser pai de família, filho único, responsável pela segurança alimentar da casa, ou mesmo possuir isenções do recrutamento.

Ficar isento do serviço militar no Brasil durante a Campanha do Paraguai era um privilégio para poucos. Todavia, na Paraíba, naquele mesmo período, as famílias, correligionários, amigos e membros dos potentados políticos locais eram detentores de vários privilégios, entre eles, ficar imune ao recrutamento. Essas imunidades eram adquiridas por meio de alianças e redes entre a elite local e os representantes do Governo Central na Província, essa mesma elite também costurou conchavos para dificultar esse processo, o principal deles constituía-se na subida de seus membros para preenchimento de cargos burocráticos, desde inspetores de quartelão a Presidente da Província, passando pelos Chefes de Polícia e Comandantes Superiores da Guarda Nacional.

Em outubro de 1865, o periódico, *O Publicador*, trazia o expediente do Governo Provincial da Paraíba referente ao dia 18 daquele mês. Em seu ofício, o presidente Felizardo Toscano de Brito se dirigia ao Chefe de Polícia com o seguinte teor:

Dando sciencia a V. S. de que nesta data mande pôr em liberdade o recruta de nome Joaquim Pedro de Mello, a quem se refere o seu officio nº 1060, de 11 do corrente, remetido pelo delegado do termo do Ingá, por ser casado com filhos e viver maritalmente, **tenho a recommendar a V. S. que faça sentir ao subdelegado do Umbuzeiro que deve cohibir-se de recrutar pessoas que se acharem em taes circumstancias, processando aquelles que porventura tenham commettido algum crime, pois não é o recrutamento meio legal de punição dos criminosos.**²⁵⁴(Grifo nosso).

De acordo com o Presidente, no termo de Umbuzeiro, Agreste da Província, o subdelegado estava processando os criminosos com o recrutamento para o serviço militar, prática que não era recomendada em lei. Imagino que o representante do Estado assumia essa posição sob influência dos potentados, por certo, o amputado não estava sob proteção

²⁵⁴ Hemeroteca Digital. *O Publicador*. Parahyba do Norte, 18 de outubro de 1865, p. 23.

clientelística desses, por sua vez, os chefes políticos locais intermediava para que o criminoso seguisse para o Exército em tempos de Guerra.

No mesmo expediente, Toscano de Brito ressalta ao Chefe de Polícia:

Communico a V. S. para sua intelligencia e fins convenientes, que nesta data expeço ordem para ser transferido do quartel do destacamento da guarda nacional para a cadeia desta capital o individuo de nome **Paulino Marcelino de Oliveira, que tendo sido preso no termo de Independencia para o recrutamento, deve para ali regressar afim de ser processado pelo respectivo delegado** por crime de espancamento praticado na pessoa de um soldado do destacamento daquelle lugar.²⁵⁵ (Grifo nosso).

Também podemos notar na fala do Presidente, que tanto no caso de Umbuzeiro como no que diz respeito a Paulino Marcelino de oliveira na vila de Independência, a preocupação era a mesma: preservar os criminosos em prisões da Província. Ser recrutado para o serviço militar no Império brasileiro a partir de 1865 significava envio quase certo para o front no Paraguai, porém, na Paraíba, a elite local se movimentou para barrar esse processo, os casos apresentados acima demonstram esse fato.

Em fevereiro de 1866, *O Publicador* trazia em sua coluna de noticiários um fato acontecido no termo do Ingá. Vejamos:

O Sr. José de Brito Jurema em uma justificação, em que juraram somente vervelhos, incluídos aquelles aos quaes se attribuiu haverem comprado a soltura, e despena do recrutamento, e com um abaixo assignado de pessoas grados do mesmo partido, em número de 15, destruiu cabalmente tudo quanto contra sua reputação tem dito o celebre correspondente do Pilar para o Jornal da Parahyba. **Apesar dos meios, de todas as especies, empregados, como comsta da mesma justificação, para obrigar aquelles indivíduos o confirmar o que a respeito d'elle disse o correspondente, nada poderam obter os inimigos políticos do Sr. Jurema. Taes são os meios dignos, e honestos, empregados para disconsiderar a situação, e as auctoridades, assim como os homens honestos.**²⁵⁶(Grifo nosso).

Leal aos ditames adotados pelo Governo da Província o periódico saía em defesa de Jurema, ao mesmo tempo em que atacava o *Jornal da Parahyba*, ferrenho adversário na imprensa paraibana. Se o senhor Jurema realmente comprou a dispensa do recrutamento (o que era bastante comum na época) o *Publicador* tratou de abafar a situação para não causar a discórdia da população da Província com os governantes, desmentindo não só o jornal adversário, como também os inimigos políticos daqueles que comandavam a Paraíba.

Esse não foi o único caso de discórdia que encontramos envolvendo os dois jornais da Província. Em abril de 1867, *O Publicador* atacava novamente o *Jornal da Parahyba* e o teor

²⁵⁵ Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, 18 de outubro de 1865, p. 22.

²⁵⁶ Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, 27 de fevereiro de 1866, p. 23.

da investida outra vez seria o recrutamento militar na Província. Conforme o periódico governista:

O “Jornal da Parahyba”, por mais que reina os materiaes á sua disposição, só confirma as banalidades de que se serve contra o governo do Exm. Sr. Dr. Americo, e contra o partido liberal que o apoiou, e sustenta, a bõa situação de ambos, a justiça, a moralidade, e prudência com que se portarão S. Exc. o referido partido. **Quanto as parcialidades do recrutamento e do contingente de guerra basta ver, que S. Exc. suspendeu os capitães Francisco Luiz Nogueira de Moraes, e João Cavalcante Tavares de Mello, submettendo-os a conselho de disciplina, por opporem embaraços as ordens do governo sobre a remessa do contingente de guerra, para se avaliar da sem razão do “Jornal da Parahyba”.** S. Exc. ao contrário, do que diz este jornal, não só ordenou as autoridades policiaes que deixassem de recrutar nos batalhões que tinham completado seus contingentes, como que por todos os meios a seu alcance enviou auxilios aos respectivos commandantes para a captura dos designados. S. Exc. teve tantas atencões para com os batalhões que souberão comprehender seus deveres e se portaram com patriotismo, que como viram todos, dispensou do aquartelamento o 1º da Capital, que por sem duvida é digno dos maiores elogios. E onde está pois a parcialidade do Exm. Sr. Dr. Americo? O recrutamento foi e é feito com todo escrupulo e o proprio “Jornal da Parahyba”, se não fõra caprichoso e desconhecido, o confessaria. O exemplo citado do recruta Manuel de Oliveira do Nascimento é a melhor prova da falta de motivos para as accusações desse jornal contra o Exm. Sr. Dr. Americo. Não foi provado que Nascimento era casado e vivia maritalmente com sua mulher, porque o vigario nada podendo certificar, deu um attestado, e bem sabem todos que casamento se prova com certidão do livro de assento das freguezias. No entanto nunca appareceu a mulher de Nascimento, reclamando-o, e não só o subdelegado, que o recrutou, como outras pessoas, accusão Nascimento de um famoso ladrão de cavalos.²⁵⁷ (Grifo nosso).

Governava a Província naquele período o paulista Américo Brasiliense de Almeida Melo, membro do Partido Liberal, ele fazia parte da ala de políticos imperiais que defendiam uma aproximação cordial entre liberais e conservadores. O *Jornal da Parahyba* ao denunciar a parcialidade do Presidente diante do recrutamento aponta uma situação que foi corriqueira na Paraíba ao longo dos anos da Guerra do Paraguai, o ataque ao Dr. Américo nos leva a imaginar que partiu de algum potentado político local insatisfeito com os rumos que a política tomava na Província.

Quanto ao caso do recruta Manoel de Oliveira do Nascimento, que tentou em vão se livrar do fantasma do recrutamento nos mostra mais uma vez como as eleições estavam imbricadas de interesses, onde as redes políticas locais se movimentavam para defender seus correligionários. Nascimento não teve a mesma sorte que muito paraibanos tiveram naquele período, e o fato dele não conseguir se livrar das mãos dos recrutadores demonstra que ele estava do lado opositor dos representantes do Governo Central na Paraíba. As rivalidades

²⁵⁷ Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, abril de 1867, nº 1383, p. 25.

da época das eleições resplandeciam em todos os setores no cotidiano do cidadão paraibano, no momento do recrutamento não era diferente.

No pleito eleitoral de 1864 ocorreram motins na freguesia de Cabaceiras, Cariri da Província. Em expediente de 15 de setembro daquele ano o presidente Sinval Odorico de Moura dirige-se ao juiz de paz da referida freguesia:

De posse de seu officio de 8 do corrente, em que Vme. me êxpoz as occurrencias que ahi se derão no pleito eleitoral, e motivarão a sua retirada e de dous membros da mesa parochial por vme. organizada, a qual em informa, por um dos juizes de paz da freguezia de Natuba, tenho em resposta a dizer-lhe que trato de averiguar os factos constantes do seu dito officio para resolver a respeito o que for de lei.²⁵⁸

Infringir a ordem e a lei em nome dos interesses locais constituiu algo comum ao longo de todo o período imperial, não foi típico de Cabaceiras e muito menos do interior da Paraíba. Em todos os seus ditames e posicionamentos os representantes do governo contaram com o apoio da imprensa, nesse sentido, na Paraíba, *O Publicador* foi um grande sustentáculo, defendendo e se portando do lado legalista. Dessa forma, estabelecia-se uma estratégia em detratar os periódicos oposicionistas, caso do *Jornal da Parahyba*, citado nos exemplos acima.

Em um balanço crítico sobre a historiografia da imprensa periódica nas primeiras décadas do século XIX, o professor Marco Morel destaca que:

Para um melhor dimensionamento do estudo da imprensa na primeira metade do século XIX é instigante compreendê-la como um dos mecanismos que transcendiam a palavra impressa, como: pertencimento às sociabilidades (institucionalizadas ou não), lutas eleitorais e parlamentares, exercício de coerção governamental, movimentações nas ruas, mobilização de expressivos contingentes da população, recursos à luta armada (através de motins, rebeliões, etc.) e, sobretudo, formas de transmissão oral e manuscrita tão marcantes nas sociedades daquela época. A compreensão da imprensa do início dos oitocentos sob essa ótica indica, portanto, um circuito no qual a palavra impressa estava inserida e não uma espécie de papel sagrado ou exclusivamente ‘elitista’, já que seus conteúdos podiam relacionar-se de forma dinâmica com a sociedade, apesar dos diferentes públicos a que cada periódico podia pretender alcançar, o que se verifica por certa variedade de linguagem, estilo e preço.²⁵⁹

Assim como ocorreu na época da Independência, a imprensa exerceu um papel fundamental na campanha para a conciliação da política imperial imprimida após 1853 por Paraná, como ressaltado no tópico 4.1. O mesmo podemos afirmar no que consiste aos apelos e pedidos de voluntários da pátria nos anos de baixas no Exército imperial nos campos de batalhas paraguaios, onde a imprensa a todo momento instigou o cidadão brasileiro ao

²⁵⁸ Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, 19 de setembro de 1864, p. 24.

²⁵⁹ MOREL. Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, p. 01.

alistamento militar. Quando os apelos não surtiam o efeito esperado a solução era apoiar os representantes do governo no recrutamento forçado, encobrindo os aliados políticos e correligionários de quem estava no poder e atormentando o cotidiano dos adversários.

Nos tempos de pleitos eleitorais a situação não era diferente, os periódicos impressos assumiam seu papel de principal veículo de informação de massa, atingindo vilas e povoados. Como todos não eram alfabetizados as informações dos jornais circulavam de boca a boca, é bem verdade que a velocidade do conhecimento das mesmas não era grande, entretanto, elas chegavam a todos aqueles que almejavam ter conhecimento sobre as atitudes e os ditames tomados pelo Estado. É nessa perspectiva, que se engaja os posicionamentos dos periódicos, uns apoiando o Governo, outros o rebatendo, mas todos portando uma determinada posição.

Em novembro de 1866, o jornal *O Publicador* trazia um apelo do Governo Provincial. Dessa vez o mesmo faz referência a bravura do soldado paraguaio e as dificuldades enfrentadas pelo Exército na Guerra:

Somente a prolongação da guerra seria bastante a fazê-lo render-se, mas os nossos bravos também sofrem com ella, e desejam anciosamente voltar a seus lares, tendo acabado antes com aquelle poder funesto. **A patria chama mais alguns de seus filhos, o governo lhes oferece grandes vantagens, querendo evitar o odioso recrutamento forçado.**²⁶⁰(Grifo nosso).

Esgotados os ânimos patrióticos a força de Primeira Linha urgia por reforços, principalmente nas divisões da Infantaria que se encontravam bastante desfalcada pelo fogo da artilharia inimiga. Os anos entre 1866 e 1868 foram os mais cruéis da Campanha do Paraguai, período em que inúmeras batalhas travadas ao longo dos meses dizimavam rapidamente as fileiras. Esse fato motivou o engrossamento do recrutamento, na Paraíba nesse período constantes pedidos eram enviados aos representantes do Governo, seja as autoridades policiais fossem para os Comandantes de quartéis da Guarda Nacional.

No início de setembro de 1866, *O Publicador* trazia o apelo do presidente João José Inocêncio de Poggi, que se dirigia para o delegado da Capital pedindo urgência no recrutamento. Conforme Poggi:

Para cumprimento de instante recommendação do governo, determino a Vme. que com o maior empenho e actividade promova o recrutamento no termo de sua jurisdição, e bem assim a aquisição de Voluntarios da Patria, cujo alistamento ainda continua aberto com todas as vantagens do decreto n. 3371 de 7 de janeiro de 1865 e mais a gratificação de cem mil réis annunciada por edital da secretaria da presidencia de 30 de junho ultimo em virtude da lei provincial n. 191 de 31 de agosto também do anno passado; fazendo Vme. outrosim prompta

²⁶⁰ Hemeroteca Digital. *O Publicador*. Parahyba do Norte, novembro de 1866, nº 1261, p. 25.

remessa á mesma presidencia dos individuos, que assim fôr obtendo, como é de esperar do seu zelo e interesse pelo serviço publico. **Igual aos demais delegados e a todos os juizes municipaes da Provincia.**²⁶¹(Grifo nosso).

Como podemos perceber através do trecho destacado o Presidente endereçava o officio não apenas para o delegado da Capital, mas para todos os delegados e juizes municipais da Província, naqueles anos de penúria coube aos juizes auxiliar os delegados na empreitada. No início do ano 1867, o Presidente Américo de Melo se dirigia aos Comandantes Superiores da Guarda Nacional, o tom de apelação era o mesmo que tinha feito para os delegados. Vejamos:

Em consequencia de novas recommendações que acabo de receber do governo para a prompta remessa de individuos destinados ao serviço do exercito em operações contra a republica do Paraguay, **determino á V.S. que faça activar a apresentação das praças exigidas dos batalhões desse commando superior para semelhante fim, esperando no entanto a presidencia, que continua a ser exigido da guarda nacional e o seu patriotismo** será motivos mais que bastantes para o bom cumprimento desta ordem.²⁶² (Grifo nosso).

As práticas clientelísticas envolvendo o mandonismo local e os oficiais da Guarda Nacional emperraram o quanto puderam no recrutamento militar de cidadãos que compunham suas fileiras. Como a resistência era mais forte nos batalhões do interior da Província, encontramos no *Publicador*, vários officios que eram endereçados aos comandantes desses.

Em outubro de 1866, o periódico trazia o officio de Inocêncio de Poggi, no mesmo ele se dirigia ao Comandante do batalhão de Cuité. De acordo com ele:

Tendo-se recommendado a esse commando pelo officio de 18 de setembro proximo findo, a que se refere o de V.me. de 12 do corrente, apenas a apresentação de guardas nacionaes para contingente de guerra, parecem somente paleativos as ponderações, que me fez em o seu dito officio com referencia ao recrutamento, e pois, **de novo lhe recommendo a prompta remessa do numero de praças, que lhe foi exigido, fazendo punir com prisão os commandantes de companhias que o deixarem de auxiliar para semelhante fim, e cujos nomes me remettera.**²⁶³(Grifo nosso).

Não era só em Cuité, na divisa com a província do Rio Grande do Norte, que a Guarda Nacional adotava essa posição. Em janeiro de 1868, o presidente Inocêncio Seraphico de Assis Carvalho dirigia um officio ao Comandante do 10º quartel, localizado em Campina Grande. Segundo Carvalho:

Sendo conveniente organizar o batalhão n. 29 da guarda nacional da freguezia de Natuba, desse comando superior, creado por decreto de 30 de setembro ultimo, momento nas circumstancias actuaes, em que ha urgente necessidade de se

²⁶¹ Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, 07 de setembro de 1866, p. 36.

²⁶² Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, março de 1867, nº 1435, p. 23.

²⁶³ Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, 25 de outubro de 1866, p. 21.

completarem os contingentes que deve dar a guarda nacional, recommendo á Vme. que remetta quanto antes com sua informação a proposta que lhe foi apresentada pelo tenente-coronel commandante do dito batalhão, da qual já existe uma copia na secretaria desta presidencia.²⁶⁴

Seja em Natuba ou em Cuité, Campina Grande ou na Capital, o recrutamento forçado foi de encontro ao clientelismo político vigente nos municípios, vilas e paróquias paraibanas. Com isso os ditames do Governo Central encontraram uma grande barreira para concretizar-se, seus próprios representantes tiveram que barganhar com o poder local para conseguir governar, as falas supracitadas, por exemplo, demonstram toda a pressão política advinda da Corte. Encurralados entre as duas esferas de poder restaram aos presidentes que se sucederam no cargo na Paraíba apelar para os comandantes de batalhões, chefes de polícia, delegados e subdelegados. A publicação dos expedientes diários em um jornal legalista, exemplo do *Publicador*, tinha a missão de auxiliar o Presidente, demonstrando para a população provincial e para os superiores na Corte que os esforços empreendidos em torno do recrutamento não cessaram, sendo uma constante, inclusive na Guarda Nacional. Todavia, despachos, atas, ofícios e outras documentações referentes às instâncias burocráticas na Paraíba durante esse período comprovam o contrário.

4.3 A GUARDA NACIONAL E O ALISTAMENTO DE VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA PARAÍBA ANTES DA GUERRA DO PARAGUAI

Período de constantes buscas por recrutas, diante dos rumos que a guerra tomava no Sul no início de 1865, a necessidade em robustecer as forças imperiais tornou-se cada vez mais iminente, afinal, a estratégia do conflito mudara de lado (passara da defensiva para a ofensiva) e as novas estratégias militares exigiam maior empenho e dedicação por parte do Imperador. Conforme ressalta Doratiotto:

Aprisionado o *Marquês de Olinda* e iniciado o estado de hostilidades do Paraguai em relação ao Brasil, o governo brasileiro, diante da necessidade de complementar o modesto efetivo do Exército, considerou, em primeiro lugar, a possibilidade de mobilizar a Guarda Nacional. [...] os guardas nacionais resistiram a cumprir a tarefa que se lhes pedia e, para atender às exigências bélicas do Império, foram criados os Voluntários da Pátria²⁶⁵.

²⁶⁴ Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, 25 de janeiro de 1868, p. 28.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 264.

Segundo o Imperador a situação pedia urgência e perspicácia. No documento decretado pelo mesmo em 07 de janeiro daquele ano fica evidente a situação de clamor vivenciada pelo país:

Attendendo ás graves e extraordinárias circunstancias em que se acha o paiz, e a urgente e indeclinavel necessidade de tomar, na ausencia do Corpo Legislativo, todas as providencias para a sustentação, no exterior, da honra e integridade do Imperio, Tendo Ouvido o Meu Conselho de Ministros, hei por bem decretar [...].²⁶⁶

O trecho citado acima compreende as palavras introdutórias do Decreto nº. 3.371, que “crêa Corpos para o serviço de guerra em circunstancias extraordinarias com a denominação de – Voluntarios da Patria -, estabelece as condições e fixa as vantagens que lhes ficão competindo”²⁶⁷. Logo em seu primeiro artigo o decreto institui alguns parâmetros, como a função que deveriam ser exercidas pelos Corpos e o estabelecimento das idades dos voluntários.

Dos quinze artigos que compunham o decreto, alguns chamavam a atenção por suas riquezas de detalhes e de prescrições, a exemplo do 6º. capítulo que traz o seguinte preceito:

Os voluntários terão todas as regalias, direitos e privilegios das praças do Exercito para serem reconhecidos Cadetes ou Particulares, sem que por isso percão as vantagens do art. 2º, e possão ser promovidos a Officiaes quando se distinguirem. Os que tiverem direito a ser reconhecidos Cadetes ou Particulares, poderão usar logo dos respectivos distinctivos até se proceder aos Conselhos de Direcção e Averiguação, quando o Quartel General o faculte; ficando dispensados da apresentação de escriptura de alimentos.²⁶⁸ (Grifo nosso).

Direitos que os voluntários poderiam conquistar com bravura. Todavia, as destrezas nem sempre eram suficientes, numa época em que variados interesses imperavam nas alianças sociais e políticas, seladas nas paróquias e freguesias de onde eram naturais essas relações valiam mais do que a própria audácia e valentia do praça em campo de batalha. Relações que em boa parte vigoravam antes mesmo de 1865. Nesse subcapítulo analisamos os conchavos políticos na Província da Paraíba antes dos decretos de janeiro daquele ano, enfatizando os pedidos e despachos dirigidos pelo mandonismo local para os representantes do Governo imperial. No limiar dessas solicitações estavam os membros de uma instituição ao qual o Presidente da Província mantinha contatos constantemente: a Guarda Nacional. Espoleta dos potentados locais a milícia cobrava dos chefes políticos favores prestados em algumas ocasiões, o acesso ao fardamento (tão caro na época), juntamente com a liberação e a dispensa do serviço ativo era um dos pedidos mais solicitados.

²⁶⁶ **Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865.** Página 5 Vol. 1 pt I (Publicação Original).

²⁶⁷ *Idem*

²⁶⁸ *Idem*

No artigo 9º, do documento de 07 de janeiro, encontramos direitos aos quais os voluntários poderiam usufruir, a exemplo do fato dos empregos públicos em igualdade de habilitação com qualquer outro indivíduo. Dentre todos os artigos esse possui uma característica peculiar: o endereçamento dos empregos públicos para indivíduos oriundos de classes populares, salvo raras exceções, essa era uma garantia apenas para aqueles vindos das classes mais abastadas ou com fortes e próximos laços com famílias detentoras do poder local. Além do emprego público, é importante ressaltar que o artigo ainda trazia referência à igualdade de habilitações perante a quaisquer outros indivíduos (esses outros seriam exatamente aqueles advindos das classes abastadas). Entretanto, apesar da prescrição trazida pelo artigo é importante fazermos uma observação: esses indivíduos raramente ascenderiam a qualquer cargo público sem que gozasse da proteção clientelista de algum chefe político local.

Ainda merece menção o art. 11º do Decreto, esse faz alusão as marcas e aos símbolos de heroísmo que o voluntário poderia trazer junto a si para o resto da vida:

[...] os voluntarios de que trata este Decreto trarão no braço esquerdo uma chapa de metal amarello com a Corôa Imperial, tendo por baixo as seguintes palavras – Voluntarios da Patria -, da qual poderão usar mesmo depois da baixa²⁶⁹. (Grifo nosso).

Para muitos constituiu sinônimo de grande orgulho e patriotismo, pois carregar tal medalha significava para os ex-combatentes o reconhecimento em ter se engajado de forma voluntária para pelejar no front quando o dever patriótico os convidou. Todavia, em muitos casos, nem mesmo a chapa de metal com a rubrica *Voluntarios da Patria* foi suficiente para angariar braços para as fileiras em sua plenitude. Todo o reconhecimento e futuros aplausos poderiam não valer a renúncia a vida simples e tranquila em que conviviam no seio familiar ao longo do imenso território imperial. Sentar praça de voluntário significava ainda à renúncia as atividades agropecuárias cotidianas, o que não era nada aconselhável, tendo em vista que o ganha-pão da maioria da população brasileira na época assentava-se na base do trabalho e da economia no campo.

Engajada nesse cenário, a Paraíba representou um verdadeiro empecilho para as pretensões e ditames políticos advindos do Governo da Corte. Gestores desses interesses na Província os representantes da instancia centralizadora tiveram que barganhar o envio de voluntários, recrutas e guardas nacionais para os conflitos travados no Sul. Mesmo antes de ser baixado o decreto nº 3.371, os conchavos travados com os chefes políticos locais já tinham

²⁶⁹*Idem.*

seus embates, prova que as divergências e rixas políticas não eram exclusivas da época do recrutamento para a Guerra do Paraguai, embora estejamos de acordo que elas se acirraram nesse período.

Em abril de 1864, o periódico paraibano *O Publicador* trazia em seu número despachos do expediente do Governo provincial referente ao dia 31 de março do corrente ano. O recrutamento aparecia entre o assunto abordado, como nesse ofício endereçado ao chefe de polícia:

Determinando o aviso do ministério da guerra de 5 do corrente mez, que se proceda ao recrutamento com a maior actividade, afim de ser supprido o exercito do pessoal necessário, visto como se tem de conceder baixa á grande numero de praças, que concluirão o tempo de serviço, a que erão obrigados, cumpre que V. S. expeça as convenientes ordens neste sentido ás autoridades policiaes, recomendando-lhes a maior moderação no uso de semelhante autorisação, e que procurem em todo o caso recrutar individuos robustos e sadios maiores de 18 e menores de 40 annos, e que não tenham em seu favor alguma isenção legal; fazendo sentir, outrosim, ás mesmas autoridades, que serão responsaveis por qualquer abuso no cumprimento desta ordem.²⁷⁰ (Grifo nosso).

No primeiro semestre daquele ano o ministério da guerra já previa um possível conflito ao longo das fronteiras platinas (previsão presumível devido ao acirramento nos diversos desentendimentos diplomáticos registrados no decorrer dos anos na região). Por essa razão, o presidente Felizardo Toscano de Brito recorria com esmero ao chefe de polícia provincial com o intuito de ampliar o serviço no recrutamento. Além disso, a fala do mesmo faz referência às baixas que deveriam ser concedidas a algumas praças naquele momento. Essas baixas apesar de serem efetuadas, sem sombra de dúvidas, não causariam uma consequência grave e acentuada a ponto de comprometer a segurança pública e a ordem interna.

Outra questão importante era o procedimento das forças policiais nos recrutamentos, onde instruídos pelos representantes imperiais os recrutadores davam prioridade a aqueles que estivessem em idade apropriada e isentos de proteção legal. Além disso, não era recomendado qualquer forma de abuso de poder no cumprimento de tal tarefa. Ao contrário do sugerido, essas forças policiais sofreriam a intervenção do mandonismo local, a influência desempenhada pelos chefes políticos inviabilizaria qualquer forma de recrutamento daqueles que eram membros ou contassem com a proteção direta ou indireta destes.

A prática da proteção nos termos do clientelismo constituiu um método recorrente em todas as províncias ao longo de todo o período imperial brasileiro. Contudo, na Paraíba, esse

²⁷⁰Hemeroteca Digital. Expediente do Governo Provincial. **O Publicador**. Parahyba do Norte, ano III - 31 de março de 1864, p. 34.

processo encontrou uma resistência mais efetiva devido aos conchavos e as tramas políticas empreendidas e costuradas na província ao longo das décadas. O próprio Felizardo Toscano de Brito era membro do mandonismo paraibano, sendo um político que gozava de grande prestígio na província nos idos dos anos 1850-1860, por esse fato sua fala dirigida ao Chefe de Polícia, onde recomendava uma maior efetividade na caçada por recrutas trazia aspectos carregados de mera praxe e formalidade.

Nesse aspecto, a fala do Presidente pode ser tomada como uma estratégia que serviria para acalmar os ânimos políticos na Província, frente aos representantes do Governo Central. Por outro lado, a recomendação do mesmo alertando para uma maior moderação no uso das forças no momento do recrutamento também não era em vão, se a primeira fala dirigia-se aos representantes do Governo da Corte, esta última pretendia atingir os chefes políticos locais, seja um grande proprietário de terras, fosse um deputado provincial ou geral, que representava os interesses destes em qualquer uma das casas legislativas.

Os movimentos do clientelismo e os conchavos políticos com o intuito de dificultar o recrutamento na Paraíba não constituíram algo exclusivo dos anos 1860. Todavia, é nessa década que eles se tornam mais efetivo e visível, consequência direta do acirramento nos desentendimentos diplomáticos e o risco iminente de guerra nas fronteiras do Sul do Império (como supracitado). Na mesma edição de *O Publicador* encontramos diversas referências a pedidos de licenças militares, de liberação e de soltura quando aprisionados por consequência do recrutamento.

Nesse sentido, alguns despachos do Governo provincial chamam à atenção, a exemplo do requerimento n.º. 310 atribuído a João Fagundes dos Santos, “soldado do corpo policial, pedindo 15 dias de licença com vencimentos para ir á cidade de Mamanguape”²⁷¹. No despacho seguinte, requerimento de n.º. 311, atribuído a Anna Maria da Conceição, a questão é mais complexa, trata-se de uma solicitação “pedindo que se mande pôr em liberdade a João Pedro da Trindade, preso para o recrutamento: “Não tem lugar o que requer a supplicante, podendo o soldado, a quem se refere, effectuar o casamento, obtida a licença do respectivo commandante”²⁷².

Os dois despachos possuem o mesmo intuito quanto à estratégia do governo frente ao mandonismo. No despacho do primeiro requerimento o presidente concedeu de imediato a licença, no segundo ele não procedeu pelo mesmo caminho, para sua liberação o suplicante deveria obter licença do Comandante, não ficando claro se era de polícia ou do batalhão ao

²⁷¹ *Idem.*

²⁷² *Idem.*

qual o indivíduo já estava compondo. Novamente essa questão nos faz pensar na força demandada pelo clientelismo naquele cenário, a rapidez com o que se deu a liberação do primeiro requerente poderia dever-se ao fato dele pertencer aos aliados políticos do presidente em Mamanguape, como também a solicitação de 15 dias de licença pode ter pesado sobre a decisão por trata-se de um período breve.

A solicitação de liberação pedida em nome de João Pedro da Trindade trazia contornos mais complexos em diversos aspectos. Em seu despacho o presidente não concedeu a soltura de imediato, mas também não a negou, deixando a decisão final a cargo do Comandante a quem o recruta já se encontrava subordinado, fazendo-nos pensar que o mesmo não contava com proteção clientelista, ou que poderia tratar-se também de uma retaliação, ou mesmo acirramentos eleitorais. Também é importante ressaltar que esse pedido era para se casar, o que por si só já dificultaria no processo de recrutamento do indivíduo, tendo em vista o fato de que o sujeito casado gozava de certa proteção frente ao recrutamento, o que trazia mais complexidade para tal.

A retaliação, ou acirramentos eleitorais (citados acima) constituiu uma prática recorrente em meados de 1864 na Paraíba. No relatório de Felizardo Toscano de Brito, em maio de 1864, o presidente alerta para a luta renhida travada por ocasião das eleições recentes:

Havendo a camara dos srs. Deputados annullado as eleições das freguezias da Jacoca, Pilar, Ingá e Arêa, conforme foi áprezidencia participado por aviso do ministerio do imperio de 27 de fevereiro, tem ali de proceder-se á novas eleições. **Essas freguezias, como todo o primeiro districto, acabarão de sustentar, por ocasião das ultimas eleições geraes, uma luta renhida, na qual os partidos procuraram medir suas forças, e disputar o triumpho.**²⁷³(Grifo nosso).

Ele também ressaltava as razões das disputas e medições de forças presentes no pleito eleitoral, de acordo com o mesmo, as eleições:

Ficaram, como era natural, inimizados, ódios, e rancores, que só a mão do tempo tem força para diminuir e acabar; e por isso entendi que não devia expedir ordem para ser logo feita a eleição nas mesmas freguezias, afim de que V. Exc. pudesse deliberar á respeito. Teve lugar á 27 de março, assim no primeiro, como no segundo districto, a eleição para membros da assemblea provincial. A camara da capital já procedeoá apuração da eleição do primeiro, e ainda não consta officialmente que o mesmo fizesse a de Pombal á respeito da eleição do segundo. Essa eleição, que havia sido marcada para o dia 21 de fevereiro, foi por acto de meu antecessor de 4 do mesmo mez adiada para a ultima dominga de março; mas não chegando em tempo ás freguezias de Piancó e Catolé as ordens expedidas, succedeo que fosse feita naquelles lugares no dia primitivamente designado, segundo consta de comunicação official.²⁷⁴ (Grifo nosso).

²⁷³ BRASIL. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba.** Em que o Exm Sr. Dr. Felizardo Toscano de Britto passou a administração para o Exm. Sr. Dr. Silval Odorico de Moura, 18 de maio de 1864. Parahyba: Typografia Liberal Parahybana. - Rua Direita n°. 102. 1864, p. 06.

²⁷⁴*Idem.*

Todas essas inimizades e rancores impactavam de forma direta no processo do recrutamento que cada vez mais mostrava sinais de acirramento, a ponto de o Governo provincial tomar algumas medidas para dificultar o processo. O jornal *O Publicador* trouxe em sua edição do dia 11 de abril de 1864 o expediente do governo, nele o presidente Toscano de Brito se dirige ao Chefe de Polícia com a seguinte ressalva:

Constando-me que se tem feito recrutamento nos lugares de feira e nos mercados publicos, cumpre que V.S. **espeça quanto antes as mais terminantes ordens ás autoridades policiaes, prohibindo que em taes lugares sejam feitas prisões para o recrutamento**, principalmente naqueles individuos, que são conductores de gêneros alimenticios para o mercado.²⁷⁵ (Grifo nosso).

Quanto mais se instigava a caçada a recrutas mais os conchavos e as relações políticas do presidente precisavam de maior empenho. Afinal, a condução de um membro do mandonismo local e chefe político ao cargo mais alto da província (caso de Toscano de Brito), não se dava por acaso, ela tinha a pretensão de inibir o quanto pudesse o fantasma do recrutamento em tempos difíceis para a Província.

Pelejar num conflito armado distante de sua terra natal realmente não estava nos planos dos paraibanos. Nessa perspectiva, o primeiro semestre de 1864 foi bastante movimentado na questão de pedidos de dispensas de recrutas e isso se dava sem dúvidas devido à ocupação da presidência da Província por um chefe político local. *O Publicador*, na segunda feira, 06 de junho, trazia os despachos do governo do dia dois do corrente mês e nele continuamos notando essa preocupação.

É importante ressaltar que naquela data Toscano de Brito não ocupava mais a presidência da Paraíba, cujo titular era o maranhense Sinval Odorico de Moura. No entanto, ele continuava exercendo uma forte influência nas decisões políticas seguidas na Província e bastante atento aos procedimentos tomados em torno do recrutamento. Em ofício remetido ao Chefe de Polícia o novo presidente ressalta:

Remetto a V. S. o incluso requerimento documentado de Maria Rita do Espírito Santo, pedindo a soltura de seu filho de nome Manoel Vicente Tavares, que fôra preso com destino ao recrutamento, para que, examinando escrupulosamente a veracidade do facto de ser elle o unico arrimo da supplicante, **segundo atesta, por lhe constar, o vigario interino da freguezia de Mamanguape, me habilite a dar a essa pretensão o deferimento que for de justiça.**²⁷⁶ (Grifo nosso).

²⁷⁵Hemeroteca Digital. Expediente do Governo Provincial. **O Publicador**. Parahyba do Norte, ed. 481. Ano III – Segunda-feira 11 de abril de 1864, p. 35.

²⁷⁶Hemeroteca Digital. Expediente do Governo Provincial. **O Publicador**. Parahyba do Norte, ed. 527. Ano III – Segunda-feira 6 de junho de 1864, p. 40.

Para a resolução desse pedido o presidente recorreu à outra instância ao qual gozava de bastante prestígio no Brasil desde a época da Colônia: a Igreja. Essa constituía uma instituição que chegava aos arredores mais longínquos, onde o Estado e seus representantes muitas vezes não conseguiam ir, preenchendo por esse intermédio um papel de fundamental importância entre o povo e os interesses governamentais e burocráticos do Império. Em tempos de efetivo recrutamento a igreja não hesitaria em cumprir essa tarefa, não sendo diferente na Paraíba dos anos 1860, onde na freguesia de Mamanguape o vigário intermediaria os interesses de Maria Rita do Espírito Santo para que a mesma pudesse livrar o único filho do recrutamento para as forças armadas.

Apesar de uma interferência importante, como foi a do vigário, à soltura de Manoel Vicente Tavares deve-se a outro fator que sem dúvidas também foi utilizado nesse processo: as tramas políticas com o mandonismo local. Esse tipo de relação constituía a principal e a mais utilizada estratégia para impedir o envio de um recruta para o serviço militar, embora a igreja também dispusesse de poder, ele não era suficiente sem o aval de um chefe político.

Se no caso envolvendo populares notamos toda essa resistência, isso não era nada quando analisamos as falas dos governantes presentes nos jornais referindo-se aos abusos praticados no recrutamento de guardas nacionais. *O Publicador*, em sua edição de 13 de junho de 1864 trazia os despachos do governo referentes ao dia nove do corrente mês, em ofício remetido ao Chefe de Polícia percebemos essa preocupação por parte do presidente:

Em vista do que representa o commandante superior da guarda nacional dos municipios do Ingá e Campina Grande, em officio de 2 do corrente, por copia junto, recommendo a V.S. que providencie no sentido de evitar os abusos commettidos pelas autoridades policiaes no recrutamento dos guardas nacionaes do 9º. batalhão. Outrosim, me informe V.S. o motivo por que está preso o cabo da guarda nacional Antonio José da Silva, a que se refere o officio.²⁷⁷

Por tratar-se de um membro de uma instituição de considerável poder simbólico como era o caso da Guarda Nacional, sua prisão deveria ter uma justificativa ao alcance por parte do Chefe de Polícia. Em casos como esses poderia o guarda está sendo vítima de uma perseguição por parte do chefe político local, ou mesmo sofrendo as consequências de uma desordem cometida pelo mesmo. Não tivemos acesso à resposta do Chefe de Polícia, entretanto ela foi rápida, tendo em vista que no expediente do dia onze o presidente já dava o seu veredicto:

²⁷⁷Hemeroteca Digital. Expediente do Governo Provincial. **O Publicador**. Parahyba do Norte, ed. 533. Ano III – Segunda-feira 13 de junho de 1864, p. 25.

Sciente por seu officio n. 372, de hontem, do que consta nessa repartição ácerca do preso Antonio José da Silva, tenho a recommendar a V.S., que opportunamente me dê conta do resultado do processo, que contra elle está sendo instaurado pelo crime de ferimentos graves, como declarou o delegado do termo do Ingá no officio, que lhe devolvo, com a justificação dada em favor do accusado perante o respectivo juiz municipal.²⁷⁸

A edição do mesmo periódico, datada de uma terça feira 28 de junho, também do ano de 1864 traz os despachos do Governo provincial, nele notamos a ocorrência de algo similar. Em officio dirigido ao Chefe de Polícia o presidente Odorico de Moura ressalta que:

Cumpre que V. S., ouvindo o respectivo subdelegado, me informe o que consta nessa repartição acerca da prisão do guarda nacional Manoel José de Farias, que foi preso para o recrutamento no districto de Alagoa Grande.²⁷⁹

Em despacho do mesmo dia, o presidente dirige-se ao comandante superior do quartel de Areia, ao qual o batalhão de Alagoa Grande estava subordinado. Em sua fala faz referências ao citado guarda:

Em resposta ao seu officio n. 22 de 15 do corrente, representando sobre a prisão de guardas nacionaes do districto de Alagoa Grande com destino ao recrutamento, tenho a dizer a V.S. que o guarda nacional, que não estiver devidamente qualificado, pode ser aproveitado para o serviço do exercito; e quanto a Manoel José de Farias, que, segundo me declara, está fardado e tem isenção do recrutamento, passo a providenciar convenientemente a respeito de sua prisão.²⁸⁰

A resposta do presidente ao comandante superior do quartel de Areia estava imbuída de um ponto considerado crucial para a Guarda Nacional durante os tempos do Império: a lealdade dos milicianos a instituição. Conforme ressalta André Fertig, “o Exército era o destino para muitos guardas nacionais que resistiam ao serviço ativo na milícia”²⁸¹. Pois, esta trazia toda uma representação simbólica e de prestígio, havendo uma diferença considerável entre fazer parte do Exército de primeira Linha e a Guarda Nacional.

Em uma província marcada pela presença constante de relações políticas, como era o caso da Paraíba, as prisões de guardas nacionais em meados de 1864 (a exemplo do registrado no distrito de Alagoa Grande) no leva a imaginar algumas conjecturas que possa explicar esse

²⁷⁸Hemeroteca Digital. Expediente do Governo Provincial. **O Publicador**. Parahyba do Norte, ed. 533. Ano III – Terça-feira 28 de junho de 1864, p. 38.

²⁷⁹*Idem*.

²⁸⁰Hemeroteca Digital. Expediente do Governo Provincial. **O Publicador**. Parahyba do Norte, ed. 533. Ano III – Terça-feira 28 de junho de 1864, p. 56.

²⁸¹ FERTIG. op. cit, 2010, p. 298.

embaraço. Primeiramente, ressaltamos o papel político e clientelista engendrado no limiar da formação miliciana, o que nos leva a pensar que na freguesia do referido distrito as rédeas da política estavam nas mãos de famílias opositoras aos chefes políticos com os quais os guardas presos mantinham alianças e relações. Cenário, portanto, totalmente desfavorável para aqueles que se encontravam encarcerados, uma vez, que a própria prisão dos mesmos poderia tratar-se de uma retaliação do grupo que se encontrava no poder aos seus opositores políticos.

Segundo, essas prisões poderiam tratar-se de uma aversão conjunta dos guardas nacionais ao serviço ativo na milícia, em tempos de iminência de um conflito armado no Sul à plena atividade na instituição poderia significar o envio para os campos de batalha. Na fala de Odorico de Moura percebemos referência ao fato do guarda Manoel José de Farias está fardado, levando-nos a pensar que os milicianos se encontravam presos devido a resistência a utilização da farda da instituição, o que por consequência seria uma afronta ao Estado imperial.

Analisando a utilização da farda como representação do Estado imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, Fertig observa que: “O guarda nacional se diferenciava do restante da população pelo uso do uniforme. Por esse motivo, o não uso da farda pelos milicianos qualificados indicava que eles não estavam assumindo sua condição de guarda nacional”.²⁸²

Regrada pela legislação oficial do Estado a utilização da farda demandava toda uma questão simbólica, inclusive com mudanças de planos oficiais de uniformes:

Tanto o uniforme da Guarda era e deveria ser uma representação do Estado imperial, que sua utilização era regrada pela legislação oficial. A milícia teve, ao longo do Império, três planos oficiais de uniformes instituídos através de legislação. O primeiro foi oficializado por meio de decreto, em 23 de dezembro de 1831, relacionado à lei de criação da Guarda Nacional, de 18 de agosto de 183; o segundo, pelo decreto número 957, de 18 de abril de 1852, logo após a lei de centralização de 19 de setembro de 1850; e o terceiro plano, através do decreto 5.573, de 21 de março de 1874, em razão da lei de 10 de setembro de 1873, que trouxe nova reformulação à milícia. Ou seja, houve alteração das normas sobre os uniformes naqueles momentos em que ocorreram alterações legislativas expressivas quanto ao caráter da milícia.²⁸³

Essas alterações não ocorriam por acaso, além de acompanhar as modificações legislativas ocorridas no aspecto burocrático da Guarda Nacional o uniforme da milícia representava igualmente o período e o clima político vivido no Império brasileiro ao longo

²⁸² FERTIG. op. cit, 2010, pp. 297 – 298.

²⁸³ *Ibidem*, p. 299.

das décadas em que a Guarda de forma paulatina ia atingindo feição mais política do que militar.

O ofício número 22 ainda ressalta a situação de Manoel José de Farias (preso na cadeia de Alagoa Grande). Segundo o presidente da Província ele possuía isenção frente ao recrutamento, levando-nos a imaginar que o mesmo possuía prole, ou mesmo que, diferentemente dos outros guardas do Distrito, Manoel estivesse amparado pela proteção do chefe político local. Se considerarmos que os demais milicianos estavam sendo enviados para o recrutamento por falta de disciplina, como a não utilização da farda, percebemos que o caso do Guarda distinguia dos demais, pois o mesmo estava fardado, e talvez por esse fator sua prisão tivesse um tratamento mais conveniente, e diferenciado.

Por todos esses fatores, não restam dúvidas que o fardamento militar constituía um aspecto de relevante preocupação para o Governo imperial. Estudando a indumentária da Guarda Nacional (1831-1852), Adilson Almeida ressalta que “entre todos os tipos de uniformes são os militares aqueles que sempre chamaram mais a atenção”.²⁸⁴

Além disso, a indumentária da Guarda estampava a estrutura da milícia e, obviamente, a diferenciação social que a milícia carregava com ela própria. Tendo em vista que:

Ao reunir numa corporação hierarquizada os cidadãos assim definidos – como proprietários – a Guarda Nacional consolida esta cidadania. Possuir farda é o traço que distingue o cidadão ativo. As paradas, revistas e exercícios demonstram a posição destes cidadãos para os demais componentes da sociedade ao mesmo tempo que materializam a própria estrutura da sociedade, na medida em que evidenciam, por um lado, a exclusão dos que são considerados ‘não cidadãos’ e ‘cidadãos não ativos’ e, por outro, as diferenças existentes no interior da própria categoria dos cidadãos ativos.²⁸⁵

A utilização da imprensa na época, por parte dos presidentes de Província na Paraíba não tinha a missão apenas de favorecer, ou dificultar no processo do recrutamento. Analisando alguns periódicos percebemos, igualmente, uma notável preocupação em torno do fardamento para as forças armadas. *O Publicador*, em sua edição de 12 de março de 1864, traz o expediente do Governo provincial referente ao dia nove do corrente mês, onde o presidente Felizardo Toscano de Brito envia ofício ao presidente da Província de Pernambuco Domingos de Sousa Leão (Barão de Vila Bela), solicitando urgentemente fardamentos para o corpo de guarnição:

²⁸⁴ ALMEIDA, Adilson José. **Uniformes da Guarda Nacional (1831-1852): A Indumentária na Organização e Funcionamento de Associação Armada**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 1999.

²⁸⁵ RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins Et al. **A Guarda Nacional do Rio de Janeiro: 1831-1918**. Rio de Janeiro: PUC - RJ, 1981, n.5, p. 16.

Para ser satisfeita a requisição que acaba de fazer-me o coronel commandante dos corpos de guarnição desta provincia, vou solicitar de V. Exc. a expedição das convenientes ordens, afim de ser com urgencia para aqui remettido o resto do fardamento, que por aviso do ministério da guerra de 6 de julho do anno passado se mandou fornecer ao mesmo corpo pelo arsenal de guerra dessa.²⁸⁶

Essa remessa de fardamentos, solicitada a Província vizinha não foi suficiente para atender todos os ensejos dos corpos de guarnição. Tendo em vista o fato de que em dezembro do mesmo ano o secretário interino recorreu ao comendador Francisco Alves de Souza Carvalho para que este providenciasse uma nova leva de fardamentos que iria atender os corpos da Guarda Nacional e de Voluntários da Pátria. De acordo com o secretário:

A maneira satisfactoria por que Vme. se encarregou de mandar fazer o fardamento preciso para a guarda nacional do destacamento de guerra e voluntarios da patria, leva-me a incumbil-o de novo do fornecimento de 600 fardêtas, 600 calças e 200 embornaes de brim, 200 cobertores de lã, 200 bonets pelo figurino approved para os ditos voluntarios, e 200 pares de sapatos, de marca maior e **de melhor qualidade, que os que vierão de Pernambuco com semelhante destino.** Confio que Vme. continuará a prestar-se nisso com a mesma bôa vontade e promptidão com o que o tem feito sempre que esta presidência ha reclamado seus serviços.²⁸⁷ (Grifo nosso).

Analisando a fala do secretário percebemos ao menos dois detalhes importantes. Primeiro, o figurino que fosse preparado para os voluntários era diferente dos que seriam aparelhados para os guardas nacionais, uma vez que, cada força tinha suas peculiaridades, inclusive simbólicas. O segundo aspecto que notamos, refere-se à excelente qualidade dos fardamentos preparados a cargo do comendador, melhor dos que foram enviados de Pernambuco há alguns meses atrás, afirmação ao qual confirmava que as divisas vindas da província vizinha só se davam em caso de extrema necessidade.

É bom ressaltar que a preocupação em torno dos fardamentos não era exclusividade da Guarda Nacional, embora a indumentária desta recebesse uma atenção especial pela importância e simbologia que a instituição significava para o Império. Em sua terceira edição, datada de meados de 1860, o *Diário de Pernambuco* traz a preocupação do presidente da província de Pernambuco, sua fala girava em torno da diferenciação nos fardamentos de um batalhão de infantaria:

Satisfaça Vme. ao que se exige no aviso, junto por cópia, expedido pelo ministerio da guerra em 16 de novembro último acerca **das diferenças, que se encontram entre as peças de fardamento remettido para o 7º. batalhão de infantaria estacionado na província da Bahia.**²⁸⁸(Grifo nosso).

²⁸⁶ Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, 12 de março de 1864, p. 40.

²⁸⁷ *Idem*.

²⁸⁸ Hemeroteca Digital. **Diário de Pernambuco**. Recife, III edição, maio de 1860, p. 76.

Que essa diferenciação era um fato, ninguém discute. Ela perdurou por quase um século de vigência da Guarda Nacional, e foi ainda mais acentuada no início da segunda metade do século XIX, tendo em vista, ter sido nesse período que a milícia atingiu patamares de uma instituição valorosa e quase uma exclusividade das elites. Tanto no Sul, como no Norte do Império, ser membro da mesma não era um privilégio de muitos, aqueles mais humildes só gozariam de ser qualificado para a Guarda com uma indicação valorosa de um potentado político local.

Gozando de pompa e de privilégio, adquirir a indumentária da milícia não era para todos, uma vez que a confecção do fardamento estava condicionada ao pagamento de uma determinada quantia. Além disso, o fardamento era capaz de modificar toda a visualização sobre aqueles que a vestia, constituindo um verdadeiro sinal de cidadão sério e honrado, membro participante da cidadania brasileira.

Gestos e pompas em torno da milícia eram algo bastante comum na época do Segundo Reinado, devido a todo o status adquirido pela Guarda Nacional, pois:

Estar fardado era, a rigor, no contexto da sociedade brasileira do século XIX, sinal de adesão ao Império e aos seus valores de nacionalidade, respeito à hierarquia e à ordem, entre outros, bem como uma maneira de se distinguir do restante da população que não possuía ‘qualificação’ para tal. A farda relacionava-se, portanto, para quem era qualificado, ao ato de assumir uma identidade: a de cidadão-soldado na defesa do Brasil imperial.²⁸⁹

Além do respeito à hierarquia e à ordem “ao vestir a farda, o guarda nacional estava assumindo um compromisso com a nação, simbolizada, através da vestimenta, em respeito à hierarquia e defesa da ordem, entre outros valores estimados pelo Império”.²⁹⁰ Na Paraíba, a situação da Guarda não diferia das demais províncias em relação aos privilégios gozados pela instituição. Conjuntura que proporcionava ainda outras vantagens, tendo em vista que por ter seus quartéis fincados numa Província onde os conchavos políticos tramados com os potentados locais davam às cartas, oferecia à milícia a possibilidade de atender seus interesses com mais facilidade.

Entretanto, no que diz respeito à oferta de fardamentos o cenário não era diferente, com solicitações, reclamações, cobranças de dívidas e ressarcimentos, tanto da parte do Governo, como do lado daqueles que compunham a Guarda Nacional. Na sessão ordinária,

²⁸⁹ FERTIG, op cit, 2010, p. 297.

²⁹⁰ *Ibidem*, p. 296.

realizada no Parlamento Geral (Câmara dos Deputados) em 26 de fevereiro de 1864 encontramos referência a esses casos:

O pessoal do corpo parece excelente, na sua mór parte, porém resente-se muito da falta de instrução, até mesmo nas causas mais triviaes, inherentes a seus deveres. – os guardas da primeira companhia, numero setenta e seis e d' cavallaria numero deseseis, representão, que pelo corpo lhes forão fornecidas, varios artigos de fardamento, e que, por ordem do respectivo commandante lhes foi descontada de seus vencimentos a importancia de taes objectos.²⁹¹

Cobranças que se davam devido às dificuldades para a obtenção do fardamento. No entanto, é importante ressaltar que a carência de fardamentos não se dava apenas na milícia, o mesmo estendia-se para as outras forças armadas, como podemos observar na fala dos diversos representantes do Governo da Província, oficiais e praças das forças armadas. Na verdade, a se basear por algumas publicações de historiadores, ao longo das décadas os trajes militares, bem como sua indumentária constituíam razões para preocupação no Brasil desde a época da Colônia. No início dos anos 1950, José Wash Rodrigues publicaria a obra *Trajes Civis e militares em Pernambuco durante o domínio holandês*, onde tece comentários sobre as gravuras do pintor holandês Franz Post. Segundo Rodrigues, nas gravuras de Post é possível identificar todas as peças da indumentária, caracterizando-as em indumentária índia, negra e branca.²⁹²

As preocupações citadas por Rodrigues dizem respeito aos aspectos relacionados à indumentária dos trajes militares. Apesar de não encontrarmos referências ao modo de como eram obtidos esses fardamentos é possível que já na época da invasão holandesa no Brasil existisse toda uma burocracia para adquirir à farda, a julgar pelo modo de como era organizada às milícias, já com forte apadrinhamento e comandados por latifundiários, características similares a segunda metade do século XIX, embora os ditames e a burocracia do governo na época da Colônia fossem menos centralizados.

Vivenciando um período onde os conflitos armados no Sul poderiam estourar a qualquer momento, os representantes imperiais na Paraíba iniciaram toda uma movimentação na busca pelo fomento e por um maior zelo na organização das forças armadas que compunha o plantel na Província. No expediente do Governo, do dia 03 de maio de 1864, o presidente Felizardo Toscano de Brito, em ofício endereçado ao inspetor de tesouraria da fazenda provincial ressalta que:

²⁹¹ **Parlamento Geral (Câmara dos Srs Deputados)**. Sessão em 26 de fevereiro de 1864.

²⁹² RODRIGUES, José Wash. **Trajes Civis e militares em Pernambuco durante o domínio holandês**. Recife, Arquivo de Estado, 1951.

Em vista do incluso documento em duplicata, mande V.S pagar ao capitão encarregado do deposito de artigos bellicos Francisco do Rego Barros Falcão, a quantia de 563.000 contos de \$rs., por elle dispendida com a condução da repartição d' alfandega para o quartel do corpo de guarnição, de quinze caixões com fardamento para o mesmo corpo.²⁹³

Ofícios dessa natureza foram bastante comuns ao longo de toda a década de 1860, indicando que a fazenda provincial aumentara os custos com uma melhor organização dos corpos de segurança na província. Na fala do presidente, notamos ainda a importante contribuição financeira do capitão Francisco do Rêgo Barros Falcão, apoio este que significava também a boa relação do mesmo com o Governo provincial.

No cruzamento de fontes não conseguimos encontrar a verdadeira identidade do citado capitão, muito provavelmente, era pertencente da família Rêgo Barros de Pernambuco, verdadeiros clãs na política da província vizinha e do Império, de uma forma geral. No jogo e conchavos da política de alianças as relações com famílias de diversas províncias eram bastante comuns, sem dúvidas essa era a dinâmica dos Brito da Paraíba com os Rêgo Barros de Pernambuco nos idos daqueles anos, isso explicaria o fato de um dos seus descendentes está exercendo um importante cargo nas forças armadas paraibana.

Em ofício remetido ao inspetor do tesouro provincial, datado do expediente de 20 de agosto de 1864, o presidente Sinval Odorico de Moura ressalva que:

Para os devidos pagamentos devolvo a Vme. as inclusas liquidações de peças de fardamento vencidas por diversas praças do **corpo policial**, que me forão remetidas com officio dessa inspeccoria, n. 239 de 17 de agosto corrente, recommendando-lhe entretanto as necessarias providencias por sua parte em ordem a ser a fazenda convenientemente indemnizada do alcance em que pelas mesmas liquidações se achão os de nomes Pedro Dias da Motta, Florencio Ferreira da Silva, José Barnabé Pula e Manoel Ignacio Soares.²⁹⁴ (Grifo nosso).

Nesse ofício, além da referida confusão e desencontro em torno do pagamento correspondente ao fardamento, percebemos também que o mesmo se referia a indumentária pertencente ao corpo policial, demonstrando que a prática de cobranças e ressarcimentos por parte da fazenda provincial estava longe de ser restrita apenas a Guarda Nacional. Em tempos de conchavos políticos e de práticas clientelistas bem tramadas, muitas vezes esses pagamentos e indenizações ficavam a cargo dos chefes políticos locais, a quem competia

²⁹³ Arquivo Histórico Valdemar Bispo Duarte. **Ofício endereçado ao Inspetor de Tesouraria da Fazenda**. Cx. 046.

²⁹⁴ Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, 23 de agosto de 1864, p. 28.

inclusive, uma tarefa de suma importância na garantia da segurança individual e de propriedade.

Ainda em 1864 a situação do fardamento continuava preocupando o presidente da Província, tendo em vista que no dia 05 de setembro a secretaria do tesouro provincial publica o Edital n.º 09. Em tom de zelo pelo erário público, o mesmo ressalta: “contractar-se-ha no dia 15 do corrente com quem por menos fizer para o corpo policial, e para os recrutados, o fornecimento das seguintes peças de fardamento”:²⁹⁵

Quadro 9 - Fardamentos para forças armadas da província da Paraíba conforme o Edital n.º 09

Equipamentos	Para o corpo Policial	Equipamentos	Para os recrutados
Capotes	140	Bonets de panno azul	20
Bandas de lã	02	Gravatas de sola	20
Gravatas de sola	05	Jaquetas de brim	20
Divisas	02	Calças de dito	20
Casacos de panno	68	Camisas de dito	20
Calças de dito	70	Pares de sapatos	20
Bonets	55	-	-
Jaquetas	173	-	-
Calças de dito	173	-	-
Camisas	173	-	-
Pares de caturnos	09	-	-
Ditos de sapatos	333	-	-
Bonets de panno azul	20	-	-
Gravatas de sola	20	-	-
Jaquetas de brim	20	-	-
Calças de dito	20	-	-
Camisas de dito	20	-	-
Pares de sapatos	20	-	-

Fonte: Arquivo Histórico Valdemar Bispo Duarte. **Edital N.º 9- Secretaria do Tesouro Provincial em 5 de setembro de 1864.** Manoel Simplício Jacome Pessoa (Oficial das Forças Armadas da Província da Parahyba).

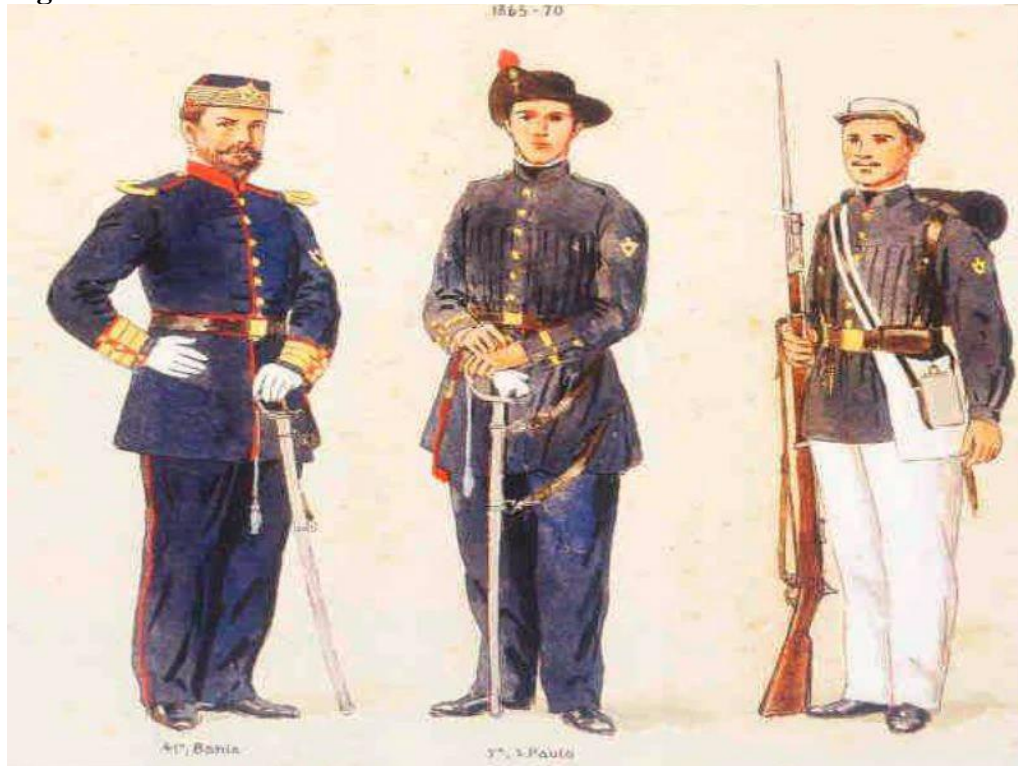
Esse ofício demandava emergência e deveria ser atendido com celeridade, tendo em vista o fato que o oficial ainda acrescenta que “quem o pretender poderá apresentar naquella dia, até a uma hora da tarde do mesmo, a sua proposta em carta fechada com a sua firma e de seu fiador”²⁹⁶. A julgar pelos dados do quadro, percebemos que os investimentos do Governo provincial estavam voltados para dá prioridade aos fardamentos do corpo policial, o que

²⁹⁵Arquivo Histórico Valdemar Bispo Duarte. **Edital N.º 9- Secretaria do Tesouro Provincial.** 05 de setembro de 1864. Manoel Simplício Jacome Pessoa (Oficial das Forças Armadas da Província da Parahyba).

²⁹⁶Arquivo Histórico Valdemar Bispo Duarte. **Edital N.º 9- Secretaria do Tesouro Provincial.** 05 de setembro de 1864. Manoel Simplício Jacome Pessoa (Oficial das Forças Armadas da Província da Parahyba).

demonstra o “desprezo” e a falta de atenção dada pelas autoridades da Paraíba aos recrutas que se dirigiam para as forças armadas, situação que se apresentava por ocasião do cenário de tramas políticas bem costuradas na Província para dificultar o processo do recrutamento.

Figura 5 - Uniformes dos Oficiais e soldados de diferentes batalhões de Voluntários da Pátria



Fonte: <https://tormentopabulum.wordpress.com/2013/11/17/voluntarios-da-patria/>

É importante lembrar que é por volta de 1864 que começa a se verificar na fala do presidente da Paraíba uma maior inquietação em torno da garantia na segurança e na ordem interna na Província. Como ressaltado no primeiro capítulo, essa preocupação, na verdade, tinha interesse e motivação política. A alegação de que a Província passava por um período de plena instabilidade na segurança e na ordem, e por esse motivo necessitava de um maior empenho do Presidente e dos representantes das forças armadas em torno da questão atendiam aos ensejos dos potentados políticos locais. Tratava-se de uma forma desses se dirigirem ao Governo Central com a argumentação de uma maior precisão e manutenção do corpo policial na Província.

Nesse cenário, o corpo de Polícia precisava ainda ser reforçado com o auxílio da Guarda Nacional em algumas freguesias e paróquias, tendo em vista o fato de o mesmo não conseguir enfrentar e combater os crescentes crimes registrados. Alegação que ficou mais contundente a partir do primeiro semestre de 1865, quando o Decreto n.º. 3.383, destacou os

guardas nacionais de todas as províncias do Império para marcharem rumo a Guerra do Paraguai, esse crescimento no número de crimes seria uma das formas de impedir esse envio em massa, uma vez sob custódia do mandonismo local.

Exercendo forte influência sobre a Guarda Nacional os grandes proprietários de terras, e conseqüentemente membros de famílias que controlavam a política na Província não enxergavam com bons olhos o envio de milicianos paraibanos para o conflito. Algumas razões estavam em jogo nessas tramas políticas que sacudiram a Província por boa parte do Segundo Reinado, tendo uma atuação mais efetiva ao longo da década de 1860. Entre essas estavam: primeiro, o fato de muitos membros da Guarda ser pertencentes a essas famílias; segundo, embora não descendesse direto das referidas famílias outros membros da milícia eram agregados e protegidos políticos dos grandes latifundiários. Impasse que por si só já dificultaria e chegaria até mesmo a inviabilizar o envio de guardas em massas para a Guerra no Sul.

Outro ponto que podemos destacar no quadro é o que diz respeito à totalidade de equipamentos que estavam sendo adquiridas para os recrutas aprisionados para serem enviados com destino ao front no mesmo conflito. O pequeno número de fardamentos levamos a pensar num ponto ao qual estamos abordando ao longo desse trabalho: a resistência enfrentada pelo recrutamento na província, onde o número de homens recrutados atingia uma pequena cifra. Nesse processo estavam também à presença constante do mandonismo local que em troca de voto, trabalho e outros favores prestavam assistência e proteção até mesmo a aqueles menos favorecidos na sociedade paraibana da época, dificultando e frustrando os planos dos representantes da Corte que cientes dessa situação procurava não ir contra os ditames desses potentados.

A julgar por alguns ofícios endereçados a algumas repartições administrativas da Província percebemos esse fato. No expediente do dia 25 de agosto de 1865, o presidente Felizardo Toscano de Brito se comunica com o Chefe de Polícia através de ofício. O mesmo ressalta que:

Para ser deferido, como for de justiça, remetto á V.S.o incluso requerimento de Margarida Josefina do Amparo dos Santos, viuva do 2º. Sargento do corpo de guarnição Antônio Luiz dos Santos, **pedindo o pagamento do fardamento que se ficou a dever a seu finado marido; podendo essa inspetoria para isso fazer abrir, se for preciso os caixões, que ahi se achão com os papéis do archivo do mesmo corpo.**²⁹⁷(Grifo nosso).

²⁹⁷ Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, ano IV, ed. 894, 25 de agosto de 1865, p. 23.

Essa fala do Presidente, apesar de fazer referência à justiça e de ter a pretensão de saldar a dívida pendente com o oficial, escancara uma problemática: o fato de o Estado passar meses e até anos para honrar seus compromissos com os oficiais e praças das forças armadas. Quando estes pereciam a situação complicava-se ainda mais, levando seus familiares a seguir custosos trâmites burocráticos na busca pelo ressarcimento que muitas vezes não era nem sequer atendidos.

Cenário similar era vivenciado nos diversos quartéis da Guarda Nacional. Através do documento n.º. 1762, também datado do dia 25 de agosto de 1865 o presidente pede que mande pagar o fardamento, e as etapas fornecidas aos recrutas da marinha e exercito, os quais tinham deixado de receber por falta de quota. O ofício foi endereçado ao inspetor da tesouraria provincial. Nele, podemos perceber a preocupação do presidente da Província quanto à reivindicação do comandante da milícia, onde novamente o pagamento de fardamentos era a principal pauta.²⁹⁸

Outro fato interessante, que pode ser notado, é a transferência de fardamentos da milícia para outras instituições das forças armadas, sinal de que apesar das dificuldades enfrentadas pela instituição ao longo daquele período a mesma dispunha de fardamentos que pudessem ser transferidos para outra instituição. Transferências que tinham como mentora, na maioria das vezes, as tramas e redes políticas engendradas ao longo de décadas de relações pessoais e troca de favores.

O cenário verificado na Província não era exclusivo, apesar de assumir algumas similaridades. Na Paraíba, a força do mandonismo local assumiu proporções de grande valia para toda a população da província, desde o grande latifundiário com representação política na Câmara provincial ou na Corte, até ao mais simples agregado que habitava com sua família um rancho na propriedade do chefe político.

A título de comparação, observamos a publicação do *Diário de Pernambuco* referente ao mês de dezembro de 1860. O jornal traz o expediente do Governo provincial do dia 26 do mês citado, durante a gestão do presidente Ambrósio Leitão da Cunha (Barão de Mamoré). Dirigindo-se ao diretor do arsenal de guerra o secretário do governo ressalta:

Remetto por copia a Vme. o aviso expedido pelo ministerio da guerra em 15 do corrente declarando ter-se expedido ordem para que **sejam enviados do arsenal de guerra da Bahia para esse 173 covados e uma terça de panno carmezim, que alli existem sem destino, e são proprios para fardamentos de praças de artilharia.**²⁹⁹ (Grifo nosso).

²⁹⁸Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Parahyba do Norte, ano IV, ed. 894, 25 de agosto de 1865, p.23.

²⁹⁹Hemeroteca Digital. **Diário de Pernambuco**. Recife, 26 de dezembro de 1860, p.56.

Como deixa claro o conteúdo do ofício, a artilharia pernambucana sofria da escassez de equipamentos e teria recorrido ao ministério da guerra para sanar essa carência. Por meio da fala do Secretário podemos deduzir também que, assim como na Paraíba, passava a artilharia de Pernambuco por um período de desorganização, demonstrando falta de interesse por parte do Estado para alguns setores das forças armadas, sendo o Exército um dos que mais apresentava necessidades. Quanto a pedidos, recorrências e apelações de oficiais solicitando e questionando pagamentos de dívidas, tratou-se de uma prática notada em todas as províncias do Império, método que demonstrava a morosidade da máquina pública do Estado e sua burocracia presentes em todas as administrações e instituições.

Em fins de dezembro de 1859, na província do Pará, o presidente Antônio de Coelho de Sá e Albuquerque dirige-se através de ofício:

Ao Commandante de Armas, enviando-lhe as contas dos objectos de fardamento, armamento e equipamento, que extraviarão os soldados do 11º. Batalhão d' Infantaria Marinho José do Rosario e do 3º. d' Artilharia apé Dionísio José dos Santos, para que faça cumprir a tal respeito o que determina o Aviso Circular do Ministerio da Guerra de 21 de janeiro de 1856.³⁰⁰

Não tivemos acesso ao Aviso Circular do Ministério da Guerra referido na fala do Presidente, entretanto o ofício trata de uma solicitação de ordem para o ressarcimento de fardamento extraviado de dois batalhões do Exército pertencente às divisões paraenses. Por meio de ofícios como esses percebemos relações litigiosas e de desacordos no interior dos batalhões, o que é importante percebermos é a preocupação em torno dos fardamentos, demonstrando que esses equipamentos tratavam-se de algo de difícil obtenção e de custo alto, além do mais representava a própria honra e glória das forças armadas imperiais.

Em expediente referente ao dia 07 de janeiro de 1860, o presidente dirige-se:

Ao Inspector do Thesouro Provincial, remetendo-lhe a conta da despesa feita com o fardamento das praças do Corpo de Polícia destacados na Villa da Cachoeira, para que mande satisfazer á sua importancia, ficando na intelligencia de que **o dito fardamento é para ser fornecido ás sobreditas praças em lugar do que se queimou na ocasião do incendio de uma casa da referida Villa, onde se achavão.**³⁰¹(Grifo nosso).

Ofícios como esse fizeram parte, quase sempre, de expedientes diários dos governos provinciais ao longo de todo o Império. Situação que tomou contornos de uma maior efetividade nos anos 1850-60, por ocasião, de uma maior organização das forças armadas diante de iminentes conflitos armados nas fronteiras Sul do Brasil, o que trazia toda uma

³⁰⁰ Hemeroteca Digital. **Gazeta Official**. Belém, ano III, n° 4. Quinta-feira 03 de janeiro de 1860, p. 27.

³⁰¹ Hemeroteca Digital. **Gazeta Official**. Belém, ano II, n° 4. Expediente do dia 07 de janeiro de 1860, p. 16.

preocupação dos governantes com essas instituições, nesse contexto, o fardamento constituía uma das principais inquietações.

Na província do Ceará, em expediente de 05 de fevereiro de 1861, a Secretaria da Tesouraria da Fazenda, remetia o seguinte ofício:

O Sr. inspector desta thesouraria manda fazer publico que, por vertude de ordem da presidencia, terá lugar no dia 13 do corrente mez a 1 hora da tarde a **arrematação de 10 caixões, vindos com armamentos , e peças de fardamento , as quaes existem no armazem de artigos bellicos.**³⁰²(Grifo nosso).

Arrematação que tinha como alvo principal oficiais de divisões militares, comandantes de armas, comandantes de guardas nacionais, chefes de polícia entre outros. Em pleno período de penúria e dificuldades financeiras, a arrematação constituiria uma estratégia no processo para adquirir fardamentos.

Em expediente do Governo provincial, referente ao dia 13 de fevereiro de 1865, o presidente do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira (Conselheiro Lafayette), em ofício dirigido ao Chefe de Polícia ressalta que:

Sendo conveniente que os – Voluntários da Pátria – sigam para a Côrte uniformizados, cumpre que V. S. **providencie no sentido de ser com urgencia fornecido a cada um dos referidos voluntarios uma fardeta e calça branca, bonet, chapa para o braço e mais peças de fardamento que for indispensavel,** devendo V. S. entender-se a respeito com o Commandante provisorio dos mesmos.³⁰³ (Grifo nosso).

Conselheiro Lafayette complementa sua fala ordenando ao referido Chefe que “mande V. S., sob minha responsabilidade, pagar os vencimentos dos – Voluntarios da Patria -, e mais despesas que se tiver com o respectivo fardamento”³⁰⁴. Por meio desses ofícios percebemos a preocupação do presidente da Província com a questão dos voluntários que se colocaram de prontidão para combater na Campanha do Paraguai, adesão recebida por intermédio do decreto 3.371 de 07 de janeiro daquele ano. Esse tipo de solicitação, com pedido de urgência e ordem expedida paulatinamente demonstrava o forte engajamento de voluntários registrados nos primeiros dias do decreto, situação que não encontramos na Paraíba onde a adesão foi bastante pequena.

Os primeiros meses da Guerra do Paraguai foram acompanhados de editais, ofícios e ordenamentos com pedidos e solicitações de fardamentos. Esses viriam a se constituir em equipamentos de suma necessidade para aqueles que faziam parte das diversas instituições das

³⁰² Hemeroteca Digital. **O Cearense**. Fortaleza, edição 1414, 05 de fevereiro de 1861, p. 06.

³⁰³ *Idem*.

³⁰⁴ *Idem*.

forças armadas imperiais, dirigindo-se para os acampamentos do conflito em tempos de escassez de braços no front.

Nessa perspectiva, os fardamentos estavam sempre na ordem do dia nas decisões tomadas por políticos e oficiais das forças armadas em todas as províncias. Apesar de termos abordado apenas algumas províncias do Norte (cenário em que a Paraíba estava engajada) essa foi uma situação recorrente ao longo daqueles anos.

O fato de termos lançado mão de fontes oriundas de outras províncias tem suas motivações. Apesar de estar engajada no mesmo cenário da Paraíba, o mandonismo local nessas províncias não aparece com tanta frequência nas decisões tomadas em torno dos fardamentos. O que não é de surpreender, tendo em vista que as tramas políticas na Paraíba estavam bem costuradas com os potentados locais que se movimentaram para dificultar o recrutamento militar e o consequente envio para a guerra de seus protegidos políticos. Em meio a pretensões políticas, com forte aspecto de clientelismo, relações e tramas deram as cartas, a Paraíba de meados do século XIX, tempo áureo dos ditames conservadores imperiais ilustrava o melhor exemplo do cenário que se desenrolava no teatro do jogo político.

4.4 O REDUTO MAIS VISADO: RELAÇÕES DOS COMANDOS DA GUARDA NACIONAL COM O GOVERNO PROVINCIAL NOS ANOS DE EFETIVO RECRUTAMENTO

Quando o decreto de 21 de janeiro de 1865 foi expedido pelo Governo Central, à relação entre os comandantes dos quartéis da Guarda Nacional e os presidentes provinciais vigoravam dentro das tramas clientelistas. Como já ressaltado nesse capítulo, as estratégias de centralização da milícia por meio da Lei de reformulação n.º 602 de setembro de 1850, adotadas pelo Governo imperial não encontrou considerável adesão dentro dos limites do território paraibano. Com as bases políticas dominadas pelos potentados locais os guardas nacionais da Província puderam barganhar através de acordos e favores sua permanência na terra natal, e conseqüentemente, no seio familiar. Nesse sub-capítulo analisamos as relações e conchavos que vigoravam entre os comandos da milícia e os representantes do Governo Central na Paraíba (precisamente os presidentes) e os diversos potentados políticos espalhados ao longo da Província.

Por tratar-se de uma instituição detentora de considerável poder simbólico na sociedade imperial, a Guarda Nacional era sempre uma instituição muito visada pelos representantes do Governo da Corte. Na Paraíba da década de 1860 não foi diferente, em

tempos de efervescência política na Província, devido aos intensos recrutamentos para a Campanha do Paraguai os presidentes precisaram de habilidades nas tramas com os potentados locais para sustentar-se no poder. Nessa empreitada, a relação com o mandonismo político envolvia quase sempre a proteção aos membros da Guarda Nacional.

Nos momentos de eleições, a Guarda Nacional desempenhava um papel de suma importância, onde constituía verdadeiro cabo eleitoral. A milícia, constantemente, era mobilizada também para auxiliar os corpos policiais na segurança dos pleitos na Província, tendo em vista que essas “repetidas com tanta frequência, tornaram-se uma preocupação constante na vida local, e poucos se mantinham afastados do processo”.³⁰⁵

Com grande influência em seus redutos eleitorais, os chefes políticos também utilizavam a milícia no atendimento de seus próprios interesses, onde quase sempre prevalecia o emprego da força para coagir eleitores e adversários quando os pleitos necessitavam de uma maior atenção. Essa utilização da força estava sempre presente nas barganhas para obter os votos dos agregados, fundamentais em eleições acirradas. Segundo Graham:

[...] não se considerava um agregado como um criado ou empregado. Embora alguns julgassem o direito de voto dos agregados uma falha no sistema, poucos questionavam sua prerrogativa legal de exercê-lo. De fato, na família ampliada dos chefes políticos, os agregados eram cruciais para o êxito eleitoral.³⁰⁶

Entender o papel dos agregados no cenário político do século XIX requer do pesquisador determinada atenção, tendo em vista que a importância dos mesmos nesse processo muda de perspectiva das primeiras décadas do século para os anos finais do Império. O voto do agregado ainda tinha seu valor modificado dependendo da região do Brasil, e particularmente, da influência do próprio patrão-fazendeiro.

No Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro em 1878, onde os participantes representando:

Os interesses dos fazendeiros de café, debateram demoradamente o papel eleitoral dos agregados. Se as novas formas de votação propostas viessem a se tornar lei, afirmaram dois delegados, ‘os fazendeiros deixarão de conservar e alimentar em suas terras inúmeros agregados, que não se dão ao trabalho contando com os celeiros das fazendas mediante seu voto’; alguns fazendeiros tinham transformado suas terras em ‘viveiros de votantes’. Um outro fazendeiro declarou que ‘nas grandes propriedades (...) a população livre quase se reduz ao que se chama agregados, ou antes, espoletas eleitorais’. Ao falarem do que sabiam em primeira mão, esses homens manifestavam sua compreensível frustração ao se verem dependentes de seus próprios protegidos. Fica claro que a lei não excluía o agregado *per se* das

³⁰⁵ GRAHAM, op cit, 1997, p. 142.

³⁰⁶ *Ibidem*, p. 144.

urnas, embora se pudesse alegar o pequeno montante de sua renda anual como uma objeção ao seu acesso a elas.³⁰⁷

Malgrado alguns impasses em torno do voto dos agregados. Discordâncias vindas principalmente daqueles que compunham os setores mais liberais do quadro político do Império, defensores de uma política menos centralizadora, onde o clientelismo não exercia tanta influência, os agregados representaram ao lado da Guarda Nacional espoletas primordiais no jogo e conchavos eleitorais em boa parte do período imperial.

Não obstante, a milícia sempre era solicitada quando os mesmos se manifestavam em desacordo com os chefes locais, na Paraíba não foi diferente. Com tantos serviços prestados aos latifundiários e ricos fazendeiros os quartéis da Guarda Nacional paraibana puderam usufruir e barganhar alguns privilégios após o decreto 3.383.

Estudar o processo do destacamento de guardas nacionais para a Guerra do Paraguai requer também a análise do decreto publicado duas semanas antes do de 21 de janeiro: o decreto n.º. 3.371 que criava o quadro de Voluntários da Pátria – já citado anteriormente. No art. 3.º. o mesmo ressalta que: “Os Guardas Nacionaes, praças de pret. que se apresentarem, serão alistados na primeira Linha com as mesmas vantagens do art. 2.º, passando nos postos, que tiverem nos corpos da mesma guarda, a que pertencerem”³⁰⁸.

As vantagens as quais o mesmo se refere trata-se do soldo de 300 rs. diários e uma gratificação de 300\$000 quando der baixa ao serviço, além de “um prazo de terras de 22. 500 braças quadradas nas colonias militares ou agrícolas”³⁰⁹. Vantagens que não trouxeram grande adesão por parte da milícia da Província, tendo em vista que a aderência da mesma ao front poderia custar bem mais ao guarda, uma vez que significaria a própria “renúncia” à família e aos negócios e interesses locais ao qual o mesmo mantinha.

Por sua vez, o artigo 13.º, traz que as praças dos corpos policiais do Império terão todas as vantagens concedidas aos voluntários Guardas Nacionais.³¹⁰ Esse artigo salienta uma questão importante, ainda que o decreto determinasse algumas vantagens para os Voluntários da Pátria, essas divergiam das concedidas aos indivíduos pertencentes ou que pertenceram aos quadros da Polícia ou da Guarda Nacional. É também por meio dessa questão que percebemos os benefícios gozados pelos membros que ocupavam postos nessas duas instituições, favorecimentos que mantinham mesmo após ter dado baixa.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 145.

³⁰⁸ **Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865**. Página 5 Vol. 1 ptI.

³⁰⁹ *Idem*.

³¹⁰ *Idem*.

A emergência em obter reforços ainda levava o Governo imperial a adotar algumas medidas que instigassem o alistamento, segundo o decreto lista no art. 14º:

Gozarão de vantagens aquelles que na Côrte e Provincia do Rio de Janeiro se apresentarem **dentro do prazo de sessenta dias, nas provincias mais proximas no de tres, e nas mais remotas de quatro mezes, contados da data da publicação deste Decreto**, nas respectivas Capitaes; os Guardas Nacionaes aos Commandantes Superiores, e, onde os não houver, aos Commandantes dos Corpos, e os outros voluntarios ás Autoridades que o governo designar³¹¹. (Grifo nosso).

O prazo fixado pelo Governo imperial tinha caráter experimental, uma vez que trazia como um dos principais requisitos a medição do patriotismo dos brasileiros. Em tempos belicosos com um Exército bastante limitado (como era o caso da força de primeira Linha do Império), essa foi uma estratégia que pareceu adequada. Poucos meses depois o alistamento voluntário sofreu paulatinamente um processo de esgotamento mesmo nas províncias e freguesias onde nos primeiros dias teve grande demanda. Fazendo parte das províncias “remotas”, prescrito no artigo referido acima a Paraíba constituiu um dos principais focos de resistências ao decreto imperial, engajados politicamente com os presidentes (representante máximo do poder da Corte nas províncias) os potentados paraibanos souberam tirar a seu tempo vantagens para seus familiares e protegidos políticos diante das leis e ditames vindos do Rio de Janeiro.

Bastaram duas semanas para que as decisões tomadas na Corte atingissem a instituição mais respeitada das forças armadas na época: a Guarda Nacional. O quadro que se desenhava na Campanha do Paraguai pedia urgência diante da falta de preparo e do número insuficiente de soldados que compunham às fileiras do Exército. Datado de 21 de janeiro do mesmo ano o Decreto nº. 3.383 instituía a seguinte resolução: “Manda destacar 14.796 guardas nacionais dos diferentes corpos, não só para defesa das praças, fronteiras e costas do Império como para o serviço de guerra no Estado do Paraguay”³¹². E ainda destacava que o decreto era em virtude dos arts. 1º, 117, e 118 da Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850.

O destacamento da milícia para o conflito na região platina não foi decisão fácil para o Governo Central. Tendo em vista que ela envolvia em boa parte membros e familiares dos chefes políticos que sustentavam as bases do Império nos diversos recantos do imenso território brasileiro. Enfrentar possíveis resistências desses grupos, contudo, era menos prejudicial do que uma derrota para a República paraguaia naquela altura, uma nova Cisplatina traria prejuízos incalculáveis pra o Brasil, e o Estado Imperial não poderia correr esse risco.

³¹¹ Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865. Página 5 Vol. 1 ptI.

³¹² Coleção de Leis do Império do Brasil - 21/1/1865. Página 15 Vol. 1 pt II.

Ressaltamos aqui os artigos da Lei de 1850, em que o decreto de 21 de janeiro de 1865 se baseava: no art. 1º. a referida lei trazia que:

A Guarda Nacional he instituida para defender a Constituição, a Liberdade, Independencia e **Integridade do Imperio**; para manter a obediencia ás Leis, conservar ou restabelecer a Ordem e a tranquilidade publica; e para auxiliar o Exercito de Linha na defesa das Praças, Fronteiras e Costas. ³¹³ (Grifo nosso).

Integridade imperial que estivera ameaçada na Campanha da Cisplatina em 1828. Todavia, dessa vez o Exército de Linha sozinho não estava conseguindo manter os ânimos das forças armadas nos campos de batalha. Outro artigo citado é o de nº. 117, esse alegava que: “A Guarda nacional deve fornecer Corpos destacados para defender as Praças, Fronteiras e Costas do Império como auxiliares do Exercito de Linha” ³¹⁴; basicamente as mesmas recomendações presentes no primeiro artigo. O artigo 118, por sua vez, prescrevia a seguinte determinação:

Os corpos destacados não poderão ser tirados da Guarda Nacional senão em virtude de Lei especial dado porêm o caso de rebelião, ou de invasão repentina de inimigos no intervallo das Sessões da Assembléa Geral, o poderão ser, por Decreto do Governo no Municipio da Côrte, e por ordem dos Presidentes nas Provincias, dando-se conta á Assembléa Geral logo que estiver reunida³¹⁵.

Como enfatizado no artigo, a situação na Campanha do Paraguai demandava urgência por parte do Governo e o Decreto de janeiro de 1865 era publicado nessa conjuntura. Levando o poder central a tomar medidas enérgicas diante do quadro que se desenhava na região do Prata, recorrendo a milícia pela insuficiência numérica do Exército de linha.

Nesse cenário, outro artigo que merece menção da Lei de setembro de 1850 é o de nº. 119. Segundo o mesmo: “A Lei, Decreto, ou ordem pela qual se determinar que a Guarda Nacional forneça Corpos destacados para o serviço de guerra, deverá fixar o número de homens e a duração do serviço” ³¹⁶. Assim procedeu o Decreto 3.383, onde (como ressaltado no primeiro capítulo) o mesmo destacava o número de guardas nacionais ao qual cada província teria que contribuir nessa empreitada. Esse critério foi estabelecido de acordo com à força de cada uma das províncias, em alguns casos outras razões foram levadas em consideração, a exemplo do que ocorreu no Rio Grande do Sul e no Pará, onde a Revolução Farroupilha e a Cabanagem, respectivamente, constituíram fatores primordiais na composição dos números de milicianos que foram enviados para o Paraguai.

³¹³ **Coleção das Leis do Brasil de 1850.** Tomo Xi Parte 1. Rio de Janeiro. Typographia Nacional.

³¹⁴ *Idem.*

³¹⁵ *Idem.*

³¹⁶ *Idem.*

Conforme destaca o art. 5º. do Decreto:

Os presidentes nas províncias designarão os Officiaes que houverem de servir nos ditos corpos, ou escolhendo-os d'entre os da guarda nacional, ainda que não pertençam aos corpos que tiverem de dar os contingentes, ou dos do Exercito, quando o Governo os não tiver designado³¹⁷. (Grifo nosso).

Foi com base nesse artigo que o mandonismo político da Paraíba encontrou respaldo, costurando conchavos com os presidentes e outros representantes do Governo Central e tramando estratégias para que políticos oriundos da própria Província assumissem o cargo.

É importante ressaltar também o papel desempenhado pelos Comandantes dos quartéis e batalhões, conhecedores da realidade de cada praça, os mesmos tinham uma influência preponderante no destacamento dos guardas nacionais que deveriam compor o contingente que ia para o front no Paraguai. Sobre isso deliberava o art. 6º. do decreto que destacava a Guarda Nacional para o conflito, segundo o mesmo: “Em cada batalhão haverá um Conselho administrativo, conforme a organização estabelecida para os corpos do Exercito”³¹⁸.

Rasgando a província no sentido Leste-Oeste os sete Comandos Superiores da Guarda Nacional na Paraíba, apesar das similaridades, apresentavam cada um as suas particularidades, dado o cenário em que se situavam. Nessa perspectiva, fatores de diversas ordens precisam ser levados em consideração: políticos, econômicos e sociais. Embora não compreendesse um território de grandes dimensões, as relações de cada Comando com o Governo provincial não foram análogas, constituindo cada um, uma preocupação diferente para os representantes centrais e para os presidentes provinciais (em particular).

Desde o Comando da Parahyba do Norte até o de Pombal (no alto Sertão), passando pelos comandos do Brejo, de Campina Grande e pelo de São João, no Cariri, algumas questões precisam ser analisadas. Tarefa que trará um melhor entendimento de como funcionava as práticas clientelistas e os conchavos políticos entre o Governo da Província e os oficiais comandantes de quartéis e batalhões, levando os presidentes a nomear homens de confiança nas diversas freguesias ao longo da Paraíba.

Mesmo antes do Decreto 3.383 a situação já era de preocupação. No relatório de Felizardo Toscano de Brito, em maio de 1864, notamos algumas precauções que deveriam ser tomadas pelo seu sucessor em relação ao mandonismo local. Vejamos:

Em materia de confiança, como sabe V. Exc. não é possivel traçar limites; só a consciencia do dever pode marcar as raias que cumpre não ultrapassar; e **é difficil conceber como possa qualquer administração marchar regularmente sem**

³¹⁷ *Coleção de Leis do Império do Brasil - 21/1/1865. Página 15 Vol. 1 pt II.*

³¹⁸ *Idem.*

contar com agentes de sua confiança, que bem compreendam seu pensamento político, e com dedicação procurem ajuda-la no desempenho de sua missão. O direito de censura nesta hypothese só pode rasoavelmente ser admitido á respeito da escolha do pessoal. Pretender obrigar um presidente de provincia a servir com empregados de mera confiança, como são por sem duvida os delegados e subdelegados, seus inimigos ou adversários políticos, só por espirito de conciliação; obriga-lo ainda, por este motivo, e por quasquer outras considerações secundarias á conservar no mesmo termo e districto empregados de opiniões e crenças oppostas, é querer o fim sem applicar os meios convenientes, é procurar manter a ordem por meio da anarchia.³¹⁹ (Grifo nosso).

A fala de Toscano de Brito, típica de um chefe político paraibano, e consequentemente representante do mandonismo local tinham como principal objetivo alertar o presidente que estava chegando para assumir o cargo mais importante da Província sobre a influência desempenhada pelos potentados. Dispondo de prestígio político e respeito em boa parte da Paraíba, o presidente egresso gozava do apoio de grande parte dos latifundiários, a julgarmos pelas inúmeras solicitações de dispensas do serviço militar dirigidas a ele pelos chefes políticos. Dessa forma, governar para o mesmo não constituiu maiores embaraços, sendo um dos principais responsáveis pelos conchavos que sustentaram os filhos da Província em seus lares em detrimento do recrutamento para o front nos idos daqueles anos.

Contudo, Brito não era bem visto por alguns chefes políticos do alto Sertão, disputas internas constantemente freavam os entendimentos entre as duas partes. Apesar de não citar nomes no relatório, ele poderia estar se referindo a servidores ou aliados de alguns latifundiários sertanejos que sob indicação dos mesmos prestavam serviço ao Governo da Província (algo bastante comum), ao mencionar o caráter anárquico reinante em algumas freguesias.

Todo esse jogo político acarretava influência direta sobre a Guarda Nacional. No mesmo relatório o presidente ressalta que:

A qualificação, que aliás é feita sem regularidade, não tendo quase nenhum dos corpos livro de matricula, abrange todos os cidadãos, mesmo aquelles, que não se podem absolutamente fardar. D' ahi resulta, que bem poucos são os batalhões, que teem a quinta parte dos guardas fardados, e alguns há, que só teem um ou outro guarda circumstancias. Se alguma vez nas propostas para officiaes se guarda respeito á justiça e se attende ao merecimento, na quasi universalidade dellas **é o pernicioso espirito de partido, de mistura com o patronato, que predomina**³²⁰. (Grifo nosso).

³¹⁹ BRASIL. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba**. Em que o Exm. Sr. Dr. Felizardo Toscano de Britto passou a administração para o Exm. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura. No dia de 18 de maio de 1864. Parahyba: Tip. Liberal Parahybana - Rua Direita n.º. 102, 1864, p. 04.

³²⁰ *Idem*.

Essas barganhas na instituição faziam parte do cotidiano e contava, quase sempre, com a chancela do presidente da Província que não enfrentavam a situação, por ter relações com os chefes políticos das freguesias, ou porque, simplesmente preferia ignorar para não arranjar problemas no cargo que ocupava. Experiente nas tramas políticas presentes na Paraíba, Toscano de Brito escancarava o quadro clientelista e de patronato para o maranhense Odorico de Moura, recém-chegado e que já tinha de enfrentar toda aquela empreitada.

Nesse cenário, pertencer a Guarda Nacional constituía importante estratégia na busca por uma ascensão social e até mesmo política. Segundo Brito:

E certamente por estas e outras causas identicas, é porque em geral **a officialidade dos batalhões não representa nem a posição social, nem o merito, nem a riqueza e intelligencia, que ninguem, que esteja em circumstancias um pouco mais favoraveis, se quer prestar ao serviço de guarda. Todos procuram ser officiaes, ou como meio de descanco ou para terem subordinados.** Não são poucos os officiaes existentes na provincia, que não estão fardados. Se fosse possível passar revista á todos os batalhões, V. Exc. verificaria, que talvez mais da quarta parte dos officiaes, entrando nesse numero alguns superiores, tinham perdido as patentes por semelhante motivo; mas é difficil chegar-se a esse resultado; e por meio de informações officiaes, nem sempre se poderá fazer justiça. Ao entrar para a administração da provincia encontrei approvadas muitas propostas, e não poucas me forão posteriormente remetidas. Nada deliberei á respeito destas, e determinei que não fossem passadas as patentes daquellas. Queria assim examinar se em taes propostas havia sido respeitada a justiça. Não tive tempo de o fazer; e a V. Exc. cabe resolver sobre este objecto com o criterio e illustração, que lhe são proprios.³²¹ (Grifo nosso).

Como ressaltado pelo presidente, todos esses discursos verificados nos batalhões da Guarda Nacional diminuía o prestígio da instituição. Frequentemente, eles também tinham como objetivo provocar as trocas de comando nos batalhões, rixas entre os oficiais na busca por privilégios e melhores posições no interior da instituição eram comuns, levando até mesmo o presidente a ausentar-se de algumas deliberações no jogo onde o patronato dava às cartas.

Em 25 de abril de 1864, o jornal *O Publicador*, trazia o ofício endereçado por Brito a Câmara Municipal de Mamanguape durante o expediente de 21 de abril do corrente ano. Conforme o Presidente:

Constando-me de representação do bacharel José Carlos da Costa Ribeiro, e da informação que, a respeito, prestarão o 1.º juiz de paz da freguesia da cidade de Mamanguape e os membros da respectiva junta revisora da qualificação de votantes, não ter o dito juiz de paz durante o tempo em que no corrente anno presidio a mesma junta, deixado o exercicio do cargo que occupa, de coronel commandante da guarda nacional, tornando-se portanto incompetente para funcionar como juiz de paz, em vista do que se acha declarado em diversos avisos do governo, e dando assim lugar á preterição de uma formalidade substancial dos trabalhos da qualificação, segundo o aviso nº. 195 de 31 de Julho de 1849, **tenho por conveniente declarar nullos os**

³²¹ *Idem.*

referidos trabalhos e determinar á camara municipal de Mamanguape que expeça neste sentido suas ordens para de novo proceder-se á qualificação dos votantes, fazendo o juiz de paz competente a convocação dos eleitores e suplentes, que devem organizar a junta para o dia 19 de Junho vindouro, que fica assim designado. Officiou-se no mesmo sentido ao juiz de paz respectivo³²². (Grifo nosso).

Dominada pelos conchavos e tramas políticas os Conselhos de Qualificação e Revisão constituíam momentos de grandes conflitos e agitação, essa também era a ocasião em que os chefes políticos exerciam sua força para indicar e favorecer seus protegidos na milícia. Outro período em que se registrava amplos embates era o de indicações e mudanças de cargos entre oficiais, mais uma ocasião onde o mandonismo local manobrava em seu favor, localizado na Capital o primeiro batalhão eram um dos pioneiros nesse aspecto. Segundo o presidente:

As revistas e exercicios em todos os domingos, como estava determinado, erão um grande atropello para a guarda nacional, sobretudo para o 1º. batalhão do commando superior desta cidade, que devia dar a guarnição da praça naquelles dias. Cingindo-me ao que está determinado por lei, mandei que as revistas e exercicios só tivessem lugar na primeira dominga dos mezes, e dispensei o 1º. batalhão de dar a guarnição da praça, salvo quando por motivo urgente houvesse de ser detalhado. O commandante superior interino da capital, tenente coronel chefe do estado maior representou-me á respeito de officiaes de outros batalhões de seu commando, que residiam nesta cidade, e pedio que fossem os d'artilheria addidos, e os de infantaria aggregados ao primeiro. E inveterado o abuso de serem nomeados officiaes para o 2º. e 3º. Batalhões individuos residentes no districto do primeiro. Reconhecendo que é um favor concedido pela lei a faculdade, que tem official de requerer que, seja aggregado ao batalhão do districto, para onde transfere sua residencia, determinei ao mesmo commandante superior que me enviasse uma relação dos officiaes, que se achassem nessas condições, a fim de poder providenciar á cerca delles, findo o prazo legal; e outrossim que fizesse addir os de artilheria ao 1º. Batalhão³²³. (Grifo nosso).

Dando guarnição na praça da Capital aos domingos, coube ao Presidente suspender as atividades exercidas pela milícia naqueles dias. Sem sombra de dúvidas, a medida foi tomada com o objetivo de evitar possíveis desacordos entre os oficiais do Batalhão e o Governo provincial, que por sinal suspendeu também a obrigação do mesmo em fazer a segurança da praça. Decisões como estas, em favor da Guarda Nacional não era mera praxe, ou coincidência, sendo o principal batalhão da Província, importância dada por estar localizado na Capital e por ser o mais antigo na Paraíba, com várias prestações de serviço ao Governo e

³²² Hemeroteca digital. **O Publicador**. Ano III, n. 475. Sabbado, 02 de abril de 1864, p. 76.

³²³ BRASIL. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba**. Em que o Exm. Sr. Dr. Felizardo Toscano de Britto passou a administração para o Exm. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura. No dia de 18 de maio de 1864. Parahyba: Tip. Liberal Parahybana - Rua Direita n°. 102, 1864, p. 07. Grifos nosso.

aos chefes políticos locais, coube aos mesmos deliberar em favor do referido batalhão quando solicitados, atendendo o que regia o clientelismo político vigente entre as duas partes.

Como notamos na fala de Toscano de Brito, a nomeação para cargos e postos na Guarda constituía um momento de grande movimentação no cerne da mesma. Podemos afirmar que no primeiro semestre de 1864 registrou-se uma perseguição aos oficiais do 1º batalhão, uma vez que alguns estavam sendo transferidos para o 2º. e 3º. localizado em outro distrito. Ocasão, em que entra em cena o Presidente, com sua influência na Província o mesmo poderia reverter uma situação que fosse de encontro aos seus interesses, e qualquer determinação política, ou administrativa que não agradasse o primeiro batalhão da Parahyba do Norte naquele momento, conseqüentemente seria também uma resolução contrária as pretensões do mesmo.

Foi durante seus últimos dias de governo, na primeira passagem pelo cargo na Província, em expediente de fins de abril de 1864, que no despacho n.º. 380 do Secretário interno consta o pedido de:

Antonio Caetano Soares, pedindo suspensão da ordem de prisão á seu filho Gervazio Gomes de Souza, guarda nacional do 1º. batalhão da Capital. – Não pode ser attendida a reclamação do supplicante contra a ordem de prisão intimada a seu filho, pois á este como guarda nacional cabe requerer o que for a bem de seu direito ³²⁴.

Apesar de ser negado o pedido, o secretário alegava a posição social e o cargo ocupado pelo guarda. Não sabemos como se desenrolou o desfecho do caso, todavia, tudo leva a crer que por ser um membro do 1º. batalhão da capital, Gomes de Souza não teve dificuldades em livrar-se da prisão, dada a relação amigável entre o referido batalhão e o presidente Toscano de Brito.

Relação amistosa que não se limitava ao governo desse último. Abordando a respeito dos Contingentes de Guerra na exposição em que passou a administração da Província para Innocencio Seraphico de Assis Carvalho, o 2º. vice-presidente Barão de Marau, ressalta que:

A excepção dos Batalhões da Guarda Nacional do Commando Superior da Capital, que todavia deixarão de satisfazer a ultima exigencia de força, de que trata o Decreto n. 3806 de 13 de Março do corrente anno, e de alguns dos outros Batalhões, todos os mais se achão em grande atrazo na prestação das praças que lhes coube dar para auxilio do exercito em operações contra a Republica do Paraguay, não sendo poucos os que nenhuma praça ainda apresentarão para semelhante fim, como V. Exc. conhecerá melhormente dos dados existentes na Secretaria da Presidencia ³²⁵.

³²⁴ **Arquivo Público Valdemar Bispo Duarte.** Expediente do Secretário Interino. Despacho n. 380, cx 55.

³²⁵ **BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Parahyba.** Em que o Exm. Sr. Barão de Marau, 2º Vice-Presidente, passou a administração para o Exm. Sr. Dr. Innocencio Seraphico de Assis Carvalho, em 4 de novembro de 1867. Parahyba. Typographia de J. M. Lima, Rua da Matriz n.º. 4, 1867. p. 03.

Ao longo de todo o período em que predominou o processo de centralização política (regido pela Lei 602), sob a Guarda Nacional, o Comando Superior da Capital caminhou junto dos presidentes da Província em seus ideais governistas, esse fato explica todos os esforços empreendidos por Toscano de Brito em 1864, para atender os ensejos de seu Comandante.

Cenário semelhante não poderia ser notado nos batalhões do interior, onde o mandonismo apresentava-se de forma mais consistente. Segundo ressalta o Barão de Marau:

Durante o tempo que estive na administração da Provincia procurei sempre activar os respectivos Commandantes, como o reclama a urgencia do serviço, e tem sido por vezes recomendado pelo Governo. Sinto porem dizer a V. Exc. que sem resultado, pois que apenas tenho podido remetter para a côrte 6 Guardas Nacionaes. Em consequência disso, e conforme as reiteradas ordens do Governo, tenho feito também activar o recrutamento, mediante o qual consegui apurar 79 indivíduos para o serviço do Exercito e 9 para o da Marinha, a quem tenho dado o conveniente destino. Alem d'estes seguirão igualmente para a Côrte no tempo de minha administração quatro voluntarios do Exercito³²⁶. (Grifo nosso).

Essa aversão dos comandantes superiores dos batalhões no interior da Província não se deu após o Decreto 3.383, ao contrário do Comando da Capital, essas divergências acompanharam as décadas do auge das estratégias políticas da Guarda Nacional, conchavos que boa parte das vezes iam de encontro aos ditames do Governo provincial. Ainda no primeiro semestre de 1864, o Presidente encaminha através de ofício ao Comandante Superior da Guarda Nacional de São João, localizado no Cariri, recomendação para a prisão “do guarda nacional Arnaud Ferreira Ramos”³²⁷, aconselhando ainda a entrega do mesmo “á autoridade policial respectiva para o cumprimento da pena, a que for condemnado”³²⁸.

Não tivemos acesso ao delito praticado pelo referido guarda, entretanto, esse fato nos mostra o quanto os milicianos do interior recebiam tratamento diferentes dos da Capital. Sofrendo recorrentemente com as estratégias e interesses políticos de alguns potentados do interior, os quartéis e batalhões da Guarda desses recantos não tiveram o mesmo tratamento dispensado ao da capital, onde o Presidente contava sempre com a mesma, inclusive nos momentos de cerimônias e festas religiosas.

Em ofício endereçado ao Comando Superior da Capital, no expediente referente ao dia 11 de março de 1864, o Presidente pede ao Comandante que:

Expeça V. S. as necessárias ordens afim de que o 1º. e 3º. batalhões da guarda nacional desse commando superior formem uma brigada commandada pelo tenente coronel João Cavalcanti de Albuquerque Vasconcellos, que designará os officiaes de seu estado maior para acompanhar a procissão do Senhor dos Passos ás 3 horas da tarde do dia 18 do corrente, postando-me a mesma brigada áquella hora em frente

³²⁶*Idem.*

³²⁷Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Ano III, 1864, n° 475. Sabbado, 2 de abril de 1864, p. 26.

³²⁸*Idem.*

da Misericórdia desta cidade. Outrossim, mandará V. S. ás 6 horas da tarde do dia 18 uma guarda de todos os inferiores e outra de honra, tirados do 1º. batalhão, para acompanhar o mesmo senhor, que tem de ir em deposito da igreja do Carmo para a da Misericórdia³²⁹.

André Fertig, em seu estudo sobre a Guarda Nacional já tinha destacado esse caráter simbólico da milícia, que era sempre convocada para cerimônias religiosas, posses de políticos e outros eventos do gênero. Trazendo junto consigo todo um cenário de poder, a presença da mesma nessas cerimônias e eventos oficiais constituiu algo bastante comum ao longo de boa parte do Segundo Reinado, na Parahyba do Norte de Felizardo Toscano de Brito, não foi diferente.

Chefe político de prestígio na Província, Toscano de Brito assumiu o cargo de presidente por duas vezes na década de 1860, com mandatos bastante próximos (fevereiro a maio de 1864) e (julho de 1865 a agosto de 1866). No entanto, sua influência política constituiu uma fortificada base de proteção para o mandonismo da Paraíba na busca por conchavos e estratégias que pudessem (por variados motivos) barrar o recrutamento militar para a Guerra do Paraguai. Enfrentando resistências por durante quase todo o Império as tramas empreendidas a partir de janeiro de 1865 (momento de maior efetividade no processo do recrutamento), tiveram na figura do chefe político uma grande forma de livrar os paraibanos do front, fossem os voluntários da pátria, ou guardas nacionais.

³²⁹Hemeroteca Digital. **O Publicador**. Ano III, 1864, Edição 461. 11 de março de 1864, p. 56.

Figura 6 - Comendador Felizardo Toscano de Brito



Fonte: <https://www.rootschat.com/forum/index.php?topic=794733.0>

No relatório em que Silvino Elvidio Carneiro da Cunha passa a administração da Província para o presidente Venancio José de Oliveira Lisboa, em 11 de junho de 1869, podemos (novamente), notar as dificuldades encontradas pelos presidentes em conseguir contingentes para a guerra. Conforme ressalta:

Neste serviço tenho procedido com a mais escrupulosa justiça senão com a mais benéfica equidade. Nenhum recruta ou designado, que tenha provado isenção legal, seguiu para o Sul, e nem mesmo deixei de mandar sustar o embarque, concedendo praso para provar isenção legal, á todo e qualquer, que a tenha allegado. Creio que isto caracteriza devidamente a minha administração, em objecto tão melindroso. Não obstante, tenho a satisfação de haver cumprido o meu dever, e as ordens do Governo Imperial, de modo á não receiar a menor censura, feita a comparação dos dados anteriores [...]. **Parece-me que será da mais alta conveniencia que semelhante**

serviço continue moderado, como tem sido, em quanto d'uma vez se não terminar a guerra, que ainda nos flagella no Paraguay³³⁰. (Grifo nosso).

Dirigindo-se para o Presidente que estava prestes a assumir o cargo na Província, Carneiro da Cunha tinha a preocupação em expor como se dava o recrutamento daqueles que iam preencher o contingente para a guerra. A política de alianças, encontrando efetividade a partir de 1864 (período em que o recrutamento mostrou-se necessitar de uma demanda maior), ainda encontrava forte respaldo no final da década, além de expor o cenário, o político aconselhava a conveniência em agir com moderação na empreitada, afim de que tal serviço não viesse abalar as bases políticas na Paraíba, alicerces fundamentais para o sucesso do presidente no cargo.

Em suma, as falas que apresentamos ao longo desse sub-capítulo mostram a importância da Guarda Nacional nos interesses dos representantes do Governo da Corte na Província da Paraíba, nos idos dos anos 1860. Reduto privilegiado das forças armadas a milícia significou para estes um misto de amor e ódio e mantê-la aliada era o melhor caminho para uma maior concretização de seus planos governamentais. Com fortes raízes fincadas no mandonismo político, com constantes práticas clientelistas os chefes políticos locais (de Toscano de Brito a Carneiro da Cunha) encabeçaram todo esse movimento de resistência, segurando e estimulando as bases políticas locais a costurar alianças com os representantes imperiais em prol dos interesses provinciais, nessa empreitada, o recrutamento para a Guerra do Paraguai constituía sempre uma temática para se engajar e combater.

³³⁰ BRASIL. **Relatório do Presidente de Província da Parahyba**. Em que Exc. Sr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, 1º Vice-Presidente passou a administração para o Exm. Sr. Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa, em 11 de junho de 1869. Parahyba, Typ. dos herdeiros de José Rodrigues da Costa, rua Direita n. 20, 1869, p. 05.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema político vigente no Brasil imperial herdou muitas características dos tempos coloniais. Assim como um feitiço do corpo humano, o cérebro do aparelho governista - forte e centralizado - ficava no centro administrativo do Governo Geral, dali as ideias, ditames e decisões tomadas se expandiam como membros por todo o território do Império. Nessa perspectiva, às leis aprovadas na Corte (Rio de Janeiro) se espalhavam pelas províncias, municípios e freguesias, entretanto, essas ideias chegavam às pontas dos membros com menos forças, ou mesmo distorcidas.

Não à toa que com a queda do primeiro imperador D. Pedro I em 1831 - o que trouxe como consequência a ausência de uma figura simbólica no Governo Central - a primeira junta que assumiu a Regência procurou adotar medidas para evitar o desmembramento do território independente a pouco menos de uma década. Entre essas estavam aquelas de cunho liberal, cujos ditames assumiam um compromisso em dar uma maior liberdade para as províncias e municípios.

Nesse cenário são criados cargos burocráticos detentores de fortes influências políticas nos termos locais: prefeito, juiz de paz entre outros. As reviravoltas, pós abdicação trouxeram também uma maior liberdade para as assembleias e para os presidentes provinciais. Seguindo a esteira dessas reformulações, é criada em 1831 a Guarda Nacional - milícia armada que ficaria sob o julgo dos potentados políticos locais - entre suas atribuições estava à defesa do Império (fosse de inimigos externos ou internos), além de garantir a tranquilidade pública. A criação da Guarda Nacional seguia o modelo das milícias e ordenanças dos tempos coloniais, armada pelos homens bons pra defender seus próprios interesses essas organizações militares constituíam verdadeiras espoletas políticas das elites luso-brasileiras da época.

Com a chegada do Império a situação pouco se modificou, institucionalizada por lei em agosto de 1831 e tendo por padrão à milícia francesa, a Guarda Nacional imperial preservou muitos requisitos das ordenanças coloniais, inclusive o papel de manivela eleitoral. Os anos 1830 representam um período peculiar na trajetória brasileira ao longo do século XIX, foram anos que ficaram marcados por revoltas e rebeliões de Norte a Sul do Brasil. Essas insurreições, em boa parte, aproveitaram-se da fragilidade política do Governo Central no momento para demonstrar às forças das elites regionais, fator que nos ajuda a compreender o maior poder de decisão dado às elites locais com as reformas liberais dos primeiros anos daquela década.

Sufocado as primeiras rebeliões – a partir de 1836 – o Governo Central começou a rever algumas alíneas dos decretos publicados no início da década. Dissipadas as ameaças internas a Corte não passou a enxergar com bons olhos a independência política das elites regionais e locais e a partir de 1837 tem início à campanha pelo regresso conservador. Buscando retomar cargos e influências perdidas na esfera política local os conservadores minaram as atribuições daqueles que ocupavam funções burocratas, com as reformas do início da década de 1840 o juiz de paz viu boa parte de suas deliberações passadas para os delegados e sub-delegados, sob o julgo dos chefes de polícia eles tornaram-se os principais responsáveis pela segurança e tranquilidade pública.

Engajada no emaranhado de conchavos e tramas políticas costuradas entre as elites locais e o poder central estava a Guarda Nacional. Assim como os outros cargos burocráticos, o preenchimento dos postos de confiança da Guarda ocupados por membros da elite desde 1831 passaram a preocupar os políticos centralizadores que se movimentaram para reverter esse quadro. O regresso conservador iniciado em 1837 teria seu maior impacto sobre a milícia em setembro de 1850, quando a Lei 602 – cumprindo determinações da Lei criadora da mesma em 1831 – subjugou-a aos presidentes de províncias e ao Ministro da Justiça.

As deliberações trazidas pela Lei atingiram de forma negativa o poder de influência e os privilégios das elites políticas em suas áreas de controle. Apesar das leis centralizadoras – malgrado as oposições políticas – gozar de prestígio e respeito entre seus partidários na Corte e capitais provinciais, elas não chegavam com a mesma força nos termos e paróquias do interior do Império. Aqui entra em cena a metáfora do corpo humano utilizada acima: os posicionamentos e ditames tomados pelo cérebro governante no Rio de Janeiro não chegavam com respaldo nos membros onde se localizavam as bases governantes do Estado. A saída para esses impasses foi à adoção de concessões por parte das duas esferas, fator que trouxe um aumento nos conchavos políticos e nas relações de poder. Cessadas as instabilidades do período pós Regência o Império brasileiro adentraria a segunda metade do século XIX com uma política caracterizada por uma maior estabilização, essa solidez, no entanto, estava dependente das relações e redes tramadas em todas as províncias.

Na província do Rio Grande do Sul, por exemplo, essas tramas assumiram um patamar estratégico e de maior visibilidade devido à região ser de fronteira, cenário que acabou dando um maior poder de barganha para a elite gaúcha diante do poder central desde os tempos da Revolução Farroupilha. Em Minas Gerais – uma das províncias mais populosas do Império – à força do mandonismo local parece ter conseguido sucesso em suas transações com o Governo Geral, tendo em vista o percentual reduzido de guardas nacionais que foram enviados

para o front durante a Campanha do Paraguai. Esse fato demonstra que as redes costuradas entre as duas esferas renderam benesses e foram fundamentais para a proteção dos aliados e correligionários da elite política mineira nos anos de conflito.

No Pará, a revolta da Cabanagem na década de 1830 constituiu fator essencial para a manutenção da Guarda Nacional na Província, pois, malgrado, a importância política da mesma, na sustentação da ordem governista no recanto norte do Império o número de milicianos enviados ao front no Paraguai foi pequeno. A principal razão para esse fato estava no medo da Província se levantar em armas novamente, o que traria ainda mais prejuízos para um exército já esfacelado na guerra com a República vizinha. Em Pernambuco (último reduto rebelde com a Praieira em 1848), os conchavos empreendidos por Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná), quando presidente da mesma, no início da década de 1850 levou a um tempo de calma e tranquilidade política.

Vizinha a Pernambuco, à província da Paraíba também herdara essa pacificidade, ao adentrar a segunda metade do século XIX a elite política paraibana apresentava fundamentos organizacionais coesos e estáveis, diferentemente das características rebeldes de tempos de outrora. Nesse panorama foi possível angariar apoios e costurar tramas para a subida de membros dessa elite a cargos importantes da burocracia estatal na Província, inclusive, visando o posto de Presidente.

Diferentemente dos anos anteriores, quando políticos oriundos de outras províncias ocuparam por um longo tempo a presidência da Província – caso do baiano Frederico Carneiro de Campos (1844-1848) – a partir da década de 1850 percebemos uma maior constância dos paraibanos ocupando o posto. Esse cenário foi ainda mais presente durante os anos 1860, ocasião em que chefes políticos locais, a exemplo de Felizardo Toscano de Brito, desempenharam papéis preponderantes nos conchavos imprimidos entre as autoridades provinciais e o Governo Central no Rio de Janeiro.

Salvaguardo por membros de sua elite no posto máximo da burocracia governamental da Província os potentados paraibanos puderam se articular melhor para defender seus interesses e privilégios. Obviamente, os partidários de oposição não foram incluídos nessas tramas, o que resultou numa verdadeira perseguição para aqueles que saíam derrotados nos pleitos eleitorais locais. Em nome do clientelismo as leis eram rechaçadas e ignoradas quando eram para ser aplicadas aos aliados e correligionários políticos daqueles que estavam no poder, por outro lado, quando se tratava dos opositores elas tinham uma eficiência tamanha. Aqui vale apenas citarmos novamente a velha frase do José Murilo de Carvalho: *“Aos amigos tudo, aos inimigos a letra fria da lei”*. A perseguição aos opositores, muitas vezes, passava pela

prática do recrutamento militar para as forças armadas, processo que conheceu um efetivo aumento com a Campanha do Paraguai a partir de 1864. Com o prolongamento do conflito e as constantes deserções sofridas pelo exército brasileiro o Governo Central apelou para o recrutamento forçado.

Em tempos de litígio o recrutamento militar na província da Paraíba não constituiu um processo de fácil realização, as relações políticas de membros da elite local com o poder central na Corte favoreceram os chefes políticos nas freguesias e paróquias. Esses últimos - através de acordos - tiveram suas áreas de influências preservadas mesmo com as leis aprovadas pelo regresso conservador anos antes. É bem verdade, que o recrutamento não pôde ser evitado em toda sua plenitude, entretanto, as movimentações para frear o mesmo trataram-se de algo efervescente ao longo daqueles anos, a maior prova disso é que em fins do ano 1869 – meses finais da Guerra do Paraguai – o efetivo da Guarda Nacional determinado pelo Decreto 3.383 de janeiro de 1865 que a Paraíba ficou com a incumbência de enviar ao front ainda não tinha sido preenchido em sua totalidade.

Os anos seguintes trariam modificações importantes para as forças armadas, mudanças que atingiriam de maneira direta o limiar organizacional destas. Cessada a Guerra do Paraguai, o Exército de Primeira Linha passou a ganhar destaque no emaranhado das tramas políticas, por outro lado, a Guarda Nacional sofreria um grande baque com a reforma de 1873. “A queda” desta e a subida daquele traria novos atores para o teatro político. Aos poucos o Exército foi deixando o papel de mero espectador, situação ao qual se encontrava desde a Campanha da Cisplatina, e alguns nomes de comandantes das fileiras que pelejaram no Paraguai figurariam nos ambientes políticos do regime imperial. Suas posições, entretanto, iam de encontro aos ditames do governo, cenário que traria modificações no quadro político do Brasil. Mas, essa discussão ficará para outro trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adilson José. **Uniformes da Guarda Nacional (1831-1852):** A Indumentária na Organização e Funcionamento de Associação Armada. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 1999.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil:** as relações econômicas internacionais no Império. São Paulo; Senas; Brasília: Funag, 2001.

ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do império:** a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai (1865-1866). Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ: UFF, 2009.

BANDEIRA, Luíz Alberto Muniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata:** Argentina, Uruguai e Paraguai, da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança. – 3ª Ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BARBOSA, Janyne Paula P. Leite. **Uma Guerra Sangrenta, Epidêmica e Doente:** espaços de cura e cotidiano médico na Guerra do Paraguai (1864-1870). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa – PB. UFPB, 2018.

BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. **O Intervencionismo do Império Brasileiro no Rio da Prata:** da Ação Contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança. Tese (Doutorado em História). Brasília: UNB, 2011.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue:** exército, honra, raça e nação no Brasil (1864-1945). Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da História.** 2001, p.75

BRASIL. **Anais do Parlamento.** Falla do Imperador na Sessão Imperial da Abertura da Assembléa Geral Legislativa em 03 de Maio de 1828.

_____. **Anais do Parlamento Nacional.** Sessão Imperial da Abertura da 3ª sessão da 12ª Legislatura da Assembléa Geral Legislativa em 06 de maio de 1865.

_____. **Constituição Política do Império do Brasil.** Carta de Lei de 25 de março de 1824.

_____. **Decreto nº1, de 26 de maio de 1835.** Lei que estabelece sanções para os desertores de batalhões do Exército postados em campos de batalha.

_____. **Decreto imperial de 06 de abril de 1854.** Lei que traz outras reformulações para a Guarda Nacional.

_____. **Decreto imperial de 07 de janeiro de 1865.** Cria o Corpo de Voluntários da Pátria. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. (Coleção de Leis do Império do Brasil de 1865).

_____. **Decreto imperial de 21 de janeiro de 1865.** Destaca a Guarda Nacional para a Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. (Coleção de Leis do Império do Brasil de 1865).

_____. **Decreto nº4110, de 29 de fevereiro de 1868.** Lei que estabelece penalidades para os batalhões navais da Marinha imperial.

_____. **Lei imperial de 18 de agosto de 1831.** Cria as Guardas Nacionais e extingue os corpos de milícia, guardas municipais e ordenanças. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. (Coleção de Leis do Império do Brasil de 1831).

_____. **Lei imperial de nº 602, de 19 de setembro de 1850.** Dá nova organização à Guarda Nacional do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850. (Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850).

_____. **Ministério da Guerra.** Instrução de 10 de julho de 1822.

_____. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba,** 1860. Disponível em: [www.http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u98](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u98).

_____. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba,** 1862. Disponível em: [www.http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/590](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/590).

_____. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba,** 1863. Disponível em: [www.http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/592](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/592).

_____. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba,** 1864. Disponível em: [www.http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/500](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/500).

_____. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba,** 1865. Disponível em: [www.http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/501](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/501).

_____. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba,** 1866. Disponível em: [www.http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u502](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u502).

_____. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba,** 1867. Disponível em: [www.http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u504](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u504).

_____. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba,** 1868. Disponível em: [www.http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u506](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u506).

_____. **Relatório do Presidente da Província da Parahyba,** 1869. Disponível em: [www.http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u507](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u507).

CARVALHO, José Murilo de. **Às Armas, Cidadãos!** – Panfletos Manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2012.

_____. **A construção da ordem:** a elite política imperial. **Teatro de Sombras:** a política imperial. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Cidadania: tipos e percursos. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: FGV, n. 18, 1996.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 23, nº 45, 2003.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscência da campanha do Paraguai**. 4ª Ed. - Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1980.

CERVO, Amado Luiz. A conquista e o exército da soberania (1822-1889). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ: UFF, 2010.

COSTA, Fernando Dorez. Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação. **Análise Social**, vol, XXX (130), 1995.

COSTA, Lidiana Justo da. **Cidadãos do Império, Alerta! A Guarda Nacional na Paraíba oitocentista (1831-1850)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa – PB. UFPB, 2013.

COSTA, Wilma Peres. **A Espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do império: Campinas, SP**. Editora Hucitec, 1996.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, PROEX / CE-CAC / Programa Editorial, 1987.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **A História esquecida do Paraguai: fome, doenças e penalidades**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2010.

_____. História Social da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades. **Albuquerque: revista de História**, Campo Grande, MS, v. 3 n. 6 p. 129-150, jul./dez. 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco. Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998

_____. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FARIA, Maria A. **A Guarda Nacional em Minas Gerais (1831-1873)**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba; UFPR, 1977.

FARIA, Regina Helena Martins de. Cidadania e recrutamento militar no Brasil império. XXIX Simpósio de História Nacional, contra os preconceitos: **História e Democracia**.

- FALCON, Francisco. História e Poder. Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- FARINATTI, Luís Augusto E. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro – RJ. UFRJ, 2007.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima G. **Estrutura de Poder e Seca na Paraíba (1877-1922)**. Dissertação (Mestrado em História). Recife - PE: UFPE, 1982.
- FERTIG, André Atila. **Clientelismo político em Tempos Belicosos: A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do estado imperial centralizado (1850-1873)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- GUERRA FILHO, Sergio A. D. **O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia**. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2004.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Seiscentas léguas a pé**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed, 1999.
- HEINZ, Flávio. M. **Por outra história das elites**. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- IMIZCOZ, José María. Actores, redes, processos: reflexiones para una história más global. **Revista da Faculdade de Letras – História**, Porto, III série, v. 5, p. 115-140, 2004.
- IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 27, 2001, p. 84-109.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- KRAAY, Hendrik. **Política racial, estado e forças armadas na época da independência: Bahia, 1790 1850**. São Paulo: Hucitec Editora, 2011.
- LEITÃO, Deusdedit. **Bacharéis paraibanos pela Faculdade de Olinda (1832-1853)**. João Pessoa: A União, 1978.
- LEITE, João Pinto da Costa. **Economia de guerra**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1943.
- LEITMAN, Spencer. Negros Farrapos: Hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX. In: DACANAL, José Hildebrando (org). **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1997

- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Prefácio de Jacques Revel; tradução Cynthia Marques de Oliveira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba:** um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LIMA, Luciano Demetrius B. **Entre Batalhas e Papéis:** A Cabanagem e a imprensa brasileira na Menoridade (1835-1840). Tese (Doutorado em História). Belém: UFPA, 2016.
- MARCO, Miguel Angel de. **La Guerra del Paraguay.** Buenos Aires: Planeta, 1995.
- MARIANO, Serioja R. Cordeiro. **Gente Opulenta e de Boa Linhagem:** Família, Política e Relações de Poder na Paraíba (1817-1824). Tese (Doutorado em História). Recife – PE. UFPE, 2005.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema:** A formação do Estado Imperial. 2ª Ed. – São Paulo: Hucitec, 1990.
- MELLO, José Octávio de Arruda. História da Paraíba. 9ª edição, João Pessoa: A União, 2002, apud MARIANO, Serioja R. Cordeiro. A Pátria se Acha em Abismo: tensões e embates políticos na Província da Paraíba (1831-1833). XXVII **Simpósio Nacional de História, ANPUH:** Natal, 2013.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro. A centralidade da periferia. Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806). **História, histórias.** Brasília, vol. 1, n. 1, 2013.
- MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: **Independência: história e historiografia.** São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.
- NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império.** 5 Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, Vol 1.
- PANIAGUA, Edson Romário Monteiro (et al). A Geopolítica e a Política Externa do Império Brasileiro na Região Platina no Século XIX (1844 – 1864). **Estudios Históricos – CDHRPyB- Año VII - Diciembre 2015 - Nº 15 – ISSN: 1688 – 5317.** Uruguay.
- PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa:** um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa – PB. UFPB, 2017.
- PEREIRA, Aline Pinto. **Domínios e Império:** o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil. Dissertação (Mestrado em História). Niterói, RJ: UFF, 2007.
- POMER, Leon. **Os Conflitos da Bacia do Prata.** Tradução: Luiz Roberto Seabra Malta. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins Et al. **A Guarda Nacional do Rio de Janeiro: 1831-1918.** Rio de Janeiro: PUC - RJ, 1981, n.5.

ROSAS, Suzana Cavani. **Da “Constituinte Soberana” a “Conciliação Política Sobre as Bases das Reformas”**: O Partido Liberal em Pernambuco e o Gabinete Paraná de 1853. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i170>, 2014.

RABELO, Juliana Dantas. **Relações de Poder e Recrutamento Militar da Paraíba Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa – PB: UFPB, 2017.

RAMOS, Aduino. **A Paraíba na Guerra do Paraguai**. Paraíba: Sal da Terra Editora – 2010.

RÈMOND, Renè. **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIVAROLA, Milda. **La polémica francesa sobre la guerra grande**. Eliseo Reclus: la guerra del Paraguay/Laurent-Cochelet: Correspondencia consular. Asunción, Editorial Historica. 1988.

ROCHA, M. C. **Diário da campanha naval do Paraguai, 1866**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999.

RODRIGUES, José Honório. **Uma História Diplomática do Brasil (1531-1987)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RODRIGUES, José Wash. **Trajes Cívicos e militares em Pernambuco durante o domínio holandês**. Recife, Arquivo de Estado, 1951.

SAES, Décio. **Coronelismo e Estado burguês**; elementos para uma reinterpretação. *Estudios rurales latino-americanos*, 1(3): 68-93, set-dez., 1978.

SALAINI, Cristian Jobi. **Nossos Heróis não Morreram**: um estudo antropológico sobre formas de “ser negro” e de “ser gaúcho” no estado do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2006.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **Os oficiais do povo: a guarda nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831 – 1850**. – Annablume; Fapesp, 2006.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

_____. **Guerra do Paraguai: memórias & imagens**. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Viagem Através da Província da Paraíba**. João Pessoa: a União Cia. Editora, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4 ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. **Panorama do Segundo Império**. São Paulo: Nacional.

SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços de Autonomia e Negociação: A Atuação dos Deputados Provinciais Paraibanos no Cenário Político Imperial (1855-1875)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa – PB: UFPB, 2017.

SILVA, Roberto José Souza e. **De armas nas mãos em tempos de armistício: cidadãos alistados na Guarda Nacional da província de Pernambuco na década de 1850**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE/ CFCH, 2017.

SOUZA, Maria Santos de. **Impactos da Guerra do Paraguai" na Província do Ceará (1865-1870)**. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza - CE: UFCE, 2007.

SOARES, Ana Loryn e SILVA, Elton Batista da. **A Revolução Do Haiti: Um Estudo De Caso (1791-1804)**. Ameríndia, ano 1, vol 1/2006.

TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. **A retirada da Laguna**. Tradução de Salvador de Mendonça - Rio de Janeiro. Typographia Americana. Rua dos ourives. 1874.

TAVARES, Lyra. **Vilagran Cabrita e a engenharia de seu tempo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

TOMÉ, Frederico Castilho. **Vamos à Guerra! As Representações da Guerra da Cisplatina na Imprensa do Rio de Janeiro (1825-1828)**. Doutorando do Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC/UnB.

TORAL, André Amaral de. **A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai**. Estudos Avançados 9 (24), 1995.

URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial: A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1978.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre – RS. UFRGS, 2006.

VAS, Braz Batista. **O final de uma guerra e suas questões logísticas: o conde D'Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870)**. Franca: [s.n.], 2011.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1991.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 1º 15d. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

APÊNDICE A – FONTES COMPLEMENTARES DA PESQUISA

Fontes Primárias

Arquivos Digitais da Biblioteca Nacional. Discursos e Correspondências de Políticos do Parlamento Imperial.

Arquivo do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 1867.

Arquivo Público Valdemar Bispo Duarte. Discursos e Correspondências de Políticos e Autoridades da Província da Paraíba.

Periódicos da Hemeroteca Digital

Diário de Pernambuco, Recife.

Diário do Commercio, Belém.

Gazeta official, Belém.

O Conciliador Piauiense, Teresina.

O Cearense, Fortaleza.

O Guarda Nacional, Natal.

O Patriota, Salvador.

O Povo, Porto Alegre.

O Publicador, Parahyba do Norte.

O Praieiro, Recife.

O Proletariado, Recife.

Endereços Eletrônicos

[Territorial disputes in the Platine Region in 1864. Based on File: Territorial disputes in the Platine region in 1864.png](#)

http://www.eeh2014.anpuhrs.org.br/resources/anais/30/1405446765_ARQUIVO_FranciscoB_arretoArtigo_AnpuhRs.pdf

https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/MUNIZ-MUNIZ_SP04-Anais-do-II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-América-Latina1.pdf

<https://www.brasil-turismo.com/rio-grande-sul/historia/mapa-provincia.htm>

<https://tormentopabulum.wordpress.com/2015/09/13/zuavo-baiano/>

http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/guarda_nac.html

<https://tormentopabulum.wordpress.com/2013/11/17/voluntarios-da-patria/>

<https://www.rootschat.com/forum/index.php?topic=794733.0>

Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraíba/<http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>.